



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição N° 446

Sexta-feira - 12 de Março de 2010

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Alto Bela Vista.....	1
Antônio Carlos	3
Ascurra.....	4
Biguaçu	12
Braço do Trombudo	12
Caçador	16
Campo Alegre	47
Canoinhas.....	51
Capinzal	51
Catanduvas.....	51
Chapadão do Lageado	56
Concórdia	57
Corupá	63
Eral Velho	86
Forquilha	87
Fraiburgo.....	89
Garopaba	90
Governador Celso Ramos	93
Herval D' Oeste.....	94
Imbituba	96
Iomerê	98
Irineópolis	99
José Boiteux	104
Luzerna	105
Nova Trento	105
Novo Horizonte	106
Paulo Lopes	107
Pinheiro Preto	108
Porto Belo.....	108
Porto União.....	108
Rio do Sul.....	112
Salto Veloso.....	117
São Lourenço do Oeste.....	119
Schroeder	122
Videira.....	130

Consórcios Públicos

CINCO	131
CIS/AMUREL	154
CONTRILHOS.....	145

Alto Bela Vista

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei Complementar nº 32

ALTERA O ANEXO IV, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 21, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2009, QUE "DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO, MODERNIZAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DO GOVERNO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Sérgio Luiz Schmitz, Prefeito Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

Faz Saber a todos os habitantes do Município de Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º o Anexo IV, da Lei Complementar nº 21, de 16 de fevereiro de 2009, passa a vigorar nos termos do ANEXO desta Lei.

Art. 2º Das despesas decorrentes da aplicação desta Lei serão suportadas por dotações contempladas na legislação orçamentária municipal.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Bela Vista/SC, em 08 de março de 2010.

SERGIO LUIZ SCHMITZ
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

ALICE SCHWAMBACH
Responsável pelas Publicações

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Antoninho Tiburcio Gonçalves - Presidente • **Edinando Brustolin** - Diretor Executivo

Emerson Souto - Gerente de Tecnologias da Informação • **Dantes Guilherme** - Diagramador • **Tales Tombini** - Diagramador

Praça XV de novembro, 270 - Centro - 88010-400 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

contato@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

A N E X O I V

FUNÇÕES DE CONFIANÇA

Vinculação, Identificação, Atribuições e Remuneração.

ÓRGÃO DE VINCULAÇÃO	IDENTIFICAÇÃO DA FUNÇÃO DE CONFIANÇA	ATRIBUIÇÕES	PADRÃO	Nº DE VAGAS	NÍVEL	VALOR R\$
GABINETE DO PREFEITO E VICE	Secretário da Junta do Serviço Militar	Responsável pelo exercício das atribuições da Junta do Serviço Militar, presidida pelo Prefeito Municipal, nos termos da legislação específica.	FG	01	02	403,00
GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	Responsável pela Unidade Conveniada da Secretaria de Estado da Fazenda	Responsável pela coordenação dos serviços decorrentes de Convênio com a Secretaria de Estado da Fazenda, no cadastramento dos produtores rurais e no controle da distribuição e retorno as Notas Fiscais de Produtor Rural, e de outras atribuições previstas no mencionado termo de convênio.	FG	01	02	403,00
GERÊNCIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	Responsável pela Coordenação dos Serviços de Inseminação Artificial	Responsável pela coordenação e assessoramento das ações e serviços de inseminação artificial; organizar, planejar e coordenar os serviços, especialmente no atendimento aos chamados e na melhoria genética, notadamente do gado leiteiro.	FG	01	06	272,03
GERÊNCIA DE TRANSPORTES	Operador de Máquinas Especiais	Responsável pela operação de máquinas especiais – para fins desta lei, máquinas especiais são aquelas de maior valor patrimonial e de maior complexidade operacional, notadamente a escavadeira hidráulica.	FG	02	05	282,10
GERÊNCIA DE URBANISMO, HABITAÇÃO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO	Direção do Serviço de Saneamento Básico – SSB	Responsável pela direção geral dos serviços de saneamento básico, especialmente do sistema de abastecimento de água.	FG	01	01	539,01
	Responsável pela Manutenção Operacional do Serviço de Saneamento Básico – SSB	Responsável pela manutenção operacional e fiscalização dos serviços de Saneamento Básico – SSB, notadamente os relacionados ao abastecimento de água.		01	06	272,03
GERÊNCIA DE SAÚDE	Direção de Programas de Saúde	Dirigir os programas de saúde pública, especialmente aqueles voltados à ações e serviços preventivos e de saneamento básico.	FG	01	01	539,01
	Responsável pela Vigilância Sanitária	Responsável pelo exercício precípua da vigilância sanitária, conforme as normas pertinentes.		01	03	352,63

Lei Municipal nº 489

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Sergio Luiz Schmitz, Prefeito Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

Faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aberto, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, crédito adicional especial no valor de R\$ 79.000,00 (setenta e nove mil reais), para a inclusão de novas vinculações, na seguinte ação orçamentária:

05.00	GERÊNCIA DE TRANSPORTES
05.01	Gerência de Transportes
26	TRANSPORTES
26.782	Transporte Rodoviário
26.782.0019	Rodovias Municipais Adequadas
26.782.0019.1.011	Aquisição de Máquinas, Caminhões, Veículos e Equipamentos
4	DESPESAS DE CAPITAL
4.4	Investimentos
4.4.90.00.0.3.0000	Aplicações Diretas

	R\$ 77.500,00
4.4.90.00.0.1.0101	Aplicações Diretas
	R\$ 1.500,00

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito adicional especial aberto nos termos do artigo anterior tem origem, na utilização parcial de saldo de recursos do superávit financeiro verificado no Balanço Patrimonial do exercício de 2009, nos recursos:

I – 0.1.0080 – Recursos Ordinários – Orçamento Municipal – R\$ 77.500,00 (setenta e sete mil e quinhentos reais); e
II – 0.1.0101 – Recursos Vinculados – Alienação de Bens Adquiridos com Recursos não Vinculados – R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Bela Vista (SC), em 05 de Março de 2010.

SERGIO LUIZ SCHMITZ
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

ALICE SCHWAMBACH
Responsável pelas Publicações



Decreto Nº 1181

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EM CARATER TEMPORÁRIO.

ELIZUR RAIZER, Prefeito em exercício de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente na forma do art. 10, da Lei Complementar 013, de 10 de janeiro de 2005 e Lei Complementar nº 014, de 10 de Janeiro de 2005.

DECRETA;

Artigo 1º -Fica nomeado o Senhor CLAUDEMAR KNECHT, para exercer o Cargo de PROFESSOR não habilitado -20 HORAS; Artes no Ensino Fundamental, nas Escolas Municipais, em substituição á servidora efetiva no cargo Andréia Rosana Auler Raizer, licenciada para tratamento de saúde no período de quatorze dias; com vencimento salarial previsto no Anexo III, da Lei Complementar nº 012, de 10 de Janeiro de 2005.

Artigo 2º - A contratação ora realizada, dar-se á por tempo determinado, até 23 de Março de 2010.

Artigo 3º- As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Artigo 4º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Bela Vista, em 10 de Março de 2010.

ELIZUR RAIZER

Prefeito em exercício

Registrada e publicada em data supra.

ALICE SCHWAMBACH

Responsável Pelas Publicações

Decreto Nº 1182

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EM CARATER TEMPORÁRIO.

ELIZUR RAIZER, Prefeito em exercício de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente na forma do art. 10, da Lei Complementar 013, de 10 de janeiro de 2005 e Lei Complementar nº 014, de 10 de Janeiro de 2005.

DECRETA;

Artigo 1º - Fica nomeada a Sra. ALESSANDRA MANFÉ, para exercer o Cargo de PROFESSORA; não Habilitada – 10 horas Artes, no Ensino Infantil em substituição á servidora efetiva no cargo Andréia Rosana Auler Raizer licenciada para tratamento de saúde no período d quatorze dias; com vencimento salarial previsto no Anexo III, da Lei Complementar nº 012, de 10 de Janeiro de 2005.

Artigo 2º - A contratação ora realizada, dar-se á por tempo determinado, até 23 de Março de 2010.

Artigo 3º- As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Artigo 4º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Bela Vista, em 10 de Março de 2010.

ELIZUR RAIZER

Prefeito em exercício

Registrada e publicada em data supra.

ALICE SCHWAMBACH

Responsável Pelas Publicações

Contrato Administrativo Nº 037/2010

Extrato de Contrato 037/2010

Partes	Município de Alto Bela Vista e KERBER MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA
Objeto	Aquisição de forma parcelada, segundo as necessidades da Administração, de Tubos de Concretos, para utilização em estradas municipais, entradas de propriedades, riachos, córregos e esgotamento de água, compreendendo de novos e manutenção de tubulação
Valor Total	R\$ 3.641,60 (Três mil trezentos e quarenta e um reais e sessenta centavos).
Vigência	31 de dezembro de 2010
Base Legal	PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 012/2010 PREGÃO Nº 002/2010 CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 037/2010
Alto Bela Vista (SC), em 10 de Março de 2010. Elizur Raizer. Prefeito Municipal	
KERBER MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA Contratado	

Contrato Administrativo Nº 038/2010

Extrato de Contrato 038/2010

Partes	Município de Alto Bela Vista e CONSTRUTORA SSP LTDA
Objeto	Aquisição de forma parcelada, segundo as necessidades da Administração, de Tubos de Concretos, para utilização em estradas municipais, entradas de propriedades, riachos, córregos e esgotamento de água, compreendendo de novos e manutenção de tubulação
Valor Total	R\$ 6.666,00 (Seis mil seiscentos e sessenta e seis reais)
Vigência	31 de dezembro de 2010.
Base Legal	PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 012/2010 PREGÃO Nº. 002/2010 CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 038/2010
Alto Bela Vista (SC), em 10 de Março de 2010. Elizur Raizer. Prefeito Municipal	
CONSTRUTORA SSP LTDA Contratado	

Antônio Carlos

PREFEITURA MUNICIPAL

Portaria 164/2010

Antônio Carlos, 09 de Março de 2010.

Portaria 164/2010.

"Proíbe o uso de pulseiras coloridas popularmente conhecidas como "pulseiras do sexo", nas unidades escolares da Rede Municipal de Ensino e Ônibus Escolares pertencentes a Prefeitura de Antônio Carlos.

O Secretário Municipal de Educação e Cultura no uso de suas atribuições, como medida preventiva, proíbe a partir desta data, o uso de pulseiras coloridas, popularmente conhecidas como "Pulseiras do Sexo", nas unidades escolares da Rede Municipal de



Ensino e Ônibus Escolares pertencentes a Prefeitura de Antônio Carlos. O flagrante de estudantes portando as referidas pulseiras deverá ser comunicada aos pais, e não havendo solução a Secretaria de Educação e Conselho Tutelar deverão ser informados com a devida identificação do estudante.

Antônio Carlos, 09 de Março de 2010.
FÁBIO LUIZ EGERT
Secretário de Educação e Cultura

Pregão Presencial N° 12/2010

Pregão Presencial nº 010/2010
Ref. Pregão Presencial nº 010/2010.
Vistos etc.

A empresa Santomaq Tratores e Peças, Serviços implementações agrícolas Ltda. apresentou pedido requerendo a desclassificação de sua proposta no tocante ao item 01 – lâmina 182,7 x 20cm – 13 furos patrôla.

Alega que tentou a entrega daquele produto na espessura de 5/8, mas que a exigência da prefeitura, face a patrôla existente, teria que ter uma lâmina de espessura de $\frac{3}{4}$, produto que não possui.

Assim, pleiteia a desclassificação da sua proposta exclusivamente no tocante àquele item.

Destarte, restou concluso o presente processo para decisão. Analisando com mais profundidade as alegações trazidas à baila, temos efetivamente que razão assiste ao peticionante.

Conforme se pôde constatar, a lâmina para a patrôla em questão terá que ser efetivamente a de espessura de $\frac{3}{4}$ e, não podendo o vencedor entregar tal objeto, impõe-se a sua desclassificação. Assim sendo, DECIDO pela desclassificação da empresa Santomaq Tratores e Peças, Serviços implementações agrícolas Ltda., exclusivamente no tocante ao item 01, face as razões acima expostas, declarando vencedora para o respectivo item a empresa Retrasa Recuperadora de Tratores Ltda. EPP.

Publique-se a presente decisão no Diário Oficial dos Municípios. Intime-se as mencionadas empresas da presente decisão. Junte-se ao respectivo processo licitatório a presente decisão, bem como parecer aludido anteriormente.

Antônio Carlos, 10 de março de 2010.
RUDINEI GOEDERT
Pregoeiro

Processo Licitatório N° 35/2010

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório: nº 35/2010; Modalidade: Pregão Presencial; Tipo: Menor preço por item; Objeto: A presente Licitação tem por objeto a aquisição de material (Matéria-Prima) para Confecção de Fraldas Descartáveis Geriátrica e Infantil para a Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Antônio Carlos, conforme descrito no edital e seus anexos; Entrega dos envelopes e abertura: dia 25/03/2010 às 09:00 (nove) horas. Obtenção dos Editais e informações, no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, Praça Anchieta nº 10, Centro, Antônio Carlos, SC, das 7:30 as 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas, fone (48)3272-1123. Ou no site www.antoniocarlos.sc.gov.br

Antônio Carlos, 11 de março de 2010.
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Processo Licitatório N° 36/2010

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório: nº 36/2010; Modalidade: Pregão Presencial; Tipo: Menor preço; Objeto: A presente Licitação tem por objeto a aquisição de 01 (uma) RETROESCAVADEIRA, nova, para a Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente do Município de Antonio Carlos, conforme descrito no edital e seus anexos; Entrega dos envelopes e abertura: dia 25/03/2010 às 14:00 (quatorze) horas. Obtenção dos Editais e informações, no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, Praça Anchieta nº 10, Centro, Antônio Carlos, SC, das 7:30 as 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas, fone (48)3272-1123. Ou no site www.antoniocarlos.sc.gov.br

Antônio Carlos, 11 de março de 2010.
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Ascurra

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei N° 1161

LEI nº 1161, de 22 de fevereiro de 2010.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a celebrar convênio com o Clube das Mães – Lar da Menina, e dá outras providências.

AIRES ROGÉRIO DALFOVO, Prefeito Municipal de Ascurra em exercício, faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com o Clube de Mães – Lar da Menina, do Município de Rio do Sul, deste Estado, objetivando a cooperação financeira na execução de projetos de atendimento a crianças e adolescentes que serão encaminhados por este Município aquela entidade.

Art. 2º. O Município repassará a partir de março/2010, 10 (dez) parcelas mensais, que será assim executado:

- Referente ao mês de março/2010 - parcela de R\$2.400,00
- Referente ao mês de abril/2010 - parcela de R\$800,00 - por criança/adol. atendido,
- Referente ao mês de maio/2010 - parcela de R\$800,00 - por criança/adol. atendido,
- Referente ao mês de junho/2010 - parcela de R\$800,00 - por criança/adol. atendido,
- Referente ao mês de julho/2010 - parcela de R\$800,00 - por criança/adol. atendido;
- Referente ao mês de agosto/2010 - parcela de R\$800,00 - por criança/adol. atendido;
- Referente ao mês de setembro/2010- parcela de R\$800,00 - por criança/adol. atendido;
- Referente ao mês de outubro/2010- parcela de R\$800,00 - por criança/adol. atendido;
- Referente ao mês de novembro/2010-parcela de R\$800,00 - por criança/adol. atendido;
- Referente ao mês de dezembro/2010-parcela de R\$800,00 - por criança/adol. atendido.

Art. 3º. O Clube de Mães – Lar da Menina deverá prestar contas ao Município de Ascurra, ao final de cada mês, encaminhando a este Município um relatório do qual conste o nome, a data de entrada e de eventual saída de cada um dos menores encaminhados àquela instituição por este Município.



Art. 4º. Faz parte desta Lei Municipal, a Minuta de Convênio firmada pelo Município de Ascurra e o Clube de Mães – Lar da Menina, anexo I.

Art. 5º. As despesas para a execução da presente Lei correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

08.00 – Fundo Municipal da Criança e do Adolescente

08.01 – Fundo Municipal da Criança e do Adolescente.

08.243.0110.2041 – Manut. Fundo da Criança e Adolescente

30.00.0000.0000 – Despesas Correntes

33.00.0000.0000 – Outras Despesas Correntes

33.50.4302.0000 – Transf. a Inst. Privadas Ass. Social

10000 – Recursos Ordinários

Art. 4º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Ascurra, em 22 de fevereiro de 2010

AIRES ROGÉRIO DALFOVO

Prefeito em exercício

Publicada a presente Lei na forma regulamentar
Município de Ascurra em, 22 de fevereiro de 2010.

MARIA DE FÁTIMA MARTINS

Fiscal de Tributos

ANEXO I

TERMO DE CONVÊNIO

Convenio Intermunicipal que entre si celebram o Município de ASCURRA, através do Prefeito municipal em exercício Aires Rogério Dalfovo, pessoa jurídica de direito Público interno, com sede administrativa, nesta cidade de ASCURRA/SC, e o CLUBE DE MÃES – LAR DA MENINA, de Rio do Sul, Santa Catarina.

Ao Município de ASCURRA, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL SR. MOACIR POLIDORO e O CLUBE DE MÃES – LAR DA MENINA, representado pela Presidente Sra. JAIRA NOLLI firmam o presente CONVÊNIO, mediante as cláusulas e condições seguintes:

Aos dias ____ do mês de _____ de 2010, O MUNICÍPIO DE ASCURRA e o CLUBE DAS MÃES – LAR DA MENINA, resolvem nos termos da Lei nº 1161, de 22 de fevereiro de 2010, celebrar o presente Convênio, em conformidade com as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente convênio visa a cooperação financeira, por parte da municipalidade, em favor do abrigo CLUBE DE MÃES – LAR DA menina, a qual constituirá na execução do projeto de atendimento, de acordo com o Regimento Interno da Instituição; às crianças (0 a 12) e adolescentes (12 a 18), que receberam medida protetiva de abrigo.

OBS: Os adolescentes do sexo masculino serão atendidos até a idade de 12 anos.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS RECURSOS

A municipalidade repassará 10 (Dez) parcelas mensais, sendo a 1ª no valor de R\$2.400,00 (dois mil e quatrocentos Reais) e as demais no valor de R\$800,00 (oitocentos Reais) para cada criança e/ou adolescente atendido, a partir de março de 2010 à conta do CLUBE DE MÃES – LAR DA MENINA, no do Banco do Brasil, Agência Nº 5221-3, Conta Corrente Nº 48821-1, durante a vigência do convênio, após a prestação de contas da parcela anterior acompanhada de relatório dos atendimentos no Município de Rio do Sul durante o mês.

§ 1º - Caso o abrigamento seja fração de mês (alguns dias), a mensalidade será proporcional aos dias que a criança e/ou adolescente permanecer na Instituição. Este valor poderá ser compensado no mês seguinte.

2º - Os recursos destinam-se ao pagamento de despesas de pessoal, manutenção e reparos do abrigo (salários, rescisões, encargos sociais, alimentação, material didático e pedagógicas, vale transportes, passagens, combustível, consertos do veículo, equipamentos e outras despesas pertinentes a Instituição).

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA MUNICIPALIDADE

A municipalidade obriga-se a:

I – contribuir financeiramente para a manutenção do projeto descrito na cláusula anterior:

II – solicitar informações sobre vagas, antes do deferimento judicial e no encaminhamento, fornecer documentos pessoais, estudo de caso e guia de encaminhamento (do Conselho Tutelar ou do juizado da Infância e Juventude);

III – Fiscalizar a aplicação dos recursos financeiros repassados por força do presente convênio e examinar as prestações de contas;

IV – Efetuar o pagamento da 1ª parcela, na entrada do abrigado na Instituição.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA ENTIDADE

O abrigo CLUBE DE MÃES – LAR DA MENINA obriga-se:

I – Executar direta ou indiretamente, o projeto descrito na Cláusula Primeira, mobilizando recursos humanos, materiais e financeiros necessários para tal fim;

II - Compatibilizar os recursos financeiros repassados pelo presente Convênio, para efeito de prestação de contas;

III – Abrir conta Convênio, para depósito das importâncias recebidas, no Banco Brasil, Agência 5221-3;

IV - A prestação de contas será entregue mensalmente de acordo com a Resolução 16/94 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina acompanhada de relatório mensal;

V. Aplicar os recursos do presente instrumento durante o exercício corrente.

CLÁUSULA QUINTA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A prestação de contas dos recursos financeiros, de que trata o presente convênio, deverá ser entregue mensalmente de acordo com a Resolução 16/94 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina acompanhada de relatório mensal:

1 – Ofício de encaminhamento;

2 – balancete financeiro;

3 – Extrato de conta vinculada ao convênio;

4 – Relação de cheques e cancelados, se for o caso;

5 – cópia do recibo de recolhimento correspondente à devolução de saldo se for o caso.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

A vigência do presente convênio compreende o exercício de 2010 ou enquanto estiver abrigada alguma criança e/ou adolescente deste município, podendo ser reascendido ou aditado por qualquer das partes, caso não seja cumprido alguma cláusula do presente convênio, com 30 (trinta) dias de antecedência.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO FORO

Elegem as partes o Foro da Comarca de Ascurra, Estado de Santa Catarina para dirimir as questões decorrentes da Execução do presente convênio.

E por estarem em acordo, assinam em duas vias o presente convênio, juntamente coma testemunhas abaixo.

Ascurra (SC)

CLUBE DE MÃES – LAR MENINA

JAIRA NOLLI

Presidente

MUNICÍPIO DE ASCURRA

AIRES ROGÉRIO DALFOVO

Prefeito Municipal

TESTEMUNHAS:

1 _____

LEANDRO CHIARELLI
RESPONSÁVEL FINANÇAS

2 _____

CINTIA ADAM
COORDENADORA

Lei Nº 1162

LEI nº 1162, de 22 de fevereiro de 2010.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a celebrar convênio com o I.P.M.M.I. – Hospital de Caridade Luiz Bertoli, e dá outras providências.

Aires Rogério Dalfovo, Prefeito Municipal de Ascurra em Exercício, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com o I.P.M.M.I. – Hospital de Caridade Luiz Bertoli, do Município de Rio do Oeste, deste Estado, objetivando a cooperação financeira na execução de projetos de atendimento a pessoas idosas que serão encaminhados por este Município aquela entidade.

Art. 2º. O Município repassará a partir de março/2010, 10 (dez) parcelas mensais, que será assim executado:

-Referente ao mês de março/2010 - parcela de R\$2.094,00;
-Referente ao mês de abril/2010 - parcela de R\$698,00 - por idoso atendido,
-Referente ao mês de maio/2010 - parcela de R\$698,00 - por idoso atendido,
-Referente ao mês de junho/2010 - parcela de R\$698,00 - por idoso atendido,
-Referente ao mês de julho/2010 - parcela de R\$698,00 - por idoso atendido;
-Referente ao mês de agosto/2010 - parcela de R\$698,00 - por idoso atendido;
-Referente ao mês de setembro/2010- parcela de R\$698,00 - por idoso atendido;
-Referente ao mês de outubro/2010- parcela de R\$698,00 - por idoso atendido;
-Referente ao mês de novembro/2010- parcela de R\$698,00 - por idoso atendido;
-Referente ao mês de dezembro/2010- parcela de R\$698,00 - por idoso atendido.

Art. 3º. O I.P.M.M.I. – Hospital de Caridade Luiz Bertoli, deverá prestar contas ao Município de Ascurra, ao final de cada mês, encaminhando a este Município um relatório do qual conste o nome, a data de entrada e de eventual saída de cada um dos idosos encaminhados àquela instituição por este Município.

Art. 4º. Faz parte desta Lei Municipal, a Minuta de Convênio firma-

do pelo Município de Ascurra e o I.P.M.M.I. – Hospital de Caridade Luiz Bertoli, anexo I.

Art. 5º. As despesas para a execução da presente Lei correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

09.00 – Fundo Municipal de Assistência Social
09.01 – Fundo Municipal de Assistência Social.
08.244.0085.2020 – Atendimento a Terceira Idade
30.00.0000.0000 – Despesas Correntes
33.00.0000.0000 – Outras Despesas Correntes
33.90.0602.0000 – Benefício ao Idoso
10000 – Recursos Ordinários

Art. 6º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Município de Ascurra, em 22 de fevereiro de 2010.

AIRES ROGÉRIO DALFOVO
Prefeito em Exercício

Publicada a presente Lei na forma regulamentar
Município de Ascurra em, 22 de fevereiro de 2010.

MARIA DE FÁTIMA MARTINS
Fiscal de Tributos

ANEXO I TERMO DE CONVÊNIO

CONVÊNIO QUE CELEBRAM O MUNICÍPIO DE ASCURRA E O I.P.M.M.I – HOSPITAL CARIDADE LUIZ BERTOLDI DA CIDADE DE RIO DO OESTE - SC.

O Município de Ascurra, pessoa Jurídica inscrita no CNPJ sob nº 83.102.772/0001-61, situado à Rua Benjamin Constant, 221, Centro, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal em Exercício, Sr. Aires Rogério Dalfovo e o I.P.M.M. – Hospital de Caridade Luiz Bertoldi, representada pela Sra. Maria de Lurdes Moreli, Diretora da Entidade, celebram o presente convênio, mediante as cláusula e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Convênio visa à cooperação financeira, por parte da municipalidade, em favor do I.P.M.M. – Hospital de Caridade Luiz Bertoldi, o qual consistirá na execução do Projeto de atendimento à Pessoa Idosa.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS RECURSOS

A municipalidade repassará 10 (dez) parcelas mensais, sendo a 1ª no valor de R\$ R\$2.094,00 (dois mil e noventa e quatro Reais) e as demais no valor de R\$698,00 (seiscentos e noventa e oito), por idoso atendido, a partir de março de 2.010 à conta do I.P.M.M. – Hospital de Caridade Luiz Bertoldi, no do Banco do Brasil, Agencia Nº 2545-3, Conta Corrente Nº 35177-6, durante a vigência do convênio, após a prestação de contas da parcela anterior acompanhada de relatório dos atendimentos no Município de Rio do Sul durante o mês.

Parágrafo Único – Os recursos destinam-se ao pagamento de folha de pagamento e manutenção (alimentação, material de limpeza, de higiene, vestuário, medicamentos e outros que se fizerem necessários).

CLAUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA MUNICIPALIDADE

A municipalidade obriga-se:

1 – Contribuir financeiramente para a manutenção do projeto des-

crita na cláusula anterior;
2 – Fiscalizar a aplicação dos recursos financeiros repassados por força do presente contrato e examinar a prestação de contas.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA ENTIDADE

A Entidade Conferência de São Vicente de Paula obriga-se:

- 1 – Executar diretamente ou indiretamente, o projeto descrito na Cláusula Primeira, mobilizando recursos humanos, materiais e financeiros necessários para tal fim;
- 2 – Contabilizar os recursos financeiros repassados pelo presente contrato, para efeito de prestação de contas.

CLÁUSULA QUINTA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A prestação de contas dos recursos financeiros, de que trata o presente convênio, deverá ser entregue mensalmente de acordo com a Resolução 16/94 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina acompanhada de relatório mensal:

- 1 – Ofício de encaminhamento;
- 2 – balancete financeiro;
- 3 – Extrato de conta vinculada ao convênio;
- 4 – Relação de cheques e cancelados, se for o caso;
- 5 – cópia do recibo de recolhimento correspondente à devolução de saldo se for o caso.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

A vigência do presente convênio compreende o exercício de 2010 ou enquanto estiver abrigado algum idoso deste município, podendo ser reascendido ou aditado por qualquer das partes, caso não seja cumprido alguma cláusula do presente convênio, com 30 (trinta) dias de antecedência.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO FORO

Elegem as partes o Foro da Comarca de Ascurra, Estado de Santa Catarina para dirimir as questões decorrentes da Execução do presente convênio.

E por estarem em acordo, assinam em duas vias o presente convênio, juntamente com testemunhas abaixo.

Ascurra (SC)

AIRES ROGÉRIO DALFOVO

Prefeito Municipal em Exercício

MARIA DE LURDES MORELI

Presidente

Testemunhas:

MARIA DE FÁTIMA MARTINS

CPF 552.396.769-68

JANETE T.F. ANDREANI

CPF 578.773.789-04

Lei Nº 1163

LEI nº 1163, de 22 de fevereiro de 2010.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a celebrar convênio com a Conferência de São Vicente de Paula, e dá outras providências.

Aires Rogério Dalfovo, Prefeito Municipal de Ascurra em Exercício, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar con-

vênio com a Conferência de São Vicente de Paula, do Município de Rio do Sul, deste Estado, objetivando a cooperação financeira na execução de projetos de atendimento a pessoas idosas que serão encaminhados por este Município aquela entidade.

Art. 2º. O Município repassará a partir de março/2010, 10 (dez) parcelas mensais, que será assim executado:

- Referente ao mês de março/2010 - parcela de R\$1.398,00;
- Referente ao mês de abril/2010 - parcela de R\$233,00 - por idoso atendido,
- Referente ao mês de maio/2010 - parcela de R\$233,00 - por idoso atendido,
- Referente ao mês de junho/2010 - parcela de R\$233,00 - por idoso atendido,
- Referente ao mês de julho/2010 - parcela de R\$233,00 - por idoso atendido;
- Referente ao mês de agosto/2010 - parcela de R\$233,00 - por idoso atendido;
- Referente ao mês de setembro/2010 - parcela de R\$233,00 - por idoso atendido;
- Referente ao mês de outubro/2010 - parcela de R\$233,00 - por idoso atendido;
- Referente ao mês de novembro/2010 - parcela de R\$233,00 - por idoso atendido;
- Referente ao mês de dezembro/2010 - parcela de R\$233,00 - por idoso atendido.

Art. 3º. A Conferência de São Vicente de Paula deverá prestar contas ao Município de Ascurra, ao final de cada mês, encaminhando a este Município um relatório do qual conste o nome, a data de entrada e de eventual saída de cada um dos idosos encaminhados àquela instituição por este Município.

Art. 4º. Faz parte desta Lei Municipal, a Minuta de Convênio firmado pelo Município de Ascurra e a Conferência de São Vicente de Paula, anexo I.

Art. 5º. As despesas para a execução da presente Lei correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

- 09.00 – Fundo Municipal de Assistência Social
- 09.01 – Fundo Municipal de Assistência Social.
- 08.244.0085.2020 – Atendimento a Terceira Idade
- 30.00.0000.0000 – Despesas Correntes
- 33.00.0000.0000 – Outras Despesas Correntes
- 33.90.0602.0000 – Benefício ao Idoso
- 10000 – Recursos Ordinários

Art. 6º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Ascurra, em 22 de fevereiro de 2010.

AIRES ROGÉRIO DALFOVO

Prefeito em Exercício

Publicada a presente Lei na forma regulamentar Município de Ascurra em, 22 de fevereiro de 2010.

MARIA DE FÁTIMA MARTINS

Fiscal de Tributos

ANEXO I

TERMO DE CONVÊNIO

CONVÊNIO QUE CELEBRAM O MUNICÍPIO DE ASCURRA E A CONFERÊNCIA DE SÃO VICENTE DE PAULA DE RIO DO SUL.

O Município de Ascurra, pessoa Jurídica inscrita no CNPJ sob nº 83.102.772/0001-61, situado à Rua Benjamin Constant, 221, Centro, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal em exer-



cício, Sr. Aires Rogerio Dalfovo e a Conferência de São Vicente de Paula de Rio do Sul, CNPJ nº 85.789.261/00001-95, representada pela Sra. Iria Cilene Lauth, Presidente da Entidade, celebram o presente convênio, mediante as cláusula e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Convênio visa à cooperação financeira, por parte da municipalidade, em favor da Conferência de São Vicente de Paula, a qual consistirá na execução do Projeto de atendimento à Pessoa Idosa.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS RECURSOS

A municipalidade repassará 10 (dez) parcelas mensais, sendo a 1ª no valor de R\$ R\$1.398,00 (mil trezentos e noventa e oito Reais) e as demais no valor de R\$233,00 (duzentos e trinta e três Reais), por idoso atendido, a partir de março de 2.010 à conta da Conferência de São Vicente de Paula, no do Banco do Brasil, Agência Nº 0276-3, Conta Corrente Nº 23.113-4, durante a vigência do convênio, após a prestação de contas da parcela anterior acompanhada de relatório dos atendimentos no Município de Rio do Sul durante o mês.

Parágrafo Único – Os recursos destinam-se ao pagamento de folha de pagamento e manutenção (alimentação, material de limpeza, de higiene, vestuário, medicamentos e outros que se fizerem necessários).

CLAUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA MUNICIPALIDADE

A municipalidade obriga-se:

- 1 – Contribuir financeiramente para a manutenção do projeto descrito na cláusula anterior;
- 2 – Fiscalizar a aplicação dos recursos financeiros repassados por força do presente contrato e examinar a prestação de contas.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA ENTIDADE

A Entidade Conferência de São Vicente de Paula obriga-se:

- 1 – Executar diretamente ou indiretamente, o projeto descrito na Cláusula Primeira, mobilizando recursos humanos, materiais e financeiros necessários para tal fim;
- 2 – Contabilizar os recursos financeiros repassados pelo presente contrato, para efeito de prestação de contas.

CLÁUSULA QUINTA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A prestação de contas dos recursos financeiros, de que trata o presente convênio, deverá ser entregue mensalmente de acordo com a Resolução 16/94 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina acompanhada de relatório mensal:

- 1 – Ofício de encaminhamento;
- 2 – balancete financeiro;
- 3 – Extrato de conta vinculada ao convênio;
- 4 – Relação de cheques e cancelados, se for o caso;
- 5 – cópia do recibo de recolhimento correspondente à devolução de saldo se for o caso.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

A vigência do presente convênio compreende o exercício de 2010 ou enquanto estiver abrigado algum idoso deste município, podendo ser reascendido ou aditado por qualquer das partes, caso não seja cumprido alguma cláusula do presente convênio, com 30 (trinta) dias de antecedência.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO FORO

Elegem as partes o Foro da Comarca de Ascurra, Estado de Santa Catarina para dirimir as questões decorrentes da Execução do presente convênio.

E por estarem em acordo, assinam em duas vias o presente convênio, juntamente coma testemunhas abaixo.

Ascurra (SC)
AIRES ROGÉRIO DALFOVO
Prefeito Municipal

IRIA CILENE LAUTH FALLER
Presidente

Testemunhas:

MARIA DE FÁTIMA MARTINS
CPF 552.396.769-68

JANETE T.F. ANDREANI
CPF 578.773.789-04

Lei Nº 1164

LEI nº 1164, de 22 de fevereiro de 2010

Autoriza o Poder Executivo Municipal a celebrar convênio com o Asilo de Velhos de Braço do Trombudo – Recanto do Sossego, e dá outras providências.

Aires Rogério Dalfovo, Prefeito Municipal de Ascurra em exercício, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com o Asilo de Velhos de Braço do Trombudo – Recanto do Sossego, do Município de Braço do Trombudo, deste Estado, objetivando a cooperação financeira na execução de projetos de atendimento a pessoas idosas, que serão encaminhados por este Município aquela entidade.

Art. 2º. O Município repassará a partir de março/2010, dez (dez) parcelas mensais, que será assim executado:

- Referente ao mês de março/2010 - parcela de R\$1.395,00;
- Referente ao mês de abril/2010 - parcela de R\$465,00 - por idoso atendido,
- Referente ao mês de maio/2010 - parcela de R\$465,00 - por idoso atendido,
- Referente ao mês de junho/2010 - parcela de R\$465,00 - por idoso atendido,
- Referente ao mês de julho/2010 - parcela de R\$465,00 - por idoso atendido;
- Referente ao mês de agosto/2010 - parcela de R\$465,00 - por idoso atendido;
- Referente ao mês de setembro/2010- parcela de R\$465,00 - por idoso atendido;
- Referente ao mês de outubro/2010- parcela de R\$465,00 - por idoso atendido;
- Referente ao mês de novembro/2010- parcela de R\$465,00 - por idoso atendido;
- Referente ao mês de dezembro/2010- parcela de R\$465,00 - por idoso atendido.

Art. 3º. O Asilo de Velhos de Braço do Trombudo – Recanto do Sossego deverá prestar contas ao Município de Ascurra, ao final de cada mês, encaminhando a este Município um relatório do qual conste o nome, a data de entrada e de eventual saída de cada um dos idosos encaminhados àquela instituição por este Município.

Art. 4º. Faz parte desta Lei Municipal, a Minuta de Convênio firmado pelo Município de Ascurra e o Asilo de Velhos de Braço do Trombudo – Recanto do Sossego, anexo I.

Art. 5º. As despesas para a execução da presente Lei correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

09.00 – Fundo Municipal de Assistência Social
09.01 – Fundo Municipal de Assistência Social.
08.244.0085.2020 – Atendimento a Terceira Idade
30.00.0000.0000 – Despesas Correntes
33.00.0000.0000 – Outras Despesas Correntes
33.90.0602.0000 – Benefício ao Idoso
10000 – Recursos Ordinários

Art. 6º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Município de Ascurra, em 22 de fevereiro de 2010.
AIRES ROGÉRIO DALFOVO
Prefeito em Exercício

Publicada a presente Lei na forma regulamentar
Município de Ascurra em, 22 de fevereiro de 2010.

MARIA DE FÁTIMA MARTINS
Fiscal de Tributos

ANEXO I TERMO DE CONVÊNIO

CONVÊNIO que celebram entre si, o município de Ascurra, representado pelo Prefeito Municipal em exercício, Sr. Aires Rogério Dalfovo, pessoa jurídica de direito público, com sede administrativa, nesta cidade de Ascurra- SC e o ASILO DE VELHOS DE BRAÇO DO TROMBUDO – RECANTO DO SOSSEGO – SC, representado pelo Presidente, o Sr. Aldemis Rodolfo da Cunha, do Município de Braço do Trombudo – SC.

Aos do mês de _____, do ano de dois mil e oito, o MUNICÍPIO DE ASCURRA, INSCRITO NO CNPJ sob nº 83.102.772/0001-61 e o ASILO DE VELHOS DE BRAÇO DO TROMBUDO – RECANTO DO SOSSEGO – SC, inscrito no CNPJ sob nº 83.781.807/0001-36, resolvem nos termos da Lei nº _____, celebrar entre si o presente convênio, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente convênio visa à cooperação financeira, por parte da municipalidade, em favor do ASILO DE VELHOS DE BRAÇO DO TROMBUDO – RECANTO DO SOSSEGO, a qual consistirá na execução do Projeto de Atendimento a Pessoa Idosa.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS RECURSOS

A Municipalidade repassará 10 (dez) parcelas mensais, sendo a primeira no valor R\$ 1.395,00 (um mil, trezentos e noventa e cinco Reais) e as demais no valor de 465,00 (quatrocentos e sessenta e cinco Reais) por cada idoso atendido, a partir de março de 2010, e este valor será atualizado anualmente através de lei, conforme acordo entre as partes, sendo depositado na conta nº 03238 -7, agência 3694-3, BANCO BRASIL do Município de Braço do Trombudo.

§ 1º - Os recursos destinam-se à folha de pagamento e manutenção (alimentação, material de limpeza, de higiene e vestuário e outros que se fizerem necessários).

§ 2º - Os medicamentos serão enviados pelo Município

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA MUNICIPALIDADE

A municipalidade obriga-se

- contribuir financeiramente para a manutenção do projeto descrito na cláusula anterior;
- Fiscalizar a aplicação dos recursos financeiros repassados por força do presente contrato e examinar a prestação de contas.

CLAUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA ENTIDADE

A Entidade Asilo de Velhos de Braço do Trombudo – Recanto do Sossego obriga-se:

- Executar diretamente ou indiretamente, o projeto descrito na Cláusula Primeira, mobilizando recursos humanos, materiais e financeiros necessários para tal fim.
- contabilizar os recursos financeiros repassados pelo presente contrato, para efeito de prestação de contas.
- Aplicar os recursos do presente instrumento durante o exercício corrente.

CLÁUSULA QUINTA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A prestação de contas dos recursos financeiros, de que trata o presente convênio, deverá ser entregue mensalmente de acordo com a Resolução 16/94 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina acompanhada de relatório mensal:

- 1 – Ofício de encaminhamento;
- 2 – balancete financeiro;
- 3 – Extrato de conta vinculada ao convênio;
- 4 – Relação de cheques e cancelados, se for o caso;
- 5 – cópia do recibo de recolhimento correspondente à devolução de saldo se for o caso.

CLAUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

A vigência do presente convênio compreende o exercício de 2010, ou enquanto estiver abrigado algum idoso, podendo ser rescindido ou aditado por ambas as partes, por terno de aditamento, com trinta dias de antecedência.

CLAUSULA SÉTIMA – DO FORUM

Elege as partes o Fórum da Comarca de Ascurra para dirimir as questões decorrentes da execução do presente contrato.

E, por estarem acordes, assinam o presente contrato, juntamente com as testemunhas abaixo.

Município de Ascurra,
AIRES ROGERIO DALFOVO
Prefeito Municipal em exercício

ALDEMIS RODOLFO DA CUNHA
Secretario Executivo

TESTEMUNHAS:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF

Lei N.º 1165

LEI N.º 1165, de 04 de março de 2010.

Autoriza a Prefeitura Municipal de Ascurra a firmar convênio com o Clube dos Estudantes Universitários de Ascurra, para assegurar o repasse mensal de recursos financeiros.

Moacir Polidoro, Prefeito Municipal de Ascurra.
Faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:



Art. 1.º - Fica autorizado o Executivo Municipal a Celebrar Convênio com Clube dos Estudantes Universitários de Ascurra, CNPJ nº 02.970.942/0001-28, com sede na Rua Benjamin Constant, 221, Centro, neste município de Ascurra, para assegurar o repasse de recursos financeiros nos meses compreendidos entre março à dezembro do ano de 2010.

Art. 2.º - O município repassará a quantia de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) no exercício de 2010, que será mensalmente assim executado;

- | | |
|---|--------------------------|
| - Referente aos custos do mês de março/2010, | parcela de R\$ 3.000,00; |
| - Referente aos custos do mês de abril/2010, | parcela de R\$ 3.000,00; |
| - Referente aos custos do mês de maio/2010, | parcela de R\$ 3.000,00; |
| - Referente aos custos do mês de junho /2010, | parcela de R\$ 3.000,00; |
| - Referente aos custos do mês de julho/2010, | parcela de R\$ 3.000,00; |
| - Referente aos custos do mês de agosto/2010, | parcela de R\$ 3.000,00; |
| - Referente aos custos do mês de setembro/2010, | parcela de R\$ 3.000,00; |
| - Referente aos custos do mês de outubro/2010, | parcela de R\$ 3.000,00; |
| - Referente aos custos do mês de novembro/2010, | parcela de R\$ 3.000,00; |
| - Referente aos custos do mês de dezembro/2010, | parcela de R\$ 3.000,00; |

Parágrafo Único: Os recursos mencionados neste artigo, serão transferidos a partir de março de 2.010 à conta do Clube dos Estudantes Universitários de Ascurra, na Agência nº 3239-5 - Banco Viacredi, Conta Corrente nº 259.780-2.

Art. 3.º - A despesa prevista nessa Lei, correrá por conta da seguinte atividade do Orçamento vigente :

- 0301 –Secretaria de Administração e Planejamento
- 04.121.010-2003 –Contribuições Financeiras a Entidades
- 30000000 – Despesas Correntes
- 33500000 – Transferências a Instituições Privadas s/Fins Lucrativos
- 3350439900 – Outras Subvenções Sociais
- Vínculo – 01000 – Recursos Ordinários

Art. 4º - Os recursos repassados serão aplicados de acordo com as cláusulas previstas no convênio e conforme orientação do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 5º - Esta Lei, entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Ascurra em, 04 de março de 2010.
MOACIR POLIDORO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei na forma regulamentar.
Município de Ascurra em, 04 de março de 2010.

MARIA DE FÁTIMA MARTINS
Fiscal de Tributos

TERMO DE CONVÊNIO

O Município de Ascurra, pessoa jurídica de direito público, Inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes Sob. nº 83.102.772/0001-61, com sede a Rua Benjamin Constant nº 221, no bairro centro, nesta Cidade de Ascurra, Estado de Santa Catarina, neste Ato

representado pelo Senhor Moacir Polidoro, brasileiro, casado, eleitor, Prefeito Municipal, residente e domiciliado na Rua Benjamin Constant, 174, no Bairro Centro, neste município de Ascurra, Estado de Santa Catarina doravante denominado simplesmente de CONVENIENTE e do outro lado o CLUBE DOS ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS DE ASCURRA, inscrito no Cadastro de Geral de Contribuintes CGC Sob. Nº 02.970.942/0001.28, com sede na Rua Benjamin Constant, 221 nesta cidade de Ascurra Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu presidente Sta Monike Schmidt Pinto, Brasileira, Solteira, eleitora, inscrita no cadastro de pessoas Físicas sob. 063.434.519-27, cédula de identidade 5.025.064, residente e domiciliado na Rua Aderbal Ramos da Silva,1735 - Guaricanas, doravante denominado simplesmente de CONVENIADO, celebram entre si o presente convênio com vigência a partir da aprovação da lei nº e com término em 30 de dezembro de 2.010, conforme clausulas abaixo;

CLAUSULA PRIMEIRA – OBJETIVO

O presente convênio tem por objetivo principal o repasse de recursos que será utilizado exclusivamente para o pagamento dos custos do transporte do município de Ascurra até as instituições de Ensino Superior e Profissionalizante.

CLAUSULA SEGUNDA – DA DURAÇÃO

O prazo de duração deste convênio passa a contar da data da assinatura até o dia 30 de dezembro de 2.010.

CLAUSULA TERCEIRA - DO VALOR:

O CONVENIENTE repassará os recursos no valor R\$30.000,00 (trinta mil Reais), que serão transferidos em 10 (dez) parcelas mensais e sucessivas de R\$3.000,00 (tres mil Reais), a partir de março de 2010 à conta do Clube dos Estudantes Universitários de Ascurra, Agência nº 3239-5 - Banco Viacredi, Conta Corrente nº 259.780-2, , durante a vigência do convênio, após a prestação de contas da parcela anterior acompanhada da relação dos universitários beneficiados.

CLAUSULA QUARTA- DA PRESTAÇÃO DE CONTAS E RELATÓRIO.

A) Prestação de contas será entregue mensalmente de acordo com a Resolução 16/94 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina acompanhada de relatório mensal.

CLAUSULA QUINTA:

Além das obrigações acima o CONVENIADO no ato da assinatura do presente convênio, deverá apresentar a documentação do Clube dos Estudantes Universitários de Ascurra, Cópia do Estatuto, Certidão do Registro do Estatuto no cartório de registro de títulos e documentos, Cópia da Ata da Eleição da Ultima Diretoria, Ata de Posse.

CLAUSULA SEXTA - DA RECISÃO;

O Presente convênio poderá ser rescindido:

- a) – Pelo não cumprimento das cláusulas prevista no convênio
- b) – Por acordo entre as partes em qualquer tempo;
- c) – No interesse do município de Ascurra

CLAUSULA SÉTIMA – DO FORO

Fica eleito o foro da comarca de Ascurra, para dirimir qualquer duvida quanto o comprimento do presente convênio.

Ascurra (SC),

CONVENENTE
Moacir Polidoro
Prefeito Municipal

CONVENIADO
Monike Schmidt Pinto
Presidente do Clube dos
Estudantes Universitários de Ascurra

Lei Nº 1166

LEI nº 1166, de 04 de março de 2010

Autoriza a concessão de auxílio financeiro à Sociedade Recreativa Esportiva Cultural 7 de Setembro, e dá outras providências.

Moacir Polidoro, Prefeito do Município de Ascurra, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º - Fica autorizado o Executivo Municipal a conceder auxílio financeiro a Sociedade Recreativa Esportiva Cultural 7 de Setembro, CNPJ nº 79.358.628/0001-13, com sede na Rua Ângelo Depiné, 286, Bairro São Francisco, neste município de Ascurra, o valor de R\$6.000,00 (seis mil reais) em 10 (dez) parcelas iguais e mensais de R\$600,00 (seiscentos reais), para a reestruturação e manutenção de suas instalações com a finalidade dar continuidade a suas atividades.

§ 1º - Os recursos mencionados neste artigo, será transferido a partir de março de 2.010 à conta da Sociedade Recreativa Esportiva Cultural 7 de Setembro, Agência do Banco do Brasil, Agência nº 1478-8, conta corrente nº 23.168-1.

§ 2º - A Entidade beneficiada com o auxílio financeiro de que trata o "caput" deste artigo, deverá prestar contas da aplicação dos recursos recebidos, na forma da lei, além de manter suas atividades em prol da comunidade local.

§ 3º - Constatada a não aplicação das verbas para o fim a que se destina, a entidade beneficiada pelo auxílio, ou seu dirigente legal, fica responsável pela restituição ao Erário, em valores corrigidos, cessando imediatamente qualquer repasse ou auxílio governamental em execução, vedando-se o acesso a qualquer outro benefício econômico ou fiscal até a liquidação do débito.

Art. 2º - As despesas com a aplicação desta Lei correm à conta da seguinte dotação Orçamento-Programa Anual:

03.01 – Secretaria de Administração e Planejamento

04.121.0010.2003 – Contribuições financeiras a entidades

33500000000000 – Transferência a instituições privadas sem fins lucrativos

3350439900 – Outras Subvenções Sociais

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Ascurra, em 04 de março de 2010.

MOACIR POLIDORO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei na forma regulamentar;
Município de Ascurra, em 04 de março de 2010.

MARIA DE FÁTIMA MARTINS

Fiscal de Tributos

Lei Nº 1167

LEI Nº 1167, de 04 de março de 2010

Autoriza o Município de Ascurra a firmar convênio com a Associação de Serviços Sociais Voluntários de Ascurra, Apiúna e Rodeio, para assegurar o repasse mensal de recursos financeiros.

Moacir Polidoro, Prefeito Municipal de Ascurra.

Faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica autorizado o Executivo Municipal a Celebrar Convênio com a Associação de Serviços Sociais Voluntários de Ascurra, Apiúna e Rodeio, CNPJ nº 04.754.806.0001-26, com sede na Rodovia BR 470, Km 91,5 nº 1756, Bairro Estação, nesta cidade de Ascurra, para assegurar o repasse mensal de recursos financeiros nos meses compreendido entre março à dezembro do ano de 2010.

Art. 2.º - O município repassará a quantia de R\$ 66.000,00 (sessenta e seis mil reais), destinados a cobertura de despesas de manutenção de suas atividades, conforme convênio, que será mensalmente assim executado;

- Referente aos custos do mês de março/2010 , parcela de R\$ 16.500,00;

- Referente aos custos do mês de abril/2010, parcela de R\$ 5.500,00;

- Referente aos custos do mês de maio/2010, parcela de R\$ 5.500,00;

- Referente aos custos do mês de junho/2010, parcela de R\$ 5.500,00;

- Referente aos custos do mês de julho/2010, parcela de R\$ 5.500,00;

- Referente aos custos do mês de agosto/2010, parcela de R\$ 5.500,00;

- Referente aos custos do mês de setembro/2010, parcela de R\$ 5.500,00;

- Referente aos custos do mês de outubro/2010, parcela de R\$ 5.500,00;

- Referente aos custos do mês de novembro/2010, parcela de R\$ 5.500,00;

- Referente aos custos do mês de dezembro/2010, parcela de R\$ 5.500,00;

Parágrafo Único, Os Recursos mencionados neste artigo, será transferido a partir de março de 2.010 à conta da Associação de Serviços Sociais Voluntários de Ascurra, na agência do Banco do Brasil, Agência Nº 1478-8, Conta Corrente Nº 66843-5.

Art. 3.º - A despesa prevista nessa Lei, correrá por conta da seguinte atividade do Orçamento vigente :

- 0301 –Secretaria de Administração e Planejamento

- 04.121.010-2003 –Contribuições Financeiras a Entidades

- 300000000 – Despesas Correntes

- 335000000 – Transferências a Instituições Privadas s/Fins Lucrativos

- 3350439900 – Outras Subvenções Sociais

- Vinculo – 01000 – Recursos Ordinários

Art. 4º - Os recursos repassados serão aplicados de acordo com as cláusulas previstas no convênio e conforme orientação do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art.5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Município de Ascurra, 04 de março de 2.010.

MOACIR POLIDORO

Prefeito Municipal de Ascurra

Publicada a presente Lei na forma regulamentar;
Município de Ascurra em, 04 de março de 2010.

MARIA DE FÁTIMA MARTINS

Fiscal de Tributos



TERMO DE CONVÊNIO

O Município de Ascurra, pessoa jurídica de direito público, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes Sob. Nº83.102.772/0001-61, com sede a Rua Benjamin Constant nº221, no bairro Centro, nesta Cidade de Ascurra, Estado de Santa Catarina, neste Ato representada pelo Senhor Moacir Polidoro, brasileiro, casado, eleitor, Prefeito Municipal, residente e domiciliado na Rua Benjamin Constant, 174, no Bairro Estação, neste município de Ascurra, Estado de Santa Catarina doravante denominado simplesmente de CONVENIENTE e do outro lado a Associação de Serviços Sociais Voluntários de Ascurra, Apiúna e Rodeio, inscrita no Cadastro de Geral de Contribuintes CGC Sob. Nº 04.754.806,0001-26 com sede na Rodovia BR 470, Km 91,5, nº 1756, Bairro Estação, nesta cidade de Ascurra Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu presidente Senhor Luiz Antonio Borges, brasileiro, casado, servidor público, inscrito no cadastro de pessoas Físicas sob. Nº 487.894.539/72, cédula de identidade nº 1.720.362-7, residente e domiciliado na Rua Alfredo Geske, nº123, bairro Centro, doravante denominado simplesmente de CONVENIADO, celebram entre si o presente convênio com vigência a partir da aprovação da lei nº e com término em 31 de Dezembro de 2.010, conforme cláusulas abaixo;

CLAUSULA PRIMEIRA – OBJETIVO

O presente convênio tem por objetivo principal o atendimento, na forma prevista nos Estatutos sociais da Associação de Serviços Sociais Voluntários de Ascurra, Apiúna e Rodeio à população de Ascurra.

CLAUSULA SEGUNDA – DA DURAÇÃO

O prazo de duração deste convênio passa a contar da data da assinatura até o dia 31 de dezembro de 2.010.

CLAUSULA TERCEIRA - DO VALOR:

O CONVENTE repassará os recursos no valor de R\$66.000,00 (sessenta e seis mil reais), que serão transferidos em 10 (dez) parcelas mensais, sendo a 1ª no valor de R\$16.500,00 (dezesesseis mil e quinhentos Reais) e as demais no valor de R\$5.500,00 (cinco mil e quinhentos Reais), a partir de março de 2.010 à conta da Associação de Serviços Sociais Voluntários de Ascurra, no do Banco do BRASIL, Agencia Nº 1478-8, Conta Corrente Nº 66843-5, durante a vigência do convênio, após a prestação de contas da parcela anterior acompanhada de relatório dos atendimentos no Município de Ascurra durante o mês.

Parágrafo Único: da fonte de recursos;

As despesas para a execução da presente lei correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

0301- Secretaria de Administração e Planejamento

04.121.0010.2003 – contribuições financeiras a entidades

30000000 - Despesas Correntes

33500000 - Transferências a instituições privadas sem fins lucrativos

3350439900– Outras Subvenções Sociais

Vínculo – 01000 – Recursos Ordinários

CLAUSULA QUARTA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS E RELATÓRIO.

A) Prestação de contas mensalmente de acordo com a Resolução 16/94 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina;

B) Deverá acompanhar a prestação de contas um relatório mensal dos atendimentos, constando a data e hora de atendimento, nome do paciente, endereço, procedimento (em caso de transporte de onde para aonde).

CLAUSULA QUINTA:

Além das obrigações acima o CONVENIADO no ato da assinatura do presente convênio, deverá apresentar a documentação da Associação de serviços Sociais Voluntários de Ascurra – Apiúna e Rodeio, tais como, Cópia dos Estatutos Sociais, Certidão de Registro dos Estatutos, Cópia da Ata da Eleição da Última Diretoria, Ata de Posse, Registro competente em órgão social. Certidão negativa do INSS e Ministério da Fazenda.

CLAUSULA SEXTA- DA RECISÃO;

O Presente convênio poderá ser rescindido:

- a) – Pelo não cumprimento das cláusulas prevista no convênio
- b) – Por acordo entre as partes em qualquer tempo;
- c) - No interesse do município de Ascurra.

CLAUSULA SÉTIMA – DO FORO

Fica eleito o foro da comarca de Ascurra, para dirimir qualquer dúvida quanto o comprimento do presente convênio.

Ascurra em,

CONVENIENTE
MOACIR POLIDORO
Prefeito Municipal

CONVENIADO
LUIZ ANTONIO BORGES
Presidente da ASSV

Biguaçu**PREFEITURA MUNICIPAL****Contrato 153 PMB**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - DIVISÃO DE LICITAÇÃO
PMB

Contrato n.º153/10.contratado:mega tratores Ltda me.Valor R\$ 2.513,00.Vigência:31/12/10.objeto:aquisição de peças para reposição das máquinas, tratores e retroescavadeira da Secretaria de Obras. PP n. 26/10PMB.

Braço do Trombudo**PREFEITURA MUNICIPAL****Lei 0645/2010**

LEI Nº 0645/2010

ALTERA O ARTIGO 2º DA LEI Nº 0479/2005 DE 13.04.2005, QUE AUTORIZA O MUNICÍPIO A FILIAR-SE A CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS - CNM, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Vilberto Muller Schovinder, Prefeito do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, etc...

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º – Altera o Artigo 2º da Lei nº 0479/2005 de 13.04.2005,



onde o valor da contribuição mensal passará a ser de R\$ 315,00 (trezentos e quinze reais).

Art. 2º – As despesas decorrentes da aplicação desta Lei, correrão à conta do orçamento vigente.

Art. 3º – Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade á publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008, com efeitos retroativos a 01.01.2010.

Art. 4º - Fica revogada a Lei 0508/2006 de 08.03.2006.

Braço do Trombudo, em 10 de março de 2.010.
VILBERTO MULLER SCHOVINDER
Prefeito Municipal

Lei 0646/2010

LEI Nº 0646/2010

Altera o artigo 2º da Lei nº 301/98 de 13.10.98, que autoriza o município a filiar-se a FECAM, e dá outras providências.

Vilberto Muller Schovinder, Prefeito do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, etc...

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º – Altera o Artigo 2º da Lei nº 301/98 de 13.10.1998, onde o valor da contribuição mensal passa a ser de R\$ 700,00 (setecentos reais).

Art. 2º – As despesas decorrentes da aplicação desta Lei, correrão

à conta do orçamento vigente e futuros.

Art.3º – Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade á publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008, com efeitos retroativos a 01.01.2010.

Art. 4º - Fica revogada a Lei nº 0589/2008 de 04.06.2008.

Braço do Trombudo, em 10 de março 2010.
VILBERTO MULLER SCHOVINDER
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato de Prestação de Serviços 4/2010 FMS

EXTRATO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS 4/2010 FMS

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Braço do Trombudo, CNPJ 11.481.782/0001- 44, sito a Rua Leopoldo Joenck, município de Braço do Trombudo – SC.

Contratada: Betha Sistemas Ltda

CNPJ 00.456.865/0001-67, sito a Rua João Pessoa, 134 Cidade de Criciúma - SC

Objeto: Locação sistema folha de pagamento e implantação, configuração e parametrização Sistema Folha de Pagamento.

Valor: R\$ 2.353,70 (dois mil, trezentos e cinquenta e três reais e setenta centavos)

Vigência até 31.12.2010

Data da assinatura: 10.03.2010

VILBERTO MULLER SCHOVINDER
Prefeito Municipal

Ata de Registro de Preço 10/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2010

Página: 1/4

Número do Registro de Preços: 10/2010 Data do Registro: 10/03/2010 Válido até: 10/03/2011

Objeto da Compra: Aquisição de peças para implementos agrícolas

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Oferecida	Preço Unitário	Classificação
1	Kit facas (7288)	KIT	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JF	682,0000	1
2	Eixo do rotor c/ arruela de vedação (7289)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JF	170,0000	1
3	Mola quebra jato (7290)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JF	11,0000	1
4	Pino segurança (7291)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JF	1,0000	1
5	Contra faca H20F4 (7292)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JF	41,0000	1
6	Faca inferior da plataforma (7293)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JF	47,0000	1
7	Cabo de giro da bica (7294)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JF	88,0000	1
8	Conjunto de fixação trava (7295)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JF	40,0000	1
9	Vedação completa do cilindro dentado móvel (7296)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JF	28,0000	1
10	Eixo polia cardan (7297)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JF	162,0000	1
11	Base e pedra afiador (7298)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JF	201,0000	1
12	Cabo de aço c/ grampo (7299)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JF	12,0000	1
13	Mola do cilindro dentado móvel (7300)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JF	30,8000	1
14	Rotor pressão bomba lobular (7301)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	MEPEL	285,0000	1
15	Engrenagem BL 38D (7302)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	MEPEL	170,0000	1
16	Selo mecanico T01 1.1/2" STD (7303)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	MEPEL	85,0000	1
17	Corpo da bomba 4" (7304)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	MEPEL	350,0000	1
18	Tampa da Bomba (7305)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	MEPEL	60,0000	1
19	Cone com haste válvula alívio (7306)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	MEPEL	55,0000	1
20	Caneco superior válvula alívio (7307)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	MEPEL	55,0000	1
21	Engate rápido 4" (7308)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	MEPEL	50,0000	1
22	Bico aspersor (7309)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	MEPEL	55,0000	1



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 2/4

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 10/2010**Número do Registro de Preços: 10/2010** **Data do Registro: 10/03/2010** **Válido até: 10/03/2011****Objeto da Compra:** Aquisição de peças para implementos agrícolas

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Oferecida	Preço Unitário	Classificação
23	Canhão lateral para daol 4" (7310)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	MEPEL	365,0000	1
24	Aros distribuidor (7311)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	MEPEL	155,0000	1
25	Faca de espera para ensiladeira (7312)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JUMIL	62,0000	1
26	Faca picadeira para ensiladeira (7313)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JUMIL	20,0000	1
27	Faca ceifadeira para ensiladeira (7314)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JUMIL	20,0000	1
28	Corrente 60/1 185E+E (7315)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	DID	240,0000	1
29	Eixo tomada de potência (7316)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JUMIL	249,0000	1
30	Eixo pinhão Z8 (7317)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JUMIL	138,0000	1
31	Eixo estriado esquerdo (7318)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JUMIL	236,0000	1
32	Eixo estriado direito (7319)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JUMIL	156,0000	1
33	Cunha faca para ensiladeira (7320)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JUMIL	26,0000	1
34	Disco de fricção ensiladeira (7321)	JG	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JUMIL	78,0000	1
35	Ventoinha (7322)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JUMIL	723,0000	1
36	Volante. (7323)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JUMIL	767,0000	1
37	Rebolo (7324)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JUMIL	145,0000	1
38	Engrenagem de transmissão Z37D (7325)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JUMIL	150,0000	1
39	Engrenagem de transmissão 14D (7326)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JUMIL	120,0000	1
40	Disco grade 18" recortado (7327)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	METISA	44,0000	1
41	Disco grade 20" recortado (7328)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	METISA	55,0000	1
42	Mancal atrito MA 192.5 FQI (7329)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	BALDAN	70,0000	1
43	Carretel liso fundido para grade (7330)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	BALDAN	32,0000	1
44	Disco plano 17" ranhorado 6 furos (7331)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	METISA	64,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 3/4

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 10/2010**Número do Registro de Preços: 10/2010** **Data do Registro: 10/03/2010** **Válido até: 10/03/2011****Objeto da Compra:** Aquisição de peças para implementos agrícolas

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Oferecida	Preço Unitário	Classificação
45	Limpador dianteiro grade (7332)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	BALDAN	37,0000	1
46	Garra avulsa (7333)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	GIRO	420,0000	1
47	Cubo do disco completo com rolamento (7334)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	GIRO	140,0000	1
48	Disco ranhorado 17" subsolador 5 furos (7335)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	METISA	70,0000	1
49	Ponta plantadeira 2090 (7336)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JUMIL	55,0000	1
50	Disco plano 14" 2090 6 furos (7337)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	METISA	43,0000	1
51	Disco plano 15" 2090 6 furos (7338)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	METISA	45,0000	1
52	Junta agrícola (7339)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	AENCO	117,0000	1
53	Cruzeta 5312xCC36 (7340)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	AENCO	29,0000	1
54	Cardan CC 2001/4 (7341)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	AENCO	318,0000	1
55	Cardan 5001/8 5001/9 5001/7 (7342)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	AENCO	398,0000	1
56	Ponta escarificador 3/4" com parafuso (7343)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	METISA	40,0000	1
57	Alveca arado (7344)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	SPILLERE	173,0000	1
58	Ponta arado (7345)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	MADUBAR	85,0000	1
59	Rosca de alimentação (7346)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JUMIL	370,0000	1
60	Alimentador maior. (7347)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JUMIL	525,0000	1
61	Correia C75 (7348)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	REXON	33,0000	1
62	Correia C144 (7349)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	REXON	59,4000	1
63	Correia C136 (7350)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	REXON	52,8000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 4/4

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 10/2010**Número do Registro de Preços: 10/2010** **Data do Registro: 10/03/2010** **Válido até: 10/03/2011****Objeto da Compra:** Aquisição de peças para implementos agrícolas

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Oferecida	Preço Unitário	Classificação
64	Aros carreta 6 furos (7351)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	TRITON	130,0000	1

BRACO DO TROMBUDO , 10 de Março de 2010.



Caçador

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto nº 4.439

DECRETO nº 4.439, de 03 de março de 2010.
Aprova desmembramento de terreno urbano.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos da Lei Federal nº 6.766/79, Lei Estadual nº 6.063/82, Lei Complementar nº 128/2008 – Lei de Parcelamento do Solo Urbano e Lei 2.119/04,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica aprovado o desmembramento de um terreno urbano com área total de 924,00m² (novecentos e vinte e quatro metros quadrados), constituído pelos Lotes nº 9 e 10, da quadra 08, do Loteamento Jardim Daniele, nesta cidade, objeto da Matrícula nº 4.503, do R. I. desta Comarca, de propriedade de Amilton José Maciel, ficando após o desmembramento constituído de dois terrenos urbanos, com as seguintes medidas e confrontações, tudo de conformidade com o mapa e memorial descritivo, que ficam fazendo parte integrante do presente Decreto:

I – Área 01, com 396,00m² (trezentos e noventa e seis metros quadrados), confrontando: ao Norte, com a Área 2, medindo 33,00 metros; ao Sul, com Espólio de João Santo Damo, medindo 33,00 metros; a Leste, com a Rua Victor Kruger, medindo 12,00 metros; e a Oeste, com Waldomiro Báu, Lino Sperotto e Domingos Paganelli, medindo 12,00 metros;

II – Área 02, com 528,00m² (quinhentos e vinte oito metros quadrados), confrontando: ao Norte, com Imobiliária Almar Ltda, medindo 33,00 metros; ao Sul, com a Área 1, medindo 33,00 metros; a Leste, com Rua Victor Kruger, medindo 16,00 metros; e a Oeste, com Waldomiro Báu, Lino Sperotto e Domingos Paganelli, medindo 16,00 metros;

Parágrafo único. A Prefeitura Municipal de Caçador, através de seus órgãos competentes, não se responsabiliza pela ocorrência de divergências entre as medidas e confrontações resultantes deste desmembramento.

Art. 2º O Registro do Desmembramento no Cartório de Registro de Imóveis, desta Comarca, deverá ser feito no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, sob pena de caducidade da aprovação.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 03 de março de 2009.

SAULO SPEROTTO
Prefeito Municipal.

NEREU BAÚ
Secretário da Administração e Fazenda.

Decreto nº 4.442

DECRETO nº 4.442, de 03 de março de 2010.
Aprova desmembramento de terreno urbano.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos da Lei Federal nº 6.766/79, Lei Estadual

nº 6.063/82, Lei Complementar nº 128/2008 – Lei de Parcelamento do Solo Urbano e Lei 2.119/04,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica aprovado o desmembramento de um terreno urbano com área total de 964,00m² (novecentos e sessenta e quatro metros quadrados), localizado no Bairro dos Municípios, na Rua Itapiranga, nesta cidade, objeto da Matrícula nº 26.697, do R. I. desta Comarca, de propriedade de Odirson Trancoso e de sua mulher Neiva Nhoato Trancoso, ficando após o desmembramento constituído de dois terrenos urbanos, com as seguintes medidas e confrontações, tudo de conformidade com o mapa e memorial descritivo, que ficam fazendo parte integrante do presente Decreto:

I – Lote 01, com 536,50m² (quinhentos e trinta e seis metros e cinquenta décimos quadrados), confrontando: ao Norte, com a Área 2, medindo 36,25 metros; ao Sul, com Olímpio Fabiani, medindo 37,40 metros; a Leste, com Gisele Brusco Comazzetto, medindo 15,07 metros; e a Oeste, com a Rua Itapiranga, medindo 15,25 metros;

II – Área 02, com 427,50m² (quatrocentos e vinte e sete metros e cinquenta décimos quadrados), confrontando: ao Norte, com Augusto Paviani, medindo 35,00 metros; ao Sul, com o Lote 01 do desmembramento, medindo 36,25 metros; a Leste, com Gisele Brusco Comazzetto, medindo 12,00 metros; e a Oeste, com a Rua Itapiranga, medindo 12,00 metros;

Parágrafo único. A Prefeitura Municipal de Caçador, através de seus órgãos competentes, não se responsabiliza pela ocorrência de divergências entre as medidas e confrontações resultantes deste desmembramento.

Art. 2º O Registro do Desmembramento no Cartório de Registro de Imóveis, desta Comarca, deverá ser feito no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, sob pena de caducidade da aprovação.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 03 de março de 2009.

SAULO SPEROTTO
Prefeito Municipal.

NEREU BAÚ
Secretário da Administração e Fazenda.

Decreto nº 4.443

DECRETO nº 4.443 de 05 de março de 2010.
Nomeia Comissão Especial de Avaliação.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

D E C R E T A:

Art. 1º - Ficam nomeados os cidadãos ANTONIO CARLOS DO NASCIMENTO BITTENCOURT, OSCAR SCOLARO, EMERSON SCHMIDT e ALCEU ZARDO, para, sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão Especial de Avaliação de uma área de terreno rural com 12.363,95 m² (doze mil, trezentos e sessenta e três metros e noventa e cinco décimos quadrados), ao lado do Aero Porto Municipal, confrontando ao Norte, com Osni Caetano Junior e ao Oeste, com a Rodovia Avelino Mandelli e apresentarem laudo de avaliação ao Poder Executivo Municipal, no prazo de 15 (quinze)

dias, contados da publicação deste Decreto.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 05 de março de 2010.

SAULO SPEROTTO

Prefeito Municipal.

NEREU BAÚ

Secretário da Administração e Fazenda.

Portaria N° 19.405

PORTARIA nº 19.405, de 26 de fevereiro de 2010.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 90, da Lei Complementar nº 056/2004- Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

R E S O L V E:

CONCEDER aos Servidores públicos Municipais férias regulamentares de 1º de fevereiro de 2010 a 02 de março de 2010, acrescido do adicional de férias, aos Servidores lotados nas diversas Secretarias Municipais, especificando: código, nome, cargo, secretaria de lotação e valor calculado, conforme segue:

Cód	Funcionário	Sec	Período de Aquisição	Período de Gozo
103	Eltes Francisco Sinhorin	01	01/01/2009 a 31/12/2009	01/02/2010 a 02/03/2010
8867	Terezinha Kuiawa Ferreira	01	20/01/2009 a 19/01/2010	01/02/2010 a 02/03/2010
1200	Carla Cavalheiro Dallazem	02	01/01/2008 a 31/12/2008	01/02/2010 a 02/03/2010
521	Elizete Regina Bleichuvell	02	01/12/2007 a 30/11/2008	01/02/2010 a 02/03/2010
838	Fabio Deniz Casagrande	02	01/01/2008 a 31/12/2008	01/02/2010 a 02/03/2010
999	Samara Aparecida Roaris	02	01/01/2008 a 31/12/2008	01/02/2010 a 02/03/2010
6065	Adão Ortiz Goes	03	01/12/2008 a 30/11/2009	01/02/2010 a 02/03/2010
1857	Adenir Zotto	03	01/01/2009 a 31/12/2009	01/02/2010 a 02/03/2010
3521	Airton Rogério Bick	03	01/02/2009 a 31/01/2009	01/02/2010 a 02/03/2010
1003	Antônio Medeiros de Oliveira	03	01/01/2007 a 31/12/2007	01/02/2010 a 02/03/2010
4953	Camilo Paganini	03	02/08/2008 a 01/08/2009	01/02/2010 a 02/03/2010
365	Dario Francio	03	03/03/2006 a 04/12/2007	01/02/2010 a 02/03/2010
1278	Eurico Antônio de Oliveira	03	01/01/2009 a 31/12/2009	01/02/2010 a 02/03/2010
8552	Fernando Luiz da Silva Oliveira	03	02/06/2008 a 01/06/2009	01/02/2010 a 02/03/2010
3268	Hermes Olinto Agusti	03	01/01/2008 a 31/12/2008	01/02/2010 a 02/03/2010
2492	Ilto Adão Ferreira	03	01/01/2007 a 31/12/2007	01/02/2010 a 02/03/2010
2491	Jandir Antunes de Oliveira	03	01/01/2009 a 31/12/2009	01/02/2010 a 02/03/2010

611	João Oliveira Prestes	03	03/10/2008 a 02/10/2009	01/02/2010 a 02/03/2010
1311	Joel Monteiro	03	02/02/2009 a 01/02/2010	01/02/2010 a 02/03/2010
1405	Jorge Luiz Antunes de Oliveira	03	01/01/2006 a 31/12/2006	01/02/2010 a 02/03/2010
896	José Alves Ribeiro	03	01/02/2009 a 31/01/2009	01/02/2010 a 02/03/2010
3422	José Moreira Rosa	03	17/09/2006 a 16/09/2007	01/02/2010 a 02/03/2010
1417	Loreli Aparecida Varela	03	01/01/2007 a 31/12/2007	01/02/2010 a 02/03/2010
869	Lúcio Ademar Pereira	03	02/10/2007 a 01/10/2008	01/02/2010 a 02/03/2010
3949	Luiz Carlos Ribeiro	03	01/01/2009 a 31/12/2009	01/02/2010 a 02/03/2010
396	Nilton Antônio	03	01/12/2009 a 30/11/2009	01/02/2010 a 02/03/2010
1993	Parcival Antônio Viera	03	01/12/2008 a 30/11/2009	01/02/2010 a 02/03/2010
554	Ricardo Pires de Camargo	03	02/01/2008 a 01/01/2009	01/02/2010 a 02/03/2010
2628	Rui Mattana	03	01/01/2009 a 31/12/2009	01/02/2010 a 02/03/2010
3382	Anderson José de Oliveira	06	19/08/2008 a 18/08/2009	01/02/2010 a 02/03/2010
1072	Andréia Marcia Reatto Stefannes	06	01/01/2009 a 31/12/2009	01/02/2010 a 02/03/2010

711	Antônio de Oliveira Segundo	06	01/12/2007 a 30/11/2008	01/02/2010 a 02/03/2010
1771	Aurélio Luiz Arrabar	06	19/04/2008 a 18/04/2009	01/02/2010 a 02/03/2010
2610	Claudimir Torezan	06	01/02/2009 a 31/01/2010	01/02/2010 a 02/03/2010
1073	Claudenir Leidens	06	31/10/2007 a 30/10/2008	01/02/2010 a 02/03/2010
630	Eliana Linhares Pivato	06	01/01/2009 a 31/12/2009	01/02/2010 a 02/03/2010
874	Elisabete de Liz Leite	06	14/06/2008 a 13/06/2009	01/02/2010 a 02/03/2010
3353	João Alberto Susin Marini	06	01/08/2005 a 31/07/2006	01/02/2010 a 02/03/2010
888	José Osni Batista	06	01/01/2009 a 31/12/2009	01/02/2010 a 02/03/2010
8725	Loely Bellaver	06	01/01/2009 a 31/12/2009	01/02/2010 a 02/03/2010
3273	Maria Estela Cavichioli	06	01/02/2009 a 31/01/2010	01/02/2010 a 02/03/2010
632	Miguel Angêlo Cury	06	01/01/2008 a 31/12/2008	01/02/2010 a 02/03/2010
7683	Nara Tescke	06	16/07/2008 a 15/07/2009	01/02/2010 a 02/03/2010
693	Paula Brustolin Xavier	06	01/04/2008 a 31/03/2009	01/02/2010 a 02/03/2010
1053	Rosemaria Combin	06	09/03/2008 a 08/03/2009	01/02/2010 a 02/03/2010
135	Sueli Terezinha Bueno	06	25/11/2006 a 24/11/2007	01/02/2010 a 02/03/2010
1179	Vilma de Souza Mello Jarschel	06	01/11/2008 a 31/10/2009	01/02/2010 a 02/03/2010
1514	Ruth Macedo Maciel	07	01/01/2009 a 31/12/2009	01/02/2010 a 02/03/2010



573	Sebastião Gonçalves	07	01/01/2009 a 31/12/2009	01/02/2010 a 02/03/2010
1264	Sebastião Moraes	07	07/08/2008 a 06/08/2009	01/02/2010 a 02/03/2010
1328	Valmir do Prado Geraldo	07	01/01/2009 a 31/12/2009	01/02/2010 a 02/03/2010
7740	Eunice Linhares Fleck	08	01/08/2008 a 31/07/2009	01/02/2010 a 02/03/2010
181	Marines Delavechia Colaço	08	01/02/2008 a 31/01/2009	01/02/2010 a 02/03/2010
6301	Nilo Sérgio Luz Amorin	08	06/02/2009 a 05/02/2010	01/02/2010 a 02/03/2010
7974	Candice Valeida Goltz	10	10/01/2009 a 09/01/2010	01/02/2010 a 02/03/2010
8052	Graziela Lea Gallina	10	01/02/2009 a 31/01/2010	01/02/2010 a 02/03/2010
8325	Monica Varela Regges	10	03/03/2008 a 02/03/2009	01/02/2010 a 02/03/2010
7829	Gianni Lúcio Parizott	12	17/09/2008 a 16/09/2009	01/02/2010 a 02/03/2010
4595	Joice Luiza Flores de Matias W	12	01/03/2008 a 28/02/2009	01/02/2010 a 02/03/2010
1475	Denise Lourdes da Luz	16	01/01/2009 a 31/12/2009	01/02/2010 a 02/03/2010
2577	Marinez Stefan de Mello	16	01/01/2009 a 31/12/2009	01/02/2010 a 02/03/2010
704	Alvadi de Oliveira	30	01/01/2009 a 31/12/2009	01/02/2010 a 02/03/2010
617	Atanil Ribeiro da Silva	30	01/01/2009 a 31/12/2009	01/02/2010 a 02/03/2010
399	Cláudio Altair Cordeiro	30	01/01/2009 a 31/12/2009	01/02/2010 a 02/03/2010
1720	Sandro José Neres da Rocha	30	21/02/2008 a 20/02/2009	01/02/2010 a 02/03/2010
8726	Scheilla Maria Soares Marins	30	01/01/2009 a 31/12/2009	01/02/2010 a 02/03/2010
7990	Ademilson Fernandes	32	14/01/2008 a 13/01/2009	01/02/2010 a 02/03/2010
7992	Loemir Engel Lopes	32	14/01/2008 a 13/01/2009	01/02/2010 a 02/03/2010
8335	Márcio Faccioni de Mello	32	13/03/2008 a 12/03/2009	01/02/2010 a 02/03/2010
1062	Angélica Moscheta Schneider	37	01/01/2009 a 31/12/2009	01/02/2010 a 02/03/2010
8731	Karina Pompermayer	38	01/01/2009 a 31/12/2009	01/02/2010 a 02/03/2010

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 26 de fevereiro de 2010.

SAULO SPEROTTO
Prefeito Municipal.

MARGOT ROSELY SIQUEIRA
Secretária Adjunta Para Assuntos da Administração.

Portaria N° 19.406

PORTARIA N° 19.406, de 26 de fevereiro de 2010.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do Parágrafo único do art. 85, da Lei Orgânica do Município, e do art. 72, inciso I, da Lei Complementar

n° 056, de 10/12/2005 – Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Caçador,

R E S O L V E:

CESSAR os efeitos das Portarias n° 18.7632, de 31/03/2009, que designou a Servidora Pública Municipal MARCIA INES GONÇALVES CORDEIRO MELLO, ocupante do cargo de Professora, para Função Gratificada – FG 30% (trinta por cento), a contar de 1º de fevereiro de 2010.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 26 de fevereiro de 2010.

SAULO SPEROTTO
Prefeito Municipal.

MARGOT ROSELY SIQUEIRA
Secretária Adjunta Para Assuntos da Administração.

Portaria N° 19.407

PORTARIA n° 19.407, de 26 de fevereiro de 2010.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador,

R E S O L V E :

REDUZIR a Função Gratificada de 50% (cinquenta por cento) para 30% (trinta por cento) da Servidora Pública Municipal IVONETE RUPPEL MELLO, ocupante do cargo Secretária Escolar, a contar de 1º de fevereiro de 2010.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 26 de fevereiro de 2010.

SAULO SPEROTTO
Prefeito Municipal

MARGOT ROSELY SIQUEIRA
Secretária Adjunta para Assuntos da Administração .

Portaria N° 19.408

PORTARIA N° 19.408, de 26 de fevereiro de 2010.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso V, e art. 85, parágrafo único, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar n° 1, de 8/3/1990 e ainda o art. 7º, §10, da Lei Complementar n° 21, 28/12/2001, que dispõe sobre a nova Organização Administrativa da Prefeitura Municipal,

R E S O L V E:

DESIGNAR a Servidora Pública Municipal ELIANE BORTOLINI, ocupante do cargo de Secretária Escolar, para exercer a Função Gratificada- FGR- 30% (trinta por cento) sobre seus vencimentos básicos, lotado na Secretaria de Infra-Estrutura, da Prefeitura Municipal, com carga horária de 35 (trinta e cinco) hora semanais, pertencente ao Grupo Ocupacional Funções Gratificadas, do Poder Executivo Municipal, previsto no art. 6º, folha n° 8/10, da Lei Complementar n° 01, de 8/3/1991 e suas alterações, com efeitos retroativos a contar de 1º de fevereiro de 2010.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 26 de fevereiro de



2010.
SAULO SPEROTTO
Prefeito Municipal.

MARGOT ROSELY SIQUEIRA
SecretáriaAdjunta para Assuntos da Administração .

Portaria N° 19.409

PORTARIA N° 19.409, de 26 de fevereiro de 2010.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do Parágrafo único do art. 85, da Lei Orgânica do Município, e do art. 72, inciso I, da Lei Complementar nº 056, de 10/12/2005 – Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Caçador,

R E S O L V E:

CESSAR os efeitos das portarias, a seguir relacionadas, dos Servidores Públicos Municipais Efetivos, designados para ocuparem Funções de Confiança de Diretores Escolares, especificando: nome, cargo, secretaria e número da portaria de nomeação, a contar de 1º de fevereiro de 2010:

Cód.	Nome	Cargo/Direção	Sec.	Nº Port. Nomeação
4274	Elisabete Rodrigues	EMEB Nossa Senhora da Salette	05	18.674/09
966	Idalci Sampaio Colla	EMEB Henrique Júlio Berger	05	18.674/09
129	Claudia Maria Bischoff	EMEB Irmão Venâncio José	05	18.674/09

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 26 de fevereiro de 2010.
SAULO SPEROTTO
Prefeito Municipal.

MARGOT ROSELY SIQUEIRA
SecretáriaAdjunta para Assuntos da Administração .

Portaria N° 19.410

PORTARIA N° 19.410, de 26 de fevereiro de 2010.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei nº 398, de 13/12/1990, alterada pelas Leis nº 447, de 22/08/1991 e 1.359, de 23/06/1999,

R E S O L V E:

RESCINDIR os contratos em caráter temporário dos Servidores Públicos Municipais a seguir relacionados, especificando: nome, cargo, secretaria de lotação e data da rescisão, conforme segue:

Cod.	Nome	Cargo	Sec. Lot	Data resc.
9545	Antonio Carlos de Mello	Assistente Administrativo	01	04/02/2010
9604	Gustavo Spuldaro Tanno	Auxiliar de Secretário	02	01/02/2010
9705	Juliane Aparecida dos Santos	Recepcionista	06	01/02/2010
9702	Marcos Antonio Henning	Médico	06	28/02/2010
9669	Vanessa Cinelli Maceri	Contínuo	06	12/02/2010

9671	Vinicius Marcelino Piccoli	Almoxarife	06	28/02/2010
9564	Suelen Vergínia Kool	Assistente Social	08	05/02/2010

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 26 de fevereiro de 2010.
SAULO SPEROTTO
Prefeito Municipal.

MARGOT ROSELY SIQUEIRA
SecretáriaAdjunta para Assuntos da Administração .

Portaria N° 19.411

PORTARIA N° 19.411, de 26 de fevereiro de 2010.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 71, § 1º, inciso I, da Lei Complementar nº 056, de 20/12/2004 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

R E S O L V E:

EXONERAR a pedido, os Servidores Públicos Municipais a seguir relacionados, especificando: nome, cargo, portaria de nomeação e data exoneração, conforme segue:

Cód.	Nome	Cargo	Portaria Nom.	Data Exon.
9695	Elaine Favero	Agente Administrativo	19.386/10	28/02/2010
322	Milva Terezinha Maffioletti	Servente Educação	794/92	01/02/2010
4265	Nelci Monteiro da Silva França	Professora 1ª a 4ª série	13.110/04	01/02/2010
4266	Noeli Cavalheiro Werner	Professora Educação Infantil	13.111/04	01/02/2010
400	Terezinha Andrighetti Nava	Professora Educação Infantil	795/92	01/02/2010

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 26 de fevereiro de 2010.
SAULO SPEROTTO
Prefeito Municipal.

MARGOT ROSELY SIQUEIRA
Secretária Adjunta Para Assuntos da Administração.

Portaria N° 19.412

PORTARIA N° 19.412, de 26 de fevereiro de 2010.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do inciso V, art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 01, de 08/03/1990, que dispõe sobre plano de cargos, vencimentos, carreira do Servidor Público Municipal

R E S O L V E:

EXONERAR os Servidores Públicos Municipais, a seguir relacionados, dos cargos em comissão: especificando nome, cargo, referência, carga horária e data da exoneração, conforme segue:



Cód.	Nome	Cargo	Ref	C.H.	Data Exon.
10089	Jair Carlos dos Santos	Assessor de Secretário da Administração e Fazenda	CC4	35	28/02/2010
9196	Wilson dos Anjos	Assessor de Secretário de Saúde	CC4	35	28/02/2010

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 26 de fevereiro de 2010.

SAULO SPEROTTO
Prefeito Municipal.

MARGOT ROSELY SIQUEIRA
Secretária Adjunta para Assuntos da Administração .

Portaria N° 19.413

PORTARIA N° 19.413, de 26 de fevereiro de 2010.

O PREFEITO MUNICIPAL CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar n° 083, de 23/05/2006,

R E S O L V E:

RESCINDIR o contrato por tempo determinado de ANGELLY CRISTINA BITTENCOURT, Psicóloga- Programa DST/HIV/AIDS, Referência 79, carga horária de 20 (vinte) horas semanais, na Secretaria de Saúde, a partir de 28 de fevereiro de 2010.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 26 de fevereiro de 2010.

SAULO SPEROTTO
Prefeito Municipal.

MARGOT ROSELY SIQUEIRA
Secretária Adjunta para Assuntos da Administração.

Portaria N° 19.414

PORTARIA N° 19.414, de 26 de fevereiro de 2010.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 01, inciso II, da Lei Orgânica do Município de Caçador e Lei Municipal n° 1.630, de 20/6/01 e suas alterações,

R E S O L V E:

RESCINDIR, os contratos por tempo determinado dos Servidores Públicos, a seguir relacionados, especificando: nome, cargo, secretaria de lotação, referência e data da rescisão, conforme segue:

Cód.	Nome	Cargo	Sec.	Data Resc.
8242	Mariana Bortolon	Odontóloga	10	18/02/2010
6287	Luzia Alves da Cruz	Agente Comunitário de Saúde	36	25/02/2010

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 26 de fevereiro de 2010.

SAULO SPEROTTO

Prefeito Municipal.

MARGOT ROSELY SIQUEIRA
Secretária Adjunta Para Assuntos da Administração.

Portaria N° 19.415

PORTARIA n° 19.415, de 26 de fevereiro de 2010.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 178 e seguintes, da Lei Complementar n° 056/2004- Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

R E S O L V E:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais, lotados em diversas Secretarias Municipais, o pagamento do serviço extraordinário, hora extra, prestado durante o mês fevereiro de 2010, especificando: quantidade de horas, código e nome do servidor, conforme segue:

Código	Nome	Sec.	Nº Horas
7741	Admir José Casagrande	02	40
1046	Elena Graci Grabach Carneiro	02	07
1382	Eurico Wagner	02	27
9547	Iris Fernandes do Nascimento	02	60
9548	Renata Magaly Tomacheuski	02	60
999	Samara Aparecida Roaris	02	21,30
8548	Sandra Mara Amadori Nunes	02	40
2497	Vilmar Goes	02	56
2507	Adão Ribeiro de Camargo	03	30
1965	Alan Rocha Liegel	03	60
9681	Altamiro Figueroa	03	30
2647	Altenir Ferreira	03	50
9614	Antônio Adelar da Silva	03	30
1552	Antônio Voitach	03	30
1018	Carlos Antônio Sotel	03	25
929	Damião Quintino de Souza	03	30
8	Darci Alves	03	20
8441	Dineya Padilha Cordeiro	03	20
1303	Dioclécio Alves de Moura	03	13
2503	Dorival Gonçalves Soares	03	30
9695	Elaine Favero	03	40
563	Euclides Alves de Mello	03	20
9679	Fábio José Cordeiro	03	45
716	Fernando Antônio Dal Puppo	03	20
1089	Francisco de Assis Machado	03	45
1276	Geraldo Moraes da Silva	03	22
8318	Giovani Lipka	03	30
1026	Ilário Bachi	03	30
1899	Itamar Abreu do Nascimento	03	30

478	Joacir Antunes de Oliveira	03	40
1121	João Gonçalves	03	20
1279	João José do Prado	03	30
1347	João Maria Hornburger	03	60
8551	Jorge Luiz Trindade	03	48
2501	José Adelar Soares	03	30
1242	José Aldo Moraes da Silva	03	32



668	José Ferreira	03	20
198	José Valdir Peretti	03	40
1451	José Vandir Mroz	03	30
1457	José Vilmar Soares de Miranda	03	20
881	José Volni Arruda Palhano	03	30
3174	Julio Cesar Petrykoski	03	30
1081	Lindamir Souza Silveira	03	08
1284	Luiz Antônio Wanciw	03	20
428	Luiz Gonçalves	03	20
8317	Luiz Roberto de Souza	03	56
9385	Maria Eva Martins da Silva	03	20
3517	Mário da Silva Medeiros	03	30
1141	Nelson Hornburger	03	20
3436	Nery Daniel Vargas Cardoso	03	58
1846	Nery Franklin da Silva Junior	03	30
9487	Nilso José Godinho	03	30
569	Oracides Pires de Camargo	03	52
780	Oscar Ribeiro Gonçalves	03	44
1131	Osnir Ferreira Dias	03	40
413	Paulo da Silva	03	20
9628	Paulo Roberto Souza da Silva	03	40
538	Sebastião Hornburg	03	30
8316	Valdinei Rudi Souza	03	30
806	Valdir Alves	03	30
609	Valsir Gribinski	03	30
3418	Zenita Aparecida Antunes de Mo	03	20
1964	Adelar Geraldo Piran	06	59
1836	Aldecir Barp	06	60
1928	Alex Anderson Moraes dos Santos	06	58,50
7739	Alice Loreni Gomes de Lafavera	06	60
1453	Álvaro Santos de Castro	06	59
9634	Antônio Fernando Gonçalves Cor	06	59,50
9674	Carlos Bem Hur dos Santos	06	60
1793	Cícero Brasil Moreira	06	59
8413	Claudete Maria Bento Corrente	06	60
576	Daniel Pires de Camargo	06	32

364	Delma Leticia Dri Ficagna	06	60
9384	Dinamar Aparecida Gomes	06	60
2027	Edézio Recalcatti	06	59,50
9639	Estela Maris Padilha de Souza	06	60
769	Geni Aparecida dos Santos	06	60
2649	Geri Antônio Brol	06	59
2502	Jerry Dielson Amazonas de Cama	06	58,50
645	Klayton Strey	06	59,50
7981	Laurita Aparecida Faustino Aimi	06	60
7704	Leonice Candiago	06	60
9655	Maria Joaquina Eccel	06	60
1827	Odair Santana	06	60
2650	Odiney Leite	06	59
9562	Patricia Fonseca Potrickus	06	50
2648	Seleme Luiz Scolaro	06	59,50
749	Valdeci José Pereira da Silva	06	59,50

1535	Vilmar Miguel Dobner	06	58,50
2651	Adão Juarez Rosa de Oliveira	07	40
2630	Adir Antônio da Silva	07	44
324	Aldair José de Lima	07	40
476	Altair Jorge Machado	07	44
9607	Antônio Castor dos santos	07	44
361	Carlos Soares	07	47,50
1301	Edson Iaroch	07	10
3409	Ivonei Antônio Pavelki	07	45,50
9612	Jair de Azeredo	07	40
410	José Darci Rosa de Oliveira	07	40
577	Laurentino Fogaça	07	44
1052	Márcio Gonçalves Cordeiro	07	46,50
7686	Neiva Teixeira da Rosa	07	40
891	Nilton Antônio de Lima	07	40
1446	Otacílio de Jesus Amaral	07	32
1002	Otávio Aluisio Senhen	07	40
1963	Silvio dos Santos Varela	07	50
411	Wilson Scwantes	07	52,50
9553	Alessandro Mocelin	08	60
9554	Ana Lúcia Mangidiski Klettke	08	60
9558	Cláudio Nicoletti	08	60
4081	Fatima Rozana Gomes Damaceno	08	60
8576	Jacira Maria Leite da Silva	08	60
2529	Lucia Ribeiro Luz Cavaletti	08	60
3481	Franco Andrey Ramos	12	60
9567	Julhana Silva	12	20

1439	Isaac Alves de Mello	30	20
1391	Ivanir José Pagotto	30	60
1444	José Scheffemacher Ribeiro	30	20
674	Joventino Rodrigues dos Passos	30	60
9615	Marilene Lima Fagundes	30	20
7987	Alessandro Gonçalves	32	60
8628	Angela Knebel	32	55
8337	Antônio Carlos Moraes da Conceição	32	52
7993	Diogo Borges Barbosa	32	44
7991	Eduardo de Bittencourt	32	56
8334	Eveline Semke Moraes	32	42
7984	Ezequiel Márcio Colaço	32	15
9200	Fábio de Lima Garcia	32	56
8336	Fernando Antônio Sinhorin	32	56
9195	Gustavo Pedrotti Boscari	32	44
9201	José Augusto Moreira Prado	32	42
9199	Josimara Aparecida dos Santos	32	45
8338	Julio Cesar Giroleta	32	60
9255	Lilian Aparecida de Oliveira	32	30
8339	Luciara Garcez Coelho	32	35
7985	Osmar Pereira Dias	32	34
8333	Priscila Aparecida da Luz	32	38
9597	Gerson José Teles de souza	35	10

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 26 de fevereiro de



2010.
SAULO SPEROTTO
Prefeito Municipal.

MARGOT ROSELY SIQUEIRA
Secretária Adjunta Para Assuntos da Administração.

Portaria Nº 19.416

PORTARIA Nº 19.416, de 26 de fevereiro de 2010.

O PREFEITO MUNICIPAL CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 096, de 22/02/2007,

R E S O L V E:

RESCINDIR o contrato por tempo determinado de MARCIA REGINA DOS SANTOS FENILI, Assistente Social, no Centro de Referência de Assistência Social- CRAS, carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais, a partir de 28 de fevereiro de 2010.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 26 de fevereiro de 2010.

SAULO SPEROTTO
Prefeito Municipal.

MARGOT ROSELY SIQUEIRA
Secretária Adjunta para Assuntos da Administração .

Portaria Nº 19.417

PORTARIA Nº 19.417, de 26 de fevereiro de 2010.

O PREFEITO MUNICIPAL CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos da Lei nº 398, de 13/12/90, alterada pela Lei nº 447, de 22/8/91, e ainda o que prevê a Lei nº 1.359, de 23/6/99,

R E S O L V E:

CONTRATAR, por tempo determinado, os(as) cidadãos(ãs), a seguir relacionados, especificando: nome, cargo, secretaria de lotação, referência, carga horária e início da contratação, conforme segue:

Cód	Nome	Cargo	Sec.	Ref	CH	Início Cont.
10085	Carla Ribeiro	Auxiliar de Enfermagem	06	12A	35	01/02/2010
9982	Celio Marcos Moreira Becker	Contínuo	06	01A	35	13/02/2010
10073	Eliane Terezinha Grolli	Contínuo	06	01A	35	01/02/2010
9886	Fabiano Batistelli	Odontólogo	06	57A	20	01/02/2010
10044	Gustavo Spuldaro Tanno	Assistente Administrativo	06	17A	35	02/02/2010
10090	Ivone Ribeiro da Silva Furtado	Telefonista	06	09A	35	08/02/2010
9895	José Serrão Cezar	Médico	06	76B	20	01/02/2010
10082	Kerine Lia Galina	Contínuo	06	01A	35	17/02/2010
9977	Lucimar Antunes Luz	Auxiliar Administrativo	06	03A	35	01/02/2010
10066	Maria Zilda Oliveira dos Santos	Contínuo	06	01A	35	08/02/2010
9981	Monike Mondardo de Jesus	Auxiliar Administrativo	06	03A	35	08/02/2010

9894	Sirlei Pontes Garz	Auxiliar de Consultório Dentário	06	07	35	01/02/2010
10052	Marcio Gonçalves Cordeiro	Motorista de Caminhão	07	12	35	01/02/2010

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 26 de fevereiro de 2010.

SAULO SPEROTTO
Prefeito Municipal.

MARGOT ROSELY SIQUEIRA
Secretária Adjunta para Assuntos da Administração .

Portaria Nº 19.418

PORTARIA Nº 19.418, de 26 de fevereiro de 2010.

O PREFEITO MUNICIPAL CAÇADOR, , usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 083, de 23/05/2006,

R E S O L V E:

CONTRATAR, por tempo determinado CIBELE KALUMANN, para exercer a função de Assistente Social, Referência 79, carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar no Programa DST/HIV/AIDS, junto a Secretaria de Saúde, a contar de 1º de fevereiro de 2010.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 26 de fevereiro de 2010.

SAULO SPEROTTO
Prefeito Municipal.

MARGOT ROSELY SIQUEIRA
Secretária Adjunta para Assuntos da Administração .

Portaria Nº 19.419

PORTARIA Nº 19.419, de 26 de fevereiro de 2010.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 101, inciso II, da Lei Orgânica do Município de Caçador e Lei Federal nº 10.216, de 06/04/2001,

R E S O L V E:

CONTRATAR por tempo determinado ELAINE RAQUEL PASINI BULAT, para exercer a função de Assistente Social, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais, na Secretaria de Saúde, em razão do Programa Centro de Apoio Psicossocial- CAPS AD, a contar de 1º de fevereiro de 2010.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 26 de fevereiro de 2010.

SAULO SPEROTTO
Prefeito Municipal.

MARGOT ROSELY SIQUEIRA
Secretária Adjunta para Assuntos da Administração .



Portaria N° 19.420

PORTARIA N° 19.420, de 26 de fevereiro de 2010.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 101, inciso II, da Lei Orgânica do Município de Caçador e Lei Complementar nº 082, de 23/05/2006 e suas alterações,

R E S O L V E:

CONTRATAR, por tempo determinado GLAUCIA APARECIDA LOURENÇA, para exercer a função de Psicóloga, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais, na Secretaria de Saúde, em razão do Programa Centro de Atenção Psicossocial- CAPS II, a contar de 09 de fevereiro de 2010.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 26 de fevereiro de 2010.

SAULO SPEROTTO

Prefeito Municipal.

MARGOT ROSELY SIQUEIRA

Secretária Adjunta para Assuntos da Administração .

Portaria N° 19.421

PORTARIA N° 19.421, de 26 de fevereiro de 2010.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 101, inciso II, da Lei Orgânica do Município de Caçador e Lei Municipal nº 1.630, de 20/6/01 e suas alterações,

R E S O L V E:

CONTRATAR, por tempo determinado, os(as) cidadãos(ãs), a seguir relacionados, especificando: nome, cargo, secretaria de lotação, referência, início da contratação, em razão do Programa Saúde Familiar- PSF e Programa Agentes Comunitários de Saúde- PACS, conforme segue:

Cód.	Nome	Cargo	Sec	Ref	C.H	Per. Cont.
9892	Flávia Morona	Odontóloga	10	56A	20	01/02/2010
9978	Maria Elizabeth P. do Nascimento	Médico	10	78	40	01/02/2010
9893	Osvaldo Vedana Junior	Odontólogo	10	56A	20	01/02/2010
10064	Vagner Andreatto da Silva	Enfermeiro	10	60A	40	01/02/2010
9965	Adriana Carlin do Prado	Agente Comunitário de Saúde	36	01B	40	03/02/2010
9966	Adriele Lara Amorim	Agente Comunitário de Saúde	36	01B	40	03/02/2010
10046	Alvete Alizete Schmidt	Agente Comunitário de Saúde	36	01B	40	03/02/2010
9985	Andrey Alves da Cruz	Agente Comunitário de Saúde	36	01B	40	03/02/2010
9986	Bernardete Bridi	Agente Comunitário de Saúde	36	01B	40	03/02/2010
9967	Célia Pereira da Silva	Agente Comunitário de Saúde	36	01B	40	03/02/2010

9964	Classir Terezinha Fenili	Agente Comunitário de Saúde	36	01B	40	03/02/2010
9987	Cleria Mallmann Alves	Agente Comunitário de Saúde	36	01B	40	03/02/2010
9988	Daniela dos Santos Pires	Agente Comunitário de Saúde	36	01B	40	03/02/2010
9962	Débora Cristina Muller	Agente Comunitário de Saúde	36	01B	40	03/02/2010
9989	Dejanira Linhares da Silva	Agente Comunitário de Saúde	36	01B	40	03/02/2010
9963	Denise Bernardete Scolaro	Agente Comunitário de Saúde	36	01B	40	03/02/2010
9961	Dirce Teresinha Montovani	Agente Comunitário de Saúde	36	01B	40	03/02/2010
9968	Dirlete Aparecida Peretti	Agente Comunitário de Saúde	36	01B	40	03/02/2010
9990	Doraci Maia Ruppel	Agente Comunitário de Saúde	36	01B	40	03/02/2010
9991	Dovani Aparecida dos Santos	Agente Comunitário de Saúde	36	01B	40	03/02/2010
9960	Edmundo Solle	Agente Comunitário de Saúde	36	01B	40	03/02/2010
9975	Elaine de Brito Coelho	Agente Comunitário de Saúde	36	01B	40	03/02/2010
10065	Elaine de Fátima Voitach	Agente Comunitário de Saúde	36	01B	40	03/02/2010
9992	Eliane Aparecida C. Rodrigues	Agente Comunitário de Saúde	36	01B	40	03/02/2010
9993	Eliane Aparecida dos S. Correia	Agente Comunitário de Saúde	36	01B	40	03/02/2010
9959	Eliete Aparecida kucher Furlin	Agente Comunitário de Saúde	36	01B	40	03/02/2010
9969	Elisa Teresinha de Oliveira	Agente Comunitário de Saúde	36	01B	40	03/02/2010
9994	Elisabete de Fátima Taborda	Agente Comunitário de Saúde	36	01B	40	03/02/2010
9995	Eva Alciony Pontes Vieira	Agente Comunitário de Saúde	36	01B	40	03/02/2010

9958	Evanice Bernardina Lara de Amo	Agente Comunitário de Saúde	36	01B	40	03/02/2010
9996	Fabiula Aparecida Kurtz	Agente Comunitário de Saúde	36	01B	40	03/02/2010



10034	Franciane Aparecida Massaneiro	Agente Comunitário de Saúde	36	01B	40	03/02/2010
9997	Gisele Aparecida Federick	Agente Comunitário de Saúde	36	01B	40	03/02/2010
9976	Gleci do Carmo Nurilles Piala	Agente Comunitário de Saúde	36	01B	40	03/02/2010
10045	Heveny Andressa Fernandes	Agente Comunitário de Saúde	36	01B	40	03/02/2010
9970	Ionice Aparecida Alves da Cruz	Agente Comunitário de Saúde	36	01B	40	03/02/2010
9957	Iracema Franca Tiago Correia	Agente Comunitário de Saúde	36	01B	40	03/02/2010
9998	Iure França	Agente Comunitário de Saúde	36	01B	40	03/02/2010
9956	Ivone Weingantner	Agente Comunitário de Saúde	36	01B	40	03/02/2010
9955	Janete Aparecida Gabardo	Agente Comunitário de Saúde	36	01B	40	03/02/2010
9971	Joanina Salete de Araujo Panis	Agente Comunitário de Saúde	36	01B	40	03/02/2010
9954	João Maria Guaripuna Filho	Agente Comunitário de Saúde	36	01B	40	03/02/2010
9999	Jucinei Pires do Prado Godinho	Agente Comunitário de Saúde	36	01B	40	03/02/2010
9972	Lindair Meireles P. de Oliveira	Agente Comunitário de Saúde	36	01B	40	03/02/2010
10000	Loriana Lopes	Agente Comunitário de Saúde	36	01B	40	03/02/2010
10002	Luci Hinkeldei	Agente Comunitário de Saúde	36	01B	40	03/02/2010
9953	Luciana Aparecida Cristaldo	Agente Comunitário de Saúde	36	01B	40	03/02/2010
10001	Lucimar dos Santos	Agente Comunitário de Saúde	36	01B	40	03/02/2010
10028	Maria Aparecida Alves	Agente Comunitário de Saúde	36	01B	40	03/02/2010
9951	Maria Bernardete Piacentini	Agente Comunitário de Saúde	36	01B	40	03/02/2010
10029	Maria Barnardeth Sampaio	Agente Comunitário de Saúde	36	01B	40	03/02/2010
9940	Maria Derli Braz	Agente Comunitário de Saúde	36	01B	40	03/02/2010
10030	Maria Elena de Oliveira Eger	Agente Comunitário de Saúde	36	01B	40	03/02/2010

9939	Maria Helena de Almeida	Agente Comunitário de Saúde	36	01B	40	03/02/2010
10031	Maria Rosangela Chagas Faro	Agente Comunitário de Saúde	36	01B	40	03/02/2010
9950	Maria Salete Rech Menezes	Agente Comunitário de Saúde	36	01B	40	03/02/2010
9937	Marilene de Cássia Fávero	Agente Comunitário de Saúde	36	01B	40	03/02/2010
10032	Marines Motta Proencio	Agente Comunitário de Saúde	36	01B	40	03/02/2010
9952	Marisa Bitine	Agente Comunitário de Saúde	36	01B	40	03/02/2010
9938	Marli da Cruz	Agente Comunitário de Saúde	36	01B	40	03/02/2010
9936	Mariam Olizete Almeida Funks	Agente Comunitário de Saúde	36	01B	40	03/02/2010
10035	Neide Gonçalves da Silva Corde	Agente Comunitário de Saúde	36	01B	40	03/02/2010
9984	Neiva Aparecida de Lima Carlin	Agente Comunitário de Saúde	36	01B	40	01/02/2010
9934	Neuza Paes de Farias Fenili	Agente Comunitário de Saúde	36	01B	40	03/02/2010
9935	Neuza Tedesco Bressan	Agente Comunitário de Saúde	36	01B	40	03/02/2010
10033	Nezita Nizer	Agente Comunitário de Saúde	36	01B	40	03/02/2010
10036	Oneide G. Dias Wandscheef	Agente Comunitário de Saúde	36	01B	40	03/02/2010
9933	Roseli Aparecida Ferreira Cordeiro	Agente Comunitário de Saúde	36	01B	40	03/02/2010
10037	Rosemari Kuhl Meireles da Silva	Agente Comunitário de Saúde	36	01B	40	03/02/2010
9932	Sandra Aparecida Arantes	Agente Comunitário de Saúde	36	01B	40	03/02/2010
10038	Sandra Regina Jarschel	Agente Comunitário de Saúde	36	01B	40	03/02/2010
9931	Scheila Couto	Agente Comunitário de Saúde	36	01B	40	03/02/2010
10039	Silvana Aparecida Santana de M	Agente Comunitário de Saúde	36	01B	40	03/02/2010
9928	Silvana Maria Cristaldo Vorel	Agente Comunitário de Saúde	36	01B	40	03/02/2010
9930	Sinara Salete Ribeiro	Agente Comunitário de Saúde	36	01B	40	03/02/2010

9929	Sirlei Judite Sgarbi	Agente Comunitário de Saúde	36	01B	40	03/02/2010
9927	Sirlene Ribeiro Tuchliniwicz	Agente Comunitário de Saúde	36	01B	40	03/02/2010
9974	Tatiana Aparecida Correa Jaques	Agente Comunitário de Saúde	36	01B	40	03/02/2010
10041	Tatiana Santos de Oliveira Iyr	Agente Comunitário de Saúde	36	01B	40	03/02/2010
10042	Tatiane de Fátima Amaral Soares	Agente Comunitário de Saúde	36	01B	40	03/02/2010
10040	Thais Costenaro	Agente Comunitário de Saúde	36	01B	40	03/02/2010
10043	Viviane Trancoso de Lima	Agente Comunitário de Saúde	36	01B	40	03/02/2010
9926	Zenaide Heyer Gois	Agente Comunitário de Saúde	36	01B	40	03/02/2010
9973	Zoraide Neto da Silva	Agente Comunitário de Saúde	36	01B	40	03/02/2010

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 26 de fevereiro de 2010

SAULO SPEROTTO
Prefeito Municipal

MARGOT ROSELY SIQUEIRA
SecretáriaAdjunta para Assuntos da Administração .

Portaria Nº 19.422

PORTARIA Nº 19.422, de 26 de fevereiro de 2010.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 101, inciso II, da Lei Orgânica do Município de Caçador e Lei Municipal nº 1.723, de 21/03/2002,

R E S O L V E:

CONTRATAR, por tempo determinado LUCIANA ALVES DE LIMA, para exercer a função de Assistente Social, Referência 55A, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais, na Secretaria de Bem Estar Social, para atuar junto ao Programa de Erradicação do Trabalho Infantil- PETI, a contar de 1º de fevereiro de 2010.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 26 de fevereiro de 2010

SAULO SPEROTTO
Prefeito Municipal.

MARGOT ROSELY SIQUEIRA
SecretáriaAdjunta para Assuntos da Administração .

Portaria Nº 19.423

PORTARIA nº 19.423, de 26 de fevereiro de 2010.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 71, inciso IV, da Lei Complementar nº 056/2004- Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

R E S O L V E:

DECLARAR a vacância do cargo de Professora de 5ª a 8ª série, em virtude da concessão de aposentadoria especial da Servidora Pública Municipal SALETE NORECI DOS SANTOS, através da Portaria nº 328, de 08/02/2010, expedida pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC, conforme cópia anexa, a contar de 08 de fevereiro de 2010.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 26 de fevereiro de 2010.

SAULO SPEROTTO
Prefeito Municipal.

MARGOT ROSELY SIQUEIRA
SecretáriaAdjunta para Assuntos da Administração .

Portaria Nº 19.424

PORTARIA Nº 19.424, de 26 de fevereiro de 2010.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 124, da Lei Complementar nº 056/2004 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

R E S O L V E:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais, a seguir relacionados, licença prêmio, a que fazem jus, especificando nome, cargo, secretaria de lotação, período de aquisição e período de gozo, conforme segue:

Cód.	Nome	Cargo	Sec	Período Aquis.	Período Gozo
3388	Catarina Zanotti	Servente Educação	05	20/08/02 a 20/08/07	25/01/10 a 24/02/10
694	Dirce Stiegler Pucci	Professora 1º a 5º ano	05	05/10/98 a 05/10/03 05/10/03 a 05/10/08	01/02/10 a 01/06/10
799	Elisandra Aparecida Giacomel	Secretária Escolar	05	16/02/03 a 16/02/08	25/01/10 a 25/04/10
506	Laura Oleinik	Servente Educação	05	02/03/97 a 02/03/02 02/03/02 a 02/03/07	25/01/10 a 25/06/10
3860	Lucinei Xavier Paes	Assistente Administrativo	05	27/05/03 a 27/05/08	01/02/10 a 01/04/10
1025	Maria do Carmo C. de Oliveira	Servente Educação	05	01/08/02 a 01/08/07	01/02/10 a 30/04/10
1275	Maria Fátima Ruppel	Servente Educação	05	07/08/02 a 07/08/07	25/01/10 a 25/02/10
4800	Maria Izolina da Silva	Servente Educação	05	04/06/04 a 04/06/09	25/01/10 a 25/04/10
3298	Simone Santana de Moraes	Professora Ed. Infantil	05	01/08/02 a 01/08/07	25/01/10 a 25/03/10

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 26 de fevereiro de 2010.



SAULO SPEROTTO
Prefeito Municipal.

MARGOT ROSELY SIQUEIRA
SecretáriaAdjunta para Assuntos da Administração .

Portaria N° 19.425

PORTARIA N° 19.425, de 26 de fevereiro de 2010.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 124, da Lei Complementar nº 056/2004 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

R E S O L V E:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais, a seguir relacionados, licença prêmio, a que fazem jus, especificando nome, cargo, secretaria de lotação, período de aquisição e período de gozo, conforme segue:

Cód.	Nome	Cargo	Sec	Período Aquis.	Período Gozo
995	Celia Maria Weber	Escriturária	02	05/10/93 a 05/10/98	01/02/10 a 01/05/10
787	Denise Chiarello Hartmann	Engenheira Florestal	07	08/01/97 a 08/01/02	01/02/10 a 01/03/10
680	Eduardo Estevo Combim Neto	Pedreiro	03	21/11/99 a 21/11/04	01/02/10 a 01/05/10
1109	Oliva Menin Agusti	Auxiliar de Enfermagem	06	01/01/05 a 10/01/10	01/02/10 a 01/05/10
414	Pedro Machao	Motorista Caminhão	03	03/10/04 a 03/10/09	04/02/10 a 01/05/10
137	Zenilda Aparecida Rodrigues	Auxiliar de Enfermagem	06	01/01/02 a 01/01/07	29/01/10 a 29/04/10

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 26 de fevereiro de 2010.

SAULO SPEROTTO
Prefeito Municipal.

MARGOT ROSELY SIQUEIRA
SecretáriaAdjunta para Assuntos da Administração .

Portaria N° 19.426

PORTARIA nº 19.426, de 26 de fevereiro de 2010.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no exercício do cargo de Prefeito Municipal de Caçador, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

R E S O L V E:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais, lotados em diversas Secretarias Municipais, o pagamento do adicional noturno, prestados durante o mês de fevereiro de 2010, especificando: código, nome, cargo, secretária de lotação e nº de horas a serem prestadas, conforme segue:

Cód.	Nome	Cargo	Sec Lot.	Nº Horas
1965	Alan Rocha Liegel	Secretário Escolar	03	220,00
1303	Dioclécio Alves de Moura	Motorista de Caminhão	03	110,00

1276	Geraldo Moraes da Silva	Auxiliar de Serviços Gerais	03	110,00
1347	João Maria Hornburg	Auxiliar de Serviços Gerais	03	240,00
1242	José Aldo Moraes da Silva	Auxiliar de Serviços Gerais	03	144,00
668	José Ferreira	Zelador Diurno e Noturno	03	135,00
1457	José Vilmar Soares de Miranda	Zelador Diurno e Noturno	03	135,00
1284	Luiz Antônio Wanciw	Auxiliar de Serviços Gerais	03	80,00
8317	Luiz Roberto de Souza	Auxiliar de Serv. e Obras Públicas	03	60,00
780	Oscar Ribeiro Gonçalves	Zelador Diurno e Noturno	03	144,00
576	Daniel Pires de Camargo	Agente de Serv. Agrícolas e Flor.	06	144,00
9294	Alessandro Mocelin	Motorista Caminhão	08	120,00
9554	Ana Lúcia Mangidiski Klettke	Auxiliar Administrativo	08	40,00
9441	Claudio Nicoletti	Motorista de Veículo Leve	08	120,00
4081	Fátima Rozana Gomes Damaceno	Auxiliar de Serviços Gerais	08	120,00
8576	Jacira Maria Leita da Silva	Auxiliar de Serviços Gerais	08	120,00
2529	Lucia Ribeiro Luz Cavaletti	Auxiliar de Serviços Gerais	08	120,00
3384	Lucimeri Aparecida Vieira da S	Auxiliar de Serviços Gerais	08	110,00
1439	Isaac Alves de Mello	Zelador Diurno e Noturno	30	63,00
1391	Ivanir José Pagotto	Zelador Diurno e Noturno	30	162,00
1444	José Scheffemacher Ribeiro	Zelador Diurno e Noturno	30	135,00
7987	Alessandro Gonçalves	Agente Mun. Seg. do Trânsito	32	27,00
8628	Angela Knebel	Agente Mun. Seg. do Trânsito	32	158,00
8337	Antonio Carlos M. da Conceição	Agente Mun. Seg. do Trânsito	32	134,00
7993	Diogo Borges Barbosa	Agente Mun. Seg. do Trânsito	32	153,00
7991	Eduardo de Bittencourt	Agente Mun. Seg. do Trânsito	32	153,00
8334	Eveline Semke Moraes	Agente Mun. Seg. do Trânsito	32	13,00
7984	Ezequiel Márcio Colaço	Agente Mun. Seg. do Trânsito	32	25,00
9200	Fábio de Lima Garcia	Agente Mun. Seg. do Trânsito	32	153,00

8336	Fernando Antonio Sinhorin	Agente Mun. Seg. do Trânsito	32	126,00
9195	Gustavo Pedrotti Boscari	Agente Mun. Seg. do Trânsito	32	123,00
9201	José Augusto Moreira Prado	Agente Mun. Seg. do Trânsito	32	18,00
9199	Josimara Aparecida dos Santos	Agente Mun. Seg. do Trânsito	32	25,00



8338	Julio Cesar Giroleta	Agente Mun. Seg. do Trânsito	32	41,00
9255	Lilian Aparecida de Oliveira	Agente Mun. Seg. do Trânsito	32	08,00
8339	Luciara Garcez Coelho	Agente Mun. Seg. do Trânsito	32	14,00
7985	Osmar Pereira Dias	Agente Mun. Seg. do Trânsito	32	25,00
8333	Priscila Aparecida da Luz	Agente Mun. Seg. do Trânsito	32	11,00
9475	Azael Edson dos Santos	Educador Social	35	22,00
9289	Daniel Cordeiro	Educador Social	35	45,00
8679	Gerson José Teles de Souza	Educador Social	35	50,00
9453	Luiz Wanderley Johann Durek	Educador Social	35	64,00
9451	Odair Donizetti Kuss	Educador Social	35	35,00
8680	Thiago Augusto Duarte	Educador Social	35	32,00

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 26 de fevereiro de 2010.

SAULO SPEROTTO
Prefeito Municipal.

MARGOT ROSELY SIQUEIRA
Secretária Adjunta Para Assuntos da Administração.

Portaria Nº 19.427

PORTARIA Nº 19.427, de 26 de fevereiro de 2010.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 122, parágrafo único, da Lei Complementar nº 056, de 20/12/2004- Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

R E S O L V E:

CONCEDER retorno da Licença sem Vencimentos ao Servidor Público Municipal MARCIO BASSANI, ocupante do cargo Motorista de Caminhão, com carga horária de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, lotado na Secretaria de Saúde, com efeitos retroativos a contar de 26 de janeiro de 2010.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 26 de fevereiro de 2010.

SAULO SPEROTTO
Prefeito Municipal.

MARGOT ROSELY SIQUEIRA
Secretária Adjunta Para Assuntos da Administração.

Portaria Nº 19.428

PORTARIA Nº 19.428, de 26 de fevereiro de 2010.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da lei Orgânica do Município de Caçador e mais o que prevê o art. 18 e seguintes da Lei Complementar nº 1, de 8/3/91.

R E S O L V E:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais, abaixo relacionados, lotados nas diversas Secretarias Municipais, ascensão de nível por tempo de serviço, dentro do plano de carreira, especificando: código do servidor, nome, período de aquisição e nível ascendido, a contar de 1º de fevereiro de 2010, conforme segue:

Cód.	Nome	Período Aquisitivo	Nível Ascendido	
863	Adriana Carneiro Schmitz	2006 a 2008	Do Nível VI	P Nível VII
2506	Celso Oliveira da Silva	2005 a 2007	Do Nível II	P/ Nível III
2496	Edson João Massucato	2007 a 2009	Do Nível III	P/ Nível IV
1271	Neide Terezinha Oliveira Broch	2007 a 2009	Do Nível V	P/ Nível VI
3437	Sayonara Galina	2006 a 2008	Do Nível II	P/ Nível III
1179	Vilma se Souza Mello Jarschel	2006 a 2008	Do Nível VI	P/ Nível VII

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 26 de fevereiro de 2010.

SAULO SPEROTTO
Prefeito Municipal.

MARGOT ROSELY SIQUEIRA
Secretária Adjunta para Assuntos da Administração .

Portaria Nº 19.429

PORTARIA nº 19.429, de 26 de fevereiro de 2010.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 184, §§ 3º e 4º, da Lei Complementar nº 056, de 20/12/2005 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, a sexta parte dos seus vencimentos, por completarem 25 (vinte e cinco) anos de serviço público municipal, especificando nome, cargo, referência, secretaria de lotação, conforme segue:

Cód.	NOME	CARGO	REF.	Sec. Lot
1049	Sineide do Carmo Rotta	Auxiliar de Secretário	26	02
694	Dirce Stiegler Pucci	Professora 1ª a 4ª série	1.3B	16

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 26 de fevereiro de 2010.

SAULO SPEROTTO
Prefeito Municipal.

MARGOT ROSELY SIQUEIRA
Secretária Adjunta para Assuntos da Administração .

Portaria Nº 19.430

PORTARIA Nº 19.430, de 26 de fevereiro de 2010.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 124, da Lei Complementar nº 056/2004 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

R E S O L V E:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais, a seguir relacionados, conversão em dinheiro de licença prêmio, a que fazem



jus, especificando nome, cargo, secretaria de lotação, conversão e período de aquisição, conforme segue:

Cód.	Nome	Cargo	Sec.	Conv.	Período Aquis.
5063	André Augusto Carneiro	Operador da Usina de Asfalto	02	1/3	02/12/04 a 02/12/09
9030	Rute Klava Silva	Auxiliar de Enfermagem	06	1/3	01/02/92 a 01/02/97
600	Sandro Dallazem	Digitador	09	1/3	05/10/93 a 05/10/98
1197	Carmelinda Rusczyk Malesk	Professora	16	1/3	13/02/00 a 13/02/05
527	Gelcy Ana Lava Stanieski	Professora	16	1/3	19/02/95 a 19/02/00
2445	Hildegart Dal Pizzol	Professora	16	1/3	08/02/01 a 08/02/06
922	Ivo Antonio Costa Moreira	Motorista Caminhão	30	1/3	01/10/98 a 01/10/03
815	Jane Maristela dos Santos	Professora	37	1/3	02/02/03 a 02/02/08

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 26 de fevereiro de 2010.

SAULO SPEROTTO
Prefeito Municipal.

MARGOT ROSELY SIQUEIRA
SecretáriaAdjunta para Assuntos da Administração .

Portaria Nº 19.431

PORTARIA Nº 19.431, de 26 de fevereiro de 2010.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da lei Orgânica do Município de Caçador, mais o art. 120, da Lei Complementar nº 056, de 20/12/2004- Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

R E S O L V E:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais, a seguir relacionados, 02 (dois) anos de licença sem vencimentos, especificando: nome, cargo, secretaria de lotação e data da licença, conforme segue:

Cód.	Nome	Cargo	Sec.	Data
6955	Scheilla Balbinotti Anciutti	Professora de 5ª a 8ª série	16	18/02/2010
3359	Valmor Arl	Professor de 5ª a 8ª série	16	01/02/2010

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 26 de fevereiro de 2010.

SAULO SPEROTTO
Prefeito Municipal.

MARGOT ROSELY SIQUEIRA
SecretáriaAdjunta para Assuntos da Administração .

Portaria Nº 19.432

PORTARIA Nº 19.432, de 26 de fevereiro de 2010.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, , usando das suas atribui-

ções legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da lei Orgânica do Município de Caçador, mais o art. 120, da Lei Complementar nº 056, de 20/12/2004- Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

R E S O L V E:

CONCEDER ao Servidor Público Municipal PAULO DA SILVA MEDEIROS, ocupante do cargo de Operador de Máquinas Pesadas, lotado na Secretaria de Infra-Estrutura, com carga horária de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, do Grupo Ocupacional Operacional, 02 (dois) anos de licença sem vencimentos, para tratar de assuntos particulares, a contar de 1º de fevereiro de 2010.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 26 de fevereiro de 2010.

SAULO SPEROTTO
Prefeito Municipal.

MARGOT ROSELY SIQUEIRA
SecretáriaAdjunta para Assuntos da Administração .

Portaria Nº 19.433

PORTARIA Nº 19.433, de 26 de fevereiro de 2010.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, e de conformidade com o art. 101, inciso II, da Lei Orgânica do Município de Caçador e art. 99, da Lei Complementar nº 056, de 20/12/2004- Estatuto dos servidores Públicos Municipais de Caçador,

R E S O L V E:

CONCEDER a Servidora Pública Municipal ELIANE APARECIDA DOS SANTOS CORREA, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria de Saúde, 30 (trinta) dias de licença para tratamento de saúde, com efeitos retroativos a contar de 13 de janeiro de 2010.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 26 de fevereiro de 2010.

SAULO SPEROTTO
Prefeito Municipal.

MARGOT ROSELY SIQUEIRA
SecretáriaAdjunta para Assuntos da Administração .

Portaria Nº 19.434

PORTARIA Nº 19.434, de 26 de fevereiro de 2010.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 73, III, alínea "b", da Lei complementar nº 56, de 20/12/2004 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

R E S O L V E:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais, a seguir relacionados, licença nojo, especificando: nome, cargo, secretaria de lotação e assento do óbito, conforme segue:

Cód.	Nome	Cargo	Sec.	Dias Afast.	Assento do Óbito
1417	Loreli Aparecida Verella	Auxiliar de Serv. Gerais	03	08	Mãe

1311	Joel Monteiro	Agente Serv. Agrícolas Florestais	03	08	Mãe
4110	Daniela Monteiro	Merendeira	05	08	Mãe

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 26 de fevereiro de 2010.

SAULO SPEROTTO
Prefeito Municipal.

MARGOT ROSELY SIQUEIRA
SecretáriaAdjunta para Assuntos da Administração .

Portaria N° 19.435

PORTARIA N° 19.435, de 26 de fevereiro de 2010.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 101, item II da Lei Orgânica do Município de Caçador, e art. 60 da Lei Complementar 056 de 20/12/2004 – Estatuto do Servidor Público Municipal de Caçador.

R E S O L V E:

REMOVER POR PERMUTA, a Servidora Pública Municipal MARCIA INES GONÇALVES CORDEIRO RUPPEL MELLO, ocupante do cargo de Professora, lotada na EMEB Alto Bonito, com 20 (vinte) horas semanais, para a EMEB Hilda Granemann de Souza, 20 (vinte) horas semanais e desta para aquela JAQUELINE SCAPINELLI DE CAMPOS, ocupante do cargo de Professora, com 20 (vinte) horas semanais, a contar de 1º de fevereiro de 2010.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 26 de fevereiro de 2010.

SAULO SPEROTTO
Prefeito Municipal.

MARGOT ROSELY SIQUEIRA
SecretáriaAdjunta para Assuntos da Administração .

Portaria N° 19.436

PORTARIA N° 19.436, de 26 de fevereiro de 2010.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 101, item II da Lei Orgânica do Município de Caçador, e art. 60 da Lei Complementar 056 de 20/12/2004 – Estatuto do Servidor Público Municipal de Caçador.

R E S O L V E:

REMOVER POR PERMUTA, a Servidora Pública Municipal NELCI MONTEIRO DA SILVA, ocupante do cargo de Professora, lotada na EMEB Esperança, com 20 (vinte) horas semanais, para a EMEB Ulysses Guimarães, 20 (vinte) horas semanais e desta para aquela LUCÉLIA APARECIDA GONÇALVES CORDEIRO, ocupante do cargo de Professora, com 20 (vinte) horas semanais, a contar de 1º de fevereiro de 2010.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 26 de fevereiro de 2010.

SAULO SPEROTTO

Prefeito Municipal.

MARGOT ROSELY SIQUEIRA
SecretáriaAdjunta para Assuntos da Administração .

Portaria N° 19.437

PORTARIA N° 19.437, de 26 de fevereiro de 2010.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 101, item II da Lei Orgânica do Município de Caçador, e art. 60 da Lei Complementar 056 de 20/12/2004 – Estatuto do Servidor Público Municipal de Caçador.

R E S O L V E:

REMOVER POR PERMUTA, a Servidora Pública Municipal ALDA PASQUALI BASQUEIRA, ocupante do cargo de Professora, lotada na EMEB Esperança, com 20 (vinte) horas semanais, para a EMEB Tabajara, 20 (vinte) horas semanais e desta para aquela ROZANA JUNGES DE LARA, ocupante do cargo de Professora, com 20 (vinte) horas semanais, a contar de 1º de fevereiro de 2010.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 26 de fevereiro de 2010.

SAULO SPEROTTO
Prefeito Municipal.

MARGOT ROSELY SIQUEIRA
SecretáriaAdjunta para Assuntos da Administração .

Portaria N° 19.438

PORTARIA N° 19.438, de 26 de fevereiro de 2010.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 101, item II da Lei Orgânica do Município de Caçador, e art. 60 da Lei Complementar 056 de 20/12/2004 – Estatuto do Servidor Público Municipal de Caçador.

R E S O L V E:

REMOVER POR PERMUTA, a Servidora Pública Municipal ALZIRA SALETE PADILHA, ocupante do cargo de Merendeira, lotada na EMEB Morada do Sol, com 44 (quarenta e quatro) horas semanais, para a EMEB Henrique Júlio Berger, 44 (quarenta e quatro) horas semanais e desta para aquela LUCIA DE FÁTIMA PADILHA, ocupante do cargo de Merendeira, com 44 (quarenta e quatro) horas semanais, a contar de 1º de fevereiro de 2010.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 26 de fevereiro de 2010.

SAULO SPEROTTO
Prefeito Municipal.

MARGOT ROSELY SIQUEIRA
SecretáriaAdjunta para Assuntos da Administração .

Portaria N° 19.439

PORTARIA N° 19.439, de 26 de fevereiro de 2010.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 122, parágrafo

único, da Lei Complementar nº 056, de 20/12/2004- Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

R E S O L V E:

CONCEDER retorno da Licença Sem Vencimentos a Servidora Pública Municipal JOCIANE REGINA SCAPINELLI ZARDO, ocupante do cargo de Professora, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, concedida através da Portaria nº 18.894, de 29/05/2009, a contar de 1º de fevereiro de 2010.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 26 de fevereiro de 2010.

SAULO SPEROTTO

Prefeito Municipal.

MARGOT ROSELY SIQUEIRA

SecretáriaAdjunta para Assuntos da Administração .

Portaria Nº 19.440

PORTARIA nº 19.440, de 26 de fevereiro de 2010.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, e de conformidade com o art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do município de Caçador, mais o previsto no art. 42 da Lei Complementar nº 7, de 27/12/1999,

R E S O L V E:

REDUZIR a carga horária dos Servidores Públicos Municipais, abaixo relacionados, especificando: nome, cargo, secretaria de lotação, carga horária, carga horária alterada e data da alteração, conforme segue:

Cód.	Nome	Cargo	Lotação	C.H.	C.H. Alt.	a contar de
626	Ivone Aparecida Torean Susin	Professora	EMEB Henrique Julio Berger	40	26	1º/02/2010
8952	Helton Calisto	Professor	EMEB Henrique Julio Berger	12	06	1º/02/2010
6953	Paulo Sergio de Moraes	Professor	-----	35	34	1º/02/2010

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 26 de fevereiro de 2010.

SAULO SPEROTTO

Prefeito Municipal.

MARGOT ROSELY SIQUEIRA

SecretáriaAdjunta para Assuntos da Administração .

Portaria Nº 19.441

PORTARIA Nº 19.441, de 26 de fevereiro de 2010.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 101, item II da Lei Orgânica do Município de Caçador, e art. 1º, parágrafo 1º, alínea D, da Lei nº 398, de 13/12/90, alterada pela Lei nº 447, de 22/08/91,

R E S O L V E:

CONTRATAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, os Servidores Públicos Municipais, abaixo relacionados, especificando: nome, cargo, re-

ferência, carga horária, escola de atuação, vaga de atuação e período de contratação, conforme segue:

Nome	Cargo	Ref.	CH	Atuação	Razão	Período
Adelina Salete Kowalczyk	Professor de 1ª à 4ª Série	1.3/A 20		EMEB Maria Luíza Barbosa	V.V. à Ivonete D'Agostini/ Direção	01/02/10 à 17/12/10
Adriana Ap. Zeni Bof	Professor de Educação Infantil	1.3/A 20		EEEB Dom Orlando Dotti	Convênio/ Estado	08/02/10 à 17/12/10
Adriana Lúcio G. Romann Ross	Professor de 1ª à 4ª Série	1.3/A 20		EMEB Ir. Venâncio José	V.V. à Eliane Machado/ Readaptada	01/02/10 à 17/12/10
Adriana Marlisa Campos	Professor de 1ª à 4ª Série	1.3/A 20		EMEB Tabajara	Vaga Transitória	01/02/10 à 17/12/10
Agnese Filipini Chaves	Professor de 1ª à 4ª Série	1.3/A 20		EMEB Nossa Senhora Salete	Vaga Transitória	01/02/10 à 17/12/10
Aline de Mattos Roessler	Secretário Escolar	3.4/A 40		EMEB Padre José Chamot	V.V. Ivonete Ruppel Melo	01/02/10 à 17/12/10
Almeri Terezinha Franco	Auxiliar de Biblioteca	1.4/A 40		EMEB Morada do Sol	Vaga Transitória	01/02/10 à 17/12/10
Amarilda Aparecida Lipka	Professor de 1ª à 4ª Série	1.3/A 40		EMEB Maria Luíza Barbosa	V.V. á Elay Paloschi/ Lab. De Informática e Vaga Transitória	01/02/10 à 17/12/10
Amauri José Scapin	Professor de 5ª à 8ª série	1.3/A 26		EMEB Ulysses Guimarães	Vaga Transitória	01/02/10 à 17/12/10
Amur Otávio Soares	Professor de Educação Física	1.3/A 32		EMEB Henrique Júlio Berger	V.V. á Adalberto Gomes/ SEMEC	01/02/10 à 17/12/10
Ana Carla Casagrande	Secretário Escolar	3.4/A 40		EMEB Hilda Granemann de Souza	V.V. Márcio Henrique Ribeiro da Silva	01/02/10 à 17/12/10
Ana Caroline Coelho da Silva	Auxiliar de Biblioteca	1.4/A 40		EMEB Padre José Chamot	Vaga Transitória	08/02/12 à 17/12/10
Ana Claudia Viero	Professor de Educação Infantil	1.3/A 20		EMEB Alcides Tombini	V.V. á Angélica Moschetta/ Licença Gestação e Prêmio	04/02/10 à 13/06/10
Ana Maria Proença Negretti	Professor de 5ª à 8ª série	1.3/A 40		EMEB Maria Luíza Barbosa	V.V.á Daniela Silva/Direção e Vaga Transitória	01/02/10 à 17/12/10
AnaClaudia Alves Novaski dos Santos	Auxiliar de Creche e Berçário	1.1/A 40		EMEB Hilda Granemann	Vaga Transitória	01/02/10 à 17/12/10
Anderso Lissenko	Professor de Educação Física	1.3/A 20		EMEB Hilda G. de Sousa	V.V. á Romnei Riedi e V.V. á Beatriz Spuldaro	01/02/10 à 17/12/10
Andréia da Silva Napoleão	Professor de 1ª à 4ª Série	1.3/A 20		EMEB Ir. Venâncio José	V.V. à Zuleide Picolli/ Lab. De Informática	01/02/10 à 17/12/10



Aneara Souza Santos Machado	Secretário Escolar	3.4/A	40	EMEB Maria Luíza Barbosa	V.V. Eunice Godoy dos Santos	01/02/10 á 17/12/10
Antônio Donizete Horbach	Professor de Educação Física	1.3/A	27	EMEB Padre José Chamot	V.V. à Ricardo Azambuja e Vaga Transotória	01/02/10 á 17/12/10
Arlete de Fátima Barivieira	Professor de 1º ao 5º ano	1.3/A	20	EMEB Pierina Santin Perret	V.V. á Rita Fávero	01/02/10 á 17/12/10
Arlete de Fátima Barivieira	Professor de 1ª á 4ª Série	1.3/A	20	EMEB Pierina Santin Perret	V.V. á Rita Fávero/ Diretora	01/02/10 á 17/12/10
Beatriz Macedo Olsen	Professor de Educação Infantil	1.3/A	40	EMEB Hilda Granemann Sousa	Vaga Transitória	08/02/10 á 17/12/10
Beatriz Machado	Professor de Educação Infantil	1.3/A	40	CMEI Educar é Tudo	Convênio/ Empresa	01/02/10 á 17/12/10
Beatriz Pereira	Professor de 5ª á 8ª série	1.3/A	08	EMEB Pierina Santin Perret	Vaga Transitória	01/02/10 á 17/12/10
Berenice Aparecida Santos Bonfim	Servente da Educação	1.5/A	44	EMEB Henrique Júlio Berger	V.V. Alzira Padilha/ Licença sem Vencimentos	01/02/10 á 17/12/10
Brasilton Neves do Nascimento Júnior	Professor de 5ª á 8ª série	1.3/A	12	EMEB Pierina Santin Perret	V.V. Joice Sari/ Licença Maternidade	01/02/10 á 10/05/10
Brasilton Neves do Nascimento Júnior	Professor de 5ª á 8ª série	1.3/A	15	EMEB Pierina Santin Perret	V.V.Roberto Hugo Ferraz	01/02/10 á 17/12/10
Camila Bechert de Souza	Professor de 1ª á 4ª Série	1.3/A	20	EMEB Nossa Senhora Salette	V.V. à Solange Campos/ Licença Gestação	08/02/10 á 17/12/10
Camila Fantin	Auxiliar de Biblioteca	1.1/A	40	Fund. Municipal de Cultura	Vaga Transitória	01/02/10 á 17/12/10
Carmen Fátima Bertotto Castilho	Professor de 5ª á 8ª série	1.3/A	16	EMEB Vereda dos Trevos e EMEB Alto Bonito	Vaga Transitória	01/02/10 á 17/12/10
Cecília Paloschi	Professor de 1ª á 4ª Série	1.3/A	20	EMEB Walsin Nunes Garcia	Vaga Transitória/ Lab de Informática	01/02/10 á 17/12/10
Cerlei Maria Chaves	Servente da Educação	1.5/A	44	EMEB Padre José Chamot	V.V. Laurete Godinho/ Licença Tratamento de Saúde	01/02/10 á 17/12/10
Cidnei Alves Moraes	Professor de 5ª á 8ª série	1.3/A	30	EMEB Hilda G. de Sousa e EMEB Alto Bonito	Vaga Transitória	01/02/10 á 17/12/10
Cintia Colussi Graef	Professor de 1ª á 4ª Série	1.3/A	20	EMEB Walsin N. Garcia	V.V. à Rita Fávero/ Diretora	01/02/10 á 17/12/10

Clacir Maria Fonseca	Orientador Educacional	1.3/A	40	EMEB Maria Luíza Barbosa	V.V. Greci Salette Coelho/ SEMEC	01/02/10 á 17/12/10
Clarice Gatti	Professor de 1ª á 4ª Série	1.3/A	20	EMEB Hilda G. de Sousa	V.V. à Vardelei Furlan/ Lab. De Informática	01/02/10 á 17/12/10
Clarisse Muniz de Moura	Professor de 5ª á 8ª série	1.3/A	21	EMEB Alto Bonito	Vaga Transitória	01/02/10 á 17/12/10
Clauberto Felipiak	Professor de 5ª á 8ª série	1.3/A	18	EMEB Hilda G. de Sousa e EMEB Pierina Santin Perret	Vaga Transitória	01/02/10 á 17/12/10
Claudia Gislaine Capelletti	Professor de 1ª á 4ª Série	1.3/A	40	EMEB Castelhana e EMEB Walsin N. Garcia	Vaga Transitória	01/02/10 á 17/12/10
Claudia Maria Bischoff	Professor de 1ª á 4ª Série	1.3/A	20	EMEB Walsin Nunes Garcia	Vaga Transitória	01/02/10 á 17/12/10
Cleide Mara Piola	Auxiliar de Creche e Berçário	1.1/A	40	CMEI Sonho Encantado	V.V. Ana Maria Vidal	01/02/10 á 17/12/10
Clenir Ap. Nuriles	Auxiliar de Creche e Berçário	1.1/A	40	CMEI Educar é Tudo	Convênio/ Empresa	01/02/10 á 17/12/10
Cleusa Cardozo	Auxiliar de Creche e Berçário	1.1/A	40	CMEI Sonho Encantado	Vaga Transitória	09/02/10 á 17/12/10
Cristiane Ap. Kacectari	Auxiliar de Biblioteca	1.4/A	40	Biblioteca Pública Municipal	Vaga Transitória	08/02/12 á 17/12/10
Cristiane Moreira Camargo	Administrador Escolar	1.3/A	40	EMEB Morada do Sol	V.V. á Angela Stavis/SEMEC	01/02/10 á 17/12/10
Daniel Pereira Rafaelli Filho	Professor de 5ª á 8ª série	1.3/A	17	EMEB Morada do Sol	V.V. á Mara Lipka	01/02/10 á 17/12/10
Daniela da Silva	Professor de 5ª á 8ª série	1.3/A	10	EMEB Hilda G. de Sousa	Vaga Transitória	01/02/10 á 17/12/10
Dayane dos Santos Marchesan	Auxiliar de Biblioteca	1.4/A	40	EMEB Alto Bonito	Vaga Transitória	01/02/10 á 17/12/10
Débora Jane Zarur	Orientador Educacional	1.3/A	40	EMEB Padre José Chamot	Vaga Transitória	01/02/10 á 17/12/10
Débora Jane Zarur	Professor de 1ª á 4ª Série	1.3/A	20	EMEB Pe. José Chamot	Vaga Transitória/ Sala de Reforço Escolar	01/02/10 á 17/12/10
Deisiane Ap. de Paulo	Professor de 5ª á 8ª série	1.3/A	32	EMEB Morada do Sol e EMEB Maria Luíza Barbosa	Vaga Transitória	01/02/10 á 17/12/10
Diego Petrykowski	Professor de 5ª á 8ª série	1.3/A	14	EMEB Morada do Sol	v.v. À Valmor Arl/ Licença sem Vencimentos	10/02/10 á 17/12/10

Dilma Bueno de Oliveira Gomes	Professor de 1ª à 4ª Série	1.3/A	20	EMEB Hilda G. de Sousa	V.V. à Márcia Mello/sala de Reforço Escolar	01/02/10 à 17/12/10
Egislaïne Isabel Pereira	Professor de 1ª à 4ª Série	1.3/A	20	EMEB Nossa Senhora Salette	V.V. à Orli Thibes/Projeto Xadrez	01/02/10 à 17/12/10
Eladir Maria Maciel	Professor de 1ª à 4ª Série	1.3/A	20	EMEB Maria L. Barbosa	V.V. Idianara Valentini/SEMEC	01/02/10 à 17/12/10
Elay Elisiane Paloschi	Professor de 1ª à 4ª Série	1.3/A	20	EMEB Maria L. Barbosa	Vaga Transitória/ Lab. De Informática	01/02/10 à 17/12/10
Elenir Spézia Correa	Professor de 1ª à 4ª Série	1.3/A	20	EMEB Maria L. Barbosa	V.V. Idianara Valentini/SEMEC	01/02/10 à 17/12/10
Eliane Salete Peretti	Auxiliar de Creche e Berçário	1.1/A	40	EMEB Hilda Granemann	Vaga Transitória	01/02/10 à 17/12/10
Eliane Scotti Alvarenga	Professor de Educação Infantil	1.3/A	40	CMEI Sonho Encantado	Vaga Transitória	09/02/10 à 17/12/10
Elisandra Rodrigues	Professor de 5ª à 8ª série	1.3/A	30	EMEB Vereda dos Trevos – CMEI Educar é Tudo	Vaga Transitória	01/02/10 à 17/12/10
Elisangela Cristina Kviatkoski	Professor de 5ª à 8ª série Inglês	1.3/A	14	EMEB Ulysses Guimarães	Vaga Transitória	01/02/10 à 17/12/10
Elisangela Rodrigues	Professor de Educação Física	1.3/A	21	EMEV Vereda dos Trevos e CMEI Educar é Tudo	Vaga Transitória	01/02/10 à 17/12/10
Elisete Terezinha Diel	Professor de 5ª à 8ª série	1.3/A	20	EMEB Alto Bonito	Vaga Transitória	01/02/10 à 17/12/10
Eliseu Crespim de Mello	Professor de 5ª à 8ª série	1.3/A	27	EMEB Henrique Júlio Berger	V.V. à Jandir Bertotto/ Direção e V.V. à Vera Lipka/FME	01/02/10 à 17/12/10
Eliz Regina de Lima	Professor de 5ª à 8ª série	1.3/A	24	EMEB Pierina Santin Perret	V.V. à Ana Maria Bortolon/SEMEC	01/02/10 à 17/12/10
Elizabeth Gruczkowski Szotka	Professor de Educação Infantil	1.3/A	40	EEEB João Santo Damo	Convênio/ Estado	08/02/10 à 17/12/10
Elizandra Ap. Berezowski	Professor de 1ª à 4ª Série	1.3/A	20	EMEB Maria L. Barbosa	Vaga Transitória	01/02/10 à 17/12/10
Eliseu Crespim de Mello	Professor de 5ª à 8ª série	1.3/A	27	EMEB Henrique Júlio Berger	V.V. Jandir Bertotto e V.V. Vera Lipka	01/02/10 à 17/12/10
Eliziane Ap. Batochio Pegoraro	Professor de 1ª à 4ª Série	1.3/A	20	EMEB Henrique J. Berger	V.V. à Eliane Cachinski/ Sala Multifuncional	04/02/10 à 17/12/10
Elza Alves Proença Mafiolletti	Professor de 5ª à 8ª série	1.3/A	23	EMEB Henrique Júlio Berger	V.V. Josete Stroeispy (13) e Vaga transitória (10)	01/02/10 à 17/12/10

Elza Proença Mafioletti	Professor de 5ª à 8ª série	1.3/A	23	EMEB Henrique Júlio Berger	V.V. à Josete Strowispy/ FMC	01/02/10 à 17/12/10
Elza Vicente Felipe	Servente da Educação	1.5/A	44	Morada do Sol	V.V. Maria Geni Huçulak/ Licença Tratamento de Saúde	01/02/10 à 11/05/10
Eronildes Olienik	Professor de 1ª à 4ª Série	1.3/A	20	EMEB Hilda G. de Sousa	V.V. à Luiza Samira Flores/SEMEC	01/02/10 à 17/12/10
Eva Katlin Zarur	Professor de 5ª à 8ª série	1.3/A	34	EMEB Henrique J. Berger e EMEB Morada do Sol	Vaga Transitória	01/02/10 à 17/12/10
Fátima Ap. Chaves	Professor de Educação Infantil	1.3/A	20	EMEB Castelhana	V.V. Fátima Hammes	01/02/10 à 17/12/10
Fernanda Pollo	Professor de 5ª à 8ª série	1.3/A	24	EMEB Alcides Tombini e EMEB Walsin N. Garcia	Vaga Transitória	01/02/10 à 17/12/10
Fernando Chaves	Professor de Educação Física	1.3/A	36	EMEB Pierina Santin Perret	V.V. à Roberto H. Ferraz e V.V. à Ricardo Azanbujá	01/02/10 à 17/12/10
Franciele Ap. Faé	Auxiliar de Biblioteca	1.4/A	40	EMEB Ir. Venâncio José	Vaga Transitória	01/02/10 à 17/12/10
Franciele Elizabete Cardozo	Auxiliar de Biblioteca	1.4/A	40	CEM Maria Luíza Barbosa	Vaga Transitória	01/02/10 à 17/12/10
Franciele M. Menzel	Professor de Educação Infantil	1.3/A	20	EMEB Maria Luíza Barbosa	Vaga Transitória	01/02/10 à 17/12/10
Gerson Teles de Souza Junior	Professor Não Habilitado	1.1/A	20	Programa Peti	Vaga Transitória	01/02/10 à 17/12/10
Gerusa Marivani da Silva Filipini	Auxiliar de Creche e Berçário	1.1/A	40	EMEB Hilda Granemann	V.V. Vanderléia Fernandes	01/02/10 à 17/12/10
Gessi Terezinha da Silva	Servente da Educação	1.5/A	44	EMEB Ir. Venâncio José	V.V. à Laura Olienik/ Licença Prêmio	05/02/10 à 26/06/10
Giovana Figueroa	Professor de 1ª à 4ª Série	1.3/A	20	EMEB Pierina Santin Perret	V.V. à Nilva C. Cezerniak/ Reforço Escolar	01/02/10 à 17/12/10
Gisele Ap. Ribeiro	Professor de Educação Física	1.3/A	30	EMEB Castelhana e EMEB Ir. Thomás	Vaga Transitória	01/02/10 à 17/12/10
Gisele de Almeida	Professor de Educação Infantil	1.3/A	20	EMEB Ulysses Guimarães	Vaga Transitória	09/02/10 à 17/12/10
Gisele Ludvig	Supervisor Escolar	1.3/A	40	EMEB Morada do Sol	V.V. à Idalci Colla	01/02/10 à 17/12/10
Gisele Pereira Galvão	Supervisor Escolar	1.3/A	20	EMEB Henrique Júlio Berger	V.V. à Rosane Fonseca/ Licença sem Vencimentos	01/02/10 à 17/12/10

Gleci Ap. de Moura	Professor de 5ª à 8ª série	1.3/A	39	EMEB Ir. Venâncio José EMEB Nossa S. Salette	Vaga Transitória	01/02/10 à 17/12/10
Graceli de Fátima Oliveira Recalcatti	Servente da Educação	1.5/A	44	EMEB Hilda Granemann	V.V. Roseli Santana de Moraes/ Licença sem Vencimento	01/02/10 à 17/12/10
Helber Pablo Basegio	Professor de 5ª à 8ª série	1.3/A	30	EMEB Hilda G. Sousa	V.V. Romnei Riedi	01/02/10 à 17/12/10
Ieda M. Fernandes	Professor de 1ª à 4ª Série	1.3/A	20	EMEB Ulysses Guimarães	Vaga Transitória/ Lab. De Informática	01/02/10 à 17/12/10
Iodete Ap. Antunes Querino de Almeida	Professor de Educação Infantil	1.3/A	40	EEEE Domingos da Costa Franco	Convênio/ Estado	08/02/10 à 17/12/10
Iolanda Ap. de Moraes	Professor de Educação Infantil	1.3/A	20	EMEB Castelhana	Vaga Transitória	08/02/10 à 17/12/10
Ione Maria Chiarello	Professor de 5ª à 8ª série	1.3/A	10	EMEB Ulysses Guimarães	Vaga Transitória	01/02/10 à 17/12/10
Iracy Coredeiro Padilha	Servente da Educação	1.5/A	44	Esperança	V.V. Nelci Ferreira de Oliveira/ Licença sem Vencimento	01/02/10 à 17/12/10
Irene Meireles Prestes Pasa	Professor de 1ª à 4ª Série	1.3/A	20	EMEB Colônia Polidoro	V.V. à Rozangela Preto/ Sala Multifuncional	01/02/10 à 17/12/10
Irene Meireles Prestes Pasa	Professor de 1ª à 4ª Série	1.3/A	20	EMEB Machado de Assis	Vaga Transitória	04/02/10 à 28/02/10
Ivan Carlos Carneiro	Professor de Educação Física	1.3/A	27	EMEB Morada do Sol	V.V. à Miguel Reibinitz/ à Disposição da FME	01/02/10 à 17/12/10
Ivânia Maria Bresolin	Auxiliar de Biblioteca	1.4/A	40	EMEB Pierina Santin Perret	Vaga Transitória	01/02/10 à 17/12/10
Izelaine Pasquali Giliolli	Professor de 1ª à 4ª Série	1.3/A	20	EMEB Hilda G. de Sousa	V.V. à Adriana Kormann/ Reforço Escolar	01/02/10 à 17/12/10
Izelaine Pasquali Giliolli	Professor de 1ª à 4ª Série	1.3/A	20	EMEB Hilda G. de Sousa	V.V. à Bernadete Ribeiro dos Santos	05/02/10 à 17/12/10
Jane Regina Dallagnol	Professor de 1ª à 4ª Série	1.3/A	20	EMEB Maria L. Barbosa	Vaga Transitória	01/02/10 à 17/12/10
Jaqueline Picolli	Professor de Educação Física	1.3/A	40	Fund. Municipal de Cultura	Vaga Transitória	04/02/10 à 17/12/10
Jeana Zago	Professor de 5ª à 8ª série	1.3/A	39	EMEB Hilda G. de Sousa	V.V. à Dirceu Mello/ Sindicato e Roseli S. do Amara/ Licença sem Vencimentos	01/02/10 à 17/12/140

Jocemar Kades	Auxiliar de Creche e Berçário	1.1/A	40	CMEI Sininho	V.V. à Silmara Adamcheski/ Licença Geração	10/02/10 à 28/05/10
Joselha Campos	Professor de 5ª à 8ª série	1.3/A	20	EMEB Ulysses Guimarães	Vaga Transitória	01/02/10 à 17/12/10
Juliana Padilha Mazotti	Professor de 1ª à 4ª Série	1.3/A	20	EMEB Ulysses Guimarães	V.V. à Meriluci Trento/ Lab. De Informática	01/02/10 à 17/12/10
Juliana Velasques Ferreira	Professor de Educação Infantil	1.3/A	20	EMEB Hilda G. de Sousa	V.V. Jozeane Cassol/ Licença sem Vencimentos	01/02/10 à 17/12/10
Juliana Gonçalves	Auxiliar de Creche e Berçário	1.1/A	40	CMEI Sininho	Vaga Transitória	04/02/10 à 17/12/10
Juliane Niles Cardozo	Professor de Educação Infantil	1.3/A	40	CMEI Educar é Tudo	Convênio/ Empresa	01/02/10 à 17/12/10
Juliane Vogues Ribeiro	Auxiliar de Creche e Berçário	1.1/A	40	CMEI Educar é Tudo	Convênio/ Empresa	01/02/10 à 17/12/10
Jussara Brol	Professor de Educação Infantil	1.3/A	20	EMEB Maria Luíza Barbosa	V.V. à Angélica Moschetta/ Licença Geração e Prêmio	01/02/10 à 13/06/10
Jussara Brol	Professor de 1ª à 4ª Série	1.3/A	20	EMEB São Francisco de Sales	V.V. à Luiz Carlos Balatka/ Reforço Escolar	02/02/10 à 17/12/10
Jussara Fonseca	Professor de 1ª à 4ª Série	1.3/A	40	EMEB Henrique J. Berger	Vaga Transitória/ Reforço Escolar	01/02/10 à 17/12/10
Jussara Fonseca	Professor de 1ª à 4ª Série	1.3/A	20	EMEB Alto Bonito	Vaga Transitória/ Lab. De Informática	01/02/10 à 17/12/10
Karine Lia Basso	Professor de 1ª à 4ª Série	1.3/A	20	EMEB Ulysses Guimarães	V.V. à Marinez Pereira/ Lab. De Informática	01/02/10 à 17/12/10
Karla Mary Bechert	Administrador Escolar	1.3/A	40	EMEB Henrique Júlio Berger	V.V. à Antônio Getúlio/ Licença sem Vencimentos	01/02/10 à 17/12/10
Kautherine Broch	Professor de 1ª à 4ª Série	1.3/A	40	EMEB Maria L. Barbosa	Vaga Transitória/ Lab. De Informática	01/02/10 à 17/12/10
Keller Castlho P. Angeli	Professor de 5ª à 8ª série	1.3/A	24	EMEB Maria Luíza Barbosa e EMEB Hilda G. de Sousa	Vaga Transitória	01/02/10 à 17/12/10
Ladir Thibes Mereira	Professor de 5ª à 8ª série	1.3/A	20	EMEB Maria Luíza Barbosa	Vaga Transitória	01/02/10 à 17/12/10
Leandro José Martello	Professor de 5ª à 8ª série	1.3/A	09	EMEB Walsin Nunes Garcia	Vaga Transitória	01/02/10 à 17/12/10

Leila Ap. Schmidt de Souza	Auxiliar de Biblioteca	1.4/A	40	Biblioteca Pública Municipal	Vaga Transitória	01/02/10 á 17/12/10
Leila Lucimar Gíngalves	Professor de 1ª á 4ª Série	1.3/A	40	EMEB Ulysses Guimarães e EMEB Hilda G. de Sousa	V.V. á Ieda Fernandes/ Lab. De Informática e V.V. á Vardelei Furlan/ Lab. De Informática	01/02/10 á 17/12/10
Leila Lucimar Gonçalves	Professor de 1º ao 5º ano	1.3/A	40	EMEB Hilda Granemann Sousa EMEB Ulysses Guimarães	V.V. Ieda Mara Fernandes/ Lab. De Informática V.V. Vardelei Furlan/ Lab. De Informática	01/02/10 á 17/12/10
Leonardo Schroeder	Professor de Educação Física	1.3/A	33	EMEB Alcides Tombini e EMEB Henrique J. Berger	V.V. á Jânio Azambuja e V.V. á Claudio Granja	01/02/10 á 17/12/10
Leonires Ap. Constantini Gonçalves	Professor de 5ª á 8ª série	1.3/A	38	EMEB Maria Luíza Barbosa (CEM) e EMEB Esperança	Vaga Transitória	01/02/10 á 17/12/10
Liana Granemann Carneiro	Servente da Educação	1.5/A	44	Usina do Leite	V.V. Mara Cachinski/ Licença Tratamento de Saúde	01/02/10 á 30/04/10
Lisete Granemann	Professor de 1ª á 4ª Série	1.3/A	20	EMEB Alto Bonito	Vaga Transitória	01/02/10 á 17/12/10
Lourdes de Mátias Alves	Professor de 1ª á 4ª Série	1.3/A	20	EMEB Ir. Venâncio José	Vaga Transitória/ Reforço Escolar	01/02/10 á 17/12/10
Lucélia Ap. Cordeiro	Professor de 1ª á 4ª Série	1.3/A	20	EMEB Alto Bonito	Vaga Transitória	01/02/10 á 17/12/10
Luci Lúcio	Auxiliar de Creche e Berçário	1.1/A	40	EMEB Hilda Granemann	Vaga Transitória	01/02/10 á 17/12/10
Luciana das Graças Telles Souza	Professor de 1º ao 5º ano	1.3/A	20	EMEB Padre José Chamot	V.V. á Maria Antônia Padilha	01/02/10 á 17/12/10
Luciane Ap. Baldiceira	Professor de Educação Física	1.3/A	30	EMEB Ulysses Guimarães	Vaga Transitória	09/02/10 á 17/12/10
Luciane Faganello	Orientador Educacional	1.3/A	40	EMEB Ulysses Guimarães	Vaga Transitória	08/02/10 á 17/12/10
Lucimar Aparecida Appi	Secretário Escolar	3.4/A	40	EMEB Walsin Nunes Garcia EMEB Henrique J. Berger	V.V. Bartira Tomazini V.V. Carla Dalazen	01/02/10 á 17/12/10
Lucimar dos Santos	Secretário Escolar	3.4/A	20	EMEB Nossa Senhora Salette	V.V. Alan Rocha Liegel	01/02/10 á 17/12/10

Luiz Carlos Balatka	Professor de 1ª á 4ª Série	1.1/A	20	EMEB Pierina S. Perret	Vaga Transitória/ Reforço Escolar	01/02/10 á 17/12/10
Luzia Tortatto Dobrochiski	Professor de 5ª á 8ª série - Inglês	1.3/A	24	EMEB Alcides Tombini e EMEB Tabajara	Vaga Transitória	01/02/10 á 17/12/10
Marcia Antônia Recetti	Professor de 1ª á 4ª Série	1.3/A	20	EMEB Tabajara	V.V. á Alda Basqueira/ Reforço Escolar	01/02/10 á 17/12/10
Márcia Francieli Ferreira	Servente da Educação	1.5/A	44	EMEB Henrique Júlio Berger	V.V. Maria Combin de Oliveira/ Licença Prêmio	01/02/2010 á 30/04/2010
Maria Ap. Souza Gomes	Professor de 5ª á 8ª série	1.3/A	18	EMEB Hilda Granemann de Sousa	Vaga Transitória	11/02/10 á 17/12/10
Maria Beatriz Konflanz	Professor de 5ª á 8ª série	1.3/A	20	EMEB Maria Luíza Barbosa	Vaga Transitória	01/02/10 á 17/12/10
Maria C. Mafessoni	Orientador Educacional	1.3/A	40	EMEB Henrique J. Berger	V.V. á Rosely Sorgatto	01/02/10 á 17/12/10
Maria Célia Nava	Professor de 1ª á 4ª Série	1.3/A	20	EMEB Ulysses Guimarães	V.V. á Maria Selói Gazzil/ Atribuição	01/02/10 á 17/12/10
Maria Eliane Gomes Farias	Professor de 5ª á 8ª série	1.3/A	36	EMEB Alto Bonito e EMEB Castelhanos	Vaga Transitória	01/02/10 á 17/12/10
Maria Lúcia Cachinski Padilha	Auxiliar de Creche e Berçário	1.1/A	40	EMEB Sonho Encantado	Vaga Transitória	01/02/10 á 17/12/10
Mariana Ribeiro da Cruz Branco	Professor de Educação Infantil	1.3/A	40	CMEI Educar é Tudo	Convênio/ Empresa	01/02/10 á 17/12/10
Marici Menegat Franco	Professor de 1ª á 4ª Série	1.3/A	20	EMEB Hilda G. de Sousa	V.V. á Márcia Mello/Reforço Escolar	01/02/10 á 17/12/10
Marilene Coradin Rosso	Professor de 1ª á 4ª Série	1.3/A	20	EMEB Henrique J. Berger	V.V. á Eliana Cachinski/ Sala Multifuncional	01/02/10 á 17/12/10
Marília Neis Godinho	Auxiliar de Creche e Berçário	1.1/A	40	CMEI Educar é Tudo	Convênio/ Empresa	01/02/10 á 17/12/10
Mariluci Ferreira de Oliveira	Auxiliar de Creche e Berçário	1.1/A	40	CMEI Educar é Tudo	Convênio/ Empresa	01/02/10 á 17/12/10
Marinez Ozório	Professor de 1ª á 4ª Série	1.3/A	40	EMEB Hilda G. de Sousa	Vaga Transitória	08/02/10 á 17/12/10
Marinice de Fátima de Oliveira	Professor de Educação Infantil	1.3/A	20	EMEB Ir. Thomás	Vaga Transitória	01/02/10 á 17/12/10
Mario Luiz Cachinski Júnior	Professor de 5ª á 8ª série	1.3/A	30	EMEB Ir. Venâncio José CMEI Taquara Verde	V.V. Revanir Anciutti/ á Disposição da FME Vaga Transitória	01/02/10 á 17/12/10
Marisa da Silva B. de Oliveira	Auxiliar de Creche e Berçário	1.1/A	40	CMEI Educar é Tudo	Convênio/ Empresa	01/02/10 á 17/12/10

Marisa Salette Borges	Auxiliar de Creche e Berçário	1.1/A	40	EMEB Hilda Granemann	Vaga Transitória	01/02/10 á 17/12/10
Marisete Zago	Professor de 1ª á 4ª Série	1.3/A	40	EMEB Ulysses Guimarães	V.V. à Carmelinda Rusczyk/ Reforço Escolar	01/02/10 á 17/12/10
Maristela Ceolla	Supervisor Escolar	1.3/A	40	EMEB Ir. Venâncio José	V.V. á Salette Ilishievich	01/02/10 á 17/12/10
Maristela Cordeiro da Siva Ribeiro	Professor de 1ª á 4ª Série	1.3/A	20	EMEB Pe. José Chamot	V.V. à Clemare Coelho/ Direção	01/02/10 á 17/12/10
Mariza Terezinha C. Frigeri	Professor de Educação Física	1.3/A	27	EMEB Henrique Júlio Berger	V.V. à Vera Lipka e V.V. á Jandir Bertotto	01/02/10 á 17/12/10
Marizete Zago	Professor de 1º ao 5º ano	1.3/A	40	EMEB Ulysses Guimarães	V.V. à Carmelinda Rusczyk/ Reforço Escolar	01/02/10 á 17/12/10
Marilei Koehler	Auxiliar de Creche e Berçário	1.1/A	40	CMEI Sininho	Vaga Transitória	05/02/10 á 17/12/10
Marlei Tomasi	Professor de Educação Infantil	1.3/A	40	CMEI Educar é Tudo	Convênio/ Empresa	05/02/10 á 17/12/10
Mauro Rogério Reis	Professor de 5ª á 8ª série	1.3/A	15	CMEI Santa Clara	Vaga Transitória	01/02/10 á 17/12/10
Michelle Cristina Pereira	Professor de 1ª á 4ª Série	1.3/A	40	EMEB Hilda G. de Sousa	Vaga Transitória/ Reforço Escolar	01/02/10 á 17/12/10
Miguel Reibinitz	Professor de Educação Física	1.3/A	28	Fund. Municipal de Cultura	Vaga Transitória	04/02/10 á 17/12/10
Minelli Frigotto	Professor de Educação Física	1.3/A	33	EMEB Alto Bonito	V.V. á Leandro Martello/ á Disposição da FME	09/02/10 á 17/12/10
Monica Lapolli	Professor de 1ª á 4ª Série	1.3/A	20	EMEB Alto Bonito	V.V. à Liria Belaver/ Lab. De Informática	01/02/10 á 17/12/10
Neiva Bento Rossetto	Professor de 5ª á 8ª série	1.3/A	26	EMEB Henrique Júlio Berger e EMEB Alto Bonito	V.V. á Claudio Cordeiro e V.V. á Neusa Pelegrini	10/02/10 á 17/12/10
Nelci Ap. dos Santos Crespo	Professor de 1ª á 4ª Série	1.3/A	20	EMEB Hilda G. de Sousa	V.V. à Luiza Samira Flores/SEMEC	01/02/10 á 17/12/10
Neoli Ap. Ribeiro Andrade	Secretário Escolar	3.4/A	40	EMEB Alto Bonito	V.V. à Eliane Bortolini/ SEMEC	01/02/10 á 17/12/10
Nilce Ap. Carneiro Suchara	Professor de 1ª á 4ª Série	1.3/A	20	EMEB Pe. José Chamot	V.V. à Lucianita Beviláqua/ FMC	01/02/10 á 17/12/10
Nilce Fernandes Pontes	Professor de Educação Infantil	1.3/A	20	EMEB Ir. Venâncio José	Vaga Transitória	01/02/10 á 17/12/10

Nilda Muniz de Liz	Orientador Educacional	1.3/a	20	Emeb Pierina Santin Perret	V.V. á Felizarda Lemos/ Licença sem Vencimentos	01/02/10 á 17/12/10
Nilva Cedron Czerniak	Professor de 1ª á 4ª Série	1.3/A	20	EMEB Hilda G. de Sousa	Vaga Transitória/ Reforço Escolar	01/02/10 á 17/12/10
Noeli Sandra Dallacosta	Professor de 1ª á 4ª Série	1.3/A	20	SEMEC	Vaga Transitória	01/02/10 á 17/12/10
Olívia dos Santos Moreira	Professor de Educação Infantil	1.3/A	40	EMEB Henrique Júlio Berger e CMEI Educar é Tudo	V.V. Maria de Jesus Groth/ Licença sem Vencimentos e Convênio/ Empresa	01/02/10 á 17/12/10
Patrícia Cristina Lemos	Orientador Educacional	1.3/A	40	CMEI Sonho Encantado e CMEI Santa Clara	Vaga Transitória	01/02/10 á 17/12/10
Paula Cristina Santore	Professor de Educação Infantil	1.3/A	20	CMEI Santa Clara	V.V.á Michelle de Souza Santos	01/02/10 á 17/12/10
Regiane Meira	Professor de 5ª á 8ª série	1.3/A	25	EMEB Tabajara	Vaga Transitória	01/02/10 á 17/12/10
Regina Villwoch	Secretário Escolar	3.4/A	40	EMEB Henrique Júlio Berger EMEB Hilda Granemann	V.V. Carla Dalazen V.V. Alan Rocha Liegel	01/02/10 á 17/12/10
Rejane Terezinha Faedo	Professor de 5ª á 8ª série	1.3/A	10	EMEB Henrique Júlio Berger	Vaga Transitória	01/02/10 á 17/12/10
Reni de Jesus Ribas	Professor de Educação Física	1.3/A	39	EMEB Maria Luíza Barbosa	V.V. Carlinhos J. Bazzei	01/02/10 á 17/12/10
Revanir Anciutti	Professor de 5ª á 8ª série	1.3/A	15	EMEB Nossa Senhora Salette	Vaga Transitória	01/02/10 á 17/12/10
Ricardo Kinal	Professor de Educação Física	1.3/A	39	EMEB Ir. Venâncio José e EMEB Tabajara	V.V. á Jânio Azambuja e V.V. á Ana Maria Rotta	09/02/10 á 17/12/10
Rodrigo Costa	Professor de Educação Física	1.3/A	40	Fund. Municipal de Cultura	Vaga Transitória	04/02/10 á 17/12/10
Romy Crisrine S. Franceschetto	Professor de Educação Infantil	1.3/A	40	CMEI Educar é Tudo	Convênio/ Empresa	01/02/10 á 17/12/10
Rosangela Ap. Ribas Mello	Professor de 1ª á 4ª Série	1.3/A	20	EMEB Ulysses Guimarães	Vaga Transitória	01/02/10 á 17/12/10
Rosangela Riedi	Supervisor Escolar	1.3/A	40	EMEB Ulysses Guimarães	Vaga Transitória	08/02/10 á 17/12/10
Roseli Ap. Machado	Professor de Educação Infantil	1.3/A	40	CMEI Taquara Verde	Convênio/ Estado	08/02/10 á 17/12/10
Roseli Ap. Sonogo	Professor de 5ª á 8ª série	1.3/A	40	EMEB Alto Bonito	V.V. à Jacira Tomazini/ Licença sem Vencimentos	01/02/10 á 17/12/10

Roseli Salete Ferenc	Professor de 1ª à 4ª Série	1.3/A	20	EMEB Tabajara	V.V. à Hilda Preveda/ Lab. De Informática	17/12/10
Rosilane Trindade	Professor de 5ª à 8ª série	1.3/A	15	EMEB Ulysses Guimarães	Vaga Transitória	01/02/10 à 17/12/10
Rosmari Ap. Becker	Professor de 5ª à 8ª série	1.3/A	31	EMEB Henrique J. Berger e EMB Ulysses Guimarães	V.V. à Shirley Ártico/ Licença Saúde e Vaga Transitória	01/02/10 à 17/12/10
Rozangela Preto Vivan	Professor de 1ª à 4ª Série	1.3/A	20	EMEB Tabajara	Vaga Transitória/ Reforço Escolar e sala Multifuncional	01/02/10 à 17/12/10
Salete Antônia da Silva	Servente da Educação	1.5/A	44	EMEB Alto Bonito	V.V. Maria Izolina da Silva Licença Prêmio	01/02/10 à 25/04/10
Salete Matos Pereira	Orientador Educacional	1.3/A	40	EMEB Walsin Nunes Garcia	V.V. à Elisete Lobas/ Licença sem Vencimentos	01/02/10 à 30/04/10
Salomé Fontana	Supervisor Escolar	1.3/A	40	EMEB Henrique Júlio Berger	V.V. à Nilse do Nascimento/ Licença sem Vencimentos	01/02/10 à 17/12/10
Sandra Aparecida Peretti	Auxiliar de Creche e Berçário	1.1/A	40	EMEB Hilda Granemann	Vaga Transitória	01/02/10 à 17/12/10
Sandra Regina dos Santos Leal	Professor de Educação Infantil	1.3/A	20	EMEB Walsin Nunes Garcia	V.V. à Simone Santana de Moraes/ Licença Prêmio	01/02/10 à 17/12/10
Schirley Ap. Werges Massarolli	Professor de Educação Infantil	1.3/A	20	EMEB Pierina Santin	V.V. Maria Madionir Barichello	01/02/10 à 17/12/10
Shirley Schimitt	Professor de 1ª à 4ª Série	1.3/A	20	EMEB Vereda dos Trevos	Vaga Transitória	01/02/10 à 17/12/10
Sídia Maria Basso Klein	Professor de Educação Infantil	1.3/A	40	CMEI Educar é Tudo	Convênio/ Empresa	01/02/10 à 17/12/10
Sidnei Alves Pereira	Professor de 5ª à 8ª série	1.3/A	30	EMEB Ulysses Guimarães	Vaga Transitória	01/02/10 à 17/12/10
Silmara Zotto	Professor de 5ª à 8ª série	1.3/A	40	EMEB Alcides Tombini e EMB Hilda G. de Sousa	V.V. à Mara Lipka/ Direção e Vaga Transitória	01/02/10 à 17/12/10
Silvana Alves Bardella	Professor de 1ª à 4ª Série	1.3/A	20	EMEB Hilda G. de Sousa	Vaga Transitória/ Reforço Escolar	01/02/10 à 17/12/10
Silvana Dalla Vechia	Professor de Educação Infantil	1.3/A	20	CMEI Santa Clara	Vaga Transitória	01/02/10 à 17/12/10
Sílvia Cristina Eichele	Professor de Educação Infantil	1.3/A	20	CMEI Educar é Tudo	Convênio/ Empresa	01/02/10 à 17/12/10

Sirlei Terezinha Tofolli	Secretário Escolar	3.4/A	40	EMEB Esperança EMB Castelhana	V.V. Simone Alves Bonet V.V. Elisabeth Olsen	01/02/10 à 17/12/10
Solange Regina Roares	Orientador Educacional	1.3/A	40	EMEB Hilda Granemann Sousa	V.V. à Cleci Faganello	01/02/10 à 17/12/10
Suely Miozzo Escher	Professor de 5ª à 8ª série	1.3/A	23	EMEB Alcides Tombini	Vaga Transitória	01/02/10 à 17/12/10
Sulamita Reis dos Santos	Professor de 5ª à 8ª série	1.3/A	28	EMEB Pe. José Chamot EMB Pierina S. Perret	Vaga Transitória	01/02/10 à 17/12/10
Suzana Cristina Voltolini	Professor de 5ª à 8ª série	1.3/A	30	EMEB Esperança	Vaga Transitória	01/02/10 à 17/12/10
Tania Márcia dos Santos	Servente da Educação	1.5/A	44	EMEB Hilda Granemann	V.V. Nilva Eger/ Licença Tratamento de Saúde	01/02/10 à 25/05/10
Tathiana dos Santos	Professor de Educação Física	1.3/A	27	EMEB Tabajara	V.V. à Beatriz Spuldaro/ Licença sem Vencimentos	01/02/10 à 17/12/10
Tatiane Ap. Pollo	Professor de 1ª à 4ª Série	1.3/A	20	EMEB Henrique J. Berger	Vaga Transitória	01/02/10 à 17/12/10
Tayana Dalagnol	Professor de 1ª à 4ª Série	1.1/A	20	EMEB Maria L. Barbosa	Vaga Transitória/ Lab. De Informática	01/02/10 à 17/12/10
Terezinha dos Santos Réia	Servente da Educação	1.5/A	44	EMEB Hilda G. Sousa	V.V. Alice dos Santos/ Licença sem Vencimentos	01/02/10 à 31/03/10
Terezinha Rosicléia Kamienski	Professor de 1ª à 4ª Série	1.3/A	20	EMEB Maria L. Barbosa	V.V. à Jani Gomes Peres/ Licença sem Vencimentos	01/02/10 à 17/12/10
Uliana Ilona Liszkievich	Secretário Escolar	3.4/A	20	EMEB Esperança	V.V. Elisandra Giacomel/ Licença Prêmio	01/02/10 à 25/04/10
Vanderléia Formagini	Professor de 5ª à 8ª série	1.3/A	24	EMEB Alcides Tombini e EMB Maria L. Barbosa	Vaga Transitória	01/02/10 à 17/12/10
Vanessa Zotto	Secretário Escolar	3.4/A	40	EMEB Hilda Granemann	V.V. Mariluci Wiersbick/ Licença sem Vencimento	01/02/10 à 17/12/10
Vânia Maria de Oliveira	Professor de 1ª à 4ª Série	1.3/A	20	EMEB Ulysses Guimarães	V.V. à Tatiane Ap. Polo	01/02/10 à 17/12/10
Vânia Maria Oliveira	Professor de 1ª à 4ª Série	1.3/A	20	EMEB Ulysses Guimarães	V.V. à Tatiane Polo/ Direção	01/02/10 à 17/12/10
Vera Lúcia de Moura	Professor de Educação Infantil	1.3/A	20	EMEB Morada do Sol	V.V. Agnese Filipini Chaves	03/02/10 à 17/12/10
Vera Lúcia Lipka Neves	Professor de Educação Física	1.3/A	10	Fund. Municipal de Cultura	Vaga Transitória	04/02/10 à 17/12/10

Vera Márcia Westerlon Oliveira	Professor de 1ª à 4ª Série	1.3/A	20	EMEB Ulysses Guimarães	V.V. à Marinez Pereira/ Lab. De Informática	01/02/10 á 17/12/10
Vilamari Ap. Maçaneiro	Auxiliar de Biblioteca	1.4/A	40	Biblioteca Pública Municipal	Vaga Transitória	08/02/12 á 17/12/10
Viviam de Lemos Estrowispy	Secretário Escolar	3.4/A	40	EMEB Morada do Sol	V.V. Iracilda Nora	01/02/10 á 17/12/10
Viviane Andréia Moraes de Anhaia	Servente da Educação	1.5/A	44	EMEB Ulysses Guimarães	V.V. Aurea Mello/ Licença Tratamento de Saúde	01/02/10 á 01/10/10
Viviane Ap. Trindade	Supervisor Escolar	1.3/A	40	EMEB Hilda G. de Sousa	V.V. à Rosangela Ribas	01/02/10 á 17/12/10
Wagner Severgini	Professor de Educação Física	1.3/A	39	EMEB Maria Luíza Barbosa	Vaga Transitória	01/02/10 á 17/12/10
Waldir Schuppel	Professor de 1ª à 4ª Série	1.3/A	20	EMEB Tabajara	V.V. à Alda Basqueira/ Reforço Escolar	01/02/10 á 17/12/10
Wilson Roberto O. Domingos	Professor de Educação Física	1.3/A	40	Fund. Municipal de Cultura	Vaga Transitória	04/02/10 á 17/12/10
Zenilda Bueno Fernandes	Professor de 5ª à 8ª série	1.3/A	35	EMEB Hilda Granemann Sousa	Vaga Transitória	01/02/10 á 17/12/10
Rosecléia Spader	Professor de Ed. Infantil	1.3/A	40	CMEI Sonho Encantado	Vaga Transitória	09/02/10 á 17/12/10
Jaqueline Aparecida Teles de Souza	Professor de Educação Física	1.3/A	27	EMEB Hilda Granemann Sousa	V.V. à Sergio Roberto Capotte Gomes/FME	10/02/10 á 17/12/10
Cátia Maria dos Santos	Professor de 5ª à 8ª série	1.3/A	29	EMEB Hilda Granemann Sousa	V.V. à Scheilla Balbinotti/ Licença sem Vencimentos	22/02/10 á 17/12/10
Anna Paula Luz	Professora 5ª a 8ª série	1.3/A	22	EMEB Pierina Santin Perret	Vaga Transitória	11/02/10 a 17/12/10

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 26 de fevereiro de 2010.

SAULO SPEROTTO
Prefeito Municipal.

MARGOT ROSELY SIQUEIRA
Secretária Adjunta para Assuntos da Administração .

Portaria 19443

PORTARIA nº 19.443 de 10 de março de 2010.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR em exercício, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 231 e seguintes, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

R E S O L V E:

Art. 1º INSTAURAR Processo Administrativo a fim de apurar a irregularidade do recebimento dos valores referentes a ascensão de

nível, bem como o descumprimento do dever de representar a seu chefe imediato a respeito da irregularidade que ajudou a manter, pelo Servidor Público Municipal DIOCLÉCIO ALVES DE MOURA, matrícula 1303, ocupante do cargo de Motorista de Caminhão, com carga horária de 44 horas semanais, lotado na Secretaria de Infraestrutura, tudo conforme consta na denúncia protocolizada sob o n. 8395/2009 e documentos que a instrui.

§ 1º A Comissão de Processo Administrativo tem poderes de ampla e irrestrita investigação, inclusive de fatos novos que venham a surgir no decorrer do presente processo, com possível infração aos artigos 185, VIII, 192, § 2º, todos da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2005 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis Municipais de Caçador), sujeito à penalidade prevista no art. 197, inciso I, II, III, IV e 209, V, do mesmo diploma legal.

Art. 2º DESIGNAR com base no art. 233, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/04 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis Municipais de Caçador), os Servidores Públicos Municipais: FRANCO ANDREY RAMOS, matrícula 3481, ocupante do cargo de Técnico Tributário, lotado na Secretaria de Administração e Fazenda, TÂNIA FERREIRA, matrícula 3932, ocupante do cargo de Auxiliar de Contabilidade, lotado na Secretaria de Administração e Fazenda, SINEIDE DO CARMO ROTA, matrícula 1049, ocupante do cargo de Auxiliar de Secretário, lotada na Secretaria de Administração e Fazenda, para, sob a presidência do primeiro, e secretariada pela última, comporem a Comissão de Processo Administrativo nº 001/2010.

Art. 3º A Comissão tem o prazo de 60 (sessenta) dias para conclusão dos trabalhos a contar da publicação da referida portaria no órgão oficial de publicação, podendo o citado prazo ser automaticamente prorrogado por mais 60 (sessenta) dias, sem prejuízo dos trabalhos.

Art. 4º Providencie a Comissão as provas que julgar necessárias para a completa apuração dos fatos denunciados.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 10 de março de 2010.

SAULO SPEROTTO
Prefeito Municipal

Portaria 19444

PORTARIA nº 19.444, de 10 de março de 2010.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 231 e seguintes, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

R E S O L V E:

Art. 1º INSTAURAR Sindicância Administrativa a fim de apurar o furto de um computador completo, pen drive, documentos entre outros, do Conselho Municipal de Saúde, conforme denúncia protocolizada sob o nº 1735/2010.

Parágrafo único. A Comissão Sindicante tem poderes de ampla e irrestrita investigação, inclusive de fatos novos que surjam no decorrer do procedimento, e deverá, se possível, apontar as irregularidades, os envolvidos bem como suas responsabilidades.

Art. 2º DESIGNAR com base no art. 224, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/04 - Estatuto dos Servidores Públicos Civis Municipais de Caçador, os Servidores Públicos Municipais: FRANCO ANDREY RAMOS, matrícula 3481, ocupante do cargo de Técnico Tributário, lotado na Secretaria da Administração e Fazenda; TÂNIA

NIA FERREIRA, matrícula 3932, ocupante do cargo de Auxiliar de Contabilidade, lotado na Secretaria de Administração e Fazenda; e SINEIDE DO CARMO ROTTA matrícula 1049, ocupante do cargo de Auxiliar de Secretário, lotado na Secretaria de Administração e Fazenda; para, sob a presidência do primeiro e secretariados pela última, comporem a Comissão de Sindicância Administrativa 002/2010.

Art. 3º O prazo para conclusão dos trabalhos é de 30 (trinta) dias a contar do recebimento da portaria pela Comissão, podendo o referido prazo ser automaticamente prorrogado por mais 30 (trinta) dias, sem prejuízo dos trabalhos.

Art. 4º Providencie a Comissão as provas que julgar necessárias para a completa apuração dos fatos.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 10 de março de 2010.

SAULO SPEROTTO
Prefeito Municipal.

Aviso Inexigibilidade de Licitação 08-2010 SAUDE

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 08/2010 - FMS

O FMS, SC, torna público a INEXIGIBILIDADE de Licitação nº 08/2010 para contratação de empresas especializadas na operacionalização de programas de estágio para estudantes, junto a empresas credenciadas: Centro de Integração Empresa Escola – CIEE/SC, Centro de Integração de Estudantes – CIN e Instituto Euvaldo Lodi de Santa Catarina – IEL/SC, pelo valor mensal por estagiário de R\$ 545,70 mais R\$ 35,00 referente a contribuição, com validade pelo exercício 2010, nos termos do Artigo 25, da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

Caçador-SC, 08 de março de 2.010.
LOELY BELLAVER
Secretario Municipal de Saúde

Resumo Ata De Propostas TP 01-2010 FMAS

RESUMO ATA DE PROPOSTAS TP 01-2010 FMAS

Após abertos os envelopes contendo as propostas de preço a Comissão constatou que o valor cotado ficou abaixo do preço máximo estabelecido no Edital, desta forma encaminha-se o presente processo para homologação uma vez que a Comissão entende como possível a contratação da empresa vencedora, abre-se o prazo legal de 05 (cinco) dias úteis contados a partir da data de publicação desta para apresentação de eventuais recursos, tendo em vista que nem todos os representantes legais encontram-se presentes, no entanto, solicita-se que, caso não haja interesse de apresentação de recursos as empresas manifestem-se por escrito visando agilizar o presente processo. Melhor proposta: Femaks Construtora e Incorporadora Ltda valor R\$ total 243.886,90

Resumo Ata De Propostas CV 02/2010 PREFEITURA

RESUMO ATA DE PROPOSTAS CV 02/2010 PREFEITURA

Após abertos os envelopes contendo as propostas de preço a Comissão constatou que o valor cotado ficou dentro do previsto, des-

ta forma encaminha-se o presente processo para homologação uma vez que a Comissão entende como possível a aquisição dos itens, abre-se o prazo legal de 02 (dois) dias úteis contados a partir desta data para apresentação de eventuais recursos, tendo em vista que os representantes legais não encontram-se presentes, no entanto, solicita-se que, caso não haja interesse de apresentação de recursos as empresas manifestem-se por escrito visando agilizar o presente processo.. Melhor proposta: Líder Supr. Para Inf. Ltda, valor total de R\$ 22.779,00.

Aviso Alteração E Prorrogação PR 17-2010 PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR-SC
SECRETARIA DE INFRA ESTRUTURA
ALTERAÇÃO DO EDITAL E PRORROGAÇÃO DE PRAZO
EDITAL: Pregão Presencial Nº 17/2010

OBJETO: Alteração na especificação e nas quantidades dos itens 26, 27 e 28

26	5.600	M2	Piso intertravado tipo Paver tamanho 10x20x06 cm 35 mpa, cor cinza, antiderrapante e vibro prensado, em conformidade com NBR 9781/87
27	320	M2	Piso tátil direcional 10x20x06 cm 35 mpa, cor vermelho
28	200	M2	Piso tátil alerta 10x20x06 cm 35 mpa, cor vermelho

ENTREGA DOS ENVELOPES: 09:00 Horas do Dia 30/03/2010.
ABERTURA DOS ENVELOPES: 09:05 Horas do Dia 30/03/2010.
Maiores Informações e o Edital Completo poderão ser obtidos no Departamento de Licitações, Sito Av. Santa Catarina, 195, fone (49) 3563 0322, Ramal 210, no horário de expediente em vigor.
e-mail:licitacoes@cacador.sc.gov.br

Caçador, 10 de março de 2010.
SAULO SPEROTTO
Prefeito Municipal

Edital de Notificação de Transito

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 4

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO N. 053 1015/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
ABN7968	55109693C	ADELAR FOGACA CESAR	5010/0	162 * I
ACC5273	55110535C	IDANIR MAULE	5010/0	162 * I
ACC5273	55110536C	IDANIR MAULE	6599/2	230 * V
ACJ8892	55109625C	IVETE MARIA WATTE	6920/0	233
ADR2691	55105910C	LEANDRO RIPKA DE FREITAS	6610/2	230 * VII
AEM9030	55106085C	JOAO CARLOS AMENTT	6599/2	230 * V
AEM9030	55106086C	JOAO CARLOS AMENTT	5010/0	162 * I
AEM9030	55106087C	JOAO CARLOS AMENTT	6912/0	232
AEP2525	55109694C	JUNIOR JOSE SOARES	5169/1	165
AEW7271	54789886C	ZILVONARA CARLET	5169/1	165
AIB8106	55105951C	SIMONE FIGUEIREDO DOS REIS	6599/2	230 * V
AJR8667	55109089C	GIOVANE FERREIRA DA SILVA	6920/0	233
APE4165	55109815C	REINALDO DE OLIVEIRA	6920/0	233
APY8825	55109087C	SIDINEI PUSTELNIK	6920/0	233
APZ4662	55108653C	MARCELO GOIS DE MOURA	5045/0	162 * V
AUR8781	55109179C	ALEXANDRO AUGUSTO FRAGOSO	6912/0	232
BYB0271	55109813C	LUCIANO JOSE CORREIA ANTUNES	6920/0	233
CEX2679	55109940C	VANDERLEI DA SILVA	5010/0	162 * I
CFR5953	55108961C	SEBASTIAO CORDEIRO	6912/0	232
CIS2684	55109325C	TAIS CARLA LIMA	6610/2	230 * VII
CKM6943	55109644C	IVANI CLAUDETE BESS HORN	6920/0	233
CLB6854	55106144C	LUIZA PERBONI	6599/2	230 * V
CMH2005	54789687C	CELESTINO BERTOTTI	6599/2	230 * V
CMK9935	54789921C	DARCY FERREIRA DA ROCHA	5169/1	165
CWO5445	55109646C	NELSON ALVES LISBOA	6920/0	233
DDM9105	55109627C	GILVANA RIBEIRO DOS SANTOS	6920/0	233

ICS9286	55108766C	PEDRO DE LIMA LOPES	6599/2	230 * V
IFJ5097	55109088C	MARIO ALVES FERREIRA	6920/0	233
ILA7789	55109610C	JOARI JOSE RUPPEL	6920/0	233
KAX5827	55109802C	JOAO TEIXEIRA	6920/0	233
LBZ0292	55105853C	HERMINIO DA ROCHA	6599/2	230 * V
LWU8166	55108564C	SIDNEI MARTINS	5010/0	162 * I
LWX1553	55109090C	SONIA ANGELITA ADAM	6920/0	233
LXD4778	55109631C	IVO ANTONIO STEFAN	6920/0	233
LXP9196	55951877B	ALTEMIR PEDRO TURELLA	6599/2	230 * V
LXQ1939	55109803C	JOAO ANTUNES DE OLIVEIRA	6920/0	233
LXT6082	55108563C	ALTAIR CAETANO DA SILVA	5010/0	162 * I
LXZ2962	55110006C	JANDIR LEITE	5169/1	165
LYB0221	55106184C	NATALICIO DE JESUS LARA	6599/2	230 * V
LYF2912	55109776C	JOAQUIM PEREIRA DE MORAIS	6556/1	230 * I
LYF2912	55109777C	JOAQUIM PEREIRA DE MORAIS	6610/2	230 * VII
LYF2912	55109778C	JOAQUIM PEREIRA DE MORAIS	5169/1	165
LYF2912	55109779C	JOAQUIM PEREIRA DE MORAIS	6912/0	232
LYJ2634	55106040C	MOACIR FRANCISCO BENTO	5061/0	163 c/c 162 * I
LYJ2634	55106041C	MOACIR FRANCISCO BENTO	5010/0	162 * I
LYJ2634	55106042C	MOACIR FRANCISCO BENTO	6637/2	230 * IX
LYJ2634	55106043C	MOACIR FRANCISCO BENTO	6653/1	230 * XI
LYK2273	54789985C	PAULO RUDA	5037/2	162 * III
LYK7390	55109628C	ROSANGELA DE ANDRADE DOS SANTOS	6920/0	233
LYU5553	55109078C	VILMAR MARAFIGO	6920/0	233
LYZ8674	54789818C	EVALDO MARTIN SCHULZE ME	6599/2	230 * V
LZB4822	55105851C	SEBASTIAO RAMOS DE JESUS	6599/2	230 * V
LZF0332	55109354C	MURILO GOMES BARBUENA	6610/2	230 * VII
LZW1397	55950334B	MARIA SALETE VELOSO RIBEIRO DE MELO	6599/2	230 * V
LZY0848	55105736C	COMERCIO E TRANSPORTES LINS LTDA ME	6920/0	233
LZY4756	55109603C	JHONATAN FERNANDO DA SILVA	6920/0	233
LZZ2844	55951376B	IVANILSO DOS SANTOS	6599/2	230 * V
MAC5090	54788727C	CELSO ODAIR FRANCA	6602/0	230 * VI
MAS1594	55108774C	CLAUDIOMIRO OLIVEIRA COSTA	6912/0	232
MBD9040	55109295C	SILVIA LETICIA DE OLIVEIRA PEROVANO	6599/2	230 * V
MBF1670	54789885C	GLESSY FERRASSO LIPKA	6912/0	232
MBF1670	55108800C	GLESSY FERRASSO LIPKA	5010/0	162 * I
MBI3529	55109119C	JORGE LUIZ GONCALVES CORDEIRO	6599/2	230 * V

MBQ1137	55109605C	TAYSE COMERCIO DE MADEIRAS LTDA	6920/0	233
MBS5134	55109614C	ILDA GENOVEVA BEHRENS	6920/0	233
MCF5077	55108656C	LUCIANO ALVES DA SILVA	6599/2	230 * V
MCF5077	55108657C	LUCIANO ALVES DA SILVA	5045/0	162 * V
MCF5077	55108658C	LUCIANO ALVES DA SILVA	6912/0	232
MCF5742	55109080C	EDSON LUIZ COLDEBELA	6920/0	233
MCH4280	55108764C	EDEMIR SIQUEIRA	6670/0	230 * XIII
MCO3967	55109336C	VALDOMIRO JOSE MOREIRA	6599/2	230 * V
MCO3967	55109339C	VALDOMIRO JOSE MOREIRA	5010/0	162 * I
MCO3967	55109340C	VALDOMIRO JOSE MOREIRA	6637/1	230 * IX
MCO5452	55105683C	JOSE VALDIR MOREIRA	6599/2	230 * V
MCO5452	55105684C	JOSE VALDIR MOREIRA	5010/0	162 * I
MCP2822	55109601C	VIVIANE SUSAMAR CHAVALA	6920/0	233
MDI5177	55109100C	MARCOS ANTONIO RIBEIRO	6920/0	233
MDJ5953	54789845C	PEDRO LAUTERIO DE ALBUQUERQUE	6912/0	232
MDJ6023	55108791C	ANGELA DENISE CARARO SANTOS	5010/0	162 * I
MDJ9898	55108557C	CLAUDIO PIRES RIBEIRO	5010/0	162 * I
MDJ9898	55109700C	CLAUDIO PIRES RIBEIRO	6599/2	230 * V
MDP0934	55106176C	RAFAEL DE OLIVEIRA	5010/0	162 * I
MEB8251	55109643C	RODRIGO HOFMANN	6920/0	233
MEM1535	55108827C	EDINA DOS SANTOS	6599/2	230 * V
MES5368	55106156C	ANGELA MARIA MAZZETTI	5010/0	162 * I
MES5368	55106157C	ANGELA MARIA MAZZETTI	5118/0	164 c/c 162 * I
MES5368	55106157C	ANGELA MARIA MAZZETTI	6726/1	230 * XVIII
MFA2239	54789445C	SERGIO ANTONIO DA SILVA	6912/0	232
MFN4005	55108820C	ADELAR FORTUNATO DA SILVA	5010/0	162 * I
MFN4005	55108821C	ADELAR FORTUNATO DA SILVA	6599/2	230 * V
MFN4005	55108823C	ADELAR FORTUNATO DA SILVA	5061/0	163 c/c 162 * I
MGD4273	55110530C	ELIZETE DE FATIMA LOCH MOREIRA	5010/0	162 * I
MGE4009	55108786C	ADIR TIBES	5010/0	162 * I
MGE4009	55108787C	ADIR TIBES	5118/0	164 c/c 162 * I
MGP0070	54789583C	NEUSA DE LOURDES CARDOSO	5010/0	162 * I
MGP0070	55109464C	NEUSA DE LOURDES CARDOSO	5061/0	163 c/c 162 * I
MGR7591	55109917C	EZEQUIEL BOURSCHETT	6610/2	230 * VII
MGX2801	55105687C	SERGIO JOSE MACEDO	5010/0	162 * I
MGX2801	55105688C	SERGIO JOSE MACEDO	6599/2	230 * V
MHI9193	55951308B	DARIO DE MATTOS	5037/1	162 * III

MQO7280

55109621C

ANTONIO PEREIRA

6920/0

233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 11 DE JANEIRO DE 2010

SIRLEI GUTOSKI

DELEGADA REGIONAL - 10 DRP

Edital de Notificação de Transito

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO N. 053 1016/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
AEP2525	55106192C	JUNIOR JOSE SOARES	5738/0	186 * II
ANK6703	55108765C	JOICE PORTH	5185/1	167
ANK6703	55109695C	JOICE PORTH	6491/0	227 * II
ASM2505	55108796C	NEEMIAS LEAL DOS SANTOS	5185/1	167
AVL9998	55109592C	SIDINEY GERALDO ALVES FERREIRA	5185/1	167
BZM6335	55109928C	ANDREA LUCY CARNEIRO	5452/1	181 * VIII
CAK9247	54788730C	VALDECIR CARNEIRO RIBEIRO	5835/0	195
CFL9308	55109698C	IVANIR BASEGGIO	7366/2	252 * VI
CFR5953	55108962C	SEBASTIAO CORDEIRO	5967/0	203 * V
CIS2684	55105968C	TAIS CARLA LIMA	5460/0	181 * IX
COR8516	55109786C	ANTONIO CARLOS SCHAITLER	7366/2	252 * VI
ICS9286	55108767C	PEDRO DE LIMA LOPES	6858/0	231 * VII
ICS9286	55108768C	PEDRO DE LIMA LOPES	5185/1	167
IDA0902	55105565C	ERIC WILLIAN TUCHLINOWICZ GEMELLI	7366/2	252 * VI
IDA0902	55105566C	ERIC WILLIAN TUCHLINOWICZ GEMELLI	5185/1	167
IDA0902	55105567C	ERIC WILLIAN TUCHLINOWICZ GEMELLI	5835/0	195
KKU2294	55108779C	JAIR FRIGERI ME	5541/5	181 * XVII
LXS0172	55106187C	DANIEL RIBEIRO	5428/3	181 * V
LXZ2962	55475651C	JANDIR LEITE	5720/0	186 * I
LYA4391	55950637B	LOURIVAL PEREIRA DE SOUZA	5452/6	181 * VIII
LYI0897	55108902C	NADIR SANTIN	5460/0	181 * IX
LYK0059	55109699C	ALCEU STIRMA	5460/0	181 * IX
LYR6980	55848844B	SIDNEI STRAPAZZON	5835/0	195
LYZ8674	54789819C	EVALDO MARTIN SCHULZE ME	6050/1	208
LZF8627	55108906C	SANDRO JOSE GOMES	5185/1	167
LZK1094	55108828C	ALCEU DOS SANTOS	5541/1	181 * XVII

LZS3727	55950981B	ROSALINO JOSE PICOLOTTO	6050/1	208
MAH4601	55105643C	GERSON CARLOS CARDOSO	5550/0	181 * XVIII
MAN2497	55952181B	ZENO FRANCA JUNIOR	7366/2	252 * VI
MAR8459	55108826C	MARCO FERNANDO DE OLIVEIRA FARIAS	5525/0	181 * XV
MAZ5391	55109525C	ADEMAR BIANQUE	5460/0	181 * IX
MBE0391	55109935C	VALCIR FRANCESCHETTO	6858/0	231 * VII
MBI2785	55109934C	JAISSON BORDIGNON	5380/0	181 * I
MBI4710	54789879C	MARLI TEREZINHA ROSSATO	7234/0	250 * I * a
MBM5938	55108818C	WYLER MARINHO ROBERT	5541/1	181 * XVII
MBM7192	55950345B	MARCELO HENRIQUE SPULDARO	7366/2	252 * VI
MBQ3536	55109914C	NEIVA DE LURDES PIRES	5185/1	167
MCI4828	55108777C	Taelis Tasca	5185/1	167
MCI9253	55849452B	ANSELMO ANTONIO FERASSO	6050/1	208
MCJ6063	55109293C	CLAUDIA CRISTINA SMITH	5185/1	167
MCO3967	55109337C	VALDOMIRO JOSE MOREIRA	7048/1	244 * II
MCO3967	55109338C	VALDOMIRO JOSE MOREIRA	5835/0	195
MCR1443	55108607C	SEBASTIAO RODRIGUES	7030/2	244 * I
MDS6671	55109509C	LUIZ FERNANDO PEREIRA	5541/1	181 * XVII
MEU4887	54789494C	LINDOMAR DA SILVA SIMAO	6076/0	210
MEU4887	54789495C	LINDOMAR DA SILVA SIMAO	7030/1	244 * I
MEU4887	54789496C	LINDOMAR DA SILVA SIMAO	5835/0	195
MEU4887	54789497C	LINDOMAR DA SILVA SIMAO	5207/0	169
MEU4887	54789498C	LINDOMAR DA SILVA SIMAO	7099/1	244 * VII
MEU4887	54789499C	LINDOMAR DA SILVA SIMAO	7064/0	244 * IV
MEU4887	54789500C	LINDOMAR DA SILVA SIMAO	6084/3	211
MFN4005	55108822C	ADELAR FORTUNATO DA SILVA	5738/0	186 * II
MFQ2907	54789887C	MARIA APARECIDA DE PAULA SANTOS	6050/1	208
MGI0408	55109526C	ESMAEL LEONEL SCHERER	5207/0	169

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 11 DE JANEIRO DE 2010

VINICIUS COFFERRI

DIRETOR DA GUARDA MUNIC

Edital de Notificação de Transito

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 053 1017/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30(TRINTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a E 2a INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
AIN4514	55109054C	VANDERLEI ANTONIO LUSSI	6920/0	233
CMG1782	55950269B	ALEXSANDRA REIS	5045/0	162 * V
EFK3259	55108803C	ADILSON ESTANISLOWSKI	5045/0	162 * V
JXT4030	55108436C	MARCIO JOSE DE OLIVEIRA	6920/0	233
LNK5808	55109468C	JAIME LINO	5010/0	162 * I
LXH8662	54789827C	EDIO MAURO GOSSENHEIMER	5045/0	162 * V
LXH8662	54789828C	EDIO MAURO GOSSENHEIMER	5169/1	165
LXH8662	54789829C	EDIO MAURO GOSSENHEIMER	6912/0	232
LXW3622	55951720B	DANIEL PAULINO	6599/2	230 * V
LYU8940	55105947C	GEROMIL BARBOSA DE MELLO	6610/2	230 * VII
LZF0332	55109353C	MURILO GOMES BARBUENA	5010/0	162 * I
LZH6494	55105796C	JOAO MARIA DE QUADRA	6920/0	233
LZJ7024	54789681C	BRUNO JOSYLTON CACHOEIRA	6912/0	232
LZJ7024	54789682C	BRUNO JOSYLTON CACHOEIRA	6769/3	230 * XXII
LZN3739	55106064C	JUREMA MARTINS	5010/0	162 * I
LZN3739	55106065C	JUREMA MARTINS	6912/0	232
LZN3739	55950394B	JUREMA MARTINS	5010/0	162 * I
MAQ9723	54789848C	OSNI JOSE LEAL	5169/1	165
MAV8285	55109106C	CLAIR DENISE DE SOUZA DOS SANTOS	5010/0	162 * I
MBA0425	55108420C	RAFAEL TEIXEIRA PINHEIRO	6920/0	233
MBM2658	55105944C	VALCIR ANTONIO DE SOUZA DUTRA	6912/0	232
MCN3910	54789822C	NILSO ROBERTO GOES	5010/0	162 * I
MCW3297	55109378C	IVANI ZARZZEKA	5010/0	162 * I
MCW3297	55109379C	IVANI ZARZZEKA	6599/2	230 * V
MDJ9898	55109172C	CLAUDIO PIRES RIBEIRO	6599/2	230 * V
MDQ8463	54789738C	ELKE ASTLEE NASCIMENTO DOS SANTOS	6912/0	232

MEC7731	55109055C	MARCIO JOSE WRUBLAK	6920/0	233
MEP7733	54788930C	LEANDRO DOMINGUES PEREIRA	6912/0	232
MEP7733	54788931C	LEANDRO DOMINGUES PEREIRA	6670/0	230 * XIII
MFE3542	55109091C	ADELIR GONCALVES MULLER	6920/0	233
MFH2394	55108960C	JOSE BECCHI	6599/2	230 * V
MFT8591	54789490C	ORILDO CAETANO DA SILVA	6599/2	230 * V
MGN8699	55952485B	NOELI DA SILVA MORAES	5045/0	162 * V
MGN8699	55952486B	NOELI DA SILVA MORAES	6912/0	232
MGU9360	55109878C	AVENIR OLIVEIRA MARTINS	5045/0	162 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 11 DE JANEIRO DE 2010

SIRLEI GUTOSKI

DELEGADA REGIONAL - 10 DRP

Campo Alegre

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto Nº 6.010

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 6.010 DE 01 DE MARÇO DE 2010

ATUALIZA VALORES DOS ANEXOS II, III E V DAS LEIS COMPLEMENTARES MUNICIPAIS Nº 006 E 014.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas que lhe são conferidas pelos Incisos VII e XVI, do Artigo 71 da Lei Orgânica Municipal e nos termos da Lei Municipal n.º 3.443 de 13 de fevereiro de 2009 – (Concede Revisão Anual aos Servidores Públicos e Agentes Políticos Municipais, Reajusta os Vencimentos dos Servidores Públicos e o Valor do Vale Alimentação Estabelecendo Outras Providências);

DECRETA:

Art.1º) Os valores constantes dos Anexos II, III e V das Leis Complementares Municipais nº 006 e nº 014 ficam atualizados em 4,5% (quatro vírgula quatro por cento) a partir desta data, e fazem partes integrante deste Decreto.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de fevereiro de 2010.

Art.3º) Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 01 de março de 2010.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 01/03/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

GABINETE DO PREFEITO

ANEXO II

TABELA DE CARGOS EM COMISSÃO E SEU VENCIMENTO.

CÓDIGO	QUANTIDADE	NOMENCLATURA	NATUREZA	VENCIMENTO
01	01	Administrador Distrital	Direção	R\$ 1.727,32
02	01	Assessor de Comunicação Social	Assessoria	R\$ 1.928,45
03	01	Assessor Jurídico	Assessoria	R\$ 5.757,76
04	01	Chefe de Gabinete	Chefia	R\$ 3.454,66
05	01	Assessor de Gabinete	Assessoria	R\$ 2.303,12
06	01	Agente de Controle Interno	Direção	R\$ 2.303,12
07	01	Diretor Executivo do IPRECAL	Direção	R\$ 2.303,12
08	01	Diretor de Saúde	Direção	R\$ 2.303,12
09	01	Diretor de Planejamento, Transporte e Obras.	Direção	R\$ 2.303,12

10	01	Coordenador de Turismo	Coordenação	R\$ 1.151,54
11	01	Coordenador de Cultura	Coordenação	R\$ 1.151,54
12	01	Coordenador de Esporte e Lazer	Coordenação	R\$ 1.151,54
13	01	Assessor de Serviços de Obras e Engenharia	Assessoria	R\$ 2.203,94
14	01	Coordenador da Casa da Cidadania	Coordenação	R\$ 1.151,54
15	01	Coordenador da Defesa Civil	Coordenação	R\$ 1.151,54
16	01	Diretor de Administração	Direção	R\$ 2.303,12

GABINETE DO PREFEITO

ANEXO III

TABELA DE FUNÇÕES DE CONFIANÇA E SEUS RESPECTIVOS VALORES

CÓDIGO	QUANTIDADE	NOMENCLATURA	NATUREZA	FG
01	01	Chefe do Serviço de Pessoal	Chefia	FG-1
02	01	Chefe do Serviço de Patrimônio, Segurança, Protocolo e Arquivo	Chefia	FG-1
03	01	Chefe do Serviço de Contabilidade	Chefia	FG-1
04	01	Chefe do Serviço de Suprimentos	Chefia	FG-1
05	01	Chefe do Serviço de Tributação e Fiscalização	Chefia	FG-1
06	01	Chefe do Serviço de Transporte e Frota	Chefia	FG-1
07	01	Chefe do Serviço de Obras e Serviços Públicos	Chefia	FG-1
08	01	Chefe do Serviço de Desenvolvimento Social	Chefia	FG-1
09	01	Chefe do Serviço de Agropecuária e Meio Ambiente	Chefia	FG-1
10	01	Chefe da Casa da Cidadania e da Junta Militar	Chefia	FG-1
11	01	Chefe do Serviço de Apoio Administrativo da Saúde	Chefia	FG-1
12	01	Chefe do Serviço de Ações Básicas da Saúde	Chefia	FG-1
13	01	Chefe do Serviço de Auditoria, Controle e Avaliação	Chefia	FG-1
14	01	Chefe do Serviço de Planejamento Urbanístico	Chefia	FG-1
15	01	Chefe do Serviço Comércio, Indústria e Turismo	Chefia	FG-1
16	01	Chefe do Serviço de Vigilância a Saúde	Chefia	FG-1
17	01	Diretor Técnico	Chefia	FG-1

CÓDIGO DA FUNÇÃO GRATIFICADA	VALOR PECUNIÁRIO DA FUNÇÃO GRATIFICADA
FG-1	R\$ 959,64



ANEXO V - TABELA DE VENCIMENTO DE PROVIMENTO EFETIVO LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL 006

NÍVEL	SUBNÍVEL	A	B	C	D	E	F
6	63	R\$ 3.161,47	R\$ 3.256,29	R\$ 3.353,99	R\$ 3.454,62	R\$ 3.558,27	R\$ 3.665,00
	62	R\$ 2.647,67	R\$ 2.727,11	R\$ 2.808,92	R\$ 2.893,18	R\$ 2.979,98	R\$ 3.069,39
	61	R\$ 2.217,38	R\$ 2.283,90	R\$ 2.352,41	R\$ 2.423,00	R\$ 2.495,68	R\$ 2.570,57
	53A	R\$ 2.054,92	R\$ 2.116,55	R\$ 2.180,07	R\$ 2.245,45	R\$ 2.312,84	R\$ 2.382,21
5A	52A	R\$ 1.720,96	R\$ 1.772,58	R\$ 1.825,76	R\$ 1.880,53	R\$ 1.936,96	R\$ 1.995,07
	51A	R\$ 1.441,27	R\$ 1.484,52	R\$ 1.529,05	R\$ 1.574,92	R\$ 1.622,17	R\$ 1.670,84
5	53	R\$ 1.580,73	R\$ 1.628,12	R\$ 1.677,00	R\$ 1.727,30	R\$ 1.779,12	R\$ 1.832,51
	52	R\$ 1.323,85	R\$ 1.363,57	R\$ 1.404,46	R\$ 1.446,58	R\$ 1.489,97	R\$ 1.534,70
	51	R\$ 1.108,67	R\$ 1.141,96	R\$ 1.176,22	R\$ 1.211,48	R\$ 1.247,82	R\$ 1.285,28
4	43	R\$ 1.215,95	R\$ 1.252,42	R\$ 1.289,98	R\$ 1.328,69	R\$ 1.368,55	R\$ 1.409,60
	42	R\$ 1.018,31	R\$ 1.048,88	R\$ 1.080,35	R\$ 1.112,77	R\$ 1.146,14	R\$ 1.180,52
	41	R\$ 852,83	R\$ 878,43	R\$ 904,77	R\$ 931,91	R\$ 959,84	R\$ 988,66
3	33	R\$ 1.057,32	R\$ 1.089,06	R\$ 1.121,73	R\$ 1.155,39	R\$ 1.190,04	R\$ 1.225,72
	32	R\$ 885,49	R\$ 912,06	R\$ 939,41	R\$ 967,63	R\$ 996,65	R\$ 1.026,53
	31	R\$ 741,58	R\$ 763,83	R\$ 786,75	R\$ 810,37	R\$ 834,68	R\$ 859,70
2	23	R\$ 919,43	R\$ 947,02	R\$ 975,41	R\$ 1.004,69	R\$ 1.034,82	R\$ 1.065,87
	22	R\$ 770,00	R\$ 793,12	R\$ 816,88	R\$ 841,40	R\$ 866,65	R\$ 892,64
	21	R\$ 644,86	R\$ 664,21	R\$ 684,12	R\$ 704,70	R\$ 725,80	R\$ 747,56
1	13	R\$ 766,18	R\$ 789,16	R\$ 812,84	R\$ 837,24	R\$ 862,32	R\$ 888,22
	12	R\$ 641,67	R\$ 660,90	R\$ 680,74	R\$ 701,17	R\$ 722,21	R\$ 743,87
	11	R\$ 537,38	R\$ 553,52	R\$ 570,10	R\$ 587,22	R\$ 604,84	R\$ 622,99
NÍVEL	SUBNÍVEL	A	B	C	D	E	F
VALORES HORA AULA	43	R\$ 6,32	R\$ 6,53	R\$ 6,73	R\$ 6,93	R\$ 7,13	R\$ 7,34
	42	R\$ 5,30	R\$ 5,47	R\$ 5,62	R\$ 5,79	R\$ 5,97	R\$ 6,13
	41	R\$ 4,42	R\$ 4,56	R\$ 4,69	R\$ 4,86	R\$ 4,97	R\$ 5,12
VALORES HORA PLANTÃO	63	R\$ 39,50	R\$ 40,69	R\$ 41,91	R\$ 43,16	R\$ 44,46	R\$ 45,79
	62	R\$ 33,08	R\$ 34,08	R\$ 35,10	R\$ 36,15	R\$ 37,23	R\$ 38,35
	61	R\$ 27,71	R\$ 28,55	R\$ 29,40	R\$ 30,28	R\$ 31,18	R\$ 32,11

ANEXO V - TABELA DE VENCIMENTO DE PROVIMENTO EFETIVO LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL 014

CARGO	CH/SM	NÍVEL	SUBNÍVEL	A	B	C	D	E	F
ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS	40	EAE 2	22	R\$ 1.716,99	R\$ 1.751,96	R\$ 1.786,35	R\$ 1.822,08	R\$ 1.858,52	R\$ 1.895,68
			21	R\$ 1.524,62	R\$ 1.555,12	R\$ 1.586,22	R\$ 1.617,94	R\$ 1.650,33	R\$ 1.683,34
	40	EAE 1	12	R\$ 1.512,38	R\$ 1.542,81	R\$ 1.573,63	R\$ 1.605,13	R\$ 1.637,22	R\$ 1.669,97
			11	R\$ 1.343,09	R\$ 1.369,96	R\$ 1.397,36	R\$ 1.425,30	R\$ 1.453,80	R\$ 1.482,89
PROFESSOR	40	P3	32	R\$ 1.700,01	R\$ 1.733,99	R\$ 1.768,69	R\$ 1.804,05	R\$ 1.840,13	R\$ 1.876,92
			31	R\$ 1.509,54	R\$ 1.539,76	R\$ 1.570,54	R\$ 1.601,93	R\$ 1.633,99	R\$ 1.666,69
	40	P2	22	R\$ 1.426,95	R\$ 1.455,48	R\$ 1.484,58	R\$ 1.514,28	R\$ 1.544,53	R\$ 1.575,47
			21	R\$ 1.267,07	R\$ 1.292,40	R\$ 1.318,25	R\$ 1.344,64	R\$ 1.371,50	R\$ 1.398,94
PROFESSOR AUXILIAR			13	R\$ 1.105,36	R\$ 1.123,94	R\$ 1.142,81	R\$ 1.161,99	R\$ 1.181,52	R\$ 1.201,36
	40	P1	12	R\$ 1.000,20	R\$ 1.016,99	R\$ 1.034,06	R\$ 1.051,46	R\$ 1.069,11	R\$ 1.087,09
			11	R\$ 905,02	R\$ 920,27	R\$ 935,71	R\$ 951,43	R\$ 967,41	R\$ 983,66
	40	PA 2	22	R\$ 1.060,54	R\$ 1.081,76	R\$ 1.103,37	R\$ 1.125,46	R\$ 1.147,96	R\$ 1.170,92
			21	R\$ 941,73	R\$ 960,56	R\$ 979,79	R\$ 999,38	R\$ 1.019,36	R\$ 1.039,74
	40	PA 1	12	R\$ 798,99	R\$ 815,00	R\$ 831,29	R\$ 847,91	R\$ 864,86	R\$ 882,18
			11	R\$ 709,50	R\$ 723,67	R\$ 738,17	R\$ 752,91	R\$ 767,96	R\$ 783,35

TABELA DE VENCIMENTO (PROFESSOR LEIGO)

CARGO	CARGA HORÁRIA		NÍVEIS							
	SEMANAL		CÓDIGO DE REFERÊNCIA							
			PL1	PL2	PL3	PL4	PL5	PL6	PL7	PL8
PROFESSOR LEIGO	40 HORAS		R\$ 792,18	R\$ 805,37	R\$ 858,24	R\$ 897,80	R\$ 912,45	R\$ 914,03	R\$ 922,18	R\$ 941,39
			PL9	PL10	PL11	PL12	PL13	PL14	PL15	
			R\$ 945,75	R\$ 952,27	R\$ 970,94	R\$ 973,32	R\$ 993,28	R\$ 1.027,87	R\$ 1.044,76	



GABINETE DO PREFEITO
ANEXO III – TABELA DE FUNÇÕES DE CONFIANÇA

FUNÇÃO DE CONFIANÇA	NATUREZA	GRATIFICAÇÃO
Chefe do Serviço de Apoio à Educação	Chefia	FG-1
Chefe do Serviço de Educação Infantil	Chefia	FG-1
Chefe do Serviço de Ensino Fundamental	Chefia	FG-1
Chefe do Serviço de Merenda e Transporte Escolar	Chefia	FG-1
Diretor de Escola (acima de 100 alunos)	Direção	FG-3
Diretor de Escola (até 100 alunos)	Direção	FG-4
Diretor de Centro Educacional Infantil	Direção	FG-4

FUNÇÃO GRATIFICADA	VALOR
FG-1	R\$ 959,64
FG-3	R\$ 669,10
FG-4	R\$ 334,54

Decreto Nº 6.011

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 6.011 DE 01 DE MARÇO DE 2010

INFORMA OS VALORES DOS SUBSÍDIOS E VENCIMENTOS DOS CARGOS PÚBLICOS DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas que lhe são conferidas pelos Incisos VII e XVI, do Artigo 71 da Lei Orgânica Municipal e nos termos do § 5º do Artigo da Lei Municipal Complementar nº 006, de 19 de setembro de 2002 – Dispõe Sobre o Novo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais em Face da Emenda Constitucional nº 19/98, Estabelece o Regime Jurídico Misto na Administração Municipal de Campo Alegre, Institui o Novo Plano de Carreira, Excluídos os Servidores do Magistério Municipal e Determina as Providências Necessárias Para Sua Plena Eficácia; e Lei Municipal nº 3.552 de 23 de fevereiro de 2010;

DECRETA:

Art.1º) Os valores dos Subsídios e do vencimento dos cargos públicos membros deste Poder Executivo Municipal, ficam atualizados conforme o demonstrativo parte integrante deste Decreto.

Art.2º) A atualização a que se refere o Artigo 1º deste Decreto, dá-se em razão da revisão geral anual, fixada em 4,11% (quatro vírgula onze por cento), sobre os valores dos vencimentos e gratificação dos servidores públicos do quadro de pessoal da administração direta e indireta, ativos, inativos e agentes políticos, calculados sobre os valores percebidos no mês de janeiro de 2010, a partir de 1º de fevereiro de 2010, e 0,37% (zero vírgula trinta e sete por cento) sobre os valores dos vencimentos e gratificação dos servidores públicos do quadro de pessoal da administração direta e indireta, ativos inativos, calculados sobre os valores percebidos no mês de janeiro de 2010, a partir de 1º de fevereiro de 2010.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de fevereiro de 2010.

Art.4º) Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 01 de março de 2010.

VILMAR GROSSKOPF
 Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
 Secretária Municipal de Administração Interina

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 01/03/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
 Chefe de Gabinete do Prefeito

GABINETE DO PREFEITO
RELAÇÃO DOS SUBSÍDIOS E VENCIMENTOS DOS CARGOS COMISSIONADOS DO PODER EXECUTIVO.

NOME	CARGO	SALÁRIO
ALICE BAYERL GROSSKOPF	VICE-PREFEITA	R\$ 3.946,11
ANGELA APARECIDA RECKZIEGEL HÜBNER.	SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	R\$ 3.946,11
ARTUR FERNANDO BASTOS	SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL	R\$ 3.946,11
AURIENE ROEPKE	SECRETÁRIA MUNICIPAL DE FINANÇAS	R\$ 3.946,11
CLODOALDO DA ROSA	SECRETÁRIO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, TRANSPORTES E OBRAS.	R\$ 3.946,11
DEODATO RAUL HRUSCHKA	SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	R\$ 3.946,11
ELAINE MUNHOZ	COORDENADORA DE CULTURA	R\$ 1.151,54
ELIANA PESSOA MACHADO COLLET	DIRETORA DE SAÚDE	R\$ 2.303,12
FRANCISCO OSNI DE LIMA	DIRETOR DE PLANEJAMENTO, TRANSPORTES E OBRAS.	R\$ 2.303,12
JOCELI DE SOUZA	DIRETORA DE ADMINISTRAÇÃO	R\$ 2.303,12
JOSE LUIS SILVA	ASSESSOR DE GABINETE	R\$ 2.303,12
LUIZ CARLOS CHRISTOFF	ADMINISTRADOR DISTRITAL	R\$ 1.727,32
MAGALI ENGEL	COORDENADORA DA CASA DA CIDADANIA	R\$ 1.151,54
MARIA DE LOURDES LACHOVSKI PADILHA	COORDENADORA DA DEFESA CIVIL	R\$ 1.151,54
MARÍLIA CRISPI DE MORAES MACIEL	SECRETÁRIA MUNICIPAL DE CULTURA, TURISMO, ESPORTE E LAZER.	R\$ 3.946,11
MARLENE DE FÁTIMA PESSOA M. FOITTE.	DIRETORA EXECUTIVA DO IPRECAL	R\$ 2.303,12
ODENILSON CONTRAT EHLKE	SECRETÁRIO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	R\$ 3.946,11
PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR	CHEFE DE GABINETE	R\$ 3.454,66
PIERRE ANDRADE DOS SANTOS	ASSESSOR JURÍDICO	R\$ 5.757,76
ROSANA EMÍLIA GREIPEL	AGENTE DE CONTROLE INTERNO	R\$ 2.303,12
SAMILLE KESTERING	COORDENADORA DE TURISMO	R\$ 1.151,54



VILMAR GROSSKOPF	PREFEITO MUNICIPAL	R\$ 9.949,76
WILLIAN COTHOWISKY	COORDENADOR DE ESPORTE E LAZER	R\$ 1.151,54

Decreto Nº 6.014

DECRETO Nº 6.014 DE 03 DE MARÇO DE 2010
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR ESPECIAL E CRIA ELEMENTO DE DESPESA POR CONTA DE ANULAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 3.535 de 16 de dezembro de 2009; Decreta:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito Suplementar Especial e Criar Elemento de Despesa no valor de R\$ 69.545,00 (sessenta e nove mil, quinhentos e quarenta e cinco reais) no Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Saúde:

91.00 -	Fundo Municipal de Saúde	
91.04 -	Manutenção das Atividades de Assistência Médica e Terapêutica	
6.013 -	Convênio com CIS/AMUNESC	
300000.00.119 -	Despesas Correntes	
310000.00.119 -	Pessoal e Encargos Sociais	
317100.00.119 -	Transferências a Consórcios Públicos	
317133.00.119 -	Passagens e Despesas de Locomoção	R\$ 40,00
337139.00.119 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 69.500,00
337146.00.119 -	Auxílio Alimentação	R\$ 5,00
TOTAL		R\$ 69.545,00

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo primeiro deste Decreto, correrão por conta de Anulação das seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

91.00 -	Fundo Municipal de Saúde	
91.04 -	Manutenção das Atividades de Assistência Médica e Terapêutica	
6.013 -	Convênio com CIS/AMUNESC	
300000.00.119 -	Despesas Correntes	
330000.00.119 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.119 -	Aplicações Diretas	
339039.00.119 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 69.545,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 03 de março de 2010.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina
Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 03/03/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Decreto Nº 6.020

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 6.020 DE 11 DE MARÇO DE 2010
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas em especial na Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, conforme estabelece em seu Artigo 23 Inciso I; Decreta:

Art.1º) Nomear a Srª. VERONICA LORENÇO GRESZYLYN ao cargo público de Agente Operacional I (Zeladora), a partir de 11 de março de 2010, Categoria Funcional: Atividades de Nível Básico, com provimento de caráter efetivo, Regime Estatutário, cujas atribuições e responsabilidades constantes do Anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, a qual autorizou sua criação.

Art.2º) O padrão de vencimentos, de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 006/2002, é o de Nível 1 Sub-Nível 11 referência A, no valor de R\$ 537,38 (quinhentos e trinta e sete reais, trinta e oito centavos) mensais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art.3º) A presente nomeação, dá-se em razão da classificação da Srª. VERONICA LORENÇO GRESZYLYN, em 11º lugar no concurso público nº 001/2007, homologado pelo Decreto nº 5.045 em data de 18 de fevereiro de 2008.

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 11 de março de 2010.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 11/03/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Decreto Nº 6.021

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 6.021 DE 11 DE MARÇO DE 2010
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas em especial a Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, conforme estabelece em seu Artigo 29; Decreta:

Art.1º) Nomear a Srª. SIRLEI APARECIDA CARVALHO, ao cargo público de Auxiliar de Odontologia, Categoria Funcional: Atividades de Nível Básico, com provimento de caráter efetivo, Regime Estatutário, cujas atribuições e responsabilidades constam do Anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, que autorizou sua criação.

Art.2º) O padrão de vencimentos, de acordo com a Lei Complementar nº 006/2002, é o de Nível 2, Sub-Nível 21, referência A, no valor de R\$ 644,86 (seiscentos e quarenta e quatro reais,

oitenta e seis centavos) mensais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 3º) A presente nomeação, dá-se em razão da classificação da Srª. SIRLEI APRECIDA CARVALHO em 2º lugar no Concurso Público n.º 001/2007, homologado pelo Decreto nº 5.045 em data de 18 de fevereiro de 2008.

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 11 de março de 2010.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 11/03/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Canoinhas

PREFEITURA MUNICIPAL

Edital de Pregão Presencial n.º FMS 02/2010

MUNICÍPIO DE CANOINHAS - SC
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º FMS 09/2010
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º FMS 02/2010

O Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas, CNPJ 11.206.680/0001-10, sito à rua Felipe Schmidt n.º 10, Centro, fará realizar no dia 25/03/2010, às 14:05 horas, a abertura das propostas para aquisição de pneus, destinados aos veículos, ambulâncias e vans do Fundo Municipal de Saúde. Recebimento de propostas até às 14:00 horas do dia 25/03/2010. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

LEOBERTO WEINERT
Prefeito/Presidente do Fundo

Capinzal

PREFEITURA MUNICIPAL

Errata Pregão Presencial - 40-2010 Monitoramento

ERRATA

Na publicação do dia 10/03/2010, onde se lê:
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0040/2010

OBJETO: Aquisição FRACIONADA de materiais diversos para construção, para reforma de unidades habitacionais, com entrega em diversos locais no município de capinzal, (centro bairros e interior) – Recursos próprios.

Leia-se:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0040/2010

OBJETO: Contratação de empresa especializada para realizar vigilância e monitoramento do sistema de alarme do Prédio da Prefeitura Municipal, da Secretaria da Educação, das Escolas Municipais do Ensino Fundamental, Creches e Centros de Educação Infantil, Recursos Próprios.

Capinzal, 11 de março de 2010.
PAULO RONALDO WAMES
Pregoeiro

Pregão Presencia 40-2010 - Monitoramento - Capinzal

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0040/2010

OBJETO: Contratação de empresa especializada para realizar vigilância e monitoramento do sistema de alarme do Prédio da Prefeitura Municipal, da Secretaria da Educação, das Escolas Municipais do Ensino Fundamental, Creches e Centros de Educação Infantil, Recursos Próprios.

ENTREGA E ABERTURA: Propostas e Documentos até as 17:00 horas, para abertura às 17:05 horas do dia 23/03/2010.

MENOR PREÇO UNITÁRIO

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações, RUA CARMELO ZOCOLLI, 155.

No site: www.capinzal.sc.gov.br

HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.
TELEFONE No (0__49)3555-8719, FAX No 3555-8744

Capinzal, 10 de março de 2010.
PAULO RONALDO WAMES
Pregoeiro

Catanduvas

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto 1.660

DECRETO 1.660, de 18 de fevereiro de 2010.
"APROVA SERVIDOR EM ESTÁGIO PROBATÓRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita Municipal de Catanduvas-SC, no uso das atribuições legais que lhe confere os incisos II e VIII do art. 103, e art. 22 da Lei Complementar Municipal nº 19/2002, regulamentado pelo Decreto nº 1.241, de 05 de fevereiro de 2004,

CONSIDERANDO, que a atual Administração Municipal assumiu sem que houvesse equipe de transição, e com isso, sem apresentação de diversos documentos, que mesmo assim não foram localizados relativos ao controle de avaliação de servidores em estágio probatório;

CONSIDERANDO, que os servidores públicos municipais nomeados há três anos ou mais que, em tese cumpriram o estágio probatório, em conformidade com o disposto no art. 22 da Lei Complementar nº 19, de 4 de janeiro de 2002;

CONSIDERANDO, que do início dessa gestão até os presentes dias, a servidora abaixo descrito se encontra exercendo normal-

mente as funções do cargo para o qual foi nomeada, não constando da ficha funcional nenhuma informação apta a impossibilitar sua aprovação em estágio probatório,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aprovada no Estágio Probatório a servidora pública municipal CLECI MARIA SEGALA BERNARDINI, ocupante do cargo de Agente de Serviços e Manutenção, nomeada por concurso pela Portaria Municipal P/4052/06, de 06.04.2006, lotada no cargo na data de 06 de abril de 2006.

Parágrafo único. A servidora acima aprovada fica automaticamente efetivada no cargo para o qual foi nomeada.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Catanduvas-SC, 18 de fevereiro de 2010.
GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

CLAUDINEI ANTONIO SELLA
Secretário de Administração

Registrado e publicado nesta data.

Decreto 1.662

DECRETO 1.662, de 03 de março de 2010.

"APROVA O REGIMENTO INTERNO DA JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS DE INFRAÇÕES – JARI"

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita Municipal de Catanduvas-SC, no uso das atribuições legais que lhe confere os incisos II e VIII do art. 103, e art. 22 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o Regimento Interno da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI, integrante do presente Decreto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Catanduvas-SC, 03 de março de 2010.
GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

CLAUDINEI ANTONIO SELLA
Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado nesta data.

REGIMENTO INTERNO DA JARI – JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS DE INFRAÇÕES

CAPÍTULO I

Das Disposições Preliminares

Art. 1º. A JARI - Junta Administrativa de Recursos de Infrações, funcionará junto a Prefeitura Municipal de Catanduvas-SC, cabendo-lhe julgar recursos das penalidades impostas por inobservância de preceitos do CTB - Código de Trânsito Brasileiro, e demais normas legais atinentes ao trânsito.

CAPÍTULO II

Das Competências e Atribuições

Art. 2º. Compete à JARI:

I - analisar e julgar os recursos interpostos pelos infratores;
II - solicitar aos órgãos competentes, quando necessário, informações complementares relativas aos recursos, objetivando uma melhor e mais completa análise da situação recorrida;
III - encaminhar ao órgão municipal de trânsito e rodoviário, informações sobre problemas observados nas autuações e apontados em recursos, e que se repetem sistematicamente.

CAPÍTULO III

Da Composição da JARI

Art. 3º. A JARI será composta por três membros titulares e respectivos suplentes, sendo:

I – um (1) representante do órgão que impôs a penalidade;
II – um (1) representante indicado pela entidade representativa da sociedade ligada à área de trânsito;
III – um (1) representante com conhecimento na área de trânsito com no mínimo nível médio.

§ 1º. A nomeação dos três titulares e dos respectivos suplentes será efetivada pelo Prefeito Municipal.

§ 2º. O mandato dos membros da JARI terá duração de um ano, permitida recondução por mais um período.

Art. 4º. A JARI deverá informar ao Conselho Estadual de Trânsito (CETTRAN) a sua composição e encaminhará o seu regimento interno, observada as Resoluções n.º 233/2007 do Contran e n.º 07/2004 do Cetran/SC, que estabelece as diretrizes para elaboração do regimento interno da JARI.

Art. 5º. Ocorrendo fato gerador de incompatibilidade ou impedimento, a ORCATRAN adotará providências cabíveis para tornar sem efeito ou cessar a designação de membros (e suplentes) da JARI, garantindo o direito de defesa dos atingidos pelo ato.

Art. 6º. Não poderão fazer parte da JARI:

I - os condenados criminalmente por sentença transitada em julgado;
II - membros e assessores do CETTRAN;
III - pessoas cujos serviços, atividades ou funções profissionais estejam relacionadas com as auto-escolas e despachantes;
IV - agentes de autoridade de trânsito, enquanto no exercício dessa atividade;
V - pessoas que tenham tido suspenso seu direito de dirigir ou a cassação de documento de habilitação, previstos no CTB;
VI - a própria autoridade de trânsito municipal.

CAPÍTULO IV

Das atribuições dos membros da JARI

Art. 7º. São atribuições ao Presidente da JARI:

I - convocar, presidir, suspender e encerrar reuniões;
II - solicitar às autoridades competentes a remessa de documentos e informações sempre que necessário aos exames e deliberação da JARI;
III - convocar os suplentes para eventuais substituições dos titulares;
IV - resolver questões de ordem, apurar votos e consignar, por escrito, no processo, o resultado do julgamento;
V - comunicar à autoridade de trânsito os julgamentos proferidos nos recursos;

VI - assinar atas de reuniões;
VII - fazer constar nas atas a justificativa das ausências às reuniões.

Art. 8º. São atribuições dos membros da JARI:

I - comparecer às sessões de julgamento e às reuniões convocadas pelo Presidente da JARI, ou, quando for o caso, pelo responsável pela Coordenação da JARI;
II - justificar as eventuais ausências;
III - relatar, por escrito, matéria que lhe for distribuída, fundamentando o voto;
IV - discutir a matéria apresentada pelos demais relatores, justificando o voto quando for vencido;
V - solicitar à presidência a convocação de reuniões extraordinárias da JARI para apreciação de assunto relevante, bem como apresentar sugestões objetivando a boa ordem dos julgamentos e o correto procedimento dos recursos;
VI - comunicar ao Presidente da JARI, com antecedência mínima de 15 dias, o início de suas férias ou ausência prolongada, a fim de possibilitar a convocação de seu suplente, sem prejuízo do normal funcionamento da JARI;
VII - solicitar informações ou diligências sobre matéria pendente de julgamento, quando for o caso.

CAPÍTULO V

Das Reuniões

Art. 9º. As reuniões das JARI serão realizadas no mínimo uma vez a cada quinze dias, para apreciação da pauta a ser discutida.

Art. 10. As deliberações serão tomadas com a presença dos três membros da JARI, cabendo a cada um, um único voto.

Parágrafo único. Mesmo sem número para deliberação, será registrada a presença dos que comparecerem.

Art. 11. Os resultados do julgamento dos recursos serão obtidos por maioria dos votos.

Art. 12. As reuniões obedecerão à seguinte ordem:

I - abertura;
II - leitura, discussão e aprovação da ata da reunião anterior;
III - apreciação dos recursos preparados;
IV - apresentação de sugestões ou proposições sobre assuntos relacionados com a JARI;
V - encerramento.

Art. 13. Os recursos apresentados à JARI, deverão ser distribuídos equitativamente aos seus três membros, para análise e elaboração de relatório.

Art. 14. Os recursos serão julgados em ordem cronológica de ingresso na JARI.

Art. 15. Não será admitida a sustentação oral do recurso do julgamento.

CAPÍTULO VI

Do Suporte Administrativo

Art. 16. A JARI disporá de um secretário a quem cabe especialmente:

I - secretariar as reuniões da JARI;

II - preparar os processos, para distribuição aos membros relatores, pelo Presidente;
III - manter atualizado o arquivo, inclusive as decisões, para coerência dos julgamentos, estatísticas e relatórios;
IV - lavrar as atas das reuniões e subscrever os atos e termos do processo;
V - requisitar e controlar o material permanente e de consumo da JARI, providenciando, de forma devida, o que for necessário;
VI - verificar o ordenamento dos processos com os documentos oferecidos pelas partes ou aqueles requisitados pela JARI, numerando e rubricando as folhas incorporadas ao mesmo;
VII - prestar os demais serviços de apoio administrativo aos membros da JARI.

CAPÍTULO VII

Dos Recursos

Art. 17. O recurso será interposto perante a autoridade recorrida.

Art. 18. O recurso não terá efeito suspensivo, salvo nos casos previstos no parágrafo 3º do art. 285 do Código de Trânsito Brasileiro.

Art. 19. A cada penalidade caberá, isoladamente, um recurso cuja petição deverá conter:

I - qualificação do recorrente, endereço completo e, quando possível o telefone;
II - dados referentes à penalidade, constantes da notificação ou documento fornecido pelo (nome do órgão municipal executivo de trânsito e rodoviário);
III - características do veículo, extraídas do Certificado Registro e Licenciamento do Veículo-CRVL ou Auto de Infração de Trânsito-AIT, se este entregue no ato da sua lavratura ou remetido pela repartição ao infrator;
IV - exposição dos fatos e fundamentos do pedido;
V - documentos que comprovem o alegado ou que possam esclarecer o julgamento do recurso.

Art. 20. A apresentação do recurso dar-se-á junto ao órgão que aplicou a penalidade.

§ 1º Para os recursos encaminhados por via postal serão observadas as mesmas formalidades previstas acima.

§ 2º A remessa pelo Correio, mediante porte simples, não assegurará ao interessado qualquer direito de conhecimento do recurso.

Art. 21. O Órgão que receber o recurso deverá:

I - examinar se os documentos mencionados na petição estão efetivamente juntados, certificando nos casos contrários;
II - verificar se o destinatário da petição é a autoridade recorrida;
III - observar se a petição se refere a uma única penalidade;
IV - fornecer ao interessado, protocolo de apresentação do recurso, exceto no caso de remessa postal ou telegráfica, cujo comprovante será o carimbo de repartição do Correio;
V - autuar o recurso e encaminhá-lo a JARI, que deverá julgá-lo em até trinta dias.

Art. 22. Das decisões da JARI caberá recurso para ao Conselho Estadual de Trânsito-CETTRAN, no prazo de trinta dias contados da publicação ou da notificação da decisão.

CAPÍTULO VIII

Das Disposições Finais

Art. 23. O (nome do órgão municipal executivo de trânsito e rodoviário) deverá dar à JARI todas as informações necessárias ao

julgamento dos recursos, permitindo aos seus membros, se for o caso, consultar registros e arquivos relacionados com o se objeto.

Art. 24. A qualquer tempo, de ofício ou por representação de interessado, o (nome do órgão municipal executivo de trânsito e rodoviário) examinará o funcionamento da JARI e se o órgão está observando a legislação de trânsito vigente, bem como as obrigações deste Regimento.

Art. 25. A função de membro da JARI é considerada de relevante valor para Administração Pública. (Obs. Este artigo deve ser adequado conforme estabelecido pelo Município no que diz respeito à remuneração dos membros titulares e suplentes da JARI)

Art. 26. O depósito prévio das multas obedecerá a normas fixadas pela Fazenda Pública, ficando assegurada a sua pronta devolução no caso de provimento do recurso, de preferência mediante crédito em conta bancária indicada pelo recorrente.

Art. 27. A JARI terá apoio administrativo e financeiro junto ao (nome do órgão municipal executivo de trânsito e rodoviário).

Art. 28. A JARI seguirá, quanto ao julgamento das autuações e penalidades, o disposto na Seção II, do Capítulo XVIII, do Código de Trânsito Brasileiro.

Art. 29. Os casos omissos neste Regimento serão resolvidos pelo (nome do órgão municipal executivo de trânsito e rodoviário)

(nome do município), (dia) de (mês) de (ano).

PREFEITO MUNICIPAL

Art. 1º. Fica aprovada no Estágio Probatório a servidora pública municipal CLECI MARIA SEGALA BERNARDINI, ocupante do cargo de Agente de Serviços e Manutenção, nomeada por concurso pela Portaria Municipal P/4052/06, de 06.04.2006, lotada no cargo na data de 06 de abril de 2006.

Parágrafo único. A servidora acima aprovada fica automaticamente efetivada no cargo para o qual foi nomeada.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Catanduvas-SC, 18 de fevereiro de 2010.
GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

CLAUDINEI ANTONIO SELLA
Secretário de Administração

Registrado e publicado nesta data.

Portaria P/ 4917/10

PORTARIA P/ 4917/10, de 01.03.2010.
"Admite temporariamente, ADEMIR DA SILVA"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, combinado com o art. 2º, IV, da Lei Municipal nº 1700/01, de 05 de dezembro de 2001, Edital PSE 003/2009,

R E S O L V E:

ADMITIR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, Ademir da Silva, para a função Motorista, Nível CE-36A, com 40 horas semanais, em caráter excepcional e por prazo determinado, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de

Educação, Cultura e Desporto, com os vencimentos de lei.

Período de contratação: 01 de março de 2010 a 17 de dezembro de 2010.

Catanduvas, 01 de março de 2010.
GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

Ato Anterior: Portaria P/ 4751/09

Portaria P/ 4918/10

PORTARIA P/ 4918/10, de 1º. 03.2010.
"Concede Função Gratificada à, KATIUSSIA DALACOSTA SPECART"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso de suas atribuições legais e na forma do artigo 19 da Lei Complementar nº 16/01, de 17 de dezembro de 2001,

R E S O L V E:

CONCEDER, atendendo interesse público municipal, Gratificação Especial ao funcionário (a) Katiussia Dalacosta Specart, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente Administrativo, Nível CE-51A, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

Montante da Vantagem: atendendo ao que dispõe o artigo 19, Anexo IV, da Lei Complementar nº 16/01, de 17 de dezembro de 2001, o (a) Servidor (a) receberá pelo desempenho da função de Coordenação de Materiais e Patrimônio, o valor que se refere ao código FG – Nível – 05, cumulado aos vencimentos do Cargo Efetivo.

Esta portaria tem efeitos a partir da presente data.

Catanduvas, 01 de março de 2010.
GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

Ato Anterior: Portaria P/ 4317/08

Portaria P/ 4919/10

PORTARIA P/ 4919/10, de 1º. 03.2010.
"Concede Função Gratificada à, RONALDO ADRIANO LUVISON"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso de suas atribuições legais e na forma do artigo 19 da Lei Complementar nº 16/01, de 17 de dezembro de 2001,

R E S O L V E:

CONCEDER, atendendo interesse público municipal, Gratificação Especial ao funcionário (a) Ronaldo Adriano Luvison, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Fiscal de Tributos, Nível – CE – 66A no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, para desempenhar cumulativamente as atribuições do Cargo e responder pelas atividades da JUCESS no município, junto à Câmara de Dirigentes Lojistas – CDL Catanduvas.

Montante da Vantagem: atendendo ao que dispõe o artigo 19, Anexo IV, da Lei Complementar nº 16/01, de 17 de dezembro de 2001, o (a) Servidor (a) receberá pelo desempenho da função, valor que se refere ao código FG – Nível - 05, cumulado aos vencimentos do Cargo Efetivo.

Esta portaria tem efeitos a partir da presente data.

Catanduvas, 01 de março de 2010.
GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

Ato Anterior: Portaria P/ 4862/09



Portaria P/ 4920/10

PORTARIA P/ 4920/10, de 1º.03.2010.

"Interrompe licença concedida a Servidor Público Municipal"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso de suas atribuições legais e na forma do Art. 102, § 3º, da Lei Complementar nº 19/02,

CONSIDERANDO: que a Servidora requereu a interrupção da Licença concedida por 02 (dois) anos.

RE S O L V E:

INTERROMPER, licença concedida à funcionária Pública Municipal, Ivonete Cardozo Moreira, conforme Portaria P/ 4587/09, devendo a nominada servidora, retornar e iniciar suas atividades, como Agente de Serviços e Manutenção, Nível CE-06A, na Secretaria Municipal de Infraestrutura, com os vencimentos de lei. Este ato atende interesses dos serviços da Administração Pública Municipal e terá seus efeitos a partir da presente data .

Catanduvas, 1º de março de 2010.

GISA APARECIDA GIACOMINI

Prefeita Municipal

Ato Anterior: Portaria P/ 4587/09

Portaria P/ 4921/10

PORTARIA P/ 4921/10, de 1º.03.2010,

"Admite temporariamente, GLAUCI DE MEDEIROS ANTUNES"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, combinado com o art. 2º, IV, da Lei Municipal nº 1700/01, de 05 de dezembro de 2001,

RE S O L V E:

ADMITIR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, Glauci de Medeiros Antunes, para o Cargo de Agente de Copa e Higienização, 25 horas semanais, em caráter emergencial e por prazo determinado, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, com os vencimentos de lei.

Período de contratação: 01 de março de 2010 a 31 de março de 2010.

Catanduvas, 01 de março de 2010.

GISA APARECIDA GIACOMINI

Prefeita Municipal

Ato Anterior: Portaria P/ 4616/09

Portaria P/ 4922/10

PORTARIA P/ 4922/10, de 1º.03.2010,

"Admite temporariamente, DELSI DA COSTA VIÊRA"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, combinado com o art. 2º, IV, da Lei Municipal nº 1700/01, de 05 de dezembro de 2001,

RE S O L V E:

ADMITIR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, Delsi da Costa Viêra, para o Cargo de Agente de Copa e Higienização, 25 horas semanais, em caráter emergencial e por prazo determinado, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, com os vencimentos de lei.

Período de contratação: 01 de março de 2010 a 31 de março de 2010.

Catanduvas, 01 de março de 2010.

GISA APARECIDA GIACOMINI

Prefeita Municipal

Ato Anterior: Portaria P/ 4735/09

Portaria P/ 4923/10

PORTARIA P/ 4923/10, de 1º.03.2010.

"Admite Servidores Temporários na forma que especifica",

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, combinado com o art. 2º, V, parágrafo único da Lei Municipal nº 1700/01, de 05 de dezembro de 2001,

RE S O L V E:

ADMITIR, por imperativa necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, para as funções citadas abaixo, de Agente de Serviços Gerais em caráter excepcional e por prazo indeterminado, com 40 (quarenta) horas semanais no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal da Infraestrutura, com os vencimentos de lei, os (as) seguintes Servidores (as):

NOME

Carmem Marilu Basso

Janete dos Santos da Silva

Sonia Ribeiro

ATO ANTERIOR

NIHIL

NIHIL

NIHIL

Catanduvas, 01 de março de 2010.

GISA APARECIDA GIACOMINI

Prefeita Municipal

Portaria P/ 4924/10

PORTARIA P/ 4924/10, de 1º.03.2010.

"Concede Função Gratificada à SILVIA FERREIRA DA SILVA"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso de suas atribuições legais e na forma do art. 19, da Lei Complementar nº 16/01, de 17 de dezembro de 2001,

RE S O L V E:

CONCEDER, atendendo interesse público municipal, Função Gratificada ao funcionário (a) Silvia Ferreira da Silva, com Estabilidade no Cargo de Professora, Nível – CE-03-520-A, do Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, para desempenhar cumulativamente as atribuições de Gerente de Projetos Culturais, Nível FG-05, aos vencimentos do cargo efetivo.

Este ato tem seus efeitos a partir da presente data.

Catanduvas, 01 de março de 2010.

GISA APARECIDA GIACOMINI

Prefeita Municipal

Ato Anterior: Portaria P/ 4876/10

Portaria P/4925/10

PORTARIA P/4925/10, de 1º.03.2010.

"Exonera, em virtude de aposentadoria por Invalidez, concedida pelo INSS, à servidora OTILIA BOERA MOREIRA", e declara a vacância do Cargo.

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal, no uso das atribui-

ções legais e na forma do artigo 38, I e V, c/c art. 200, da Lei Complementar nº 19, de 04 de janeiro de 2002.

R E S O L V E:

EXONERAR A PEDIDO, em virtude de aposentadoria por invalidez, concedida pelo INSS, à servidora Otilia Boera Moreira, ocupante do Cargo de Agente de Copa e Higienização 40h, Nível-CE-01A, com efetividade no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto.

Declarar a vacância do Cargo, nos termos do artigo 38,V, da Lei Complementar nº 19/02. Conceda-se a Indenização por Tempo de Serviço - ITS, na forma estabelecida no artigo 181, II, da Lei Complementar nº 02, de 13.05.92, observando-se os limites estabelecidos pela Lei Complementar nº 19, de 04 de janeiro de 2002.

Este ato tem efeitos a partir da presente data, quando o (a) nomeado (a) servidor (a) deixa de exercer suas funções.

Catanduvas, 1º de março de 2010.

GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

Ato Anterior: Portaria P/ 4180/07

Portaria P/ 4926/10

PORTARIA P/ 4926/10, de 10.03.2010.

"Demite de Ofício IZABEL CRISTINA MOREIRA ALEXANDRETTI"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a Lei lhe confere e na forma do artigo 38, I, da Lei Complementar Municipal nº 19/02, de 04.01.2002,

Considerando a cessação da Licença para tratar de Assuntos Particulares ocorrida em 31 de janeiro de 2010;

Considerando a não reassunção imediata do exercício do cargo, bem como a ausência, de justificativa plausível que impedisse o retorno da servidora ao cargo;

E considerando o disposto no art.104 da Lei Complementar nº19/2002, de 04 de janeiro de 2002,

R E S O L V E:

DEMITIR de ofício, a servidora Izabel Cristina Moreira Alexandretti, ocupante do Cargo Efetivo de Professor, Nível CE-02 – 513 C, 20 horas semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto.

Na forma permitida pela Lei Complementar Municipal 19/02, conceda-se a Indenização – ITS, observando criteriosamente seus direitos.

Este ato tem seus efeitos até a presente data, quando o (a) nomeado (a) Servidor (a) deixa de exercer suas funções, cessando os efeitos da Portaria P/ 2640/00.

Catanduvas, 10 de março de 2010.

GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

Ato Anterior: Portaria P/ 4321/08

Chapadão do Lageado

PREFEITURA MUNICIPAL**Comunicado (Pregão Presencial nº 04/2010 -FMS)**

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 07/2010
- FMS
PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2010 - FMS

COMUNICADO

A Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado, através do Fundo Municipal de Saúde, torna público aos interessados que o edital do Processo Licitatório nº 07/2010 - FMS, Pregão Presencial nº 04/2010 - FMS sofreu alterações. A Entidade Licitante poderá alterar as condições do edital, conforme preconizam os itens 18.4 e 18.4.3 do referido edital. Devido às alterações no edital, o prazo inicialmente estabelecido será reaberto, nos termos do Artigo 20, parágrafo 4º da lei 8.666/93. Assim sendo a abertura do certame se dará dia 24 de março de 2010, às 09:00, na Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado, Sítio a Rua Allan Regis Inácio, nº 15, Centro, Chapadão do Lageado. As informações poderão ser obtidas pelo fone (47) 3537-0072, das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 16:00 ou pelo e-mail: compras@chapadaodolageado.sc.gov.br

Chapadão do Lageado (SC), 12 de março de 2010.

MARCIO MACIEL

Gestor do Fundo Municipal de Saúde

Extrato de Contrato nº 034/2010 - PM

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

EXTRATO DE CONTRATO nº 034/2010 - PM

Número do contrato: 034/2010

Vigência: 08/03/2010 à 31/12/2010

Processo Licitatório nº 010/2010

Contratante: Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado

Contratado/Credenciado: RB RECAPAGENS BLUMENAU LTDA

Valor: R\$ 22.478,00 (vinte e dois mil quatrocentos e setenta e oito reais).

Objeto: O presente Contrato consiste na contratação de empresa para efetuar serviços de recapagem de pneus dos veículos e máquinas deste município.

DATA DA ASSINATURA: 08 de março de 2010.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Comunicado

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 07/2010
- FMS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2010 - FMS

COMUNICADO

A Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado, através do Fundo Municipal de Saúde, torna público aos interessados que o edital do Processo Licitatório nº 07/2010 - FMS, Pregão Presencial nº 04/2010 - FMS sofreu alterações. A Entidade Licitante poderá alterar as condições do edital, conforme preconizam os itens 18.4 e 18.4.3 do referido edital. Devido às alterações no edital, o prazo inicialmente estabelecido será reaberto, nos termos do Artigo 20, parágrafo 4º da lei 8.666/93. Assim sendo a abertura do certame se dará dia 24 de março de 2010, às 09:00, na Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado, Sítio a Rua Allan Regis Inácio, nº 15, Centro, Chapadão do Lageado. As informações poderão ser obtidas pelo fone (47) 3537-0072, das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 16:00 ou pelo e-mail: compras@chapadaodolageado.sc.gov.br

Chapadão do Lageado (SC), 12 de março de 2010.

MARCIO MACIEL

Gestor do Fundo Municipal de Saúde



Concórdia

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto Nº 252/2010

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 252/2010, DE 3 DE MARÇO DE 2010.

Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, à servidora CARLA TESSMANN.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de março de 2010, à servidora CARLA TESSMANN, ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem, 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo.

Parágrafo único. A licença-prêmio a que se refere o caput deste artigo é relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 1º de janeiro de 2004 a 31 de dezembro de 2008.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

MARIA LUIZA MARCON

Secretária Municipal de Saúde

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 3 de março de 2010.

MARIA SUELI S. BIGATON

Diretora Administrativa

Decreto Nº 253/2010

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 253/2010, DE 3 DE MARÇO DE 2010.

Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, à servidora VERANIS TEREZINHA CELANT.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de março de 2010, à servidora VERANIS TEREZINHA CELANT, ocupante do cargo de Agente Operacional, 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo.

Parágrafo único. A licença-prêmio a que se refere o caput deste artigo é relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 8 de janeiro de 2005 a 7 de janeiro de 2010.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

MAURO KICHEL

Secretário Municipal de Desenvolvimento

Social, Cidadania e Habitação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 3 de março de 2010.

MARIA SUELI S. BIGATON

Diretora Administrativa

Decreto Nº 254/2010

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 254/2010, DE 4 DE MARÇO DE 2010.

Designa o servidor JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO para responder, interinamente, pelo cargo de Diretor Administrativo.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 48 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica designado o servidor JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO, ocupante do cargo de Encarregado da Seção Legislativa, para responder pelo cargo de Diretor Administrativo, no período de 4 a 16 de março de 2010, enquanto perdurar o afastamento da titular, percebendo, nesse ínterim, vencimentos próprios do cargo, nível 2, acrescidos da gratificação de 80% (oitenta por cento).

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 4 de março de 2010.

MARIA SUELI S. BIGATON

Diretora Administrativa

Decreto Nº 255/2010

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 255/2010, DE 4 DE MARÇO DE 2010.

Dispõe sobre o enquadramento da servidora CARLA TESSMANN no cargo de Técnico de Enfermagem.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no § 1º do art. 4º da Lei Complementar nº 390, de 18 de março de 2005.

DECRETA:

Art. 1º Fica enquadrada a servidora CARLA TESSMANN, pertencente ao Grupo III – Serviços Técnico-Profissionais ou Científicos, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo, no cargo de Técnico de Enfermagem, nível GSTP1, a partir de 1º de março de 2010.



Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

MARIA LUIZA MARCON
Secretária Municipal de Saúde

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 4 de março de 2010.
JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO
Diretor Administrativo, em exercício

Decreto Nº 256/2010

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 256/2010, DE 4 DE MARÇO DE 2010.

Revoga o Decreto nº 141/2010, de 2 de fevereiro de 2010, que concede gozo de licença-prêmio ao servidor HERMINIO LUIZ BONATTO.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, e considerando que o servidor encontra-se em auxílio-doença.

DECRETA:

Art. 1º Fica revogado o Decreto nº 141/2010, de 2 de fevereiro de 2010, que concede gozo de licença-prêmio ao servidor HERMINIO LUIZ BONATTO.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 4 de março de 2010.
JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO
Diretor Administrativo, em exercício

Decreto Nº 257/2010

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 257/2010, DE 4 DE MARÇO DE 2010.

Concede gratificação à servidora LEILA RIZOLLI, pela efetiva atividade em sala de aula.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 73 da Lei Complementar nº 445, de 9 de dezembro de 2005 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida à servidora LEILA RIZOLLI, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 7391, gratificação pela efetiva atividade em sala de aula, na razão de 5% (cinco por cento) sobre o vencimento-base.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos pecuniários retroativos a 4 de janeiro de 2010.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

MAURO KICHEL
Secretário Municipal de Desenvolvimento
Social, Cidadania e Habitação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 4 de março de 2010.
JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO
Diretor Administrativo, em exercício

Decreto Nº 258/2010

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 258/2010, DE 4 DE MARÇO DE 2010.

Averba tempo de contribuição.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 40, § 10, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988; art. 4º da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998 e art. 35 da Lei Complementar nº 164, de 27 de julho de 1999 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Ficam averbados 588 dias, ou seja: 1 (um) ano, 7 (sete) meses e 13 (treze) dias de tempo de contribuição, nos assentamentos funcionais do servidor ADINAN CANDIDO POLO, ocupante do cargo de Fiscal de Tributos, conforme Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, em 14 de janeiro de 2010.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 4 de março de 2010.
JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO
Diretor Administrativo, em exercício

Decreto Nº 259/2010

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 259/2010, DE 4 DE MARÇO DE 2010.

Averba tempo de contribuição.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 40, § 10, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988; art. 4º da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998 e art. 35 da Lei Complementar nº 164, de 27 de julho de 1999 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Ficam averbados 7.659 dias, ou seja: 20 (vinte) anos, 11 (onze) meses e 29 (vinte e nove) dias de tempo de contribuição, nos assentamentos funcionais da servidora ADELAIDE ENCK, ocupante do cargo de Auxiliar Operacional, conforme Certidão de

Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, em 5 de fevereiro de 2010.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 4 de março de 2010.
JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO
Diretor Administrativo, em exercício

Decreto Nº 260/2010

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 260/2010, DE 4 DE MARÇO DE 2010.

Dá nova redação à alínea “f” do inciso II do art. 1º do Decreto nº 155/2009, de 27 de janeiro de 2009, que nomeia membros para integrar o Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico – CMDE.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei Complementar nº 253, de 27 de novembro de 2002 e no Decreto nº 4.639, de 2 de julho de 2003.

DECRETA:

Art. 1º A alínea “f” do inciso II do art. 1º do Decreto nº 155/2009, de 27 de janeiro de 2009, que nomeia membros para integrar o Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico – CMDE, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º (...)

f) GISELE CLAUDIA PENSO – representante da Câmara de Dirigentes Lojistas de Concórdia – CDL;” (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 4 de março de 2010.
JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO
Diretor Administrativo, em exercício

Decreto Nº 261/2010

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 261/2010, DE 5 DE MARÇO DE 2010.

Constitui comissão especial.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI.

DECRETA:

Art. 1º Fica constituída Comissão Organizadora das comemora-

ções alusivas aos 76 anos de emancipação político-administrativa do Município de Concórdia, na forma abaixo:

I – Coordenação-Geral: NEURI ANTONIO SANTHIER;

II – Secretaria-Geral: BEATRIZ FÁTIMA CORDEIRO DA SILVA ROSA;

III – Divulgação: ANTONIO JOSÉ BEGNINI;

IV – Coordenação da XXV Festa Nacional do Leitão Assado – FENAL: ANTONIO COLUSSI;

V – Coordenação do evento “Troféu Migrante”: ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE CONCÓRDIA – ACIC;

VI – Coordenação de Infraestrutura: MAURÍ MARAN;

VII – Coordenação de Eventos Culturais: DALVA PAGNONCELLI PICHETTI;

VIII – Coordenação de Shows e demais Eventos Festivos: GLAUCEMIR LUIZ GRENDENE.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 5 de março de 2010.
JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO
Diretor Administrativo, em exercício

Decreto Nº 262/2010

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 262/2010, DE 5 DE MARÇO DE 2010.

Concede gozo de licença-prêmio à servidora INES BELLINI CARNIEL.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, nos meses de março e abril de 2010, à servidora INES BELLINI CARNIEL, ocupante do cargo de Professor, código 10.10, matrícula 746, o gozo de 2 (dois) meses de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 1º de fevereiro de 1995 a 31 de janeiro de 2000.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

SANTO HERMINIO DE LUCA
Secretário Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 5 de março de 2010.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO
Diretor Administrativo, em exercício

Decreto Nº 263/2010

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 263/2010, DE 5 DE MARÇO DE 2010.

Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, ao servidor ANTONINHO PEREIRA.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de março de 2010, ao servidor ANTONINHO PEREIRA, ocupante do cargo de Auxiliar Operacional, 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo.

Parágrafo único. A licença-prêmio a que se refere o caput deste artigo é relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 3 de maio de 2004 a 2 de maio de 2009.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

MAURÍ MARAN

Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 5 de março de 2010.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO

Diretor Administrativo, em exercício

Decreto Nº 264/2010

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 264/2010, DE 5 DE MARÇO DE 2010.

Concede gratificação, pelo exercício de função de chefia, à servidora CLAUDINEIA SAIBEL; dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto nos arts. 74 e 75 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações e na Lei nº 3.382, de 24 de junho de 2002.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida à servidora CLAUDINEIA SAIBEL, ocupante do cargo de Agente Administrativo, gratificação de 50% (cinquenta por cento) sobre o vencimento, pelo exercício de função de chefia do Setor de Agendamento e Acolhimento ao Público da Policlínica Concórdia, com dedicação exclusiva, a partir de 1º de março de 2010.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogada, a partir de 1º de março de 2010, a gratificação concedida pelo Decreto nº 87/2010, de 25 de janeiro de 2010.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

MARIA LUIZA MARCON

Secretária Municipal de Saúde

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 5 de março de 2010.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO

Diretor Administrativo, em exercício

Decreto Nº 265/2010

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 265/2010, DE 5 DE MARÇO DE 2010.

Concede gratificação, pelo exercício de função de chefia, ao servidor VALDIR PEREIRA.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto nos arts. 74 e 75 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações e na Lei nº 3.382, de 24 de junho de 2002.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida ao servidor VALDIR PEREIRA, ocupante do cargo de Agente Operacional, gratificação de 50% (cinquenta por cento) sobre o vencimento, pelo exercício de função de chefia do Setor de Logística Operacional da Policlínica Concórdia, com dedicação exclusiva, a partir de 1º de março de 2010.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

MARIA LUIZA MARCON

Secretária Municipal de Saúde

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 5 de março de 2010.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO

Diretor Administrativo, em exercício

Portaria Nº 49/2010

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 49/2010, DE 1º DE MARÇO DE 2010.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 44/2010, de 19 de fevereiro de 2010, c/c o disposto no art. 105 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, e considerando as justificativas apresentadas.

R E S O L V E :

Art. 1º Convocar os servidores abaixo relacionados, em gozo de férias, para o exercício de suas funções, por absoluta necessidade do serviço:

I – CESAR PELLIZZARO, ocupante do cargo de Diretor de Desenvolvimento Rural, a partir de 23 de fevereiro de 2010;



II – CIMELIA MARIA HUBER ROESSEL, ocupante do cargo de Técnico de Enfermagem, a partir de 1º de março de 2010;

III – KENIA SIMONE LANG, ocupante do cargo de Diretora de Acompanhamento de Processos, a partir de 22 de fevereiro de 2010;

IV – MARIA ANGELINA PRAVATO, ocupante do cargo de Coordenadora, no período de 1º a 10 de março de 2010;

V – MARILENE CARMEM BONISSONI DO PRADO, ocupante do cargo de Escriurário, no período de 1º a 15 de março de 2010;

VI – ROSMARI EBERTS ZARDINELLO, ocupante do cargo de Auxiliar de Creche, a partir de 25 de fevereiro de 2010;

VII – SILVANA ALBIERO TUBIN, ocupante do cargo de Coordenadora, no período de 1º a 15 de março de 2010;

VIII – VALDIR PEREIRA, ocupante do cargo de Agente Operacional, a partir de 1º de março de 2010.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 50/2010

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 50/2010, DE 4 DE MARÇO DE 2010.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 44/2010, de 19 de fevereiro de 2010, c/c o disposto na Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, art. 177 e seguintes e no Decreto nº 3.516, de 6 de julho de 1994, e considerando:

- o processo protocolizado na Secretaria Municipal de Administração sob nº 905, em 20 de janeiro de 2010, do qual se extrai que a servidora FRACIDES DIAS, esteve no Posto de Saúde Dr. José Bernardi, localizado no Bairro Nazaré, na manhã do dia 11 de janeiro de 2010, e não teria tratado com urbanidade os servidores da unidade, proferindo ameaças e agredindo-os verbalmente, após exigir atendimento imediato;
- que a servidora infringiu, em tese, o disposto nos arts. 151, IX e XI e 152, XVIII da Lei Complementar nº 90/1994;
- a manifestação da Assessoria Jurídica, de 18 de fevereiro de 2010, no sentido de instauração de Sindicância;
- que, se comprovada a culpabilidade da servidora, a mesma sujeitar-se-á à penalidade prevista no art. 165, do Estatuto do Servidor Público Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º Instaurar Sindicância a fim de apurar a veracidade dos fatos envolvendo a servidora FRACIDES DIAS, ocupante do cargo de Auxiliar Operacional, nível GSO1.

Art. 2º Designar os servidores abaixo relacionados para proceder à tomada de depoimentos e demais providências que julgar oportunas, em face da presente Sindicância:

I – presidente: LENIR GENILSE MOLOSSI COMIN, ocupante do cargo de Oficial Administrativo, nível GSA8;

II – secretário: RODINEI ZANELLA, ocupante do cargo de Fiscal Auxiliar;

III – vogais:

a) MARCIA ROSELI CORDEIRO DE SOUZA DA SILVA, ocupante do cargo de Telefonista;

b) ROBINSON FERNANDO SGARBOZZA, ocupante do cargo de

Agente Administrativo.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 51/2010

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 51/2010, DE 4 DE MARÇO DE 2010.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 44/2010, de 19 de fevereiro de 2010, c/c o disposto no art. 105 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, e considerando as justificativas apresentadas.

R E S O L V E :

Art. 1º Convocar os servidores abaixo relacionados, em gozo de férias, para o exercício de suas funções, por absoluta necessidade do serviço:

I – ELZIRA LUIZ DE FRANÇA, ocupante do cargo de Agente Administrativo, a partir de 2 de março de 2010;

II – GILMAR JENDRYCZKOWSKI, ocupante do cargo de Motorista de Veículos Leves, a partir de 1º de março de 2010;

III – IEDA MARIA SCHUMANN, ocupante do cargo de Enfermeira, a partir de 1º de março de 2010;

IV – IRENE CERVELIN LEORATO, ocupante do cargo de Técnico de Enfermagem, a partir de 1º de março de 2010;

V – JUDITE SALETE GASPARIN ROSSI, ocupante do cargo de Técnico de Enfermagem, a partir de 1º de março de 2010;

VI – MAIRA CRISTIANE GIULIATO, ocupante do cargo de Encarregada da Seção de Desenvolvimento Industrial, a partir de 4 de março de 2010;

VII – MARIA SULMIRA MÜLLER, ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem, a partir de 1º de março de 2010;

VIII – WALI SCHOENELL ASEN, ocupante do cargo de Escriurário, a partir de 1º de março de 2010.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 52/2010

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 52/2010, DE 4 DE MARÇO DE 2010.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 44/2010, de 19 de fevereiro de 2010, c/c o disposto nas Leis Complementares nºs. 90, de 27 de junho de 1994 e alterações e 257, de 9 de dezembro de 2002, e considerando:

- os Adendos nºs. 001 a 005 ao Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho – LTCAT da Secretaria Municipal de Educação;
- a CI DRH 215/2010, de 3 de março de 2010, emitida pela Diretoria de Recursos Humanos.

RESOLVE:



Art. 1º Conceder aos servidores abaixo relacionados, Adicional de Insalubridade, grau médio, correspondente a 20% (vinte por cento) sobre o salário mínimo:

I – GISLAINE FORNARI, ocupante do cargo de Auxiliar Operacional;

II – JUÇARA LAZARIN DO PRADO SCORTEGAGNA, ocupante do cargo de Auxiliar Operacional;

III – JUCIANE VITTO, ocupante do cargo de Auxiliar Operacional;

IV – MARCELO LEONHART, ocupante do cargo de Auxiliar Operacional;

V – MARILEI SALETE FRASNELLI, ocupante do cargo Auxiliar Operacional.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos pecuniários retroativos a 1º de fevereiro de 2010.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Pregão Presencial N° 4/2010 FMAS

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO PRESENCIAL N°. 4/2010 - FMAS

Objeto: Aquisição de móveis, eletrodomésticos, eletroeletrônicos e equipamentos de informática, para manutenção das atividades realizadas no CREAS, através de recursos provenientes do convênio PSST - 1032/09-7/FEAS.

Forma de Pregão: Presencial.

Tipo: Menor Preço por Item.

Recebimento das propostas: até as 08:15 do dia 26/03/2010.

Abertura: dia 26/03/2010, às 08:30.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo fone (49) 3441-2163.

Concórdia, SC, 08 de março de 2010.

MAURO KICHEL

Gestor do Fundo Municipal de Assistência Social

Classificação das Propostas do Convite N° 5/2010 PMC

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC
CONVITE N° 5/2010 - PMC

Objeto: Contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil, em regime de empreita global (material e mão de obra), para execução de obra de construção de ponte em concreto armado sobre riacho, na Comunidade de Linha Lajeado Guilherme, neste Município.

EXTRATO DO RESULTADO DO JULGAMENTO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

Em cumprimento ao disposto no artigo 109, § 1.º da Lei nº 8.666/93, e posteriores alterações, torna-se público o resultado do julgamento da fase classificatória da licitação em epígrafe, na seguinte conformidade: a licitante FORMATTO ENGENHARIA LTDA sagrou-se vencedora do objeto da licitação em epígrafe com o menor valor global de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais); a licitante KERBERMIX SERVIÇOS DE CONCRETAGEM LTDA ficou na segunda colocação com o valor global de R\$ 51.379,23 (cinquên-

ta e um mil reais trezentos e setenta e nove reais e vinte e três centavos); a licitante LUPA CONSTRUÇÕES LTDA – ME, ficou na terceira colocação com o valor global de R\$ 55.273,23 (cinquenta e cinco mil duzentos e setenta e três reais e vinte e três centavos). Outrossim fica a licitante participante notificada que dentro do prazo de 2 (dois) dias úteis, contados da data da publicação deste extrato, a Comissão Permanente de Licitações dará vistas ao respectivo processo licitatório a qualquer das proponentes que se sinta prejudicada, para interposição de recurso.

Concórdia, SC, 10 de março de 2010.

INÊS SALETE KLEIN

Vice-Presidente da C.P.L.

Extrato do Segundo Termo Aditivo ao Convênio N° 79/2009

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO
ADITIVO AO CONVÊNIO N° 79/2009

ESPÉCIE: Segundo Termo Aditivo ao Convênio nº 79/2009, firmado em 17 de junho de 2009, entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pelo seu Prefeito Municipal, senhor JOÃO GIRARDI e a Instituição CIDADE NOVA ESPERANÇA, inscrita no CNPJ sob nº 10.257.669/0001-17, com sede em Linha São José, Concórdia, SC, neste ato representada pela sua Presidente, senhora LÍDIA ROSALIA FINGER TASCA.

OBJETO: Fica prorrogado, até 31 de maio de 2010, o prazo de vigência constante na Cláusula Segunda – Do Prazo.

DATA DA ASSINATURA: 26 de fevereiro de 2010.

Extrato do Convênio N° 16/2010

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
EXTRATO DO CONVÊNIO N° 16/2010

ESPÉCIE: Convênio celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, senhor JOÃO GIRARDI e a FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO CONTESTADO – Campus de Concórdia, inscrita no CNPJ sob nº 83.395.921/0003-90, neste ato representada pelo seu Pró-Reitor do Campus Universitário de Concórdia, senhor ALEXANDRE TREVISAN SCHNEIDER.

OBJETO: Estabelecimento de programa de cooperação técnica, objetivando formalizar entre as partes, as condições básicas de realização de estágio de estudantes regularmente matriculados junto à CONVENIENTE, como um mecanismo de profissionalização, em complemento ao processo ensino-aprendizagem, abrangendo as seguintes modalidades: estágio curricular não-obrigatório e estágio curricular obrigatório.

PRAZO: 1º.3.2010 a 31.12.2012.

DATA DA ASSINATURA: 1º de março de 2010.

Extrato do Convênio N° 17/2010

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
EXTRATO DO CONVÊNIO N° 17/2010

ESPÉCIE: Convênio celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pelo seu Prefeito Municipal, senhor JOÃO GIRARDI e a ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE ÁGAPE DE CONCÓRDIA – ABAC, inscrita no CNPJ sob nº 05.399.505/0004-37, representada pela sua Presidente, senhora MARIZELI ALVES SANT'ANA DOS SANTOS.

OBJETO: Estabelecimento de programa de cooperação técnica e

financeira, visando ao repasse, à CONVENIENTE, de recursos necessários para auxiliar no custeio e manutenção das atividades da Entidade.

VALOR: R\$ 46.000,00.

PRAZO: Até 31.12.2010, a partir da data da assinatura.

DATA DA ASSINATURA: 8 de março de 2010.

Corupá

PREFEITURA MUNICIPAL

Portaria 530/10 - Reenquadra Servidor - Adalberto Maia

PORTARIA Nº 530/10

REENQUADRA SERVIDOR MUNICIPAL, SEGUNDO OS TERMOS DE REFORMA ADMINISTRATIVA PROMOVIDA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 014/09 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2009.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VI do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Reenquadrar o Servidor ADALBERTO MAIA, ocupante do cargo de Agente Administrativo, para o vencimento mensal com o Fator 05, conforme aprovado pela Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

Art. 2º- A Gerência de Administração deverá promover, no prazo de 30 (trinta) dias, as devidas alterações no contrato de trabalho mantido com o Servidor reenquadrado, quando reenquadramento resultar modificações quanto aos termos do respectivo contrato.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de janeiro de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 09 de fevereiro de 2010.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Portaria 531/10 - Reenquadra Servidor - Irene Baa-de

PORTARIA Nº 531/10

REENQUADRA SERVIDOR MUNICIPAL, SEGUNDO OS TERMOS DE REFORMA ADMINISTRATIVA PROMOVIDA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 014/09 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2009.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VI do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Reenquadrar a Servidora IRENE BAADE, ocupante do cargo de Agente Comunitário, para o vencimento mensal com o Fator 01, conforme aprovado pela Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

Art. 2º- A Gerência de Administração deverá promover, no prazo de 30 (trinta) dias, as devidas alterações no contrato de trabalho mantido com o Servidor reenquadrado, quando reenquadramento resultar modificações quanto aos termos do respectivo contrato.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de janeiro de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 09 de fevereiro de 2010.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Portaria 532/10 - Reenquadra Servidor - Flavia Rubia Xavier

PORTARIA Nº 532/10

REENQUADRA SERVIDOR MUNICIPAL, SEGUNDO OS TERMOS DE REFORMA ADMINISTRATIVA PROMOVIDA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 014/09 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2009.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VI do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Reenquadrar a Servidora FLAVIA RUBIA XAVIER VOIGTLANDER LUDERS, ocupante do cargo de Agente Comunitário, para o vencimento mensal com o Fator 01, conforme aprovado pela Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

Art. 2º- A Gerência de Administração deverá promover, no prazo de 30 (trinta) dias, as devidas alterações no contrato de trabalho mantido com o Servidor reenquadrado, quando reenquadramento resultar modificações quanto aos termos do respectivo contrato.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de janeiro de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 09 de fevereiro de 2010.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Portaria 533/10 - Reenquadra Servidor - Terezinha de Azevedo Maurissens

PORTARIA Nº 533/10

REENQUADRA SERVIDOR MUNICIPAL, SEGUNDO OS TERMOS DE REFORMA ADMINISTRATIVA PROMOVIDA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 014/09 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2009.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VI do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Reenquadrar a Servidora TEREZINHA DE AZEVEDO MAURISSENS, ocupante do cargo de Agente Comunitário, para o vencimento mensal com o Fator 01, conforme aprovado pela Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

Art. 2º- A Gerência de Administração deverá promover, no prazo de 30 (trinta) dias, as devidas alterações no contrato de trabalho mantido com o Servidor reenquadrado, quando reenquadramento



resultar modificações quanto aos termos do respectivo contrato.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de janeiro de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 09 de fevereiro de 2010.
LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Portaria 534/10 - Reenquadra Seervidor - Reintraud Steinert

PORTARIA Nº 534/10

REENQUADRA SERVIDOR MUNICIPAL, SEGUNDO OS TERMOS DE REFORMA ADMINISTRATIVA PROMOVIDA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 014/09 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2009.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VI do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Reenquadrar a Servidora REINTRAUD STEINERT, ocupante do cargo de Agente Comunitário, para o vencimento mensal com o Fator 01, conforme aprovado pela Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

Art. 2º- A Gerência de Administração deverá promover, no prazo de 30 (trinta) dias, as devidas alterações no contrato de trabalho mantido com o Servidor reenquadrado, quando reenquadramento resultar modificações quanto aos termos do respectivo contrato.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de janeiro de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 09 de fevereiro de 2010.
LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Portaria 535/10 - Reenquadra Servidor - Anita Aparecida Krisanski

PORTARIA Nº 535/10

REENQUADRA SERVIDOR MUNICIPAL, SEGUNDO OS TERMOS DE REFORMA ADMINISTRATIVA PROMOVIDA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 014/09 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2009.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VI do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Reenquadrar a Servidora ANITA APARECIDA KRISANSKI, ocupante do cargo de Agente Comunitário, para o vencimento mensal com o Fator 01, conforme aprovado pela Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

Art. 2º- A Gerência de Administração deverá promover, no prazo de 30 (trinta) dias, as devidas alterações no contrato de trabalho mantido com o Servidor reenquadrado, quando reenquadramento resultar modificações quanto aos termos do respectivo contrato.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação,

com efeito retroativo a contar de 01 de janeiro de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 09 de fevereiro de 2010.
LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Portaria 536/10 - Reenquadra Servidor - Eliane Aparecida Machado

PORTARIA Nº 536/10

REENQUADRA SERVIDOR MUNICIPAL, SEGUNDO OS TERMOS DE REFORMA ADMINISTRATIVA PROMOVIDA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 014/09 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2009.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VI do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Reenquadrar a Servidora ELIANA APARECIDA MACHADO, ocupante do cargo de Agente Comunitário, para o vencimento mensal com o Fator 01, conforme aprovado pela Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

Art. 2º- A Gerência de Administração deverá promover, no prazo de 30 (trinta) dias, as devidas alterações no contrato de trabalho mantido com o Servidor reenquadrado, quando reenquadramento resultar modificações quanto aos termos do respectivo contrato.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de janeiro de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 09 de fevereiro de 2010.
LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Portaria 537/10 - Reenquadra Servidor - Gisela Boll Muller

PORTARIA Nº 537/10

REENQUADRA SERVIDOR MUNICIPAL, SEGUNDO OS TERMOS DE REFORMA ADMINISTRATIVA PROMOVIDA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 014/09 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2009.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VI do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Reenquadrar a Servidora GISELA BOLL MULLER, ocupante do cargo de Agente Comunitário, para o vencimento mensal com o Fator 01, conforme aprovado pela Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

Art. 2º- A Gerência de Administração deverá promover, no prazo de 30 (trinta) dias, as devidas alterações no contrato de trabalho mantido com o Servidor reenquadrado, quando reenquadramento resultar modificações quanto aos termos do respectivo contrato.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de janeiro de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 09 de fevereiro de 2010.
LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Portaria 538/10 - Reenquadra Servidor - Karina Denk

PORTARIA Nº 538/10

REENQUADRA SERVIDOR MUNICIPAL, SEGUNDO OS TERMOS DE REFORMA ADMINISTRATIVA PROMOVIDA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 014/09 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2009.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VI do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Reenquadrar a Servidora KARINA DENK, ocupante do cargo de Agente Comunitário, para o vencimento mensal com o Fator 01, conforme aprovado pela Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

Art. 2º- A Gerência de Administração deverá promover, no prazo de 30 (trinta) dias, as devidas alterações no contrato de trabalho mantido com o Servidor reenquadrado, quando reenquadramento resultar modificações quanto aos termos do respectivo contrato.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de janeiro de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 09 de fevereiro de 2010.
LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Portaria 539/10 - Reenquadra Servidor - Mara Cristina Hoeft

PORTARIA Nº 539/10

REENQUADRA SERVIDOR MUNICIPAL, SEGUNDO OS TERMOS DE REFORMA ADMINISTRATIVA PROMOVIDA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 014/09 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2009.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VI do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Reenquadrar a Servidora MARA CRISTINA HOEFT, ocupante do cargo de Agente Comunitário, para o vencimento mensal com o Fator 01, conforme aprovado pela Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

Art. 2º- A Gerência de Administração deverá promover, no prazo de 30 (trinta) dias, as devidas alterações no contrato de trabalho mantido com o Servidor reenquadrado, quando reenquadramento resultar modificações quanto aos termos do respectivo contrato.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de janeiro de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 09 de fevereiro de 2010.
LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Portaria 540/10 - Reenquadra Servidor - Rita de Cássia Bianchini Metzger

PORTARIA Nº 540/10

REENQUADRA SERVIDOR MUNICIPAL, SEGUNDO OS TERMOS DE REFORMA ADMINISTRATIVA PROMOVIDA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 014/09 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2009.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VI do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Reenquadrar a Servidora RITA DE CÁSSIA BIANCHINI METZGER, ocupante do cargo de Agente Comunitário, para o vencimento mensal com o Fator 01, conforme aprovado pela Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

Art. 2º- A Gerência de Administração deverá promover, no prazo de 30 (trinta) dias, as devidas alterações no contrato de trabalho mantido com o Servidor reenquadrado, quando reenquadramento resultar modificações quanto aos termos do respectivo contrato.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de janeiro de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 09 de fevereiro de 2010.
LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Portaria 541/10 - Reenquadra Servidor - Dileusa Rosanjala Pezzatto

PORTARIA Nº 541/10

REENQUADRA SERVIDOR MUNICIPAL, SEGUNDO OS TERMOS DE REFORMA ADMINISTRATIVA PROMOVIDA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 014/09 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2009.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VI do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Reenquadrar a Servidora DILEUSA ROSANJALA PEZZATO, ocupante do cargo de Agente Comunitário, para o vencimento mensal com o Fator 01, conforme aprovado pela Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

Art. 2º- A Gerência de Administração deverá promover, no prazo de 30 (trinta) dias, as devidas alterações no contrato de trabalho mantido com o Servidor reenquadrado, quando reenquadramento resultar modificações quanto aos termos do respectivo contrato.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de janeiro de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 09 de fevereiro de 2010.
LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Portaria 542/10 - Reenquadra Servidor - Vera Lucia Kwiatkowsky

PORTARIA Nº 542/10



REENQUADRA SERVIDOR MUNICIPAL, SEGUNDO OS TERMOS DE REFORMA ADMINISTRATIVA PROMOVIDA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 014/09 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2009.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VI do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Reenquadrar a Servidora VERA LUCIA KWIATKOWSKY FISCHER, ocupante do cargo de Agente Comunitário, para o vencimento mensal com o Fator 01, conforme aprovado pela Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

Art. 2º- A Gerência de Administração deverá promover, no prazo de 30 (trinta) dias, as devidas alterações no contrato de trabalho mantido com o Servidor reenquadrado, quando reenquadramento resultar modificações quanto aos termos do respectivo contrato.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de janeiro de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 09 de fevereiro de 2010.

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Portaria 543/10 - Reenquadra Servidor - Rita Behling Filipp

PORTARIA Nº 543/10

REENQUADRA SERVIDOR MUNICIPAL, SEGUNDO OS TERMOS DE REFORMA ADMINISTRATIVA PROMOVIDA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 014/09 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2009.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VI do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Reenquadrar a Servidora RITA BEHLING FILIPP, ocupante do cargo de Agente Comunitário, para o vencimento mensal com o Fator 01, conforme aprovado pela Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

Art. 2º- A Gerência de Administração deverá promover, no prazo de 30 (trinta) dias, as devidas alterações no contrato de trabalho mantido com o Servidor reenquadrado, quando reenquadramento resultar modificações quanto aos termos do respectivo contrato.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de janeiro de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 09 de fevereiro de 2010.

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Portaria 544/10 - Reenquadrar Servidor - Juliana da Cruz Signorelli Haffemann

PORTARIA Nº 544/10

REENQUADRA SERVIDOR MUNICIPAL, SEGUNDO OS TERMOS DE REFORMA ADMINISTRATIVA PROMOVIDA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 014/09 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2009.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VI do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Reenquadrar a Servidora JULIANA DA CRUZ SIGNORELI HAFEMANN, ocupante do cargo de Agente Comunitário, para o vencimento mensal com o Fator 01, conforme aprovado pela Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

Art. 2º- A Gerência de Administração deverá promover, no prazo de 30 (trinta) dias, as devidas alterações no contrato de trabalho mantido com o Servidor reenquadrado, quando reenquadramento resultar modificações quanto aos termos do respectivo contrato.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de janeiro de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 09 de fevereiro de 2010.

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Portaria 545/10 - Reenquadrar Servidor - Maria da Glória de Mira Lourenço

PORTARIA Nº 545/10

REENQUADRA SERVIDOR MUNICIPAL, SEGUNDO OS TERMOS DE REFORMA ADMINISTRATIVA PROMOVIDA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 014/09 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2009.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VI do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Reenquadrar a Servidora MARIA DA GLÓRIA DE MIRA LOURENÇO, ocupante do cargo de Agente Comunitário, para o vencimento mensal com o Fator 01, conforme aprovado pela Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

Art. 2º- A Gerência de Administração deverá promover, no prazo de 30 (trinta) dias, as devidas alterações no contrato de trabalho mantido com o Servidor reenquadrado, quando reenquadramento resultar modificações quanto aos termos do respectivo contrato.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de janeiro de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 09 de fevereiro de 2010.

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Portaria 546/10 - Reenquadrar Servidor - Magali Arnold Maia

PORTARIA Nº 546/10

REENQUADRA SERVIDOR MUNICIPAL, SEGUNDO OS TERMOS DE REFORMA ADMINISTRATIVA PROMOVIDA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 014/09 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2009.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso

VI do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Reenquadrar a Servidora MAGALI ARNOLD MAIA, ocupante do cargo de Agente Comunitário, para o vencimento mensal com o Fator 01, conforme aprovado pela Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

Art. 2º- A Gerência de Administração deverá promover, no prazo de 30 (trinta) dias, as devidas alterações no contrato de trabalho mantido com o Servidor reenquadrado, quando reenquadramento resultar modificações quanto aos termos do respectivo contrato.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de janeiro de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 09 de fevereiro de 2010.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Portaria 547/10 - Reenquadra Servidor - Terezinha dos Santos Bortolotti

PORTARIA Nº 547/10

REENQUADRA SERVIDOR MUNICIPAL, SEGUNDO OS TERMOS DE REFORMA ADMINISTRATIVA PROMOVIDA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 014/09 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2009.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VI do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Reenquadrar a Servidora TEREZINHA DOS SANTOS BORTOLOTTI, ocupante do cargo de Agente Comunitário, para o vencimento mensal com o Fator 01, conforme aprovado pela Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

Art. 2º- A Gerência de Administração deverá promover, no prazo de 30 (trinta) dias, as devidas alterações no contrato de trabalho mantido com o Servidor reenquadrado, quando reenquadramento resultar modificações quanto aos termos do respectivo contrato.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de janeiro de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 09 de fevereiro de 2010.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Portaria 548/10 - Reenquadra Servidor - Nair Tavares Silva

PORTARIA Nº 548/10

REENQUADRA SERVIDOR MUNICIPAL, SEGUNDO OS TERMOS DE REFORMA ADMINISTRATIVA PROMOVIDA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 014/09 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2009.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VI do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Reenquadrar a Servidora NAIR TAVARES SILVA, ocupante do cargo de agente Comunitário, para o vencimento mensal com o Fator 01, conforme aprovado pela lei Complementar nº 014/09 de 15 dezembro de 2009

Art. 2º- A Gerência de Administração deverá promover, no prazo de 30 (trinta) dias, as devidas alterações no contrato de trabalho mantido com o Servidor reenquadrado, quando reenquadramento resultar modificações quanto aos termos do respectivo contrato.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de janeiro de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 09 de fevereiro de 2010.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Portaria 549/10 - Reenquadra Servidor - Marli Stal Petters

PORTARIA Nº 549/10

REENQUADRA SERVIDOR MUNICIPAL, SEGUNDO OS TERMOS DE REFORMA ADMINISTRATIVA PROMOVIDA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 014/09 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2009.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VI do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Reenquadrar a Servidora MARLI STAL PETTERS, ocupante do cargo de Agente Comunitário, para o vencimento mensal com o Fator 01, conforme aprovado pela Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

Art. 2º- A Gerência de Administração deverá promover, no prazo de 30 (trinta) dias, as devidas alterações no contrato de trabalho mantido com o Servidor reenquadrado, quando reenquadramento resultar modificações quanto aos termos do respectivo contrato.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de janeiro de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 09 de fevereiro de 2010.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Portaria 550/10 - Reenquadra Servidor - Maria Pedrelli

PORTARIA Nº 550/10

REENQUADRA SERVIDOR MUNICIPAL, SEGUNDO OS TERMOS DE REFORMA ADMINISTRATIVA PROMOVIDA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 014/09 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2009.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VI do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Reenquadrar a Servidora MARIA PEDRELLI, ocupante do cargo de Agente Comunitário, para o vencimento mensal com o

Fator 01, conforme aprovado pela Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

Art. 2º- A Gerência de Administração deverá promover, no prazo de 30 (trinta) dias, as devidas alterações no contrato de trabalho mantido com o Servidor reenquadrado, quando reenquadramento resultar modificações quanto aos termos do respectivo contrato.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de janeiro de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 09 de fevereiro de 2010.
LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Portaria 551/10 - Reenquadra Servidor - Ivete Demarchi

PORTARIA Nº 551/10

REENQUADRA SERVIDOR MUNICIPAL, SEGUNDO OS TERMOS DE REFORMA ADMINISTRATIVA PROMOVIDA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 014/09 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2009.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VI do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Reenquadrar a Servidora IVETE DEMARCHI, ocupante do cargo de Agente Comunitário, para o vencimento mensal com o Fator 01, conforme aprovado pela Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

Art. 2º- A Gerência de Administração deverá promover, no prazo de 30 (trinta) dias, as devidas alterações no contrato de trabalho mantido com o Servidor reenquadrado, quando reenquadramento resultar modificações quanto aos termos do respectivo contrato.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de janeiro de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 09 de fevereiro de 2010.
LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Portaria 552/10 - Reenquadra Servidor - Maria Helena Ganske

PORTARIA Nº 552/10

REENQUADRA SERVIDOR MUNICIPAL, SEGUNDO OS TERMOS DE REFORMA ADMINISTRATIVA PROMOVIDA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 014/09 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2009.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VI do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Reenquadrar a Servidora MARIA HELENA GANSKE, ocupante do cargo de Agente Comunitário, para o vencimento mensal com o Fator 01, conforme aprovado pela Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

Art. 2º- A Gerência de Administração deverá promover, no prazo de 30 (trinta) dias, as devidas alterações no contrato de trabalho mantido com o Servidor reenquadrado, quando reenquadramento resultar modificações quanto aos termos do respectivo contrato.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de janeiro de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 09 de fevereiro de 2010.
LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Portaria 553/10 - Reenquadra Servidor - Pétila Karoline Bernardes

PORTARIA Nº 553/10

REENQUADRA SERVIDOR MUNICIPAL, SEGUNDO OS TERMOS DE REFORMA ADMINISTRATIVA PROMOVIDA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 014/09 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2009.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VI do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Reenquadrar a Servidora PÉTILA KAROLINE BERNARDES, ocupante do cargo de Agente de Serviços Fazendários, para o vencimento mensal com o Fator 15, conforme aprovado pela Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

Art. 2º- A Gerência de Administração deverá promover, no prazo de 30 (trinta) dias, as devidas alterações no contrato de trabalho mantido com o Servidor reenquadrado, quando reenquadramento resultar modificações quanto aos termos do respectivo contrato.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de janeiro de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 09 de fevereiro de 2010.
LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Portaria 554/10 - Reenquadra Servidor - Evanilde Kasmarski Weidner

PORTARIA Nº 554/10

REENQUADRA SERVIDOR MUNICIPAL, SEGUNDO OS TERMOS DE REFORMA ADMINISTRATIVA PROMOVIDA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 014/09 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2009.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VI do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Reenquadrar a Servidora EVANILDE KASMARSKI WEIDNER, ocupante do cargo de Agente Epidemiológico, para o vencimento mensal com o Fator 02, conforme aprovado pela Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

Art. 2º- A Gerência de Administração deverá promover, no prazo de 30 (trinta) dias, as devidas alterações no contrato de trabalho mantido com o Servidor reenquadrado, quando reenquadramento

resultar modificações quanto aos termos do respectivo contrato.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de janeiro de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 09 de fevereiro de 2010.
LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Portaria 555/10 - Reenquadra Servidor - Waldir Krisanski Junior

PORTARIA Nº 555/10

REENQUADRA SERVIDOR MUNICIPAL, SEGUNDO OS TERMOS DE REFORMA ADMINISTRATIVA PROMOVIDA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 014/09 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2009.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VI do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Reenquadrar o Servidor WALDIR KRISANSKI JUNIOR, ocupante do cargo de Almojarife, para o vencimento mensal com o Fator 14, conforme aprovado pela Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

Art. 2º- A Gerência de Administração deverá promover, no prazo de 30 (trinta) dias, as devidas alterações no contrato de trabalho mantido com o Servidor reenquadrado, quando reenquadramento resultar modificações quanto aos termos do respectivo contrato.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de janeiro de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 09 de fevereiro de 2010.
LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Portaria 556/10 - Reenquadra Servidor - Eliane Minel

PORTARIA Nº 556/10

REENQUADRA SERVIDOR MUNICIPAL, SEGUNDO OS TERMOS DE REFORMA ADMINISTRATIVA PROMOVIDA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 014/09 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2009.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VI do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Reenquadrar a Servidora ELIANE MINEL, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, para o vencimento mensal com o Fator 15, conforme aprovado pela Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

Art. 2º- A Gerência de Administração deverá promover, no prazo de 30 (trinta) dias, as devidas alterações no contrato de trabalho mantido com o Servidor reenquadrado, quando reenquadramento resultar modificações quanto aos termos do respectivo contrato.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação,

com efeito retroativo a contar de 01 de janeiro de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 09 de fevereiro de 2010.
LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Portaria 557/10 - Reenquadra Servidor - Heins Gerhard Kopsch

PORTARIA Nº 557/10

REENQUADRA SERVIDOR MUNICIPAL, SEGUNDO OS TERMOS DE REFORMA ADMINISTRATIVA PROMOVIDA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 014/09 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2009.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VI do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Reenquadrar o Servidor HEINS GERHARD KOPSCH, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, para o vencimento mensal com o Fator 15, conforme aprovado pela Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

Art. 2º- A Gerência de Administração deverá promover, no prazo de 30 (trinta) dias, as devidas alterações no contrato de trabalho mantido com o Servidor reenquadrado, quando reenquadramento resultar modificações quanto aos termos do respectivo contrato.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de janeiro de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 09 de fevereiro de 2010.
LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Portaria 558/10 - Reenquadra Servidor - Vivian Kuhl

PORTARIA Nº 558/10

REENQUADRA SERVIDOR MUNICIPAL, SEGUNDO OS TERMOS DE REFORMA ADMINISTRATIVA PROMOVIDA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 014/09 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2009.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VI do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Reenquadrar a Servidora VIVIAN KUHL, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, para o vencimento mensal com o Fator 15, conforme aprovado pela Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

Art. 2º- A Gerência de Administração deverá promover, no prazo de 30 (trinta) dias, as devidas alterações no contrato de trabalho mantido com o Servidor reenquadrado, quando reenquadramento resultar modificações quanto aos termos do respectivo contrato.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de janeiro de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 09 de fevereiro de 2010.

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Portaria 559/10 - Reenquadra Servidor - Maria Aladir Giraldi

PORTARIA Nº 559/10

REENQUADRA SERVIDOR MUNICIPAL, SEGUNDO OS TERMOS DE REFORMA ADMINISTRATIVA PROMOVIDA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 014/09 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2009.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VI do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Reenquadrar a Servidora MARIA ALADIR GIRALDI, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, para o vencimento mensal com o Fator 15, conforme aprovado pela Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

Art. 2º- A Gerência de Administração deverá promover, no prazo de 30 (trinta) dias, as devidas alterações no contrato de trabalho mantido com o Servidor reenquadrado, quando reenquadramento resultar modificações quanto aos termos do respectivo contrato.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de janeiro de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 09 de fevereiro de 2010.

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Portaria 560/10 - Reenquadra Servidor - Ana Carolina Gabriel

PORTARIA Nº 560/10

REENQUADRA SERVIDOR MUNICIPAL, SEGUNDO OS TERMOS DE REFORMA ADMINISTRATIVA PROMOVIDA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 014/09 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2009.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VI do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Reenquadrar a Servidora ANA CAROLINA GABRIEL, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, para o vencimento mensal com o Fator 15, conforme aprovado pela Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

Art. 2º- A Gerência de Administração deverá promover, no prazo de 30 (trinta) dias, as devidas alterações no contrato de trabalho mantido com o Servidor reenquadrado, quando reenquadramento resultar modificações quanto aos termos do respectivo contrato.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de janeiro de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 09 de fevereiro de 2010.

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Portaria 561/10 - Reenquadra Servidor - Suelen Wedderhoff

PORTARIA Nº 561/10

REENQUADRA SERVIDOR MUNICIPAL, SEGUNDO OS TERMOS DE REFORMA ADMINISTRATIVA PROMOVIDA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 014/09 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2009.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VI do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Reenquadrar a Servidora SUELEN WEDDERHOFF, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, para o vencimento mensal com o Fator 15, conforme aprovado pela Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

Art. 2º- A Gerência de Administração deverá promover, no prazo de 30 (trinta) dias, as devidas alterações no contrato de trabalho mantido com o Servidor reenquadrado, quando reenquadramento resultar modificações quanto aos termos do respectivo contrato.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de janeiro de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 09 de fevereiro de 2010.

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Portaria 562/10 - Reenquadra Servidor - Anna Rosa Meskauskas Gneiding

PORTARIA Nº 562/10

REENQUADRA SERVIDOR MUNICIPAL, SEGUNDO OS TERMOS DE REFORMA ADMINISTRATIVA PROMOVIDA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 014/09 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2009.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VI do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Reenquadrar a Servidora ANNA ROSA MESKAUSKAS GNEIDING, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, para o vencimento mensal com o Fator 15, conforme aprovado pela Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

Art. 2º- A Gerência de Administração deverá promover, no prazo de 30 (trinta) dias, as devidas alterações no contrato de trabalho mantido com o Servidor reenquadrado, quando reenquadramento resultar modificações quanto aos termos do respectivo contrato.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de janeiro de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 09 de fevereiro de 2010.

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Portaria 563/10 - Reenquadra Servidor - Silvana Wille Klettenberg

PORTARIA Nº 563/10

REENQUADRA SERVIDOR MUNICIPAL, SEGUNDO OS TERMOS DE REFORMA ADMINISTRATIVA PROMOVIDA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 014/09 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2009.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VI do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Reenquadrar a Servidora SILVANA WILLE KLETTENBERG, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, para o vencimento mensal com o Fator 15, conforme aprovado pela Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

Art. 2º- A Gerência de Administração deverá promover, no prazo de 30 (trinta) dias, as devidas alterações no contrato de trabalho mantido com o Servidor reenquadrado, quando reenquadramento resultar modificações quanto aos termos do respectivo contrato.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de janeiro de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 09 de fevereiro de 2010.

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Portaria 564/10 - Reenquadra Servidor - Gislaïne Zielsdorff Linzmeyer

PORTARIA Nº 564/10

REENQUADRA SERVIDOR MUNICIPAL, SEGUNDO OS TERMOS DE REFORMA ADMINISTRATIVA PROMOVIDA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 014/09 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2009.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VI do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Reenquadrar a Servidora GISLAINE ZIELSDORFF LINZMEYER, ocupante do cargo de Assistente de Biblioteca, para o vencimento mensal com o Fator 04, conforme aprovado pela Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

Art. 2º- A Gerência de Administração deverá promover, no prazo de 30 (trinta) dias, as devidas alterações no contrato de trabalho mantido com o Servidor reenquadrado, quando reenquadramento resultar modificações quanto aos termos do respectivo contrato.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de janeiro de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 09 de fevereiro de 2010.

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Portaria 565/10 - Reenquadra Servidor - Valquiria Michalak

PORTARIA Nº 565/10

REENQUADRA SERVIDOR MUNICIPAL, SEGUNDO OS TERMOS DE REFORMA ADMINISTRATIVA PROMOVIDA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 014/09 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2009.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VI do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Reenquadrar a Servidora VALQUIRIA MICHALAK, ocupante do cargo de Assistente de Biblioteca, para o vencimento mensal com o Fator 04, conforme aprovado pela Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

Art. 2º- A Gerência de Administração deverá promover, no prazo de 30 (trinta) dias, as devidas alterações no contrato de trabalho mantido com o Servidor reenquadrado, quando reenquadramento resultar modificações quanto aos termos do respectivo contrato.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de janeiro de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 09 de fevereiro de 2010.

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Portaria 566/10 - Reenquadra Servidor - Elizete Cardoso

PORTARIA Nº 566/10

REENQUADRA SERVIDOR MUNICIPAL, SEGUNDO OS TERMOS DE REFORMA ADMINISTRATIVA PROMOVIDA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 014/09 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2009.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VI do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Reenquadrar a Servidora ELIZETE CARDOSO, ocupante do cargo de Assistente Social, com carga horária semanal de 40 horas, para o vencimento mensal com o Fator 30, conforme aprovado pela Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

Art. 2º- A Gerência de Administração deverá promover, no prazo de 30 (trinta) dias, as devidas alterações no contrato de trabalho mantido com o Servidor reenquadrado, quando reenquadramento resultar modificações quanto aos termos do respectivo contrato.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de janeiro de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 09 de fevereiro de 2010.

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Portaria 567/10 - Reenquadra Servidor - Kátia Zalewski

PORTARIA Nº 567/10

REENQUADRA SERVIDOR MUNICIPAL, SEGUNDO OS TERMOS DE REFORMA ADMINISTRATIVA PROMOVIDA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 014/09 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2009.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformi-

dade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VI do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Reenquadrar a Servidora KÁTIA ZALEWSKI, ocupante do cargo de Atendente de Berçário, para o vencimento mensal com o Fator 02, conforme aprovado pela Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

Art. 2º- A Gerência de Administração deverá promover, no prazo de 30 (trinta) dias, as devidas alterações no contrato de trabalho mantido com o Servidor reenquadrado, quando reenquadramento resultar modificações quanto aos termos do respectivo contrato.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de janeiro de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 09 de fevereiro de 2010.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Portaria 568/10 - Reenquadra Servidora - Adriane Garcia Silva

PORTARIA Nº 568/10

REENQUADRA SERVIDOR MUNICIPAL, SEGUNDO OS TERMOS DE REFORMA ADMINISTRATIVA PROMOVIDA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 014/09 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2009.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VI do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Reenquadrar a Servidora ADRIANE GARCIA SILVA, ocupante do cargo de Auxiliar de Agrimensor, para o vencimento mensal com o Fator 15, conforme aprovado pela Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

Art. 2º- A Gerência de Administração deverá promover, no prazo de 30 (trinta) dias, as devidas alterações no contrato de trabalho mantido com o Servidor reenquadrado, quando reenquadramento resultar modificações quanto aos termos do respectivo contrato.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de janeiro de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 09 de fevereiro de 2010.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Portaria 569/10 - Reenquadra Servidor - Orlando Zancanella Junior

PORTARIA Nº 569/10

REENQUADRA SERVIDOR MUNICIPAL, SEGUNDO OS TERMOS DE REFORMA ADMINISTRATIVA PROMOVIDA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 014/09 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2009.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VI do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Reenquadrar o Servidor ORLANDO ZANCANELLA JUNIOR, ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem Estratégia Saúde da Família, para o vencimento mensal com o Fator 08, conforme aprovado pela Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

Art. 2º- A Gerência de Administração deverá promover, no prazo de 30 (trinta) dias, as devidas alterações no contrato de trabalho mantido com o Servidor reenquadrado, quando reenquadramento resultar modificações quanto aos termos do respectivo contrato.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de janeiro de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 09 de fevereiro de 2010.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Portaria 570/10 - Reenquadra Servidor - Stephanie Gisela Mendes

PORTARIA Nº 570/10

REENQUADRA SERVIDOR MUNICIPAL, SEGUNDO OS TERMOS DE REFORMA ADMINISTRATIVA PROMOVIDA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 014/09 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2009.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VI do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Reenquadrar a Servidora STEPHANIE GISELA MENDES, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, para o vencimento mensal com o Fator 02, conforme aprovado pela Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

Art. 2º- A Gerência de Administração deverá promover, no prazo de 30 (trinta) dias, as devidas alterações no contrato de trabalho mantido com o Servidor reenquadrado, quando reenquadramento resultar modificações quanto aos termos do respectivo contrato.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de janeiro de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 09 de fevereiro de 2010.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Portaria 571/10 - Reenquadra Servidor - Eliane Bueno de Freitas

PORTARIA Nº 571/10

REENQUADRA SERVIDOR MUNICIPAL, SEGUNDO OS TERMOS DE REFORMA ADMINISTRATIVA PROMOVIDA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 014/09 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2009.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VI do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Reenquadrar a Servidora ELIANE BUENO DE FREITAS,

ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, para o vencimento mensal com o Fator 02, conforme aprovado pela Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

Art. 2º- A Gerência de Administração deverá promover, no prazo de 30 (trinta) dias, as devidas alterações no contrato de trabalho mantido com o Servidor reenquadrado, quando reenquadramento resultar modificações quanto aos termos do respectivo contrato.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de janeiro de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 09 de fevereiro de 2010.
LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Portaria 572/10 - Reenquadra Servidor - Raul Sergio Larsen

PORTARIA Nº 572/10

REENQUADRA SERVIDOR MUNICIPAL, SEGUNDO OS TERMOS DE REFORMA ADMINISTRATIVA PROMOVIDA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 014/09 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2009.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VI do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Reenquadrar o Servidor RAUL SERGIO LARSEN, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, para o vencimento mensal com o Fator 02, conforme aprovado pela Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

Art. 2º- A Gerência de Administração deverá promover, no prazo de 30 (trinta) dias, as devidas alterações no contrato de trabalho mantido com o Servidor reenquadrado, quando reenquadramento resultar modificações quanto aos termos do respectivo contrato.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de janeiro de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 09 de fevereiro de 2010.
LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Portaria 573/10 - Reenquadra Servidor - Graziela Ingrid Larsen

PORTARIA Nº 573/10

REENQUADRA SERVIDOR MUNICIPAL, SEGUNDO OS TERMOS DE REFORMA ADMINISTRATIVA PROMOVIDA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 014/09 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2009.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VI do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Reenquadrar a Servidora GRAZIELA INGRID LARSEN, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, para o vencimento mensal com o Fator 02, conforme aprovado pela Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

Art. 2º- A Gerência de Administração deverá promover, no prazo de 30 (trinta) dias, as devidas alterações no contrato de trabalho mantido com o Servidor reenquadrado, quando reenquadramento resultar modificações quanto aos termos do respectivo contrato.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de janeiro de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 09 de fevereiro de 2010.
LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Portaria 574/10 - Reenquadra Servidor - Rita de Cássia Schultz

PORTARIA Nº 574/10

REENQUADRA SERVIDOR MUNICIPAL, SEGUNDO OS TERMOS DE REFORMA ADMINISTRATIVA PROMOVIDA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 014/09 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2009.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VI do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Reenquadrar a Servidora RITA DE CÁSSIA SCHULTZ, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, para o vencimento mensal com o Fator 02, conforme aprovado pela Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

Art. 2º- A Gerência de Administração deverá promover, no prazo de 30 (trinta) dias, as devidas alterações no contrato de trabalho mantido com o Servidor reenquadrado, quando reenquadramento resultar modificações quanto aos termos do respectivo contrato.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de janeiro de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 09 de fevereiro de 2010.
LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Portaria 575/10 - Reenquadra Servidor - Eliane Brugnago

PORTARIA Nº 575/10

REENQUADRA SERVIDOR MUNICIPAL, SEGUNDO OS TERMOS DE REFORMA ADMINISTRATIVA PROMOVIDA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 014/09 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2009.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VI do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Reenquadrar a Servidora ELIANE BRUGNAGO, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, para o vencimento mensal com o Fator 02, conforme aprovado pela Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

Art. 2º- A Gerência de Administração deverá promover, no prazo de 30 (trinta) dias, as devidas alterações no contrato de trabalho mantido com o Servidor reenquadrado, quando reenquadramento

resultar modificações quanto aos termos do respectivo contrato.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de janeiro de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 09 de fevereiro de 2010.
LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Portaria 576/10 - Reenquadra Servidor - Liani Ruth Daniel Richter

PORTARIA Nº 576/10

REENQUADRA SERVIDOR MUNICIPAL, SEGUNDO OS TERMOS DE REFORMA ADMINISTRATIVA PROMOVIDA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 014/09 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2009.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VI do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Reenquadrar a Servidora LIANI RUTH DANIEL RICHTER, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, para o vencimento mensal com o Fator 02, conforme aprovado pela Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

Art. 2º- A Gerência de Administração deverá promover, no prazo de 30 (trinta) dias, as devidas alterações no contrato de trabalho mantido com o Servidor reenquadrado, quando reenquadramento resultar modificações quanto aos termos do respectivo contrato.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de janeiro de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 09 de fevereiro de 2010.
LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Portaria 577/10 - Reenquadra Servidor - Ingeburg Moretti

PORTARIA Nº 577/10

REENQUADRA SERVIDOR MUNICIPAL, SEGUNDO OS TERMOS DE REFORMA ADMINISTRATIVA PROMOVIDA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 014/09 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2009.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VI do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Reenquadrar a Servidora INGEBURG MORETTI, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, para o vencimento mensal com o Fator 02, conforme aprovado pela Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

Art. 2º- A Gerência de Administração deverá promover, no prazo de 30 (trinta) dias, as devidas alterações no contrato de trabalho mantido com o Servidor reenquadrado, quando reenquadramento resultar modificações quanto aos termos do respectivo contrato.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação,

com efeito retroativo a contar de 01 de janeiro de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 09 de fevereiro de 2010.
LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Portaria 578/10 - Reenquadra Servidor - Hélio Lourenço da Silva

PORTARIA Nº 578/10

REENQUADRA SERVIDOR MUNICIPAL, SEGUNDO OS TERMOS DE REFORMA ADMINISTRATIVA PROMOVIDA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 014/09 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2009.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VI do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Reenquadrar o Servidor HÉLIO LOURENÇO DA SILVA, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, para o vencimento mensal com o Fator 02, conforme aprovado pela Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

Art. 2º- A Gerência de Administração deverá promover, no prazo de 30 (trinta) dias, as devidas alterações no contrato de trabalho mantido com o Servidor reenquadrado, quando reenquadramento resultar modificações quanto aos termos do respectivo contrato.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de janeiro de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 09 de fevereiro de 2010.
LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Portaria 579/10 - Reenquadra Servidor - Ermelinda Lúcia Rosá Linzmeyer

PORTARIA Nº 579/10

REENQUADRA SERVIDOR MUNICIPAL, SEGUNDO OS TERMOS DE REFORMA ADMINISTRATIVA PROMOVIDA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 014/09 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2009.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VI do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Reenquadrar a Servidora ERMELINDA LÚCIA ROSÁ LINZMEYER, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, para o vencimento mensal com o Fator 02, conforme aprovado pela Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

Art. 2º- A Gerência de Administração deverá promover, no prazo de 30 (trinta) dias, as devidas alterações no contrato de trabalho mantido com o Servidor reenquadrado, quando reenquadramento resultar modificações quanto aos termos do respectivo contrato.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de janeiro de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 09 de fevereiro de 2010.
LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Portaria 580/10 - Reenquadra Servidor - Rosemeri Janete Vescovi

PORTARIA Nº 580/10

REENQUADRA SERVIDOR MUNICIPAL, SEGUNDO OS TERMOS DE REFORMA ADMINISTRATIVA PROMOVIDA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 014/09 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2009.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VI do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Reenquadrar a Servidora ROSEMARI JANETE VESCOVI, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, para o vencimento mensal com o Fator 02, conforme aprovado pela Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

Art. 2º- A Gerência de Administração deverá promover, no prazo de 30 (trinta) dias, as devidas alterações no contrato de trabalho mantido com o Servidor reenquadrado, quando reenquadramento resultar modificações quanto aos termos do respectivo contrato.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de janeiro de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 09 de fevereiro de 2010.
LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Portaria 581/10 - Reenquadra Servidor - Gilmara Gonçalves

PORTARIA Nº 581/10

REENQUADRA SERVIDOR MUNICIPAL, SEGUNDO OS TERMOS DE REFORMA ADMINISTRATIVA PROMOVIDA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 014/09 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2009.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VI do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Reenquadrar a Servidora GILMARA GONÇALVES, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, para o vencimento mensal com o Fator 02, conforme aprovado pela Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

Art. 2º- A Gerência de Administração deverá promover, no prazo de 30 (trinta) dias, as devidas alterações no contrato de trabalho mantido com o Servidor reenquadrado, quando reenquadramento resultar modificações quanto aos termos do respectivo contrato.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de janeiro de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 09 de fevereiro de 2010.
LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Portaria 582/10 - Reenquadra Servidor - Karin Érica Erdmann

PORTARIA Nº 582/10

REENQUADRA SERVIDOR MUNICIPAL, SEGUNDO OS TERMOS DE REFORMA ADMINISTRATIVA PROMOVIDA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 014/09 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2009.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VI do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Reenquadrar a Servidora KARIN ERICA ERDMANN, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, para o vencimento mensal com o Fator 02, conforme aprovado pela Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

Art. 2º- A Gerência de Administração deverá promover, no prazo de 30 (trinta) dias, as devidas alterações no contrato de trabalho mantido com o Servidor reenquadrado, quando reenquadramento resultar modificações quanto aos termos do respectivo contrato.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de janeiro de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 09 de fevereiro de 2010.
LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Portaria 583/10 - Reenquadra Servidor - Irma de Fátima Alves Camargo de Souza

PORTARIA Nº 583/10

REENQUADRA SERVIDOR MUNICIPAL, SEGUNDO OS TERMOS DE REFORMA ADMINISTRATIVA PROMOVIDA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 014/09 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2009.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VI do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Reenquadrar a Servidora IRMA DE FÁTIMA ALVES CAMARGO DE SOUZA, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, para o vencimento mensal com o Fator 02, conforme aprovado pela Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

Art. 2º- A Gerência de Administração deverá promover, no prazo de 30 (trinta) dias, as devidas alterações no contrato de trabalho mantido com o Servidor reenquadrado, quando reenquadramento resultar modificações quanto aos termos do respectivo contrato.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de janeiro de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 09 de fevereiro de 2010.
LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Portaria 584/10 - Reenquadra Servidor - Matilde Affonso Lui

PORTARIA Nº 584/10

REENQUADRA SERVIDOR MUNICIPAL, SEGUNDO OS TERMOS DE REFORMA ADMINISTRATIVA PROMOVIDA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 014/09 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2009.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VI do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Reenquadrar a Servidora MATILDE AFFONSO LUI, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, para o vencimento mensal com o Fator 02, conforme aprovado pela Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

Art. 2º- A Gerência de Administração deverá promover, no prazo de 30 (trinta) dias, as devidas alterações no contrato de trabalho mantido com o Servidor reenquadrado, quando reenquadramento resultar modificações quanto aos termos do respectivo contrato.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de janeiro de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 09 de fevereiro de 2010.

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Portaria 585/10 - Reenquadra Servidor - Wanderleia Aparecida Minatti Toni

PORTARIA Nº 585/10

REENQUADRA SERVIDOR MUNICIPAL, SEGUNDO OS TERMOS DE REFORMA ADMINISTRATIVA PROMOVIDA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 014/09 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2009.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VI do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Reenquadrar a Servidora WANDERLEIA APARECIDA MINATTI TONI, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, para o vencimento mensal com o Fator 02, conforme aprovado pela Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

Art. 2º- A Gerência de Administração deverá promover, no prazo de 30 (trinta) dias, as devidas alterações no contrato de trabalho mantido com o Servidor reenquadrado, quando reenquadramento resultar modificações quanto aos termos do respectivo contrato.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de janeiro de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 09 de fevereiro de 2010.

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Portaria 586/10 - Reenquadra Servidor - Wanderleia Nitz Riplinger

PORTARIA Nº 586/10

REENQUADRA SERVIDOR MUNICIPAL, SEGUNDO OS TERMOS DE REFORMA ADMINISTRATIVA PROMOVIDA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 014/09 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2009.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VI do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Reenquadrar a Servidora WANDERLEIA NITZ RIPLINGER, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, para o vencimento mensal com o Fator 02, conforme aprovado pela Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

Art. 2º- A Gerência de Administração deverá promover, no prazo de 30 (trinta) dias, as devidas alterações no contrato de trabalho mantido com o Servidor reenquadrado, quando reenquadramento resultar modificações quanto aos termos do respectivo contrato.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de janeiro de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 09 de fevereiro de 2010.

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Portaria 587/10 - Reenquadra Servidor - Veraciias Dambiski

PORTARIA Nº 587/10

REENQUADRA SERVIDOR MUNICIPAL, SEGUNDO OS TERMOS DE REFORMA ADMINISTRATIVA PROMOVIDA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 014/09 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2009.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VI do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Reenquadrar a Servidora VERACI DIAS DAMBISKI, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, para o vencimento mensal com o Fator 02, conforme aprovado pela Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

Art. 2º- A Gerência de Administração deverá promover, no prazo de 30 (trinta) dias, as devidas alterações no contrato de trabalho mantido com o Servidor reenquadrado, quando reenquadramento resultar modificações quanto aos termos do respectivo contrato.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de janeiro de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 09 de fevereiro de 2010.

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Portaria 588/10 - Reenquadra Servidor - Inês de Oliveira Becker

PORTARIA Nº 588/10

REENQUADRA SERVIDOR MUNICIPAL, SEGUNDO OS TERMOS DE REFORMA ADMINISTRATIVA PROMOVIDA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 014/09 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2009.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformi-

dade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VI do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Reenquadrar a Servidora INÊS DE OLIVEIRA BECKER, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, para o vencimento mensal com o Fator 02, conforme aprovado pela Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

Art. 2º- A Gerência de Administração deverá promover, no prazo de 30 (trinta) dias, as devidas alterações no contrato de trabalho mantido com o Servidor reenquadrado, quando reenquadramento resultar modificações quanto aos termos do respectivo contrato.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de janeiro de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 09 de fevereiro de 2010.

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Portaria 589/10 - Reenquadra Servidor - Irene Maria da Rosa Maraski

PORTARIA Nº 589/10

REENQUADRA SERVIDOR MUNICIPAL, SEGUNDO OS TERMOS DE REFORMA ADMINISTRATIVA PROMOVIDA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 014/09 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2009.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VI do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Reenquadrar a Servidora IRENE MARIA DA ROSA MARASKI, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, para o vencimento mensal com o Fator 02, conforme aprovado pela Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

Art. 2º- A Gerência de Administração deverá promover, no prazo de 30 (trinta) dias, as devidas alterações no contrato de trabalho mantido com o Servidor reenquadrado, quando reenquadramento resultar modificações quanto aos termos do respectivo contrato.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de janeiro de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 09 de fevereiro de 2010.

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Portaria 590/10 - Reenquadra Servidor - Natália Alegri de Siqueira

PORTARIA Nº 590/10

REENQUADRA SERVIDOR MUNICIPAL, SEGUNDO OS TERMOS DE REFORMA ADMINISTRATIVA PROMOVIDA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 014/09 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2009.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VI do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Reenquadrar a Servidora NATÁLIA ALEGRI DE SIQUEIRA, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, para o vencimento mensal com o Fator 02, conforme aprovado pela Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

Art. 2º- A Gerência de Administração deverá promover, no prazo de 30 (trinta) dias, as devidas alterações no contrato de trabalho mantido com o Servidor reenquadrado, quando reenquadramento resultar modificações quanto aos termos do respectivo contrato.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de janeiro de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 09 de fevereiro de 2010.

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Portaria 591/10 - Reenquadra Servidor - Fumo Takii

PORTARIA Nº 591/10

REENQUADRA SERVIDOR MUNICIPAL, SEGUNDO OS TERMOS DE REFORMA ADMINISTRATIVA PROMOVIDA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 014/09 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2009.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VI do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Reenquadrar o Servidor FUMIO TAKII, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, para o vencimento mensal com o Fator 02, conforme aprovado pela Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

Art. 2º- A Gerência de Administração deverá promover, no prazo de 30 (trinta) dias, as devidas alterações no contrato de trabalho mantido com o Servidor reenquadrado, quando reenquadramento resultar modificações quanto aos termos do respectivo contrato.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de janeiro de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 09 de fevereiro de 2010.

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Portaria 592/10 - Reenquadra Servidor - Eliane Teixeira

PORTARIA Nº 592/10

REENQUADRA SERVIDOR MUNICIPAL, SEGUNDO OS TERMOS DE REFORMA ADMINISTRATIVA PROMOVIDA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 014/09 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2009.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VI do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Reenquadrar a Servidora ELIANE TEIXEIRA, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, para o vencimento mensal com o Fator 02, conforme aprovado pela Lei Complementar nº



014/09 de 15 de dezembro de 2009.

Art. 2º- A Gerência de Administração deverá promover, no prazo de 30 (trinta) dias, as devidas alterações no contrato de trabalho mantido com o Servidor reenquadrado, quando reenquadramento resultar modificações quanto aos termos do respectivo contrato.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de janeiro de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 09 de fevereiro de 2010.
LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Portaria 593/10 - Reenquadra Servidor - Marcia Kasmarski

PORTARIA Nº 593/10
REENQUADRA SERVIDOR MUNICIPAL, SEGUNDO OS TERMOS DE REFORMA ADMINISTRATIVA PROMOVIDA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 014/09 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2009.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VI do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Reenquadrar a Servidora MÁRCIA KASMARSKI MARTINI, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, para o vencimento mensal com o Fator 02, conforme aprovado pela Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

Art. 2º- A Gerência de Administração deverá promover, no prazo de 30 (trinta) dias, as devidas alterações no contrato de trabalho mantido com o Servidor reenquadrado, quando reenquadramento resultar modificações quanto aos termos do respectivo contrato.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de janeiro de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 09 de fevereiro de 2010.
LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Portaria 594/10 - Reenquadra Servidor - Mara Sueli Gaudet

PORTARIA Nº 594/10
REENQUADRA SERVIDOR MUNICIPAL, SEGUNDO OS TERMOS DE REFORMA ADMINISTRATIVA PROMOVIDA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 014/09 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2009.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VI do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Reenquadrar a Servidora MARA SUELI GAUDET ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, para o vencimento mensal com o Fator 02, conforme aprovado pela Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

Art. 2º- A Gerência de Administração deverá promover, no prazo

de 30 (trinta) dias, as devidas alterações no contrato de trabalho mantido com o Servidor reenquadrado, quando reenquadramento resultar modificações quanto aos termos do respectivo contrato.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de janeiro de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 09 de fevereiro de 2010.
LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Portaria 595/10 - Reenquadra Servidor - Maria de Lourdes Petrochewsky

PORTARIA Nº 595/10
REENQUADRA SERVIDOR MUNICIPAL, SEGUNDO OS TERMOS DE REFORMA ADMINISTRATIVA PROMOVIDA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 014/09 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2009.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VI do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Reenquadrar a Servidora MARIA DE LOURDES PETROCHEWSKY, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, para o vencimento mensal com o Fator 02, conforme aprovado pela Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

Art. 2º- A Gerência de Administração deverá promover, no prazo de 30 (trinta) dias, as devidas alterações no contrato de trabalho mantido com o Servidor reenquadrado, quando reenquadramento resultar modificações quanto aos termos do respectivo contrato.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de janeiro de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 09 de fevereiro de 2010.
LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Portaria 596/10 - Reenquadra Servidor - Deolinda Engel baier

PORTARIA Nº 596/10
REENQUADRA SERVIDOR MUNICIPAL, SEGUNDO OS TERMOS DE REFORMA ADMINISTRATIVA PROMOVIDA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 014/09 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2009.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VI do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Reenquadrar a Servidora DEOLINDA ENGEL BAIER, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, para o vencimento mensal com o Fator 02, conforme aprovado pela Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

Art. 2º- A Gerência de Administração deverá promover, no prazo de 30 (trinta) dias, as devidas alterações no contrato de trabalho mantido com o Servidor reenquadrado, quando reenquadramento resultar modificações quanto aos termos do respectivo contrato.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de janeiro de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 09 de fevereiro de 2010.
LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Portaria 597/10 - Reenquadra Servidor - Emilinha Carvalho

PORTARIA Nº 597/10
REENQUADRA SERVIDOR MUNICIPAL, SEGUNDO OS TERMOS DE REFORMA ADMINISTRATIVA PROMOVIDA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 014/09 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2009.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VI do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Reenquadrar a Servidora EMILINHA CARVALHO, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, para o vencimento mensal com o Fator 02, conforme aprovado pela Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

Art. 2º- A Gerência de Administração deverá promover, no prazo de 30 (trinta) dias, as devidas alterações no contrato de trabalho mantido com o Servidor reenquadrado, quando reenquadramento resultar modificações quanto aos termos do respectivo contrato.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de janeiro de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 09 de fevereiro de 2010.
LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Portaria 598/10 - Reenquadra Servidor - Clauseli marina Bruns Tank

PORTARIA Nº 598/10
REENQUADRA SERVIDOR MUNICIPAL, SEGUNDO OS TERMOS DE REFORMA ADMINISTRATIVA PROMOVIDA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 014/09 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2009.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VI do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Reenquadrar a Servidora CLAUSELI MARINA BRUNS TANK, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, para o vencimento mensal com o Fator 02, conforme aprovado pela Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

Art. 2º- A Gerência de Administração deverá promover, no prazo de 30 (trinta) dias, as devidas alterações no contrato de trabalho mantido com o Servidor reenquadrado, quando reenquadramento resultar modificações quanto aos termos do respectivo contrato.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de janeiro de 2010, revoga-

das as disposições em contrário.

Corupá, 09 de fevereiro de 2010.
LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Portaria 599/10 - Reenquadra Servidor - Cristina Kohls

PORTARIA Nº 599/10
REENQUADRA SERVIDOR MUNICIPAL, SEGUNDO OS TERMOS DE REFORMA ADMINISTRATIVA PROMOVIDA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 014/09 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2009.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VI do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Reenquadrar a Servidora CRISTINA KOHLS, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, para o vencimento mensal com o Fator 02, conforme aprovado pela Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

Art. 2º- A Gerência de Administração deverá promover, no prazo de 30 (trinta) dias, as devidas alterações no contrato de trabalho mantido com o Servidor reenquadrado, quando reenquadramento resultar modificações quanto aos termos do respectivo contrato.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de janeiro de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 09 de fevereiro de 2010.
LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Portaria 600/10 - Reenquadra Servidor - Colotilde Dias

PORTARIA Nº 600/10
REENQUADRA SERVIDOR MUNICIPAL, SEGUNDO OS TERMOS DE REFORMA ADMINISTRATIVA PROMOVIDA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 014/09 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2009.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VI do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Reenquadrar a Servidora COLOTILDE DIAS, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, para o vencimento mensal com o Fator 02, conforme aprovado pela Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

Art. 2º- A Gerência de Administração deverá promover, no prazo de 30 (trinta) dias, as devidas alterações no contrato de trabalho mantido com o Servidor reenquadrado, quando reenquadramento resultar modificações quanto aos termos do respectivo contrato.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de janeiro de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 09 de fevereiro de 2010.

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Portaria 601/10 - Reenquadra Servidor - Anita Hackbarth Oestreich

PORTARIA Nº 601/10

REENQUADRA SERVIDOR MUNICIPAL, SEGUNDO OS TERMOS DE REFORMA ADMINISTRATIVA PROMOVIDA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 014/09 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2009.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VI do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Reenquadrar a Servidora ANITA HACKBARTH OESTREICH, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, para o vencimento mensal com o Fator 02, conforme aprovado pela Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

Art. 2º- A Gerência de Administração deverá promover, no prazo de 30 (trinta) dias, as devidas alterações no contrato de trabalho mantido com o Servidor reenquadrado, quando reenquadramento resultar modificações quanto aos termos do respectivo contrato.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de janeiro de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 09 de fevereiro de 2010.

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Portaria 602/10 - Reenquadra Servidor - Salete Moser

PORTARIA Nº 602/10

REENQUADRA SERVIDOR MUNICIPAL, SEGUNDO OS TERMOS DE REFORMA ADMINISTRATIVA PROMOVIDA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 014/09 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2009.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VI do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Reenquadrar a Servidora SALETE MOSER, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, para o vencimento mensal com o Fator 02, conforme aprovado pela Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

Art. 2º- A Gerência de Administração deverá promover, no prazo de 30 (trinta) dias, as devidas alterações no contrato de trabalho mantido com o Servidor reenquadrado, quando reenquadramento resultar modificações quanto aos termos do respectivo contrato.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de janeiro de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 09 de fevereiro de 2010.

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Portaria 603/10 - Reenquadra Servidor - Bernadete Padilha de Carvalho

PORTARIA Nº 603/10

REENQUADRA SERVIDOR MUNICIPAL, SEGUNDO OS TERMOS DE REFORMA ADMINISTRATIVA PROMOVIDA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 014/09 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2009.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VI do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Reenquadrar a Servidora BERNADETE PADILHA DE CARVALHO, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, para o vencimento mensal com o Fator 02, conforme aprovado pela Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

Art. 2º- A Gerência de Administração deverá promover, no prazo de 30 (trinta) dias, as devidas alterações no contrato de trabalho mantido com o Servidor reenquadrado, quando reenquadramento resultar modificações quanto aos termos do respectivo contrato.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de janeiro de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 09 de fevereiro de 2010.

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Portaria 604/10 - Reenquadra Servidor - Jonares Herondino Correa

PORTARIA Nº 604/10

REENQUADRA SERVIDOR MUNICIPAL, SEGUNDO OS TERMOS DE REFORMA ADMINISTRATIVA PROMOVIDA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 014/09 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2009.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VI do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Reenquadrar o Servidor JONARES HERONDINO CORREA, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, para o vencimento mensal com o Fator 02, conforme aprovado pela Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

Art. 2º- A Gerência de Administração deverá promover, no prazo de 30 (trinta) dias, as devidas alterações no contrato de trabalho mantido com o Servidor reenquadrado, quando reenquadramento resultar modificações quanto aos termos do respectivo contrato.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de janeiro de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 09 de fevereiro de 2010.

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Portaria 605/10 - Reenquadra Servidor - Everaldo kamke

PORTARIA Nº 605/10

REENQUADRA SERVIDOR MUNICIPAL, SEGUNDO OS TERMOS DE REFORMA ADMINISTRATIVA PROMOVIDA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 014/09 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2009.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VI do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Reenquadrar o Servidor EVERALDO KAMKE, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, para o vencimento mensal com o Fator 02, conforme aprovado pela Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

Art. 2º- A Gerência de Administração deverá promover, no prazo de 30 (trinta) dias, as devidas alterações no contrato de trabalho mantido com o Servidor reenquadrado, quando reenquadramento resultar modificações quanto aos termos do respectivo contrato.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de janeiro de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 09 de fevereiro de 2010.

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Portaria 606/10 - Reenquadra Servidor - Renato Fernandes de Oliveira

PORTARIA Nº 606/10

REENQUADRA SERVIDOR MUNICIPAL, SEGUNDO OS TERMOS DE REFORMA ADMINISTRATIVA PROMOVIDA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 014/09 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2009.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VI do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Reenquadrar o Servidor RENATO FERNANDES DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, para o vencimento mensal com o Fator 02, conforme aprovado pela Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

Art. 2º- A Gerência de Administração deverá promover, no prazo de 30 (trinta) dias, as devidas alterações no contrato de trabalho mantido com o Servidor reenquadrado, quando reenquadramento resultar modificações quanto aos termos do respectivo contrato.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de janeiro de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 09 de fevereiro de 2010.

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Portaria 607/10 - Reenquadra Servidor - Francisco Guedes

PORTARIA Nº 607/10

REENQUADRA SERVIDOR MUNICIPAL, SEGUNDO OS TERMOS DE REFORMA ADMINISTRATIVA PROMOVIDA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 014/09 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2009.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VI do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Reenquadrar o Servidor FRANCISCO GUEDES, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, para o vencimento mensal com o Fator 02, conforme aprovado pela Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

Art. 2º- A Gerência de Administração deverá promover, no prazo de 30 (trinta) dias, as devidas alterações no contrato de trabalho mantido com o Servidor reenquadrado, quando reenquadramento resultar modificações quanto aos termos do respectivo contrato.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de janeiro de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 09 de fevereiro de 2010.

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Portaria 608/10 - Reenquadra Servidor - Carlos Rogério Soares

PORTARIA Nº 608/10

REENQUADRA SERVIDOR MUNICIPAL, SEGUNDO OS TERMOS DE REFORMA ADMINISTRATIVA PROMOVIDA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 014/09 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2009.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VI do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Reenquadrar o Servidor CARLOS ROGÉRIO SOARES, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, para o vencimento mensal com o Fator 02, conforme aprovado pela Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

Art. 2º- A Gerência de Administração deverá promover, no prazo de 30 (trinta) dias, as devidas alterações no contrato de trabalho mantido com o Servidor reenquadrado, quando reenquadramento resultar modificações quanto aos termos do respectivo contrato.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de janeiro de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 09 de fevereiro de 2010.

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Portaria 609/10 - Reenquadra Servidor - Florindo Dias

PORTARIA Nº 609/10

REENQUADRA SERVIDOR MUNICIPAL, SEGUNDO OS TERMOS DE REFORMA ADMINISTRATIVA PROMOVIDA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 014/09 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2009.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformi-

dade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VI do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Reenquadrar o Servidor FLORINDO DIAS, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, para o vencimento mensal com o Fator 02, conforme aprovado pela Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

Art. 2º- A Gerência de Administração deverá promover, no prazo de 30 (trinta) dias, as devidas alterações no contrato de trabalho mantido com o Servidor reenquadrado, quando reenquadramento resultar modificações quanto aos termos do respectivo contrato.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de janeiro de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 09 de fevereiro de 2010.

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Portaria 610/10 - Reenquadra Servidor - Antônio Amandos Fossile

PORTARIA Nº 610/10

REENQUADRA SERVIDOR MUNICIPAL, SEGUNDO OS TERMOS DE REFORMA ADMINISTRATIVA PROMOVIDA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 014/09 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2009.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VI do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Reenquadrar o Servidor ANTÔNIO AMANDOS FOSSILE, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, para o vencimento mensal com o Fator 02, conforme aprovado pela Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

Art. 2º- A Gerência de Administração deverá promover, no prazo de 30 (trinta) dias, as devidas alterações no contrato de trabalho mantido com o Servidor reenquadrado, quando reenquadramento resultar modificações quanto aos termos do respectivo contrato.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de janeiro de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 09 de fevereiro de 2010.

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Portaria 611/10 - Reenquadra Servidor - Ursula Knetschki

PORTARIA Nº 611/10

REENQUADRA SERVIDOR MUNICIPAL, SEGUNDO OS TERMOS DE REFORMA ADMINISTRATIVA PROMOVIDA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 014/09 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2009.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VI do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Reenquadrar a Servidora URSULA KNETSCHKI, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, para o vencimento mensal com o Fator 02, conforme aprovado pela Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

Art. 2º- A Gerência de Administração deverá promover, no prazo de 30 (trinta) dias, as devidas alterações no contrato de trabalho mantido com o Servidor reenquadrado, quando reenquadramento resultar modificações quanto aos termos do respectivo contrato.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de janeiro de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 09 de fevereiro de 2010.

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Portaria 612/10 - Reenquadra Servidor - AnniLaura Miotto Kuschinski

PORTARIA Nº 612/10

REENQUADRA SERVIDOR MUNICIPAL, SEGUNDO OS TERMOS DE REFORMA ADMINISTRATIVA PROMOVIDA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 014/09 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2009.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VI do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Reenquadrar a Servidora ANNI LAURA MIOTTO KUSCHINSKI, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, para o vencimento mensal com o Fator 02, conforme aprovado pela Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

Art. 2º- A Gerência de Administração deverá promover, no prazo de 30 (trinta) dias, as devidas alterações no contrato de trabalho mantido com o Servidor reenquadrado, quando reenquadramento resultar modificações quanto aos termos do respectivo contrato.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de janeiro de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 09 de fevereiro de 2010.

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Portaria 613/10 - Reenquadra Servidor - Vilma Grein

PORTARIA Nº 613/10

REENQUADRA SERVIDOR MUNICIPAL, SEGUNDO OS TERMOS DE REFORMA ADMINISTRATIVA PROMOVIDA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 014/09 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2009.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VI do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Reenquadrar a Servidora VILMA GREIN, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, para o vencimento mensal com o Fator 02, conforme aprovado pela Lei Complementar nº 014/09

de 15 de dezembro de 2009.

Art. 2º- A Gerência de Administração deverá promover, no prazo de 30 (trinta) dias, as devidas alterações no contrato de trabalho mantido com o Servidor reenquadrado, quando reenquadramento resultar modificações quanto aos termos do respectivo contrato.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de janeiro de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 09 de fevereiro de 2010.
LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Portaria 614/10 - Reenquadra Servidor - Relenda Hoffmann

PORTARIA Nº 614/10
REENQUADRA SERVIDOR MUNICIPAL, SEGUNDO OS TERMOS DE REFORMA ADMINISTRATIVA PROMOVIDA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 014/09 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2009.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VI do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Reenquadrar a Servidora RELENDIA HOFFMANN, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, para o vencimento mensal com o Fator 02, conforme aprovado pela Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

Art. 2º- A Gerência de Administração deverá promover, no prazo de 30 (trinta) dias, as devidas alterações no contrato de trabalho mantido com o Servidor reenquadrado, quando reenquadramento resultar modificações quanto aos termos do respectivo contrato.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de janeiro de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 09 de fevereiro de 2010.
LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Portaria 615/10 - Reenquadrar Servidor - Rute Fátima de Moraes

PORTARIA Nº 615/10
REENQUADRA SERVIDOR MUNICIPAL, SEGUNDO OS TERMOS DE REFORMA ADMINISTRATIVA PROMOVIDA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 014/09 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2009.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VI do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Reenquadrar a Servidora RUTE FATIMA DE MORAIS, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, para o vencimento mensal com o Fator 02, conforme aprovado pela Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

Art. 2º- A Gerência de Administração deverá promover, no prazo

de 30 (trinta) dias, as devidas alterações no contrato de trabalho mantido com o Servidor reenquadrado, quando reenquadramento resultar modificações quanto aos termos do respectivo contrato.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de janeiro de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 09 de fevereiro de 2010.
LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Portaria 616/10 - Reenquadra Servidor - Edmar Alexandre

PORTARIA Nº 616/10
REENQUADRA SERVIDOR MUNICIPAL, SEGUNDO OS TERMOS DE REFORMA ADMINISTRATIVA PROMOVIDA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 014/09 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2009.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VI do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Reenquadrar o Servidor EDMAR ALEXANDRE, ocupante do cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, para o vencimento mensal com o Fator 02, conforme aprovado pela Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

Art. 2º- A Gerência de Administração deverá promover, no prazo de 30 (trinta) dias, as devidas alterações no contrato de trabalho mantido com o Servidor reenquadrado, quando reenquadramento resultar modificações quanto aos termos do respectivo contrato.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de janeiro de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 09 de fevereiro de 2010.
LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Portaria 617/10 - Reenquadra Servidor - Adam Dither Lessmann

PORTARIA Nº 617/10
REENQUADRA SERVIDOR MUNICIPAL, SEGUNDO OS TERMOS DE REFORMA ADMINISTRATIVA PROMOVIDA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 014/09 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2009.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VI do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Reenquadrar o Servidor ADAM DITHER LESSMANN, ocupante do cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, para o vencimento mensal com o Fator 02, conforme aprovado pela Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

Art. 2º- A Gerência de Administração deverá promover, no prazo de 30 (trinta) dias, as devidas alterações no contrato de trabalho mantido com o Servidor reenquadrado, quando reenquadramento resultar modificações quanto aos termos do respectivo contrato.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de janeiro de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 09 de fevereiro de 2010.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Portaria 618/10 - Reenquadra Servidor - Gilson Simões

PORTARIA Nº 618/10

REENQUADRA SERVIDOR MUNICIPAL, SEGUNDO OS TERMOS DE REFORMA ADMINISTRATIVA PROMOVIDA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 014/09 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2009.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VI do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Reenquadrar o Servidor GILSON SIMÕES, ocupante do cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, para o vencimento mensal com o Fator 02, conforme aprovado pela Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

Art. 2º- A Gerência de Administração deverá promover, no prazo de 30 (trinta) dias, as devidas alterações no contrato de trabalho mantido com o Servidor reenquadrado, quando reenquadramento resultar modificações quanto aos termos do respectivo contrato.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de janeiro de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 09 de fevereiro de 2010.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Portaria 619/10 - Reenquadra Servidor - Marcos Kuschinski

PORTARIA Nº 619/10

REENQUADRA SERVIDOR MUNICIPAL, SEGUNDO OS TERMOS DE REFORMA ADMINISTRATIVA PROMOVIDA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 014/09 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2009.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VI do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Reenquadrar o Servidor MARCOS KUSCHINSKI, ocupante do cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, para o vencimento mensal com o Fator 02, conforme aprovado pela Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

Art. 2º- A Gerência de Administração deverá promover, no prazo de 30 (trinta) dias, as devidas alterações no contrato de trabalho mantido com o Servidor reenquadrado, quando reenquadramento resultar modificações quanto aos termos do respectivo contrato.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de janeiro de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 09 de fevereiro de 2010.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Portaria 620/10 - Reenquadra Servidor - Orlando Dombek

PORTARIA Nº 620/10

REENQUADRA SERVIDOR MUNICIPAL, SEGUNDO OS TERMOS DE REFORMA ADMINISTRATIVA PROMOVIDA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 014/09 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2009.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VI do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Reenquadrar o Servidor ORLANDO DOMBEK, ocupante do cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, para o vencimento mensal com o Fator 02, conforme aprovado pela Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

Art. 2º- A Gerência de Administração deverá promover, no prazo de 30 (trinta) dias, as devidas alterações no contrato de trabalho mantido com o Servidor reenquadrado, quando reenquadramento resultar modificações quanto aos termos do respectivo contrato.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de janeiro de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 09 de fevereiro de 2010.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Portaria 621/10 - Reenquadra Servidor - Moraes de Souza

PORTARIA Nº 621/10

REENQUADRA SERVIDOR MUNICIPAL, SEGUNDO OS TERMOS DE REFORMA ADMINISTRATIVA PROMOVIDA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 014/09 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2009.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VI do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Reenquadrar o Servidor MORAIS DE SOUZA, ocupante do cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, para o vencimento mensal com o Fator 02, conforme aprovado pela Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

Art. 2º- A Gerência de Administração deverá promover, no prazo de 30 (trinta) dias, as devidas alterações no contrato de trabalho mantido com o Servidor reenquadrado, quando reenquadramento resultar modificações quanto aos termos do respectivo contrato.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de janeiro de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 09 de fevereiro de 2010.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Portaria 622/10 - Reenquadra Servidor - Jaimir Márcio Niemann

PORTARIA Nº 622/10

REENQUADRA SERVIDOR MUNICIPAL, SEGUNDO OS TERMOS DE REFORMA ADMINISTRATIVA PROMOVIDA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 014/09 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2009.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VI do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Reenquadrar o Servidor JAIMIR MARCIO NIEMANN, ocupante do cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, para o vencimento mensal com o Fator 02, conforme aprovado pela Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

Art. 2º- A Gerência de Administração deverá promover, no prazo de 30 (trinta) dias, as devidas alterações no contrato de trabalho mantido com o Servidor reenquadrado, quando reenquadramento resultar modificações quanto aos termos do respectivo contrato.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de janeiro de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 09 de fevereiro de 2010.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Portaria 623/10 - Reenquadra Servidor - Juarez Siqueira

PORTARIA Nº 623/10

REENQUADRA SERVIDOR MUNICIPAL, SEGUNDO OS TERMOS DE REFORMA ADMINISTRATIVA PROMOVIDA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 014/09 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2009.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VI do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Reenquadrar o Servidor JUAREZ SIQUEIRA, ocupante do cargo de Calceteiro, para o vencimento mensal com o Fator 11, conforme aprovado pela Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

Art. 2º- A Gerência de Administração deverá promover, no prazo de 30 (trinta) dias, as devidas alterações no contrato de trabalho mantido com o Servidor reenquadrado, quando reenquadramento resultar modificações quanto aos termos do respectivo contrato.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de janeiro de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 09 de fevereiro de 2010.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Portaria 624/10 - Reenquadra Servidor Pedro Batista Ribeiro

PORTARIA Nº 624/10

REENQUADRA SERVIDOR MUNICIPAL, SEGUNDO OS TERMOS DE REFORMA ADMINISTRATIVA PROMOVIDA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 014/09 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2009.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VI do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Reenquadrar o Servidor PEDRO BATISTA RIBEIRO, ocupante do cargo de Calceteiro, para o vencimento mensal com o Fator 11, conforme aprovado pela Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

Art. 2º- A Gerência de Administração deverá promover, no prazo de 30 (trinta) dias, as devidas alterações no contrato de trabalho mantido com o Servidor reenquadrado, quando reenquadramento resultar modificações quanto aos termos do respectivo contrato.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de janeiro de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 09 de fevereiro de 2010.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Portaria 625/10 - Reenquadra Servidor - Antônio Carlos Gramm

PORTARIA Nº 625/10

REENQUADRA SERVIDOR MUNICIPAL, SEGUNDO OS TERMOS DE REFORMA ADMINISTRATIVA PROMOVIDA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 014/09 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2009.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VI do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Reenquadrar o Servidor ANTÔNIO CARLOS GRAMM, ocupante do cargo de Carpinteiro, para o vencimento mensal com o Fator 07, conforme aprovado pela Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

Art. 2º- A Gerência de Administração deverá promover, no prazo de 30 (trinta) dias, as devidas alterações no contrato de trabalho mantido com o Servidor reenquadrado, quando reenquadramento resultar modificações quanto aos termos do respectivo contrato.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de janeiro de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 09 de fevereiro de 2010.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Portaria 626/10 - Reenquadra Servidor - Santo de Souza

PORTARIA Nº 626/10

REENQUADRA SERVIDOR MUNICIPAL, SEGUNDO OS TERMOS DE REFORMA ADMINISTRATIVA PROMOVIDA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 014/09 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2009.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VI do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Reenquadrar o Servidor SANTO DE SOUZA, ocupante do cargo de Coveiro, para o vencimento mensal com o Fator 02, conforme aprovado pela Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

Art. 2º- A Gerência de Administração deverá promover, no prazo de 30 (trinta) dias, as devidas alterações no contrato de trabalho mantido com o Servidor reenquadrado, quando reenquadramento resultar modificações quanto aos termos do respectivo contrato.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de janeiro de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 09 de fevereiro de 2010.

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Portaria 627/10 - Reenquadra Servidor - Altair Augusto Junior

PORTARIA Nº 627/10

REENQUADRA SERVIDOR MUNICIPAL, SEGUNDO OS TERMOS DE REFORMA ADMINISTRATIVA PROMOVIDA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 014/09 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2009.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VI do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Reenquadrar o Servidor ALTAIR AUGUSTO JUNIOR, ocupante do cargo de Coveiro, para o vencimento mensal com o Fator 02, conforme aprovado pela Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

Art. 2º- A Gerência de Administração deverá promover, no prazo de 30 (trinta) dias, as devidas alterações no contrato de trabalho mantido com o Servidor reenquadrado, quando reenquadramento resultar modificações quanto aos termos do respectivo contrato.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de janeiro de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 09 de fevereiro de 2010.

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Portaria 628/10 - Reenquadra Servidor - Ericson Oelke Correa

PORTARIA Nº 628/10

REENQUADRA SERVIDOR MUNICIPAL, SEGUNDO OS TERMOS DE REFORMA ADMINISTRATIVA PROMOVIDA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 014/09 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2009.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso

VI do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Reenquadrar o Servidor ERICSON OELKE CORREA, ocupante do cargo de Desenhista, para o vencimento mensal com o Fator 06, conforme aprovado pela Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

Art. 2º- A Gerência de Administração deverá promover, no prazo de 30 (trinta) dias, as devidas alterações no contrato de trabalho mantido com o Servidor reenquadrado, quando reenquadramento resultar modificações quanto aos termos do respectivo contrato.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de janeiro de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 09 de fevereiro de 2010.

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Portaria 629/10 - Reenquadra Servidor - Carlin Lui

PORTARIA Nº 629/10

REENQUADRA SERVIDOR MUNICIPAL, SEGUNDO OS TERMOS DE REFORMA ADMINISTRATIVA PROMOVIDA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 014/09 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2009.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VI do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Reenquadrar o Servidor CARLIN LUI, ocupante do cargo de Encarregado de Obras e Serviços Públicos, para o vencimento mensal com o Fator 04, conforme aprovado pela Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

Art. 2º- A Gerência de Administração deverá promover, no prazo de 30 (trinta) dias, as devidas alterações no contrato de trabalho mantido com o Servidor reenquadrado, quando reenquadramento resultar modificações quanto aos termos do respectivo contrato.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de janeiro de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 09 de fevereiro de 2010.

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Erval Velho

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto 1398/2010

DECRETO 1398, de 09 de março de 2010.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA ÁREA DE TERRAS QUE ESPECIFICA.

Lenita Dadalt Fontana, Prefeita Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei, especialmente aquelas contidas no inciso IV, XXVI do art. 85 da



Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica declarada de utilidade pública uma faixa de terras de 10 metros de largura em torno da ponte que liga as Ruas Emílio Jacob Hack e Eleiva Salete Cirino Ramos.

Art. 2º. A área referida no art. 1º destina-se a execução de obras de ampliação e reconstrução da citada ponte.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 09 de março de 2010.

LENITA DADALT FONTANA
Prefeita Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria, 09 de março de 2010.

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR
Secretário de Administração e Finanças

Decreto 1399/2010

DECRETO 1399, de 10 de março de 2010.

Altera Composição da Comissão Municipal de Trânsito do Município de Erval Velho, nomeada pelo Decreto nº 1316 de 15 de junho de 2009 e dá outras providências.

LENITA DADALT FONTANA, Prefeita Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, e considerando o disposto na Lei Municipal 0781, de 15 de dezembro de 1994 e Lei Municipal 946, de 06 de dezembro de 2001,

DECRETA:

Art. 1º. Fica alterada a composição da Comissão Municipal de Trânsito do Município de Erval Velho, para um mandato até 15 de junho de 2011, que passa a ser constituída pelos seguintes membros:

I – Claudir Sutil – Representante da Polícia Militar;
II – João Celso Freitas Filho – Representante da Polícia Civil;
III – Alcindo Telles – Representante do Poder Executivo;
IV – Marcos Antonio Parmagnani – Representante da Câmara de Dirigentes Lojistas;
V – Antonio Carlos Parissenti – Representante do STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais;
VI – Rita Cristina Moraes Huguen Coelho – Representante do Poder Legislativo.

Art. 2º. O desempenho do mandato dos membros nomeados por este Decreto, será gratuito e será considerado como “serviço relevante prestado ao Município de Erval Velho”.

Art. 3º. Com fundamento no artigo 1º inciso V da Lei 0781/94 fica designada a presente comissão para as funções descritas no artigo 3º e incisos da Lei 946/2001.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data da publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, em 10 de março de 2010.

LENITA DADALT FONTANA
Prefeita Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria, em 10 de março de 2010.

WALTER KLEBER KUCHER JÚNIOR
Secretário de Administração e Finanças

Portaria 2310/2010

PORTARIA 2310, de 09 de março de 2010.

PRORROGA CONTRATO DO ESTAGIÁRIO PARA O ATENDIMENTO DO PROJETO ABRINDO CAMINHOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LENITA DADALT FONTANA, Prefeita Municipal de Erval Velho, SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquelas contidas no inciso XXVI, do artigo 85, da Lei Orgânica Municipal, e, conforme Lei Municipal n. 1125, de 16 de março de 2007,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica prorrogada a contratação do estudante CAMILO GODOY, pelo Programa Sentinela, de acordo com o artigo 7º da Lei Municipal n. 1125/2007, até 01 de janeiro de 2011.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho - SC, em 09 de março de 2010.

LENITA DADALT FONTANA
Prefeita Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

WALTER KLEBER KUCHER JÚNIOR
Secretário de Administração e Finanças

Forquilha

PREFEITURA MUNICIPAL

Portaria Nº. 077

PORTARIA Nº. 077, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2010.

NOMEIA, POR CONCURSO, OS QUE RELACIONA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, XXII e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990,

CONSIDERANDO a necessidade de preenchimento imediato das vagas de Auxiliar Administrativo e Motorista,

CONSIDERANDO que os nomeados em questão foram classificados no Concurso Público, Edital nº. 001/2009, de 28 de outubro de 2009, homologado em 22 de dezembro de 2009,

RESOLVE:

Art 1º - Ficam nomeados, por concurso, os abaixo relacionados, para exercerem o cargo de:

I – AUXILIAR ADMINISTRATIVO, classificado(a) em 1º lugar.

1º FABIO FERNANDES PAES

II – MOTORISTA, classificado(a) em 1º lugar.

1º TIAGO MADALENA DA SILVA

Art. 2º - Os nomeados terão o prazo de 30 (trinta) dias para tomarem posse.

Parágrafo único. Se a posse não se der no prazo legal, o ato de nomeação será tornado sem efeito, e, sendo no caso, nomeado imediatamente o próximo classificado no concurso.

Art. 3º - As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha, 23 de fevereiro de 2010.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado e registrado em 23 de fevereiro de 2010.

ZULEIDE INÊS HERDT WESTRUP

Secretária de Administração e Finanças

Portaria Nº. 078

PORTARIA Nº. 078, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2010.

TORNA SEM EFEITO A NOMEAÇÃO, POR CONCURSO, DE TIAGO MADALENA DA SILVA PARA EXERCER O CARGO EFETIVO DE MOTORISTA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, combinado com a Lei Municipal nº 749 de 20 de setembro de 2001 e seus anexos,

CONSIDERANDO que a Portaria Nº. 077, de 23 de fevereiro de 2010, nomeou, por concurso, Tiago Madalena da Silva para exercer o cargo efetivo de Motorista.

CONSIDERANDO que Tiago Madalena da Silva apresentou termo de desistência de sua nomeação,

RESOLVE:

Art. 1º - Torna sem efeito a nomeação para exercer o cargo efetivo de Motorista de TIAGO MADALENA DA SILVA.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha, 24 de fevereiro de 2010.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado e registrado em 24 de fevereiro de 2010.

ZULEIDE INÊS HERDT WESTRUP

Secretária de Administração e Finanças

Portaria Nº. 080

PORTARIA Nº. 080, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2010.

NOMEIA, POR CONCURSO, ISALEXON ALEXANDRE FARIAS PARA EXERCER O CARGO EFETIVO DE MOTORISTA, NÍVEL TSA-8.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, combinado com a Lei Municipal nº. 749 de 20 de setembro de 2001 e seus anexos,

CONSIDERANDO que Tiago Madalena da Silva desistiu de sua nomeação para o cargo de Motorista,

CONSIDERANDO a necessidade de preenchimento imediato da vaga de Motorista;

CONSIDERANDO, que o servidor em questão foi classificado em 2º lugar no Concurso Público, Edital nº. 001/2009, de 28 de outubro de 2009, homologado em 22 de dezembro de 2009;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeado, por concurso, ISALEXON ALEXANDRE FA-

RIAS para exercer o cargo de Motorista, Nível TSA-8.

Art. 2º - O servidor nomeado terá o prazo de 30 (trinta) dias para tomar posse.

Parágrafo Único – Se a posse não se der no prazo legal, o ato de nomeação será tornado sem efeito, e, sendo no caso, nomeado imediatamente o próximo classificado no concurso.

Art. 3º - As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha, 25 de fevereiro de 2010.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado e registrado em 25 de fevereiro de 2010.

ZULEIDE INÊS HERDT WESTRUP

Secretária de Administração e Finanças

Portaria Nº. 081

PORTARIA Nº. 081, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2010.

NOMEIA, POR CONCURSO, CONRADO ANTONIO DIAS PARA EXERCER O CARGO EFETIVO DE MÉDICO PLANTONISTA, NÍVEL ANS/P-1.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, combinado com a Lei Municipal nº. 749 de 20 de setembro de 2001 e seus anexos,

CONSIDERANDO a necessidade de preenchimento imediato da vaga de Médico Plantonista;

CONSIDERANDO, que o servidor em questão foi classificado em 4º lugar no Concurso Público, Edital nº. 001/2009, de 28 de outubro de 2009, homologado em 22 de dezembro de 2009;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeado, por concurso, CONRADO ANTONIO DIAS para exercer o cargo de Médico Plantonista, Nível ANS/P-1.

Art. 2º - O servidor nomeado terá o prazo de 30 (trinta) dias para tomar posse.

Parágrafo Único – Se a posse não se der no prazo legal, o ato de nomeação será tornado sem efeito, e, sendo no caso, nomeado imediatamente o próximo classificado no concurso.

Art. 3º - As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha, 26 de fevereiro de 2010.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado e registrado em 26 de fevereiro de 2010.

ZULEIDE INÊS HERDT WESTRUP

Secretária de Administração e Finanças

Extrato de Contrato PMF N° 035/2010.

EXTRATO DE CONTRATO PMF N° 035/2010.

CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
CONTRADADO – MICHELS LEANDRO SERVIÇOS DE RETRO LTDA - ME

OBJETO – Execução de serviços de escavação, carga e transporte DMT 500m, 6.207,00m³, para abertura de Valas de Drenagem Lateral da Rodovia Vante Rovaris, Bairro Ouro Negro, Município de Forquilha – SC.

VALOR – R\$ 31.035,00 (trinta e um mil trinta e cinco reais).

VIGÊNCIA – 31/05/2010

FUNDAMENTO LEGAL – Lei 8.666/93 e Carta Convite n°. 020/PMF/2010

DATA DA ASSINATURA – 02 de março de 2010.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Extrato do Termo Aditivo PMF N° 46/2009

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF N° 46/2009

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF N° 073/2009

CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO – HILDO MORETTO

DO OBJETO - O presente contrato tem por objetivo a Locação de área de terras, localizado na Rodovia Gabriel Eyng, Comunidade de São Gabriel, sob número de matrícula 2.844, que será utilizado como passagem de caminhões e equipamentos da frota municipal para o acesso até o Rio Mãe Luzia, para retirada de seixo rolado. DO VALOR: O valor mensal permanece inalterado em R\$ 300,00 (trezentos reais) totalizando R\$ 600,00(seiscientos reais) para os meses de janeiro e fevereiro do ano de 2010.

DO PRAZO: O contrato PMF n° 073/2009 terá seu vencimento prorrogado de 31/12/2009 para 28/02/2010.

DO FUNDAMENTO LEGAL – Art. 57 da Lei n° 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA – 14/12/2009

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato FMS N° 007/2010

EXTRATO DE CONTRATO FMS N° 007/2010

CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO – SUPERMERCADO MANENTI LTDA

OBJETO – Aquisição de materiais de limpeza, para atendimento as unidades da rede municipal de saúde de Forquilha – SC.

VALOR – R\$ 1.823,50 (hum mil oitocentos e vinte e três reais e cinquenta centavos).

VIGÊNCIA – 30/06/2010.

DOTAÇÃO - 1701.2052.3390(23)

FUNDAMENTO LEGAL – Lei 8.666/93, Carta Convite n°. 03/FMS/2010.

DATA DA ASSINATURA – 23 de fevereiro de 2010.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato FMS N° 008/2010

EXTRATO DE CONTRATO FMS N° 008/2010

CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO – SUPERMERCADO MINATTÃO LTDA

OBJETO – Aquisição de materiais de limpeza, para atendimento as unidades da rede municipal de saúde de Forquilha – SC.

VALOR – R\$ 14.611,00 (quatorze mil seiscientos e onze reais).

VIGÊNCIA – 30/06/2010.

DOTAÇÃO - 1701.2052.3390(23)

FUNDAMENTO LEGAL – Lei 8.666/93, Carta Convite n°. 003/FMS/2010.

DATA DA ASSINATURA – 23 de fevereiro de 2010.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato FMS N° 009/2010

EXTRATO DE CONTRATO FMS N° 009/2010

CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO – JOSÉ RICARDO DA SILVA JRS - ME

OBJETO – Aquisição de materiais de limpeza, para atendimento as unidades da rede municipal de saúde de Forquilha – SC.

VALOR – R\$ 1.266,00 (hum mil duzentos e sessenta e seis reais).

VIGÊNCIA – 30/06/2010.

DOTAÇÃO - 1701.2052.3390(23)

FUNDAMENTO LEGAL – Lei 8.666/93, Carta Convite n°. 003/FMS/2010.

DATA DA ASSINATURA – 23 de fevereiro de 2010.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Edital de Contribuição de Melhoria N° 01/2010

EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA N° 01/2010.

O MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA-SC, nos termos dos artigos n°s 461 a 463 da Lei Municipal n° 494/98, que trata da inscrição da Contribuição de Melhoria, faz saber aos proprietários de imóveis localizados na Rua Sabina Tiscoski Backes - Centro, que o Município executará obra pública de pavimentação em lajotas pré-moldadas de concreto de 8 cm ao longo das ruas.

A partir desta data, os proprietários de imóveis localizados nos referidos logradouros, terão o prazo de 30 (trinta) dias para quaisquer impugnações ou contestações de valores para cobrança de Contribuição de Melhoria pela obra pública.

O Edital, de forma extensa, contendo a identificação individualizada dos proprietários, com seus respectivos valores para cobrança de contribuição de melhoria, bem como os dados da obra, orçamento do custo global, projeto, memorial descritivo e demais informações, estão à disposição dos interessados a partir desta data, no setor de Engenharia da Prefeitura, sito na Av. 25 de julho, 3.400, Paço Municipal "26 de abril" ou através do telefone (048) 463-8100.

Forquilha/SC, 11 de março de 2010.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Fraiburgo**PREFEITURA MUNICIPAL****Portaria n° 0591/2010**

PORTARIA N.º 0591 DE 11 DE MARÇO DE 2010.

DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO POR PRAZO DETERMINADO



NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n. 001 de 06 de janeiro de 2010 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de MOTORISTA, para atender excepcional interesse público, na área da Educação;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

Considerando que está substituindo o servidor JACYR JOISÉ BAHLIS RAMOS, que se encontra afastada em Auxílio Doença;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário, EDGAR DE ROSSI, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 486.583.599-72, no cargo de MOTORISTA CLASSE 3, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 15 de março de 2010 até 1º de junho de 2010.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 11 de março de 2010.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria n° 0592/2010

PORTARIA N.º 0592 DE 11 DE MARÇO DE 2010.

DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO POR PRAZO DETERMINADO

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n. 006 de 12 de fevereiro de 2010 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de PROFESSOR – ENSINO FUNDAMENTAL - ARTES, para atender excepcional interesse público, na área da Educação;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

Considerando a inexistência de candidato aprovado em concurso público para ser convocado;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário, LUCIANE MOURA DOS SANTOS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 040.883.069-70, no cargo de PROFESSOR – ENSINO FUNDAMENTAL – ARTES – HABILITAÇÃO 60, com carga horária de 20 horas semanais, pelo período de 15 de março de 2010 até 16 de julho de 2010.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 11 de março de 2010.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU
Secretário de Administração e Planejamento

Aviso De Pregão Presencial N° 0032/2010 – PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N° 0032/2010 – PMF

Objeto: contratação de empresa do ramo para a prestação de serviços de captação, editoração e gravação de imagem, sonorização, som de rua, fornecimento e instalação de banheiros químicos e estrutura metálica, para realização das festividades da Páscoa, a serem realizadas no município nos dias 02 e 03 de abril de 2010, na Praça Maria Frey". Julgamento: Menor Preço POR LOTE. Credenciamento: A partir das 14:30 do dia 24/03/2010. Abertura: No mesmo dia às 14:45 horas. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, n° 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo (SC), 10 de março de 2010.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

Aviso De Pregão Presencial N° 0033/2010 – PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N° 0033/2010 – PMF

Objeto: Aquisição de materiais diversos para uso na confecção de enfeites e decoração das festividades de Páscoa e Junina do Município de Fraiburgo. Julgamento: Menor Preço POR LOTE. Credenciamento: A partir das 15:45 horas do dia 24/03/2010. Abertura: No mesmo dia às 16:00 horas. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, n° 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo (SC), 11 de março de 2010.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

Garopaba

PREFEITURA MUNICIPAL

Portaria n.º 184/2010

PORTARIA N.º 184, DE 10 DE MARÇO DE 2010.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATO APROVADO E CLASSIFICADO NO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL N.º 0001/2009 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. NOMEAR, nos termos do art. 20, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a candidata BRUNA DA SILVA, CPF n.º 051.897.549-52, aprovada e classificada como 1º colocada, no Concurso Público 0001/2009, Etapa homologada em 28 de janeiro de 2010, para exercer em caráter efetivo o cargo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM.

Art. 2º. O candidato nomeado ocupará vaga dos quadros permanentes, criada através da Lei n.º 655, 24 de agosto de 1999 e alterações, com atribuições de possibilitar o planejamento, programação, orientação e supervisão das atividades, prestando assistência técnica de enfermagem, exceto aquelas privativas do enfermeiro; concorrer para a prevenção de acidentes e doenças

profissionais, participando nos programas de higiene e segurança no trabalho, bem como em atividades de educação e saúde; promover a divulgação do programa de proteção à saúde da mulher, colaborando na execução de exames ginecológicos, prestando, ainda orientações quando ao planejamento familiar; administrar medicamentos mediante prescrição médica; participar de vacinações suas programações; fazer coleta de material para exames, quando indicado; fazer visitas domiciliares e notificações de doenças transmissíveis; desenvolver atividades de pré e pós consulta médica; participar de atividades de saúde a nível comunitário; participar e contribuir para consecução de programas, campanhas e outras atividades interinstitucionais relacionadas às ações integradas de saúde, e as intervenções epidemiológicas que forem assumidas pelo município; cumprir e fazer cumprir todos os preceitos contidos no código de ética dos profissionais de enfermagem; zelar pela ordem, guarda, conservação e limpeza dos materiais e equipamentos de trabalho; executar outras atividades correlatas, com vencimento previsto na Lei de Cargos e Salários da Prefeitura Municipal de Garopaba.

Art. 3º. A investidura do servidor no respectivo cargo público terá lugar no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente Portaria, em conformidade com o disposto no §1º, do art. 18, da Lei 1.000/2005.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 10 de Março de 2010.
LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria n.º 168/2010

PORTARIA N.º 168, DE 01 DE MARÇO DE 2010. DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente, RESOLVE, Art. 1º. CONCEDER, FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005 e artigo 48 da Lei Orgânica Municipal, a Servidora CLEIDE DE AGUIAR PEREIRA, Matrícula Funcional n.º. 0017, no período de 05/04 à 04/05/2010.

Portaria n.º 169/2010

PORTARIA N.º 169, DE 01 DE MARÇO DE 2010. DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente, RESOLVE, Art. 1º. CONCEDER, FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005 e artigo 48 da Lei Orgânica Municipal, ao Servidor WILMAR ALMEIDA COELHO JUNIOR, Matrícula Funcional n.º. 2758, no período de 17/03 à 31/03/2010.

Portaria n.º 170/2010

PORTARIA N.º 170, DE 01 DE MARÇO DE 2010. DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba, Lei Municipal n.º 1.374/2009 e demais legislação vigente, RESOLVE, Art. 1º. NOMEAR, nos termos do art. 5º, da Lei n.º 1000/2005, SONIA DAMÁ-

SIO CARVALHO, para exercer o cargo comissionado de ASSESSOR ADMINISTRATIVO – DASMA 02, da Secretaria Municipal de Educação, a partir de 01/03/2010.

Portaria n.º 171/2010

PORTARIA N.º 171, DE 01 DE MARÇO DE 2010. DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba, Lei Municipal 655/99 e alterações, Lei Municipal n.º 1.120/2007, e demais legislação vigente, RESOLVE, Art. 1º. NOMEAR, nos termos do art. 5º, da Lei n.º 1000/2005, GABRIELLA LÍLIAN PEREIRA, para exercer o cargo comissionado de SECRETÁRIA, da Secretaria Municipal de Educação, a partir de 01/03/2010.

Portaria n.º 172/2010

PORTARIA N.º 172, DE 01 DE MARÇO DE 2010. DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba, Lei Municipal 655/99 e alterações, Lei Municipal n.º 1.120/2007, e considerando a Lei Municipal n.º 1.378, de 01 de fevereiro de 2010, RESOLVE, Art. 1º. NOMEAR, nos termos do art. 5º, da Lei n.º 1000/2005, MARIA HELENA KUHLE, para exercer o cargo comissionado de DIRETORA DE CONTROLE AVALIAÇÃO, REGULAÇÃO, AUDITORIA E PLANEJAMENTO, da Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 01/03/2010.

Portaria n.º 173/2010

PORTARIA N.º 173, DE 05 DE MARÇO DE 2010. DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente, RESOLVE, Art. 1º. CONCEDER, LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao servidor RONYE PAES, Técnico em Contabilidade, matrícula funcional n.º 720, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, no período de 03/02 à 23/02/2010, e pelo período de 60 (sessenta) dias, a partir de 24/02/2010, conforme Atestado Médico e Laudo Médico Pericial, cópias em anexo.

Portaria n.º 174/2010

PORTARIA N.º 174, DE 05 DE MARÇO DE 2010. DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente, RESOLVE, Art. 1º. CONCEDER, LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a servidora TELMA DA ROSA M. MARTINS, Professora Com Licenciatura 40 horas, matrícula funcional n.º 750, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, no período de 03/02 à 17/02/2010, e pelo período de 90 (noventa) dias, a partir de 18/02/2010, conforme Atestado Médico e Laudo Médico Pericial, cópias em anexo

Portaria n.º 175/2010

PORTARIA N.º 175, DE 05 DE MARÇO DE 2010. DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente, RESOLVE, Art. 1º. CONCEDER, LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao servidor WILMAR ALMEIDA COELHO JUNIOR, Matrícula Funcional n.º. 2758, no período de 17/03 à 31/03/2010.



nica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente, RESOLVE, Art. 1º. CONCEDER, LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a servidora ENE-DINA VIEIRA, Servente, matrícula funcional n.º 059, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, pelo período de 90 (noventa) dias, a partir de 12/02/2010, conforme Atestado Médico e Laudo Médico Pericial, cópias em anexo.

Portaria n.º 176/2010

PORTARIA N.º 176, DE 05 DE MARÇO DE 2010. DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente, RESOLVE, Art. 1º. CONCEDER, LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a servidora JUCILDA DE SOUZA MACHADO, Merendeira, matrícula funcional n.º 761, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, pelo período de 90 (noventa) dias, a partir de 04/02/2010, conforme Atestado Médico e Laudo Médico Pericial, cópias em anexo.

Portaria n.º 177/2010

PORTARIA N.º 177, DE 05 DE MARÇO DE 2010. DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente, RESOLVE, Art. 1º. CONCEDER, LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a servidora ROSELI ALEXANDRINO, Professora com Licenciatura 40 horas, matrícula funcional n.º 037, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, no período de 26/01/2010 à 05/02/2010, conforme Atestado Médico e Laudo Médico Pericial, cópias em anexo. Art. 2º. FICA DETERMINADO, ao Setor de Recursos Humanos, encaminhar a Secretaria Municipal de Educação solicitação de reenquadramento da Servidora, para execução de readaptação de função, conforme Laudo Médico Pericial.

Portaria n.º 178/2010

PORTARIA N.º 178, DE 05 DE MARÇO DE 2010. DISPÕE SOBRE A EXTINÇÃO DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente, RESOLVE, Art. 1º. DISPENSAR, a pedido, nos termos do art. 216, da Lei Municipal n.º 1000/2005, conforme EXTINÇÃO DE CONTRATO, a contratada CAMILA CRISTINA RODRIGUES, Contrato n.º 139/2010, em 23/02/2010.

Portaria n.º 179/2010

PORTARIA N.º 179, DE 05 DE MARÇO DE 2010. DISPÕE SOBRE A EXTINÇÃO DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente, RESOLVE, Art. 1º. DISPENSAR, a pedido, nos termos do art. 216, da Lei Municipal n.º 1000/2005, conforme EXTINÇÃO DE CONTRATO, a contratada FERNANDA ALVES CÂNDIDO, Contrato n.º 137/2010, em 01/03/2010.

Portaria n.º 180/2010

PORTARIA N.º 180, DE 05 DE MARÇO DE 2010. DISPÕE SOBRE LICENÇA À PATERNIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente, RESOLVE, Art. 1º. CONCEDER, LICENÇA À PATERNIDADE, nos termos do art. 134, da Lei n.º 1000/2005, ao servidor HONORATO TIMOTEO PACHECO, Diretor de Recursos Humanos, matrícula funcional n.º 3069, pelo período de 5 (cinco) dias consecutivos, a partir de 22 de fevereiro de 2010.

Portaria n.º 182/2010

PORTARIA N.º 182, DE 05 DE MARÇO DE 2010. DESIGNA SERVIDOR PARA EXERCER, EM SUBSTITUIÇÃO, A RESPONSABILIDADE TÉCNICA PELA CONTABILIDADE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente, RESOLVE, Art. 1º. DESIGNAR, nos termos da Lei Municipal n.º 1000/2005 e demais legislação vigente, o Servidor EDINEI JOSÉ VIEIRA, Técnico em Contabilidade, CRC/SC n.º 19.288, para exercer a responsabilidade técnica pela contabilidade da Prefeitura Municipal de Garopaba, CNPJ n.º 82.836.057/0001-90, em substituição ao Servidor Ronye Paes, Diretor Administrativo de Contabilidade e Planejamento Orçamentário, pelo período de Licença para Tratamento de Saúde ao qual for submetido o mencionado servidor.

Portaria n.º 183/2010

PORTARIA N.º 183, DE 05 DE MARÇO DE 2010. DESIGNA SERVIDOR PARA EXERCER, EM SUBSTITUIÇÃO, A RESPONSABILIDADE TÉCNICA PELA CONTABILIDADE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GAROPABA E DA FUNDAÇÃO DE CULTURA, TURISMO E ESPORTE DE GAROPABA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente, RESOLVE, Art. 1º. DESIGNAR, nos termos da Lei Municipal n.º 1000/2005 e demais legislação vigente, o Servidor FÁBIO DE SOUZA, Contador, CRC/SC n.º 031.355, para exercer a responsabilidade técnica pela contabilidade do Fundo Municipal de Saúde de Garopaba, CNPJ n.º 08.543.762.0001-46, e da Fundação de Cultura, Turismo e Esporte de Garopaba, CNPJ n.º 10.932.441/0001-85, em substituição ao Servidor Ronye Paes, Diretor Administrativo de Contabilidade e Planejamento Orçamentário, pelo período de Licença para Tratamento de Saúde ao qual for submetido o mencionado servidor.

CÂMARA DE VEREADORES**Resolução Nº 003**

RESOLUÇÃO Nº 003 DE 10 DE MARÇO DE 2010

MAURO SANTOS DO NASCIMENTO, Presidente da Câmara Municipal de Garopaba, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara aprovou a seguinte Resolução na forma da Lei:

RESOLUÇÃO Nº 003/2010

Art. 1º. Ficam aprovadas as contas da Câmara Municipal de Garopaba, referente ao mês de fevereiro de 2010 deste Poder Legislativo.

Art. 2º. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições sem contrário.

CÂMARA MUNICIPAL DE GAROPABA, EM 10 DE MARÇO DE 2010.

MAURO SANTOS DO NASCIMENTO
Presidente
Câmara Municipal de Garopaba

Publicada a presente Resolução, na Galeria da Câmara Municipal de Garopaba, aos dez dias do mês de março ano de dois mil e dez.

GIOVANA DA S. DEFREYN
Secretária
Câmara Municipal de Garopaba

Governador Celso Ramos**PREFEITURA MUNICIPAL****Aviso de Pregão Presencial nº. 015/2010**

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE GOVERNADOR
CELSE RAMOS
SETOR DE LICITAÇÕES
AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 015/2010.

Objeto: Aquisição de 01 TV LCD 32" e 01 TV LCD 29". Data de Abertura da Documentação e Proposta de Preços: Dia 24 de março de 2010, às 15:00 horas. Local para retirada do Edital: No setor de licitações sito à Praça 06 de novembro, 01, Centro – Gov. Celso Ramos/SC. Maiores informações poderão ser obtidas pelo Fone: (48) 3262-0141 Ramal 207.

Governador Celso Ramos, 10 de março de 2010.
ANÍSIO ANATÓLIO SOARES
Prefeito Municipal

Herval D' Oeste**PREFEITURA MUNICIPAL****Portaria Nº 274/2010**

PORTARIA Nº 274/2010

NELSON GUINDANI, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

DESIGNAR a Servidora MICHELLE BENEDETTI (Matr. 2880), ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar Administrativo, Nível/Referência – 4/1/A, do quadro geral, 40 horas semanais, para responder como Responsável pelo PROCON, a partir de 09 de Março de 2010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 09 de Março de 2010.
NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 276/2010

PORTARIA Nº 276/2010

NELSON GUINDANI, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

CONCEDER FUNÇÃO GRATIFICADA – FG - 03, de Responsável por Secretaria de Escola, junto ao CMEI Tio Zezinho, a partir de 01 de Março de 2010, para a Servidora SIMONE APARECIDA RADAVELLI, (Matr. 233), ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência 6-E, 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, conforme preceitua o artigo 28 da Lei Complementar Nº 0126/2001 e 192/2005.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 09 de Março de 2010.
NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 277/2010

PORTARIA Nº 277/2010

NELSON GUINDANI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, ao Servidor ADEMIR RAFAEL ZABOTT, (Matr. 2866), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente Administrativo, Nível – 7, Referência "A", 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, referente ao período aquisitivo compreendido entre 17

de dezembro de 2008 a 16 de dezembro de 2009, para serem gozadas a partir de 10 de março de 2010 a 08 de abril de 2010, de conformidade com o que preceitua o art. 69 da Lei Complementar Nº 191/2005 de 26 de dezembro de 2005.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 10 de Março de 2010.
NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 278/2010

PORTARIA Nº 278/2010

NELSON GUINDANI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, à Servidora FRANCINE BULH, (Matr. 2676), ocupante do Cargo de Provisão Efetivo de Enfermeiro, Nível – 12/1, Referência "A", 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, referente ao período aquisitivo compreendido entre 10 de março de 2009 a 09 de março de 2010, para serem gozadas a partir de 10 de março de 2010 a 08 de abril de 2010, de conformidade com o que preceitua o art. 69 da Lei Complementar Nº 191/2005 de 26 de dezembro de 2005.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 10 de Março de 2010.
NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 279/2010

PORTARIA Nº 279/2010

NELSON GUINDANI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, à Servidora DIRCE MARIA GALDINO, (Matr. 2909), ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, Nível – 1, Referência "A", 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, referente ao período aquisitivo compreendido entre 06 de janeiro de 2009 a 05 de janeiro de 2010, para serem gozadas a partir de 10 de março de 2010 a 08 de abril de 2010, de conformidade com o que preceitua o art. 69 da Lei Complementar Nº 191/2005 de 26 de dezembro de 2005.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 10 de Março de 2010.
NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 280/2010

PORTARIA Nº 280/2010

NELSON GUINDANI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, à Servidora ROSENILDE PEDROZO DE ALMEIDA, (Matr. 3022), ocupante do Cargo de Agente Comunitária de Saúde, Nível – 1, Referência "A", 40 horas semanais, anexo II, Quadro de Pessoal do Programa de Saúde da Família, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, referente ao período aquisitivo compreendido entre 09 de março de 2009 a 08 de março de 2010, para serem gozadas a partir de 10 de março de 2010 a 08 de abril de 2010, de conformidade com o que preceitua o art. 69 da Lei Complementar Nº 191/2005 de 26 de dezembro de 2005.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 10 de Março de 2010.
NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 281/2010

PORTARIA Nº 281/2010

NELSON GUINDANI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional por Mérito – Cursos de Atualização e Aperfeiçoamento, à Servidora JAQUELINE RAZERA (Matr. 096), nascida aos 07/12/1968, ocupante do cargo de Provisão Efetivo de Supervisor Escolar, Nível/Referência 7.1/E, anexo III, com regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, para o Nível/Referência 8/A, anexo III, a partir de 18 de Dezembro de 2009, de conformidade com os artigos 25 a 33 da Lei Complementar Nº 081 de 04 de dezembro de 1998.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 10 de Março de 2010.
NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 282/2010

PORTARIA Nº 282/2010

NELSON GUINDANI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional por Mérito – Cursos de atualização e Aperfeiçoamento, à Servidora SIMONE ROSELI MARTINS (Matr. 1808), nascida aos 23/02/1974, ocupante do cargo de Provisão Efetivo de Professor, Nível/Referência 6/D, anexo III, com regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, para o Nível/Referência 6/E, anexo III, a partir de 23 de Fevereiro de 2010,

de conformidade com os artigos 25 a 33 da Lei Complementar Nº 081 de 04 de dezembro de 1998.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 10 de Março de 2010.

NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 283/2010

PORTARIA Nº 283/2010

NELSON GUINDANI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional por Mérito – Cursos de atualização e Aperfeiçoamento, à Servidora MARCIA RIBEIRO DOS SANTOS ZAMBIAZZI, (Matr. 94), nascida aos 02/03/1969, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência 7/B, anexo III, com regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, para o Nível/Referência 7/C, anexo III, a partir de 02 de março de 2010, de conformidade com os artigos 25 a 33 da Lei Complementar Nº 081 de 04 de dezembro de 1998.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 10 de Março de 2010.

NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 284/2010

PORTARIA Nº 284/2010

NELSON GUINDANI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional por Mérito – Cursos de atualização e Aperfeiçoamento, à Servidora GISELE BULH, (Matr. 568), nascida aos 02/03/1976, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência 6/A, anexo III, com regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, para o Nível/Referência 6/B, anexo III, a partir de 02 de março de 2010, de conformidade com os artigos 25 a 33 da Lei Complementar Nº 081 de 04 de dezembro de 1998.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 10 de Março de 2010.

NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 285/2010

PORTARIA Nº 285/2010

NELSON GUINDANI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional por Mérito – Cursos de atualização e Aperfeiçoamento, à Servidora LÍDIA SALETE CERVELIN, (Matr. 1300), nascida aos 09/03/1959, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência 7/C, anexo III, com regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, para o Nível/Referência 7/D, anexo III, a partir de 09 de março de 2010, de conformidade com os artigos 25 a 33 da Lei Complementar Nº 081 de 04 de dezembro de 1998.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 10 de Março de 2010.

NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 286/2010

PORTARIA Nº 286/2010

NELSON GUINDANI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional por Mérito – Cursos de atualização e Aperfeiçoamento, à Servidora MARIZETE APARECIDA DALMÉDICO, (Matr. 386), nascida aos 04/03/1965, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência 6/D, anexo III, com regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, para o Nível/Referência 6/E, anexo III, a partir de 04 de março de 2010, de conformidade com os artigos 25 a 33 da Lei Complementar Nº 081 de 04 de dezembro de 1998.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 10 de Março de 2010.

NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 287/2010

PORTARIA Nº 287/2009

NELSON GUINDANI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Nomear a Senhora GILVÂNIA APARECIDA RODRIGUES BILIBIO (Matr. 3180), para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Gerente de Serviços Gerais, Nível – DAS 2, 40 horas semanais, constante do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, a partir de 11 de Março de 2010, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 0192/2005. Sendo que seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 10 de Março de 2010.
NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Portaria N° 288/2010

PORTARIA N° 288/2009

NELSON GUINDANI, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONVOCAR PARA RETORNO IMEDIATO AO TRABALHO, para fins de superior interesse público, interrompendo o gozo de férias a partir do dia 11 de março de 2010, da servidora Eugênia Bucco Da Cas, (Matr. 1358), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Administrador, Nível/Referência - 12/1-C, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar N° 0191/2005, Art.69, § 3º.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 10 de Março de 2010.
NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Imbituba

PREFEITURA MUNICIPAL

Publicação de Extrato de Pregão Presencial 43/2010 (PMI)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
PROCESSO N° 67/2010
PREGÃO PRESENCIAL N° 43/2010

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica que realizará às 14:00 horas do dia 24 de março de 2010, licitação na modalidade de Pregão Presencial, do tipo menor preço global, regido pelo disposto na Lei n° 10.520/2002, pela Lei complementar n° 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei n° 8.666/91 e suas alterações, para Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de desinsetização e desratização. A íntegra do Edital poderá ser retirada somente no Departamento de Licitações, situado à Av. Dr. João Rimsa, 531, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira.

Imbituba, 12 de março de 2010.
DILSON PETRASSEM JUNIOR
Pregoeiro Oficial

Publicação de Extrato de Pregão Presencial 44/2010 (PMI)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
PROCESSO N° 68/2010
PREGÃO PRESENCIAL N° 44/2010

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica que realizará às 15:00 horas do dia 24 de março de 2010, licitação na modalidade de Pregão Presencial, do tipo menor preço global, regido pelo disposto na Lei n° 10.520/2002, pela Lei complementar n° 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei n° 8.666/91 e suas alterações, para Contratação de empresa para prestação de serviços de sonorização de eventos. A íntegra do Edital poderá ser retirada somente no Departamento de Licitações, situado à Av. Dr. João Rimsa, 531, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira.

dade de Pregão Presencial, do tipo menor preço global, regido pelo disposto na Lei n° 10.520/2002, pela Lei complementar n° 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei n° 8.666/91 e suas alterações, para Contratação de empresa para prestação de serviços de sonorização de eventos. A íntegra do Edital poderá ser retirada somente no Departamento de Licitações, situado à Av. Dr. João Rimsa, 531, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira.

Imbituba, 12 de março de 2010.
DILSON PETRASSEM JUNIOR
Pregoeiro Oficial

Publicação de Extrato de Dispensa 14/2010 (PMI)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
PROCESSO N° 65/2010
DISPENSA N° 14/2010

Objeto: Aquisição de pavimento intertravado de concreto para pavimentação parcial do caminho do rei – Praia do Rosa.

Valor Total: R\$ 4.922,75

Empresa: Imbimolde Pré-Moldadas e Construções Ltda - EPP.
Fundamento: Artigo 24, II da Lei 8.666/93, e suas alterações.

Imbituba, 12 de março de 2010.
JOSÉ ROBERTO MARTINS
Prefeito Municipal

Publicação de Extrato de Pregão Presencial 09/2010 (SEDESTH)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
SEDESTH
PROCESSO N° 12/2010
PREGÃO PRESENCIAL N° 09/2010

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica que realizará às 16:00 horas do dia 24 de março de 2010, licitação na modalidade de Pregão Presencial, do tipo menor preço por item, regido pelo disposto na Lei n° 10.520/2002, pela Lei complementar n° 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei n° 8.666/91 e suas alterações, para Aquisição de material de limpeza para uso dos Grupos de Idosos da SEDESTH. A íntegra do Edital poderá ser retirada somente no Departamento de Licitações, situado à Av. Dr. João Rimsa, 531, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira.

Imbituba, 12 de março de 2010.
DILSON PETRASSEM JUNIOR
Pregoeiro Oficial

Publicação de Extrato de Pregão Presencial 10/2010 (SEDESTH)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
SEDESTH
PROCESSO N° 13/2010
PREGÃO PRESENCIAL N° 10/2010

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica que realizará às 17:00 horas do dia 24 de março de 2010, licitação na modalidade de Pregão Presencial, do tipo menor preço por item, regido pelo disposto na Lei n° 10.520/2002, pela Lei complementar n° 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei n° 8.666/91 e suas alterações, para Aquisição de material didático para manutenção do Programa PETI. A íntegra do Edital poderá ser retirada somente no Departamento de Licitações, situado à Av. Dr. João Rimsa, 531, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira.



Segunda á Sexta-feira.

Imbituba, 12 de março de 2010.
DILSON PETRASSEM JUNIOR
Pregoeiro Oficial

Publicação de Extrato de Pregão Presencial 11/2010 (SEDESTH)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
SEDESTH
PROCESSO Nº 14/2010
PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2010

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica que realizará às 14:00 horas do dia 25 de março de 2010, licitação na modalidade de Pregão Presencial, do tipo menor preço por item, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/91 e suas alterações, para Aquisição de material de consumo para uso da SEDESTH. A íntegra do Edital poderá ser retirada somente no Departamento de Licitações, situado à Av. Dr. João Rimsa, 531, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda á Sexta-feira.

Imbituba, 12 de março de 2010.
DILSON PETRASSEM JUNIOR
Pregoeiro Oficial

Publicação de Extrato de Pregão Presencial 12/2010 (SEDESTH)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
SEDESTH
PROCESSO Nº 15/2010
PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2010

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica que realizará às 15:00 horas do dia 25 de março de 2010, licitação na modalidade de Pregão Presencial, do tipo menor preço por item, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/91 e suas alterações, para Aquisição de material de expediente para uso da SEDESTH. A íntegra do Edital poderá ser retirada somente no Departamento de Licitações, situado à Av. Dr. João Rimsa, 531, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda á Sexta-feira.

Imbituba, 12 de março de 2010.
DILSON PETRASSEM JUNIOR
Pregoeiro Oficial

Publicação de Extrato de Cancelamento de Pregão Presencial 36/2010 (PMI)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica, que fica cancelado o Processo Licitatório nº 53/2010, na modalidade de Pregão Presencial nº 36/2010, devido o não comparecimento de interessados caracterizando a licitação como deserta.

Imbituba, 10 de março de 2010.
DILSON PETRASSEM JUNIOR
Pregoeiro

Iomerê

PREFEITURA MUNICIPAL

Edital Concurso Nº 001/2010

EDITAL CONCURSO Nº 001/2010 DE 12 DE MARÇO DE 2010.
Abre inscrições para provimento de cargos no quadro de pessoal através de Concurso Público no Município de Iomerê.

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Rech, 500, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. ANTONINHO BALDISSERA, no uso de suas atribuições e com fundamento na Lei Municipal nº 320, de 13 de julho de 2005 e Lei Complementar Municipal nº 23, de 03 de março de 2010

DOS CARGOS, VENCIMENTO INICIAL E HABILITAÇÕES MÍNIMAS*

Cargos	Carga Horária Semanal	Número de Vagas	Remuneração Mensal	Habilitação Mínima para Contratação	Tipo de Prova
AGENTE ADMINISTRATIVO	40 h/s	01	R\$ 1.030,65	Ensino Médio Completo	Objetiva
TÉCNICO DE EXPEDIENTE	40 h/s	01	R\$ 1.780,23	Ensino Superior Completo, reconhecido pelo MEC	Objetiva
TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR	40 h/s	01	R\$ 2.482,95	Ensino Superior Completo, reconhecido pelo MEC, em Administração e registro junto ao CRA.	Objetiva
CONTRO-LADOR INTERNO	40 h/s	01	R\$ 3.279,36	Ensino Superior Completo, reconhecido pelo MEC, em Administração, Contabilidade ou Direito com inscrição junto ao Órgão de Classe.	Objetiva
AUXILIAR ADMINISTRATIVO	40 h/s	01	R\$ 1.499,14	Ensino Médio Completo e Carteira de Habilitação, com no mínimo, categoria "B".	Objetiva
CONTADOR	40 h/s	01	R\$ 3.888,40	Ensino Superior Completo, reconhecido pelo MEC e registro junto ao CRC.	Objetiva
BIBLIOTECÁRIO	40 h/s	01	R\$ 1.545,98	Ensino Superior Completo, reconhecido pelo MEC, em Biblioteconomia.	Objetiva
MOTORISTA DE CAMINHÃO	40 h/s	02	R\$ 890,11	Ensino Fundamental Completo e Carteira de Habilitação, com no mínimo categoria "C"	Objetiva e Prática.

(*) O Edital completo estará disponível a partir do dia 12 de março de 2010 no endereço eletrônico: www.iomere.sc.gov.br, da Prefeitura Municipal.

INSCRIÇÕES: 15/março/2010 a 07/04/2010 , das 08h00 as 12h00



e das 13h30 as 17h00, na sede da Prefeitura Municipal de Iomerê, localizada na Rua João Rech, 500.

Edital Concurso Público Nº 002/2010

EDITAL CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2010 DE 12 DE MARÇO DE 2010.

Abre inscrições para provimento de cargos no quadro de pessoal através de Concurso Público no Município de Iomerê.

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Rech, 500, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. ANTONINHO BALDISSERA, no uso de suas atribuições e com fundamento na Lei Municipal nº 320, de 13 de julho de 2005 e Lei Complementar Municipal nº 23, de 03 de março de 2010

DOS CARGOS, VENCIMENTO INICIAL E HABILITAÇÕES MÍNIMAS*

Cargos	Carga Horária Semanal	Número de Vagas	Remuneração Mensal	Habilitação Mínima para Contratação	Tipo de Prova
MÉDICO GINECOLOGISTA / OBSTÉTRA	4 h/s	01	R\$ 843,27	Habilitação legal para o exercício da profissão de Médico Ginecologista/Obstetra, com registro junto ao CRM e no RQE	Objetiva
MÉDICO PEDIATRA	4 h/s	01	R\$ 843,27	Habilitação legal para o exercício da profissão de Médico Pediatra, com registro junto ao CRM	Objetiva
ENFERMEIRO	40 h/s	01	R\$ 2.810,88	Ensino Superior completo, reconhecido pelo MEC e registro junto ao COREN	Objetiva
FARMACÊUTICO	40 h/s	01	R\$ 1.686,53	Ensino Superior completo, reconhecido pelo MEC e registro junto ao CRF	Objetiva
TÉCNICO EM ENFERMAGEM	40 h/s	01	R\$ 1.030,65	Ensino Médio Completo com curso Técnico de Enfermagem, reconhecido pelo MEC e registro junto ao COREN	Objetiva
MÉDICO CLÍNICO GERAL	40 h/s	01	R\$ 10.775,04	Habilitação legal para o exercício da profissão de Médico Clínico Geral e registro junto ao CRM	Objetiva
TÉCNICO EM VIGILÂNCIA SANITÁRIA	40 h/s	01	R\$ 1.030,65	Ensino Médio Completo	Objetiva
FISIOTERAPEUTA	20 h/s	01	R\$ 1.030,65	Ensino Superior completo em Fisioterapia, reconhecido pelo MEC e registro junto ao CREFITO	Objetiva

MOTORISTA DE AMBULÂNCIA	40 h/s	02	R\$ 1.405,44	Ensino Fundamental, Carteira Nacional de Habilitação, com no mínimo, categoria "D"	Objetiva e Prática
PSICÓLOGO	20 h/s	01	R\$ 1.030,65	Ensino Superior Completo em Psicologia, reconhecido pelo MEC e registro junto ao CRP	Objetiva

(*) O Edital completo estará disponível a partir do dia 12 de março de 2010 no endereço eletrônico: www.iomere.sc.gov.br, da Prefeitura Municipal.

INSCRIÇÕES: 15/março/2010 a 07/04/2010, das 08h00 as 12h00 e das 13h30 as 17h00, na sede da Prefeitura Municipal de Iomerê, localizada na Rua João Rech, 500.

Irineópolis

PREFEITURA MUNICIPAL

Portaria N° 036/2010

CONTRATA SERVIDORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita Municipal de Irineópolis em Exercício, cidadã CIRCE NEPPEL SFAIR, usando da competência que lhe confere os itens VII e IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n° 007/2001 de 15/10/2001, e amparado no que dispõe o Art. 2º, inciso IV § 1º, da Lei Complementar n° 022/05 de 19/05/2005 e alterações,

R E S O L V E :

Art. 1º - CONTRATAR MARIA JOANIL DE CASTRO FERREIRA, conforme Contrato de Trabalho Temporário n° 033/2010, nascida em 24/06/1961, portadora do CPF n° 003.798.859-05, RG. n° 3.770.091 SSP/SC, para no período de 17/02/2010 á 17/12/2010, exercer as atividades de Professora de Séries Iniciais (20h/sem), em substituição a titular com lotação provisória Professora Joisi Dalpra, atualmente à disposição da APAE.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 18 de fevereiro de 2010.

CIRCE NEPPEL SFAIR

Prefeita Municipal em Exercício.

MARLEM MARQUES DAL LAGO

Secretária Municipal da Educação.

Portaria N° 037/2010

CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita Municipal de Irineópolis em Exercício, cidadã CIRCE NEPPEL SFAIR, usando da competência que lhe confere os itens VII e IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n° 007/2001 de 15/10/2001, e amparado no que dispõe o Art. 2º, inciso IV § 1º, da Lei Complementar n° 022/05 de 19/05/2005.

R E S O L V E :

Art. 1º - CONTRATAR ADRIANO RICARDO PEREIRA, conforme Contrato de Trabalho Temporário n° 001/2010, nascido em 05/07/1975, portador do CPF n° 820.472.609-06, RG. n°



2.811.381 SSP/SC, para no período de 17/02/2010 á 17/05/2010, exercer as atividades de Professor de Educação Física (30h/sem).

Art. 2º - O caráter temporário previsto no artigo anterior poderá ter encerramento antecipado caso haja o preenchimento da vaga por funcionário efetivo aprovado em Concurso Público.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 18 de fevereiro de 2010.

CIRCE NEPPEL SFAIR

Prefeita Municipal em Exercício.

MARLEM MARQUES DAL LAGO

Secretaria da Educação

Portaria N º 038/2010

CONTRATA SERVIDORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita Municipal de Irineópolis em Exercício, cidadã CIRCE NEPPEL SFAIR, usando da competência que lhe confere os itens VII e IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n º 007/2001 de 15/10/2001, e amparado no que dispõe o Art. 2º, inciso IV § 1º, da Lei Complementar n º 022/05 de 19/05/2005.

R E S O L V E :

Art. 1º - CONTRATAR ALECSANDRA DE CACIA BENDLIN, conforme Contrato de Trabalho Temporário n º 002/2010, nascida em 31/08/1974, portadora do CPF n º 899.091.519-87, RG. n º 2.735.202-1 SESP/SC, para no período de 17/02/2010 á 17/05/2010, exercer as atividades de Professora de Educação Física (40h/sem).

Art. 2º - O caráter temporário previsto no artigo anterior poderá ter encerramento antecipado caso haja o preenchimento da vaga por funcionário efetivo aprovado em Concurso Público.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 18 de fevereiro de 2010.

CIRCE NEPPEL SFAIR

Prefeita Municipal em Exercício.

MARLEM MARQUES DAL LAGO

Secretária Municipal da Educação.

Portaria N º 039/2010

CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita Municipal de Irineópolis em Exercício, cidadã CIRCE NEPPEL SFAIR, usando da competência que lhe confere os itens VII e IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n º 007/2001 de 15/10/2001, e amparado no que dispõe o Art. 2º, inciso III, § 1º, da Lei Complementar n º 013/03 com redação dada pela LC 019/04, 022/05 e 040/08,

R E S O L V E :

Art. 1º - CONTRATAR ZAINN ZIELINSKI, conforme Contrato de Trabalho Temporário n º 003/2010, nascido em 10/07/1983, portador do CPF n º 036.272.669-86, RG. n º 3.496.053 SESP/SC, para no período de 17/02/2010 á 17/05/2010, exercer as atividades de Professor de Educação Física (40h/sem).

Art. 2º - O caráter temporário previsto no artigo anterior poderá ter encerramento antecipado caso haja o preenchimento da vaga

por funcionário efetivo aprovado em Concurso Público.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 18 de fevereiro de 2010.

CIRCE NEPPEL SFAIR

Prefeita Municipal em Exercício.

MARLEM MARQUES DAL LAGO

Secretária Municipal da Educação.

Portaria N º 040/2010

CONTRATA SERVIDORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita Municipal de Irineópolis em Exercício, cidadã CIRCE NEPPEL SFAIR, usando da competência que lhe confere os itens VII e IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n º 007/2001 de 15/10/2001, e amparado no que dispõe o Art. 2º, inciso III, § 1º, da Lei Complementar n º 013/03 com redação dada pela LC 019/04, 022/05 e 040/08,

R E S O L V E :

Art. 1º - CONTRATAR KELLIN CRISTIANE MICHAHOUSKI, conforme Contrato de Trabalho Temporário n º 004/2010, nascida em 04/08/1983, portadora do CPF n º 042.479.939-17, RG. n º 4.470.540 SESP/SC, para no período de 17/02/2010 á 17/05/2010, exercer as atividades de Professora de Educação Física (40h/sem).

Art. 2º - O caráter temporário previsto no artigo anterior poderá ter encerramento antecipado caso haja o preenchimento da vaga por funcionário efetivo aprovado em Concurso Público.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 18 de fevereiro de 2010.

CIRCE NEPPEL SFAIR

Prefeita Municipal em Exercício.

MARLEM MARQUES DAL LAGO

Secretária Municipal da Educação.

Portaria N º 041/2010

CONTRATA SERVIDORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita Municipal de Irineópolis em Exercício, cidadã CIRCE NEPPEL SFAIR, usando da competência que lhe confere os itens VII e IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n º 007/2001 de 15/10/2001, e amparado no que dispõe o Art. 2º, inciso III, § 1º, da Lei Complementar n º 013/03 com redação dada pela LC 019/04, 022/05 e 040/08,

R E S O L V E :

Art. 1º - CONTRATAR MARIA ANGELITA KONKOL, conforme Contrato de Trabalho Temporário n º 005/2010, nascida em 29/04/1984 portadora do CPF n º 008.636.549-59, RG. n º 8.565.183-8 SESP/SC, para no período de 17/02/2010 á 17/05/2010, exercer as atividades de Professora de Educação Física (30h/sem).

Art. 2º - O caráter temporário previsto no artigo anterior poderá ter encerramento antecipado caso haja o preenchimento da vaga por funcionário efetivo aprovado em Concurso Público.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 18 de fevereiro de 2010.
CIRCE NEPPEL SFAIR
Prefeita Municipal em Exercício.

MARLEM MARQUES DAL LAGO
Secretária Municipal da Educação.

Portaria N ° 042/2010

CONTRATA SERVIDORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita Municipal de Irineópolis em Exercício, cidadã CIRCE NEPPEL SFAIR, usando da competência que lhe confere os itens VII e IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n ° 007/2001 de 15/10/2001, e amparado no que dispõe o Art. 2º, inciso III, § 1º, da Lei Complementar n ° 022/05 de 19/05/2005, com redação dada pelas Leis Complementares n ° s019/04, 022/05 e 040/08,

R E S O L V E :

CONTRATAR CRISTIANA FIGURA FUCK, conforme Contrato de Trabalho Temporário n ° 006/2010, nascida em 16/07/1988 portadora do CPF nº 052.202.309-64, RG. n ° 4.819.805, SESP/SC, para no período de 22/02/2010 á 17/05/2010, exercer as atividades de Professora de Educação Física (40h/sem), com atividades junto as Escolas Multisseriadas de São Sebastião do Bom Retiro e Colônia Escada , bem como, no Projeto II Tempo.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 18 de fevereiro de 2010.
CIRCE NEPPEL SFAIR
Prefeita Municipal em Exercício.

MARLEM MARQUES DAL LAGO
Secretária Municipal da Educação.

Portaria N ° 043/2010

CONTRATA SERVIDORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita Municipal de Irineópolis em Exercício, cidadã CIRCE NEPPEL SFAIR, usando da competência que lhe confere os itens VII e IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n ° 007/2001 de 15/10/2001, e amparado no que dispõe o Art. 2º, inciso III, § 1º, da Lei Complementar n ° 022/05 de 19/05/2005, com redação dada pelas Leis Complementares n ° s019/04, 022/05 e 040/08,

R E S O L V E :

Art. 1º - CONTRATAR JOELMA JURASZEK, conforme Contrato de Trabalho Temporário n ° 007/2010, nascida em 09/04/1979, portadora do CPF n ° 027.897.689-19, RG. n ° 3.146.928 SSP/SC, para no período de 17/02/2010 á 17/05/2010, exercer as atividades de Professora de Artes (10h/sem), com atividades junto ao CEI Nossa Senhora Aparecida.

Art. 2º - O caráter temporário previsto no artigo anterior poderá ter encerramento antecipado caso haja o preenchimento da vaga por funcionário efetivo aprovado em Concurso Público.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 18 de fevereiro de 2010.
CIRCE NEPPEL SFAIR
Prefeita Municipal em Exercício.

MARLEM MARQUES DAL LAGO
Secretária Municipal da Educação.

Portaria N ° 044/2010

CONTRATA SERVIDORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita Municipal de Irineópolis em Exercício, cidadã CIRCE NEPPEL SFAIR, usando da competência que lhe confere os itens VII e IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n ° 007/2001 de 15/10/2001, e amparado no que dispõe o Art. 2º, inciso III, § 1º, da Lei Complementar n ° 022/05 de 19/05/2005, com redação dada pelas Leis Complementares n ° s019/04, 022/05 e 040/08,

R E S O L V E :

Art. 1º - CONTRATAR DANIELE APARECIDA JURASZEK, conforme Contrato de Trabalho Temporário n ° 008/2010, nascida em 12/10/1981 portadora do CPF n ° 046.838.189-90, RG. n ° 4.343.873 SESP/SC, para no período de 17/02/2010 á 17/05/2010, exercer as atividades de Professora de Artes (10h/sem) com atividades junto ao NE. Guilherme Bossow.

Art. 2º - O caráter temporário previsto no artigo anterior poderá ter encerramento antecipado caso haja o preenchimento da vaga por funcionário efetivo aprovado em Concurso Público.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 18 de fevereiro de 2010.
CIRCE NEPPEL SFAIR
Prefeita Municipal em Exercício.

MARLEM MARQUES DAL LAGO
Secretária Municipal da Educação

Portaria N ° 045/2010

CONTRATA SERVIDORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita Municipal de Irineópolis em Exercício, cidadã CIRCE NEPPEL SFAIR, usando da competência que lhe confere os itens VII e IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n ° 007/2001 de 15/10/2001, e amparado no que dispõe o Art. 2º, inciso III, § 1º, da Lei Complementar n ° 022/05 de 19/05/2005, com redação dada pelas Leis Complementares n ° s019/04, 022/05 e 040/08,

R E S O L V E :

Art. 1º - CONTRATAR MARIA APARECIDA CUNHA, conforme Contrato de Trabalho Temporário n ° 009/2010, nascida em 11/06/1987, portadora do CPF n ° 071.499.129-58, RG. n ° 5.560.879 SESP/SC, para no período de 17/02/2010 á 17/05/2010, exercer as atividades de Professora de Artes (40h/sem) com atividades junto ao NE. Guilherme Bossow.

Art. 2º - O caráter temporário previsto no artigo anterior poderá ter encerramento antecipado caso haja o preenchimento da vaga por funcionário efetivo aprovado em Concurso Público.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 18 de fevereiro de 2010.
CIRCE NEPPEL SFAIR
Prefeita Municipal em Exercício.

MARLEM MARQUES DAL LAGO
Secretária Municipal da Educação.

Portaria N ° 047//2010

CONTRATA SERVIDORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita Municipal de Irineópolis em Exercício, cidadã CIRCE NEPPEL SFAIR, usando da competência que lhe confere os itens VII e IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n° 007/2001 de 15/10/2001 e amparado no que dispõe a Lei Complementar n° 013/03, de 25/06/2003 com redação dada pelas Leis Complementares n° s 019/04, 022/05 e 040/2008,

R E S O L V E :

CONTRATAR CRISTIANE JUNG, conforme Contrato de Trabalho Temporário n° 011/2010, nascida em 03/01/1981, portadora do CPF n° 008.693.589-52, RG. n° 4.470.206 – SESP/SC, para no período de 17/02/2010 à 17/12/2010 exercer as atividades de Professora de Português (ACT 10 h/sem), com atividades junto a N.E. Guilherme Bossow, em substituição ao professor efetivo César Daniel Damaceno Júnior, designado para as funções de Diretor de Escola.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 18 de fevereiro de 2010.

CIRCE NEPPEL SFAIR

Prefeita Municipal em Exercício.

MARLEM MARQUES DAL LAGO

Secretária Municipal da Educação.

Portaria N° 048//2010

CONTRATA SERVIDORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita Municipal de Irineópolis em Exercício, cidadã CIRCE NEPPEL SFAIR, usando da competência que lhe confere os itens VII e IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n° 007/2001 de 15/10/2001 e amparado no que dispõe a Lei Complementar n° 013/03, de 25/06/2003 com redação dada pelas Leis Complementares n° s 019/04, 022/05 e 040/2008,

R E S O L V E :

CONTRATAR RITA DE CACIA HALLU, conforme Contrato de Trabalho Temporário n° 012/2010, nascida em 05/02/1961, portadora do CPF n° 599.128.129-72, RG. n° 4.406.782-0 – SESP/PR, para no período de 17/02/2010 à 17/12/2010 exercer as atividades de Professora de Português (ACT 20 h/sem), com atividades junto a N.E. Presidente Adolfo Konder, em substituição ao professor efetivo César Daniel Damaceno Júnior, designado para as funções de Diretor de Escola.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 18 de fevereiro de 2010.

CIRCE NEPPEL SFAIR

Prefeita Municipal em Exercício.

MARLEM MARQUES DAL LAGO

Secretária Municipal da Educação.

Portaria N° 049/2010

CONTRATA SERVIDORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita Municipal de Irineópolis em Exercício, cidadã CIRCE NEPPEL SFAIR, usando da competência que lhe confere os itens VII e IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n° 007/2001 de 15/10/2001, e amparado no que dispõe o Art. 2º, inciso III, § 1º, da Lei Complementar n° 013/03, de 25/06/2003 com redação dada pelas Leis Complementares n° s 019/04, 022/05 e 040/2008,

R E S O L V E

Art. 1º - CONTRATAR WILZA CARLA HENNING, conforme Contrato de Trabalho Temporário n° 013/2010, nascida em 17/02/1982 portadora do CPF n° 036.816.289-39, RG. n° 4.662.710 SESP/SC, para no período de 17/02/2010 à 17/05/2010, exercer as atividades de Professora de História (40h/sem), com atividades junto ao N.E. Presidente Adolfo Konder e N.E. Guilherme Bossow.

Art. 2º - O caráter temporário previsto no artigo anterior poderá ter encerramento antecipado caso haja o preenchimento da vaga por funcionário efetivo aprovado em Concurso Público.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 18 de fevereiro de 2010.

CIRCE NEPPEL SFAIR

Prefeita Municipal em Exercício.

MARLEM MARQUES DAL LAGO

Secretária Municipal da Educação.

Portaria N° 050/2010

CONTRATA SERVIDORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita Municipal de Irineópolis em Exercício, cidadã CIRCE NEPPEL SFAIR, usando da competência que lhe confere os itens VII e IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n° 007/2001 de 15/10/2001, e amparado no que dispõe o Art. 2º, inciso III, § 1º, da Lei Complementar n° 013/03, de 25/06/2003 com redação dada pelas Leis Complementares n° s 019/04, 022/05 e 040/2008,

R E S O L V E :

CONTRATAR ZELINDA SCHEMCZSEN, conforme Contrato de Trabalho Temporário n° 014/2010, nascida em 13/03/1985, portadora do CPF n° 050.091.519-95, RG. n° 4.769.587, SESP/SC, para no período de 17/02/2010 à 17/12/2010, exercer as atividades de Professora de Ciências (10h/sem), com atividades junto ao N.E. Presidente Adolfo Konder, em substituição a Professora efetiva Sônia Mara de Moraes Sagaz, em exercício da Função Gratificada de Diretora do Ensino Fundamental.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 18 de fevereiro de 2010.

CIRCE NEPPEL SFAIR

Prefeita Municipal em Exercício.

MARLEM MARQUES DAL LAGO

Secretária Municipal da Educação.

Portaria N° 051/2010

CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita Municipal de Irineópolis em Exercício, cidadã CIRCE NEPPEL SFAIR, usando da competência que lhe confere os itens VII e IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n° 007/2001 de 15/10/2001, e amparado no que dispõe o Art. 2º, inciso III, § 1º, da Lei Complementar n° 013/03, de 25/06/2003 com redação dada pelas Leis Complementares n° s 019/04, 022/05 e 040/2008,

R E S O L V E :

Art. 1º - CONTRATAR ANTONIO MARCELO MARQUES, conforme Contrato de Trabalho Temporário n° 015/2010, nascido

em 03/08/1972 portador do CPF n° 866.867.989-91, RG. n° 2735775, SSP/SC, para no período de 17/02/2010 á 17/05/2010, exercer as atividades de Professor de Matemática (10h/sem), com atividades junto a N.E. Presidente Adolfo Konder.

Art. 2º - O caráter temporário previsto no artigo anterior poderá ter encerramento antecipado caso haja o preenchimento da vaga por funcionário efetivo aprovado em Concurso Público.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 18 de fevereiro de 2010.
CIRCE NEPPEL SFAIR
Prefeita Municipal em Exercício.

MARLEM MARQUES DAL LAGO
Secretária Municipal da Educação.

Portaria N° 052/2010

PORTARIA N° 052/2010

CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita Municipal de Irineópolis em Exercício, cidadã CIRCE NEPPEL SFAIR, usando da competência que lhe confere os itens VII e IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n° 007/2001 de 15/10/2001, e amparado no que dispõe o Art. 2º, inciso III, § 1º, da Lei Complementar n° 013/03, de 25/06/2003 com redação dada pelas Leis Complementares n° s 019/04, 022/05 e 040/2008,

R E S O L V E :

Art. 1º - CONTRATAR JAQUELINE ESTRISER GONTAREK, conforme Contrato de Trabalho Temporário n° 017/2010, nascida em 21/05/1987 portadora do CPF n° 058.051.249-55, RG. n° 4.581.233, SESP/SC, para no período de 17/02/2010 á 17/05/2010, exercer as atividades de Professora de História (10h/sem), com atividades junto a N.E. Guilherme Bossow.

Art. 2º - O caráter temporário previsto no artigo anterior poderá ter encerramento antecipado caso haja o preenchimento da vaga por funcionário efetivo aprovado em Concurso Público.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 18 de fevereiro de 2010.
CIRCE NEPPEL SFAIR
Prefeita Municipal em Exercício.

MARLEM MARQUES DAL LAGO
Secretária Municipal da Educação.

Portaria N° 053/2010

CONTRATA SERVIDORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita Municipal de Irineópolis em Exercício, cidadã CIRCE NEPPEL SFAIR, usando da competência que lhe confere os itens VII e IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n° 007/2001 de 15/10/2001, e amparado no que dispõe o Art. 2º, inciso III, § 1º, da Lei Complementar n° 013/03, de 25/06/2003 com redação dada pelas Leis Complementares n° s 019/04, 022/05 e 040/2008,

R E S O L V E :

Art. 1º - CONTRATAR JOCELANE MARCINIAK BOBROVICZ, conforme Contrato de Trabalho Temporário n° 018/2010, nas-

cida em 18/12/1982 portadora do CPF n° 044.229.339-90, RG. n° 4.198.057, SESP/SC, para no período de 17/02/2010 á 17/05/2010, exercer as atividades de Professora de Inglês (20h/sem), com atividades junto a N.E. Presidente Adolfo Konder.

Art. 2º - O caráter temporário previsto no artigo anterior poderá ter encerramento antecipado caso haja o preenchimento da vaga por funcionário efetivo aprovado em Concurso Público.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 18 de fevereiro de 2010.
CIRCE NEPPEL SFAIR
Prefeita Municipal em Exercício.

MARLEM MARQUES DAL LAGO
Secretária Municipal da Educação.

Portaria NR. 054/2010

CONTRATA SERVIDORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita Municipal de Irineópolis em Exercício, cidadã CIRCE NEPPEL SFAIR, usando da competência que lhe confere os itens VII e IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n° 007/2001 de 15/10/2001, e amparado no que dispõe o Art. 2º, inciso III, § 1º, da Lei Complementar n° 013/03, de 25/06/2003 com redação dada pelas Leis Complementares n° s 019/04, 022/05 e 040/2008,

R E S O L V E :

Art. 1º - CONTRATAR ROSENILDA BOSSOW MELECHENCO, conforme Contrato de Trabalho Temporário n° 019/2010, nascida em 12/06/1984, portadora do CPF n° 038.390.729-21, RG. n° 4.780.722-9 SESP/SC, para no período de 17/02/2010 á 17/05/2010, exercer as atividades de Professora de Inglês (10h/sem).

Art. 2º - O caráter temporário previsto no artigo anterior poderá ter encerramento antecipado caso haja o preenchimento da vaga por funcionário efetivo aprovado em Concurso Público.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 18 de fevereiro de 2010.
CIRCE NEPPEL SFAIR
Prefeita Municipal em Exercício.

MARLEM MARQUES DAL LAGO
Secretaria da Educação

Portaria N° 055/2010

CONTRATA SERVIDORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita Municipal de Irineópolis em Exercício, cidadã CIRCE NEPPEL SFAIR, usando da competência que lhe confere os itens VII e IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n° 007/2001 de 15/10/2001, e amparado no que dispõe o Art. 2º, inciso III, § 1º, da Lei Complementar n° 013/03, de 25/06/2003 com redação dada pelas Leis Complementares n° s 019/04, 022/05 e 040/2008,

R E S O L V E :

Art. 1º - CONTRATAR MARIZANE DA SILVA, conforme Contrato de Trabalho Temporário n° 020/2010, nascida em 13/08/1980 portadora do CPF n° 032.367.199-31, RG. n° 3.588.066 SSP/SC, para



no período de 17/02/2010 á 17/05/2010, exercer as atividades de Professora de Inglês (30h/sem) e de 17/02/2010 à 17/12/2010, as atividades de Professora de Português (10h/sem), em substituição ao professor efetivo César Daniel Damaceno Júnior, designado para as funções de Diretor de Escola.

Art. 2º - O caráter temporário previsto no artigo anterior, para as funções de Professora de Inglês, poderá ter encerramento antecipado caso haja o preenchimento da vaga por funcionário efetivo aprovado em Concurso Público.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 18 de fevereiro de 2010.

CIRCE NEPPEL SFAIR

Prefeita Municipal em Exercício.

MARLEM MARQUES DAL LAGO

Secretária Municipal da Educação.

Portaria N º 056/2010

CONTRATA SERVIDORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita Municipal de Irineópolis em Exercício, cidadã CIRCE NEPPEL SFAIR, usando da competência que lhe confere os itens VII e IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n º 007/2001 de 15/10/2001, e amparado no que dispõe o Art. 2º, inciso III, § 1º, da Lei Complementar n º. 013/03, de 25/06/2003 com redação dada pelas Leis Complementares n º s 019/04, 022/05 e 040/2008,

R E S O L V E :

CONTRATAR MARGARETE BORTNIK, conforme Contrato de Trabalho Temporário n º 021/2009, nascida em 02/09/1977, portadora do CPF n º 004.248.679-31, RG. n º 3.611.042-6 SESP/SC, para no período de 17/02/2010 á 17/12/2010, exercer as atividades de Professora de Educação Infantil (40h/sem), em substituição a professora efetiva Vera Lúcia Borges, em exercício de Função Gratificada.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 18 de fevereiro de 2010.

CIRCE NEPPEL SFAIR

Prefeita Municipal em Exercício.

MARLEM MARQUES DAL LAGO

Secretária Municipal da Educação.

Extrato Contrato Nº 01/2010 - HMBJ

HOSPITAL MUNICIPAL BOM JESUS

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO Nº 01/2010

Contratante: Hospital Municipal Bom Jesus de Irineópolis

Contratada: Betha Sistemas Ltda

Objeto: Fornecimento de licenças de uso, não exclusiva, mediante contratação de empresa para locação dos sistemas de Contabilidade Pública, Folha de Pagamento e Compras e Licitações.

Valor Total - R\$ 6.200,00, mensal R\$ 620,00.

Vigência – 01/03/2010 a 31/12/2010

Base Legal – Artigo 24, inciso II, Lei nº 8.666/93.

Irineópolis (SC), 10 de março de 2010.

Hospital Municipal Bom Jesus de Irineópolis

NILDA EDITE BANHUKI GALVÃO

Presidente

José Boiteux

PREFEITURA MUNICIPAL

Autorização de Fornecimento 340/2010 - PMJB

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE JOSE BOITEUX CNPJ: 79.372.553/0001-25 Fone: (47) 3352-7111 RUA 16 DE JUNHO, 13 C.E.P.: 89145-000 - JOSE BOITEUX - SC	AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nr.: 340/2010 Processo Administrativo: Processo de Licitação: 11/2010 Data do Processo: 01/03/2010 Data da Homologação: 11/03/2010 Seqüência da Adjudicação: 1 Data da Adjudicação: 11/03/2010 PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 6/2010 - PR
Processo de Empenho nr.: Dcto Fiscal nr.:	Folha: 1/1

Fornecedor: AUTO ELITE LTDA. Endereço: ALAMEDA ARISTILIANO RAMOS, 1.471 Cidade: RIO DO SUL - SC - CEP: 89160-000 CNPJ: 83.270.397/0005-92 Inscrição Estadual: 254.745.032	Código: 108 Telefone: (47)3531-4600 Banco: Agência: Conta Corrente:
Prezados Senhores, Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados. Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.	

Órgão: 06 - Secretaria da Educação Cultura e Desporto Unidade: 01 - Secretaria da Educação Cultura e Desporto Centro de Custo: 6 - Secretaria da Educação Cultura e Desporto Fonte de Recurso: Dotações Utilizadas: 2.029.4.4.90.00.00.00.00.00 (10), 2.018.4.4.90.00.00.00.00.00 (54) Compl. Elemento: Condições de Pagto: O valor de cada item dividido em 10 vezes iguais mensais. Prazo Entrega/Exec.: IMEDIATO, após autorização de fornecimento Local de Entrega: Prefeitura Municipal - - Objeto da Compra: Referente à aquisição de 2 (dois) automóveis utilitários para transporte de pessoal, mínimo 12 lugares, de fabricação nacional, modelo 2010, motor bi-combustível (álcool e/ou gasolina) com porta lateral corrediça, chave codificada e 1 (um) veículo para transporte de passageiros, fabricação nacional, combustível diesel, ano/modelo 2010, motor 2.3, com capacidade de 1 motorista e 15 passageiros. A relação completa dos itens encontra-se no anexo I do presente Edital. Observações: Referente à aquisição de 2 (dois) automóveis utilitários para transporte de pessoal, mínimo 12 lugares, de fabricação nacional, modelo 2010, motor bi-combustível (álcool e/ou gasolina) com porta lateral corrediça, chave codificada e 1 (um) veículo para t
--

Item	Quantidade	Unid	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
1	1,00	UN	Aquisição Veículo Novo P/ Transporte Escolar (unidade): Veículo para transporte de passageiros, cor branca, fabricação nacional, movido a Diesel, injeção eletrônica, motor 2.3, 16 válvulas, ano/modelo 2010, com capacidade de 1 motorista e 15 passageiros, direção hidráulica, porta lateral corrediça, pneus dianteiros e traseiros aro no mínimo 15 polegadas. O automóvel deverá vir padronizado conforme incisos I, III, IV, V e VI do art. 136 da Lei 9.503 do código de trânsito brasileiro: "I - registro como veículo de passageiros; III - pintura de faixa horizontal na cor amarela, com quarenta centímetros de largura, à meia altura, em toda a extensão das partes laterais e traseira da carroçaria, com o dístico ESCOLAR, em preto, sendo que, em caso de veículo de carroçaria pintada na cor amarela, as cores aqui indicadas devem ser invertidas; IV - equipamento registrador instantâneo inalterável de velocidade e tempo; V - lanternas de luz branca, fosca ou amarela dispostas nas extremidades da parte superior dianteira e lanternas de luz vermelha dispostas na extremidade superior da parte traseira; VI - cintos de segurança em número igual à lotação. " (03-10-0014)	PEUGEOT	84.000,00	84.000,00
2	2,00	UN	Aquisição de Veículo Novo (03-10-0001)	VOLKSWAGEN	53.000,00	106.000,00
(Valores expressos em Reais R\$)					Total Geral:	190.000,00
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	190.000,00

JOSE BOITEUX, 11 de Março de 2010

 José Luiz Lopes - Prefeito Municipal

 Dilson da Silva
 Responsável pelo Setor Compras


Luzerna

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto 1194

DECRETO Nº 1194 DE 09 DE MARÇO DE 2010.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA PARA O EXERCÍCIO DE 2010".

NORIVAL FIORIN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC), no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso II, do art.19, da Lei nº 877 de 08 de dezembro de 2009,

DECRETA:

Art.1º- Fica aberto um CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de R\$ 62.500,00 (sessenta e dois mil e quinhentos reais) à conta do superávit financeiro do exercício de 2009, apurado na Fonte 24 - Transferência de Convênios Outros - Detalhamento de Recursos 000024 - Transferência de Convênios da União, criando a Fonte de Recursos, Destinação de Recursos e Valor no Orçamento do Município para 2010, atribuído ao Projeto:

UNIDADE GESTORA – PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS

Projeto - 11.1101.17.512.0064.1059 - Obras de Esgoto no Perímetro Urbano

Categoria Econômica - 4.4.90.51.98 - Obras Contratadas

Fonte de Recursos - 0.6.24 - Transferência de Convênios OutrosR\$ 62.500,00

Detalhamento dos Recursos - 000024 - Transferência de Convênios - União

Art.2º - É parte integrante deste Decreto, o Anexo 14 da Lei 4.320/64 - Balanço Patrimonial de 2009.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 09 de março de 2010.

NORIVAL FIORIN

Prefeito Municipal

Portaria 035

PORTARIA Nº 035/10 de 01 de março de 2010.

NOMEIA COMISSÃO PERMANENTE DE FISCALIZAÇÃO, ACOMPANHAMENTO E RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO DE OBRAS PÚBLICAS, SERVIÇOS, COMPRAS, LOCAÇÃO E AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS QUE ESPECIFICA".

NORIVAL FIORIN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º- NOMEAR a COMISSÃO PERMANENTE DE FISCALIZAÇÃO, ACOMPANHAMENTO E RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO DE OBRAS PÚBLICAS, SERVIÇOS, COMPRAS, LOCAÇÃO E AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, conforme estabelecido nos arts. 15, 73 e 74 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a qual é constituída pelos servidores:

CARINE MARCON - Assessora de Planejamento

GILMAR DEBUS - Secretário de Obras e Serviços

RÉGIS VALTER WEISER - Engenheiro Agrônomo

Parágrafo Único - A Comissão a que se refere esta Portaria será composta ainda por um representante da empresa contratada.

Art.2º- Os serviços realizados por esta Comissão serão gratuitos sem ônus para o Município.

Art.3º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação,

produzindo efeitos a partir de 01 de março de 2010.

Luzerna(SC), 01 de março de 2010.

NORIVAL FIORIN

Prefeito Municipal

Extrato Portaria 034

Portaria nº 034/10 de 01/03/10 - "Atribui carga horária suplementar a servidora que especifica" (Atribui carga horária suplementar de mais 20 horas semanais à servidora DAIANI DORÉ, Professora II, 20 horas semanais, na Educação Infantil, para reger classe e/ou ministrar aulas provenientes de cargos que ainda não tenham sido criados, sendo 32 horas semanais de trabalho com alunos e 08 horas semanais de trabalho em trabalho pedagógico, a partir de 01/03/2010, retornando posteriormente a 20 horas semanais.)

Extrato Portaria 035

Portaria nº 035/10 de 01/03/10 - "Nomeia Comissão Permanente de Fiscalização, Acompanhamento e Recebimento Provisório e Definitivo de obras públicas, serviços, compras, locação e aquisição de equipamentos que especifica". (CARINE MARCON, GILMAR DEBUS, RÉGIS VALTER WEISER).

Edital de Receita

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Des

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto nos termos do art. 2º da Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município de Luzerna, a liberação de recursos financeiros federais:

24/02/2010	Transferência do Salário Educação	20.440,06
23/02/2010	Cota-parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	3.970,67

Luzerna(SC), 09 de março de 2010.

NORIVAL FIORIN

Prefeito Municipal

Nova Trento

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei Municipal Complementar Nº 361/2010

Lei Complementar Nº 361/2.010

Altera Planilha de Metas do Plano Plurianual - PPA 2010/2013 e Planilha de Prioridades e Metas da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO para 2010.

O Prefeito Municipal de Nova Trento, Sr. Orivan Jarbas Orsi, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, Faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e Eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - A Planilha de Metas do PPA 2010/2013, aprovado pela Lei Municipal nº 306, de 26/08/2009, referente ao Programa 36 - Drenagem e Pavimentação de Vias Urbanas no município de Nova Trento, fica acrescido da Ação: 1.014 – Drenagem e Pavimentação de Vias Urbanas no município, no valor de R\$ 153.000,00 (cento e cinquenta e três mil reais)



Art. 2º - A Planilha de Prioridades e Metas da LDO para 2010, aprovado pela Lei Municipal nº 317 de 22/10/2009, referente ao Programa 36 –Drenagem e Pavimentação de Vias Urbanas no município de Nova Trento, fica acrescido da Ação: 1.014 – Drenagem e Pavimentação de Urbanas no município de Nova Trento, no valor de R\$ 153.000,00 (cento e cinquenta e três mil reais).

Art. 3º - A nova Ação incluída no PPA 2010/2013 e na LDO para 2010, correrá por conta de recursos provenientes do convênio firmado entre o município e o Ministério das Cidades, no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), mais a contrapartida do município no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais), pelo provável excesso de arrecadação apurado no corrente exercício.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam -se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 01 de março de 2010.
ORIVAN JARBAS ORSI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei Complementar, em 01 de março de 2010.
MOISÉS CIPRIANI
Secretário M. Administração e Finanças

Carta Convite N° 006/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO

Processo Licitatório nº 028/2010 – Carta Convite nº 006/2010
Objeto: A presente licitação tem por objeto a Aquisição Parcelada de Material de Limpeza, Gêneros Alimentícios e Gás de Cozinha, para o Fundo de Saúde, Fundo de Assistência Social e Secretarias Municipais, exceto Educação, para o ano de 2010.
Julgamento: Menor Preço por Item. Entrega dos envelopes e Abertura das Propostas: 23/03/2010 até as 15:00 horas.
Retirada do Edital e demais informações: Praça del Comune, 126, Centro, Fone: 48.32673215 – www.novatrento.sc.gov.br – zico@novatrento.sc.gov.br

ORIVAN JARBAS ORSI
Prefeito Municipal

Carta Convite N° 007/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO

Processo Licitatório nº 029/2010 – Carta Convite nº 007/2010
Objeto: A presente licitação tem por objeto a Aquisição Parcelada de Material de Escritório, para o Fundo de Saúde, Fundo de Assistência Social e Secretarias Municipais, exceto Educação, para o ano de 2010.
Julgamento: Menor Preço por Item. Entrega dos envelopes e Abertura das Propostas: 24/03/2010 até as 10:00 horas.
Retirada do Edital e demais informações: Praça del Comune, 126, Centro, Fone: 48.32673215 – www.novatrento.sc.gov.br – zico@novatrento.sc.gov.br

ORIVAN JARBAS ORSI
Prefeito Municipal

Inexigibilidade de Licitação N° 002/2010

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 002/2010

Origem: Processo de Licitação nº 027/2010.

Homologação: 03/03/2010.

Fundamentação: Art. 25, Inciso II, Lei 8666/93 combinado com Art. 13, inciso I do mesmo diploma legal.

Contratante: Prefeitura de Nova Trento

Endereço: Praça del Comune, 126, Centro, 88.270-000

CNPJ 82.925.025/0001-60.

Contratado: Moacir Eliseu Battisti Archer, com endereço na Rua Jorão Cadorin, nº 40, Nova Trento/SC, inscrito no RG sob nº 250.861 e inscrito no CPF sob nº 196.260.889/15.

Objeto: Contratação de pessoa especializada para elaboração de estudo e projeto referente a mudanças, melhorias e facilitação de mobilidade do trânsito nas ruas do Município de Nova Trento, tudo objetivando facilitar a vida de nossos munícipes.

Total: R\$ 10.500,00 (Dez mil e quinhentos reais).

A duração dos trabalhos será de 60 (sessenta) dias, contados a partir da assinatura do contrato.

Nova Trento 03 de março de 2010.

ORIVAN JARBAS ORSI

Prefeito Municipal

Novo Horizonte

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto N° 763/2010

DECRETO N° 1.763/2010, DE 11 DE MARÇO DE 2010.

DISPÕE SOBRE O CALENDÁRIO FISCAL DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2011 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SANTOS ZILLI, Prefeito Municipal de Novo Horizonte, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições Legais e amparado pelo disposto na Lei Complementar 007/94 de 27/12/94, que institui o Código Tributário do Municipal, e,

Considerando a antecipação da elaboração da LDO de 2011, conforme exigência legal de aprovação até 15 de abril de 2010, disciplinada da CF/88.

DECRETA:

Art. 1º – Fica instituído o calendário fiscal do Município de Novo Horizonte-SC, para o exercício financeiro de 2011, para recolhimento de tributos municipais, na forma do anexo único, parte integrante deste.

Art. 2º – Após o prazo fixado no Calendário Fiscal para o recolhimento de tributos, estes ficam sujeitos às penalidades previstas no Código Tributário Municipal, bem como a inscrição em dívida ativa, na forma do art. 164 do mesmo Diploma, ou outra lei que venha a substituir.

Art. 3º – O contribuinte que optar pelo pagamento do IPTU em cota única, antes de vencida a primeira parcela, fará jus ao desconto de 10% (dez por cento).

Art. 4º – Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º – Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte – SC, em 09 de março de 2010.

SANTOS ZILLI

Prefeito Municipal



Registre-se e Publique-se

ANEXO ÚNICO

DECRETO Nº 1.763/2010

CALENDÁRIO FISCAL DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE
PARA O EXERCÍCIO DE 2011.

Espécies de Tributos:

I – Taxa de Licença para Localização, Funcionamento e Permanência:

Vencimento:

25/02/2011 – parcela única

II – Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU

Vencimento:

cota única 31/05/2011 – 10% de desconto

31/05/2011 – 1a parcela

30/06/2011 – 2a parcela

29/07/2011 – 3a parcela

III – Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS

Vencimento:

28/01/2011 – 1a parcela

25/02/2011 – 2ª parcela

31/03/2011 – 3a parcela

29/04/2011 – 4a parcela

31/05/2011 – 5a parcela

30/06/2011 – 6a parcela

29/07/2011 – 7a parcela

31/08/2011 – 8a parcela

30/09/2011 – 9a parcela

31/10/2011 – 10a parcela

30/11/2011 – 11a parcela

28/12/2011 – 12a parcela

IV – Taxa de Coleta de Lixo:

Vencimento:

30/09/2011 – 1a parcela

31/10/2011 – 2ª parcela

30/11/2011 – 3a parcela

Novo Horizonte-SC, em 11 de março 2010.

SANTOS ZILLI

Prefeito Municipal

Extrato de Rescisão Contratual

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE

EXTRATO RESCISÃO CONTRATUAL

TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL DO CONTRATO Nº 047/2009.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE

CONTRATADA: OPUS PRIME CONSTRUTORA E URBANIZADORA LTDA.

Objeto: Rescisão Unilateral do contrato nº 047/2009, com aplicação da penalidade de suspensão do Direito de Licitar ou contratar com qualquer ente da Administração Direta ou indireta Municipal de Novo Horizonte pelo prazo de 02 (dois) anos, nos termos da cláusula Oitava do Instrumento do Contrato. Novo Horizonte-SC, em 11/03/2010. Santos Zilli – Prefeito Municipal.

Extrato de Contrato Temporário 010/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE

EXTRATO CONTRATATUAL

CONTRATO TEMPORARIO Nº 010/2010.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE

CONTRATADA: ROSI CRISTINA CABERLON FURLAN

VIGENCIA:10/03/2010 a 10/12/2010.

Objeto: contratação de servidora, servidora, para desempenhar as funções de Professor de Educação Infantil temporariamente (Pré III), com carga horária de 20 (vinte horas semanais), com lotação na Secretaria de Municipal da Educação Cultura e Esportes, desempenhando suas atribuições no Centro Educacional de Novo Horizonte-CENHO, no turno vespertino. Novo Horizonte-SC, em 10/03/2010 – Santos Zilli – Prefeito Municipal.

Rescisao Contratual Contrato Temporario Nº 004/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE

EXTRATO DE RESCISÃO CONTRATATUAL

TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO TEMPORARIO Nº 004/2010.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE

CONTRATADA: ELIANE A. B. SZCZEPKOVSKI

Objeto: Rescisão Contratual com fundamento no inciso III da cláusula oitava do contrato temporário nº 004/2010, celebrado por conveniência administrativa, sendo lhe devido os valores proporcionais ao período executado. Novo Horizonte-SC. Novo Horizonte-SC, em 09/03/2010 Santos Zilli – Prefeito Municipal.

Paulo Lopes

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei Nº 1373

LEI Nº 1373 DE 09 DE MARÇO DE 2010

INSTITUI A FUNÇÃO GRATIFICADA DE COORDENADOR GERAL DE ENSINO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Art. 1º - Fica instituída na Secretaria Municipal de Educação a função gratificada de Coordenador Geral de Ensino, que deverá ser concedida exclusivamente a servidor efetivo, sendo que competirá a este:

I – coordenar o ensino (educação infantil e ensino fundamental) na rede municipal;

II – organizar e coordenar as reuniões pedagógicas;

III – Acompanhar a elaboração dos planejamentos anuais, bimestrais ou projetos de trabalhos dos professores da rede municipal.

Art. 2º - A função acima descrita poderá ser ocupada somente por servidor que possua graduação em cursos da área da educação.

Art. 3º - O ocupante da função receberá, com fulcro no art. 144, I, da Lei Complementar nº 497/91, gratificação de função de 80% (oitenta por cento) sobre o vencimento.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paulo Lopes, 09 de março de 2010.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Publicada a presente lei na Secretaria Municipal de Administração em 12 de março de 2010.

Zenon Berto Borges

Secretário M. de Administração



Aviso Licitação Fracassada - CV 22/2010**AVISO**

A Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Paulo Lopes comunica que a Carta Convite nº22/2010, cujo objeto é um veículo utilitário tipo Van para transporte de 12 passageiros, ano/modelo 2010/2010, foi considerada fracassada por ausência de licitantes habilitados. Diante do Exposto, abre-se prazo para recurso conforme estabelece a Lei 8.666/93 .

Paulo Lopes 12 de março de 2010.

LUCENI FIRMINO SILVANO FERMIANO

Presidente da Comissão de Licitação

Pinheiro Preto**PREFEITURA MUNICIPAL****Edital de Convocação de Audiência Pública****EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA**

Elaboração do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social e Plano Diretor do Município de Pinheiro Preto – SC

O Sr Osires Pedro Randon, Vice-Prefeito Municipal em Exercício de Pinheiro Preto, torna público que, a Primeira Audiência Pública – Apresentação do Diagnóstico fica agendada para o dia 23 de março, às 19:00 horas, a realizar-se no Centro Educacional Pe. Trudo Plessers, ficando assim convocados todas as associações representativas dos vários segmentos da comunidade e todos os interessados da população em geral.

E para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância, é expedido o presente Edital de Convocação, que será publicado na Imprensa Local e afixado na sede da Prefeitura, bem assim na sede das Secretarias Municipais e em outros locais públicos, de forma a ser dada ao mesmo a mais ampla divulgação.

Pinheiro Preto, 08 de fevereiro de 2010.

OSIRES PEDRO RANDON

Vice-Prefeito Municipal em Exercício

Porto Belo**PREFEITURA MUNICIPAL****Extrato do Contrato n. 003/2010 - TURISMO**

Extrato de Contrato Nº 003/2010 – FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO

Estado de Santa Catarina

Município de Porto Belo

Processo Licitatório Modalidade Pregão Presencial nº 014/2010

Objeto: Constitui objeto do presente Contrato, o fornecimento, por parte da Contratada, AQUISIÇÃO DE VEÍCULO 0 KM, UTILITÁRIO COM CAPACIDADE DE 07 (SETE) PESSOAS PARA UTILIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DA SECRETARIA DE TURISMO DO MUNICÍPIO DE PORTO BELO.

Contratado: RIVEL VEÍCULOS LTDA.

Prazo de vigência: O período de fornecimento será a partir da assinatura do Contrato até 15 dias, conforme o cronograma respectivo, sendo que a vigência contratual se estenderá até 30 (trinta) dias pós a última entrega prevista no cronograma anexado, podendo o contrato ser prorrogado ou alterado, nos limites da lei em vigor.

O valor global: O valor global do presente contrato será de R\$ 57.000,00 (Cinquenta e sete mil reais).

Data e assinatura do contrato: 9 de março de 2010.

ALBERT STADLER

Prefeito

Porto União**PREFEITURA MUNICIPAL****Edital Classificação Final Concurso**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

EDITAL DE CLASSIFICAÇÃO FINAL DOS CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2009

RENATO STASIAK, Prefeito Municipal de PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 37 da Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal, sob organização e aplicação técnico-administrativa do Instituto Sul Paranaense de Altos Estudos – ISPAE, HOMOLOGA a CLASSIFICAÇÃO FINAL dos candidatos aprovados no Concurso Público para o provimento de vagas conforme edital nº 01/2009.

PROFESSOR: ARTES		
Inscrição	Candidato	Colocação
213	CLADIAN REISDORFER	1
051	JOIS DA TRINDADE VIANA	2
298	FLAVIO MICHEL DOUDERA ZAVASKI	3
237	CRISTIANE SABATKE BOLLMANN	4
PROFESSOR: EDUCAÇÃO INFANTIL		
Inscrição	Candidato	Colocação
123	SIRLENE RAQUEL ZAMBONI FREISLEBEN	1
180	CRISTIANE PATRÍCIA BRISKI	2
173	DENISE FERREIRA	3
095	AGNES MARGARETE MÜLLER	4
050	TELMA CRISTINA ZAKALIAKI	5
244	MÁRCIA REGINA DOS SANTOS LEANDRO	6
240	MONICA LANGA	7
131	HELAYNE CÂNDIDO TOMAL	8
224	SONIA VIERO STACECHEN	9
250	JOELY LEITE SCHAEFER	10
055	JOSEANE CRISTINA JUNG BEREZA	11
312	ISABELA DE FÁTIMA MACHADO	12
141	TATIANE GULECZ	13
004	LUCIANA DOS SANTOS LEITE	14
009	VIVIANE DZIURZA LUKASZUK	15
339	VILMA APARECIDA VOLKMAN	16
290	JULIANA ALVES MARTINS	17
203	FRANCIELE CRISTINA BAJUKA ALVES	18
105	ANDREIA APARECIDA CLAUS	19
102	FRANCIELI WENNINGKAMP	20
291	DEISY JAQUELINE TANDLER	21

034	JULIANA BASE	22
345	ANDRÉA ANGÉLICA TERNOSKI	23
154	CAROLINE MOYSÉS DE SOUZA	24
035	CATIA APARECIDA PIALA MOSKIVIAK	25
239	GLAUCIA NOGARA	26
329	KALINE MARISA CABRAL	27
134	KARIN DAIANE BARTH	28
310	ANA ROSA MARIA DE AGOSTINHO	29
064	IVONE OROSKI DE SOUZA KURITZA	30
104	MARISTELA PAZ DE HORA	31
140	DEISI VIVIANE SCHIER KOSLOSKI	32
060	MARCIA APARECIDA SIMPLICIO DE SOUZA	33
007	ALINE CRISTINA COLITA	34
311	SIMONE DE FÁTIA HUPALO	35
109	DANIELLI SUSKI	36
130	TÂNIA APARECIDA FUCK LENARTOWICZ	37
326	LIDIANE REGINA SCHREINER	38
049	DANIELI KATCHOROSKI	39
036	RITA DE CÁSSIA DO NASCIMENTO	40
085	ROSANGELA RODRIGUES DA SILVA	41
017	MARIÂNGELA APARECIDA BARBUSA SOARES	42
227	EDNA APARECIDA ANDRADE PACHECO	43
126	FERNANDA REGINA CALDAS	44
156	ANNELORE WILKE CENDRON	45
331	FERNANDA PADILHA VAZ	46
283	MARA CLEI MARSCHALK PUFF	47
185	ELIANE CRISTINA DOS SANTOS	48
328	ELEANA SALLES BUCH	49
163	FABIANA KITIANE CARNEIRO	50
073	DANIELI MACHADO	51
152	PATRÍCIA DE FÁTIMA REISDORFER	52
125	FERNANDA CONCEIÇÃO MARTINS	53
114	SANDRA CRUZ	54
041	FERNANDA LORENA PETERS REGERT	55
133	MICHELE ALESSANDRA PATTENE KONART	56
269	ANA LÚCIA MARTINS DE FREITAS ANDREKOWICZ	57
267	MÁRCIA DA SILVA FERREIRA	58
137	EMANUELLA MACIEL SCHWARTZ	59
047	SILVANA REBONATTO DA ROSA	60
327	FLAVIA GREGÓRIO	61
118	ZENAIDE MARIA LARSEN ZIMMERMANN	62
187	RAFAELA GESCHONKE	63
113	ANDREA APARECIDA BUENO DA SILVA	64
248	ELIS DIENIFFER SOARES MIRANDA	65
195	JOSIANE PAULA CORDEIRO	66
168	MIRIAN CARDOSO	67
122	KARINA BAUKAT	68
242	DANIELE RODRIGUES GASPARI	69
145	FERNANDA PAULA FRONCHETTI	70
160	ANA PAULA MARCELINO SOARES	71

139	MARIA ADRIANA NASCIMENTO	72
144	YARA PINTO FERREIRA	73
323	JUCÉLIA DA SILVA	74
006	KETHERIN LEITE	75
038	MARTA BEZERRA KLABUNDE	76
197	LAURA APARECIDA DREYER SCHNEIDER	77
040	ROMILDA BAUM	78
238	ADRIANA RODRIGUES DOS SANTOS	79
264	ALZIMARY DEKI	80
092	CLÁUDIA CRISTINA TOPOLSKI	81
303	GILVANA GARMÊNDIO	82
158	VALQUÍRIA PYLEPKE BELENA	83
230	SANDRA MARA FIGUEIREDO	84
292	ANGELA MARIA SZYMKOWIAK	85
278	JAMILLE THAIS TERESKA	86
301	ERICA ROGENSKI DE FARIA	87
014	CIBELE CRISTINA FERREIRA	88
229	NADIA BURTET ALVES AFONSO	89
183	MARIA ELISA WENGERKIEVICZ	90
138	FERNANDA DE FRANÇA	91
211	SILMARA BUENO DE CAMARGO	92
296	ANITA KOCAN	93
146	JAQUELINE DOS SANTOS LIMA CAON	94
106	CLEIDE KINAK	95
234	KELLEN OLEJUKI KIRSCHNER	96
228	GISELE GAJDECZKA	97
274	ELISABETH DE FÁTIMA ALVES DA SILVA	98
032	MARILDA VIEIRA DE LIMA	99
042	SANDRA MADALENA PEREMIDA	100
091	NEICITA SIRLEI HOLOVATY	101
012	DENISE MARIA SOARES DOS SANTOS	102
027	ELISIANE DE PAULA FRANÇA	103
020	EVA APARECIDA DA SILVA	104
288	CÉLIA SOARES DOS SANTOS SOUZA	105
282	SIMONE DA SILVA MARINHO	106
198	MELISSA BANHUK	107
235	ELOISE DE FATIMA BUNHAK	108
110	SOLANGE APARECIDA SOARES DOS SANTOS	109
162	DELMARA DE FÁTIMA PXEVOZNIKI	110
013	SIMARA DANIEL KOCH	111
071	ELAINE APARECIDA LOPES	112
214	DALIANE FALK MOREIRA	113
021	MARILETE ZWIEZYKOSKI RAUBER	114
008	EVELIN DE FÁTIMA MOUSSE	115
153	ROSELI MARLISE STREGE KONART	116
147	REGIANE SOARES DE MATTOS	117
086	JOSIANI APARECIDA VEZARO WEBER	118
169	FABIANE BELLOZUPCO	119
039	MARIA SOELI BERNARDI	120
043	GENILCE BONADO KZIOZEK	121

046	NELSA IRIS GIACOMINI DERINGER	122
048	CRISTIANE REGINA JUNG	123
025	CLENIR APARECIDA RODRIGUES	124
088	ANDREA ARLETE SCHERAMP	125
016	MARLI DE FREITAS	126
159	SABRINA KONKEL	127
332	MÁRCIA DOS SANTOS	128
347	CLEUZA MARILENE DE FÁTIMA GUERELLUS ARAÚJO	129
157	ELIANE CRISTINA ARANTES	130
210	MARINA SCHINDLER DA SILVEIRA	131
019	LILIANE DE FÁTIMA CAMARGO	132
093	ROSANDE DE MORAES	133
111	SUÉLI TAIANE VICENTIM	134
281	LUCIANA APARECIDA DOS SANTOS	135
261	KÁTIA CORDEIRO RIBEIRO	136
044	NELSA MATILDE BRIXI DA SILVA	137
096	CÉLIA REGINA BANDASZEWSKI HLUSZKO	138
215	VERÔNICA MAZUR	139
117	ELIANE DE FÁTIMA ALVES MARTINS	140

MÉDICO - PSF

Inscrição	Candidato	Colocação
182	ORLANDO CARLOS FLEITH SOBRINHO	1
076	IRONDI BITTENCOURT MARTINS	2
260	MERYELEN ANDREKOWICZ	3
078	VINICIUS MARQUES KINGERSKI	4
369	ALINE KNAK	5
346	CIRO RIBAS NETO	6
344	THIAGO CRUZ	7

CIRURGIÃO DENTISTA - PSF

Inscrição	Candidato	Colocação
280	FRANCIELE APARECIDA LOCATELLI	1
167	JEAN MARCELL FONCHESATTO RESTELATO	2
268	GISELE ECHEVERRIA	3
184	THAIS REGINA KUMMER	4
309	DEIVIS PIZZI VIANA	5
355	JULIANE MALUCELLI	6
341	ALEXANDER HUBERT FECHT	7
061	JULIANA MOREIRA BILINSKI	8
119	AUREA LETÍCIA HORBACH	9
177	DANIEL CANSIAN FILHO	10
253	ANDRESSA SIMÕES DA SILVA	11
357	DAISON ARRUDA AYRES	12
376	LUANA CARLAU PFAU	13
190	DIEGO JOSÉ STRINGHINI	14
366	PRYSILA CHAVES DA SILVA	15
112	MURILO FABRÍCIO ANTUNELLI	16
082	FLAVIA DANIELE CIPRIANI	17
363	JOSIANI ALTHAUS DOS SANTOS	18

293	AMANDA DE LIMA SANTOS	19
022	GABRIELA RULF	20
052	GIANE COLOMBO	21
120	EVERTON LUIZ DE LUCA	22
193	MARIA ODETE AMORIM MENDES	23
068	MARIANE TREVISAN DISSENHA	24
324	KYRIA PALOMA DE ALMEIDA	25
338	DENISE VALÉRIA HEIL	26
143	CRISTIANE SCHMID	27
083	RENATA PEREIRA LIMA PACCINI KAZAMA	28
201	GEÓRGIA PATRÍCIA GRESOLLE	29
348	LUIZ EDUARDO CORRÊA RODRIGUES	30
360	TOBIAS RAUBER SPULDARO	31
370	JOÃO PAULO PARISOTTO ANDRIOLLI	32
058	JULIANO SPAUTZ	33
270	LAÍZA NATHÁLIA DE ALMEIDA MOURA	34
128	DEBORA PEREIRA DONATO	35
365	ADMILSON LUIZ ROSA	36
189	MARIA CECÍLIA BUENO DO NASCIMENTO	37
372	JEFFERSON CHEONG	38
299	LUIZ HENRIQUE BANISKI	39
054	FLÁVIA MÜLLER BRITTES	40
207	JACKELINE DELITSCH	41
026	SANDRA MARA CARAFINI DE SOUZA	42
218	TAINÁ SILVA BARBOSA	43
220	ROSEMARY PERIN MEIRELES COUTO DE SOUZA	44
045	CARLOS TAKAYUKI YAMANAKA	45
075	MARAHANE AYRES GUERIOS	46
172	RODRIGO STADLER ALESSI	47
364	SILVIA FAETHE BERBERT DE ANDRADE	48
179	ARIELA AUGUSTIN	49
206	FELIPE ANDREATTA COPELLI	50
252	RENATA MACHADO AIRES	51
256	JAQUELINE BALDINI	52
271	EBERSON GONÇALES DOS SANTOS	53
294	LARISSA ALVES BOHAIENKO	54
037	LEONEL MIERZVA JÚNIOR	55
062	PRISCILA MOREIRA BILINSKI	56
286	LUIZ ANTÔNIO DA CUNHA SILVEIRA FILHO	57
374	ELDA MAIARA LOPES FERNANDES	58
359	MARCIA GÖBEL	59
089	MICHELLE SUELI MARQUIVIS	60
209	KARIN NOGA	61
318	SILVIA LANZINI BOMBARDA	62
069	MARCELO DA SILVA MUNIZ	63
166	LUIZ HENRIQUE ALVES DA CONCEIÇÃO	64
103	FLÁVIA BALVEDI MEDEIROS THIBES PEREIRA	65
124	RICARDO AUGUSTO RIBAS	66
029	LÍGIA TUON CUSTÓDIO	67
116	ANTÔNIO MARCOS GONGRA	68

191	LUCIANA GRANDO	69
101	EVELISE OMIZZOLO FERREIRA	70
251	JOÃO IRAN MARCONDES RIBAS JUNIOR	71
011	GIANNA MAYARA RIBAS	72
056	PATRÍCIA RULF	73
155	FABIELLE CECCHIN	74
217	HELOISA VAZ FALLEIROS	75
222	BEATRIZ COSTA DE SOUZA	76
226	NILMARA SILVÉRIO DOS SANTOS	77
074	ADRIANO CARVALHO DE OLIVEIRA	78
216	ARTHUR HENRIQUE MELLO DE BRITO	79
351	ÂNDRIA MAYDL CHAICOWSKI	80
188	ROBERTO VAN DER LAARS	81
221	MÔNICA ROBERTA MOREIRA	82
079	HALINE RENATA DALAGO	83
181	THIAGO BASTIAN	84
279	CRISTIANE VELLOSO DE MORAES	85
317	ALEX MANFREDINI	86
059	FRANCIELI SPAUTZ	87
176	TIAGO ANTÔNIO DE JESUS	88
033	MARCELA BANISKI CAUS	89
255	TIAGO EGYDIO CARNEIRO BIASI	90
353	MICHAEL CHRYSTIAN ARAÚJO VAN SANTEN	91
315	SALVIO RAFAEL BANASZESKI	92
265	AGEU ANTÔNIO GUERRA	93
325	ALEXANDRE CÉSAR AYRES	94
358	NUCIENE BORGES	95
084	JULIANA MARCHIORO SOUZA MACALOSSI	96
015	SILVIA RAQUEL IMIANOSKI	97
266	RAPHAEL HENRIQUE PALCZEWSKI	98
262	SCHEILA VALQUIRIA SCHULZ ROHR	99
343	RODRIGO SAMUEL TÚLIO	100
208	CARLOS ALBERTO MARCONDES	101
289	LAIANE CRISTINA GUIZ DAGOSTIM	102
192	KAMILA GRANDO	103
151	ANDRÉIA REJANE SILVA	104
174	MARIO MARCHIORI JUNIOR	105
ENFERMEIRO - PSF		
Inscrição	Candidato	Colocação
053	ELIANE APARECIDA DOS SANTOS	1
018	CARLA CAROLINA DE OLIVEIRA	2
108	SANDRA MARA CORREA	3
319	IRIANA AUGUSTA DOS PASSOS	4
232	CAREN SOLANHO RUMPF GREGORIO	5
223	RAFAELA LEAO ANDRE	6
284	DANUZA RODRIGUES	7
273	YOLANDA PRETO	8
030	DAIANE JACON	9
306	CRISTIANE ANTUNES SCUSSIATO	10

031	VINICIUS KARPAVICIUS DA LUZ	11
307	DEBORA TATIANE CACHOEIRA	12
313	ELIANE APARECIDA PRETO	13
337	ALICE ELENA SALDANHA PEREIRA	14
100	DANIELA APARECIDA FRITZEN	15
316	ALINE ANDRESSA COSA	16
335	TEREZA TOMAL	17
231	THAYSE DAL LAGO	18
212	LIDIANE FAGUNDES DA SILVA KNOLL	19
295	RUBIA APARECIDA ANGREWSKI	20
005	ANGELITA MELLI VAN SANTEN	21
MÉDICO PEDIATRA		
Inscrição	Candidato	Colocação
196	ANDIARA BEATRIZ HICKMANN LEAL	1
PSICÓLOGO		
Inscrição	Candidato	Colocação
080	EDUARDO ILHA BAGOLIN	1
063	TATIANA RIEKOWSKI	2
275	TATIANE TEIXEIRA	3
199	CAROLINE DA SILVA CARNEIRO	4
TERAPEUTA OCUPACIONAL		
Inscrição	Candidato	Colocação
024	ODETE TEREZINHA DINIZ ROIEK	1
NUTRICIONISTA		
Inscrição	Candidato	Colocação
065	ALICE CRISTIANE DO NASCIMENTO SCZEMBERG	1
322	ADRIANA FATIMA DE ALMEIDA SCALET	2
171	ANI CAROLINE HOBI	3
028	LAIS LEILANE BURATTI	4
115	GISLAINE TURKE BRAUN	5
246	CHARLY JOSIANI DOLISZNY BOTTEGA	6
225	DANIELE CATHERINE MICHALISZYN	7
090	JANETE BUENO DA ROCHA	8
336	ANA PAULA GALDINO	9
077	SUZANA FATIMA BANNAK	10
135	ANA PAULA JURASZEK	11
287	FRANCIELI MARIA KNOLL	12
132	REGIANE CARNEIRO DE CAMPOS	13
165	ELAINE RISTOW	14
276	CRISLAINE CARINE MACHADO SILVA	15
161	GISLAINE RAFAELA LEMOS GONÇALVES	16
AUXILIAR DE CIRURGIÃO DENTISTA		
Inscrição	Candidato	Colocação
243	ALIANDRE JUKOWSKI	1
099	ADILIO PROVIN	2



236	CLAUDETE LUCINEIA TREUKE	3
001	TATIANE SAMILI DA SILVA	4
186	CAROLINE APARECIDA DE PAULA	5
314	DELIDES RIBEIRO DO NASCIMENTO	6
ENGENHEIRO CIVIL		
Inscrição	Candidato	Colocação
142	CLÁUDIO TILGNER DE SOUZA	1

Porto União, 02 de março de 2010.
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

Rio do Sul

PREFEITURA MUNICIPAL

Edital de Contribuição de Melhoria Nº. 0001/2010 EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº. 0001/2010

O Prefeito Municipal de RIO DO SUL, Sr. MILTON HOBUS e o Secretário Municipal de Fazenda Sr. EUGÊNIO VICENZI, no exercício de suas atribuições e de acordo com os artigos 386 e seguintes do Código Tributário Municipal, fazem saber a todos os interessados que a Prefeitura Municipal efetuou obras de DRENAGEM PLUVIAL E PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, na(o) RUA JOSE JOHN, Bairro BARRAGEM, e que começa a vigorar, com a publicação deste Edital, o prazo legal para lançamento da respectiva CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA, para os proprietários e moradores lindeiros aderentes e não aderentes da referida rua decorrente a pavimentação subsidiada, prevista na Lei Municipal nº 3.452/99. A obra obedecerá o projeto técnico e memorial descritivo que integram este Edital.

1. DA DELIMITAÇÃO DA OBRA

A obra de DRENAGEM PLUVIAL E PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA da(o) RUA JOSE JOHN tem extensão de 100,23 metros e área a ser pavimentada de 810,21 m², atingindo o presente edital apenas os proprietários da referida Rua.

2. DO PROJETO E DO MEMORIAL DESCRITIVO

O projeto de engenharia, bem com o o memorial descritivo da obra, são partes integrantes deste edital e traduzem as seguintes informações básicas:

2.1 A pavimentação será precedida de implantação de rede de drenagem em ambos os lados da rua, com tubos de concreto de 40 cm de diâmetro, assentados sobre solo natural e rejuntados com argamassa. A vala foi fechada com o mesmo material compactado. A coleta de águas superficiais será feita através de caixas coletoras, dispostas no leito da rua de acordo com o especificado no projeto técnico. .

2.2 A sub-base será de rachão com 15,00 cm de espessura, e a base em camada única de 15,00 cm de brita graduada. Imprimação será com asfalto diluído CM 30, predece-se a pintura de ligação e logo após aplica-se o CAUQ sendo a espessura média de 5 cm da área de 810,21 m². A colocação dos meio-fios em concreto numa extensão de 100,23m.

3. DO ORÇAMENTO

Conforme orçamento elaborado pela Secretaria de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente da Prefeitura e de acordo com o custo da obra e inferior à avaliação dos imóveis, antes da

DRENAGEM PLUVIAL E PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA e depois dela concretizada, o valor total previsto para os 810,21 m² referidos neste edital é de R\$ 57.133,37 (cinquenta e sete mil cento e trinta e três reais e trinta e sete centavos), sendo o preço unitário orçado de R\$ 35,25 (trinta e cinco reais e vinte e cinco centavos) por m² de pavimento. Orçamento e avaliação dos imóveis encontram-se a disposição dos contribuintes interessados, junto à Secretaria de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Rio do Sul.

4. DA RELAÇÃO DO PROPRIETÁRIO BENEFICIADO PELA OBRA

4.1. Relação dos proprietários beneficiados com as obras e não aderentes a pavimentação

Proprietário	Cadastro	Testada	Area Pav.	Valor R\$
ALIRIO TONON	11206.2	22,57	90,28	3.182,37
ANGELITA APARECIDA FRANZ E OUTRO	11207.0	22,00	88,00	3.102,00
ANGELITA APARECIDA FRANZ E OUTRO	11469.3	57,76	231,04	8.144,16
EVANDRO ADELINO DA ROCHA	11208.9	30,27	121,08	4.268,07
JOSE BRAZ HILLESHEIM	11209.7	20,14	80,56	2.839,74
MARIA DAS GRACAS BATISTA	11471.5	32,83	131,32	4.629,03
ÁREA COMUM (PREFEITURA MUNICIPAL)				30.968,00
TOTAL GERAL =====>		185,57	742,28	57.133,37

4.2. Das áreas comuns:

A Prefeitura Municipal arcará com os custos da pavimentação das áreas que não estão contíguas à testadas de lotes privados (Cruzamentos e Outros).

5. DA FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento do valor lançado deverá ser efetuado nas bases acordadas com a Secretaria da Fazenda do Município, obedecidos aos prazos estipulados na respectiva Notificação de Contribuição de Melhoria, nos termos da Lei supra mencionada.

6. DOS PRAZOS RECURSAIS

Ficam cientificados os contribuintes beneficiados pela obra, que o prazo de recurso contra os itens supra relatados é de 30 (trinta) dias, a contar da publicação do presente Edital, refere-se a custos de mercado atual, na forma de preço à vista.

RIO DO SUL 24 de fevereiro de 2010.

JOSÉ LUIZ DO NASCIMENTO
Fiscal de Tributos

EUGÊNIO VICENZI
Secretário da Fazenda

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

Edital de Contribuição de Melhoria Nº. 0003/2010 EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº. 0003/2010

O Prefeito Municipal de RIO DO SUL, Sr. MILTON HOBUS e o Secretário Municipal de Fazenda Sr. EUGÊNIO VICENZI, no exercício de suas atribuições e de acordo com os artigos 386 e seguintes do Código Tributário Municipal, fazem saber a todos os interessados que a Prefeitura Municipal efetuou obras de DRENAGEM PLUVIAL E PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, na(o) RUA ALTA-MIRO GASTAO, Bairro BARRAGEM, e que começa a vigorar, com a publicação deste Edital, o prazo legal para lançamento da respectiva CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA, para os proprietários e moradores lindeiros aderentes e não aderentes da



referida rua decorrente a pavimentação subsidiada, prevista na Lei Municipal nº 3.452/99. A obra obedecerá o projeto técnico e memorial descritivo que integram este Edital.

1. DA DELIMITAÇÃO DA OBRA

A obra de DRENAGEM PLUVIAL E PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA da(o) RUA ALTAMIRO GASTAO tem extensão de 155,14 metros e área a ser pavimentada de 1.198,47 m², atingindo o presente edital apenas os proprietários da referida Rua.

2. DO PROJETO E DO MEMORIAL DESCRITIVO

O projeto de engenharia, bem com o o memorial descritivo da obra, são partes integrantes deste edital e traduzem as seguintes informações básicas:

2.1 A pavimentação será precedida de implantação de rede de drenagem em ambos os lados da rua, com tubos de concreto de 40 cm de diâmetro, assentados sobre solo natural e rejuntados com argamassa. A vala foi fechada com o mesmo material compactado. A coleta de águas superficiais será feita através de caixas coletoras, dispostas no leito da rua de acordo com o especificado no projeto técnico.

2.2 A sub-base será de rachão com 15,00 cm de espessura, e a base em camada única de 15,00 cm de brita graduada. Imprimação será com asfalto diluído CM 30, predece-se a pintura de ligação e logo após aplica-se o CAUQ sendo a espessura média de 5 cm da área de 1.198,47 m². A colocação dos meio-fios em concreto numa extensão de 155,14m.

3. DO ORÇAMENTO

Conforme orçamento elaborado pela Secretaria de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente da Prefeitura e de acordo com o custo da obra e inferior à avaliação dos imóveis, antes da DRENAGEM PLUVIAL E PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA e depois dela concretizada, o valor total previsto para os 1.198,47 m² referidos neste edital é de R\$ 85.232,82 (oitenta e cinco mil duzentos e trinta e dois reais e oitenta e dois centavos), sendo o preço unitário orçado de R\$ 35,56 (trinta e cinco reais e cinquenta e seis centavos) por m² de pavimento. Orçamento e avaliação dos imóveis encontram-se a disposição dos contribuintes interessados, junto à Secretaria de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Rio do Sul.

4. DA RELAÇÃO DO PROPRIETÁRIO BENEFICIADO PELA OBRA

4.1. Relação dos proprietários beneficiados com as obras e não aderentes a pavimentação

Proprietário	Cadastro	Testada	Area Pav.	Valor R\$
ADENIR DE OLIVEIRA	11496.0	20,90	83,60	2.972,82
ELIANE SARTORATO	11495.2	15,65	62,60	2.226,06
EVALDO BRUGGMANN	11423.5	21,50	86,00	3.058,16
GENTIL DOS SANTOS	11488.0	25,00	100,00	3.556,00
GUIMARAES GASTAO	11489.8	25,00	100,00	3.556,00
GUIMARAES GASTAO	11493.6	21,92	87,68	3.117,90
GUIMARAES GASTAO	11494.4	14,54	58,16	2.068,17
JAIME METZGER	11425.1	16,29	65,16	2.317,09
JOAO DA SILVA	11424.3	14,47	57,88	2.058,21
JONAS DA SILVA	37772.4	4,00	16,00	568,96
OSMAR DA SILVA	11222.4	27,00	108,00	3.840,48
REGINA LEICHT	11426.0	20,95	83,80	2.979,93
TERESINHA PETRI FRANCENER	11498.7	27,00	108,00	3.840,48
ÁREA COMUM (PREFEITURA MUNICIPAL)				49.072,57
TOTAL GERAL =====>		254,22	1.016,88	85.232,82

4.2. Das áreas comuns:

A Prefeitura Municipal arcará com os custos da pavimentação das áreas que não estão contíguas à testadas de lotes privados (Cruzamentos e Outros).

5. DA FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento do valor lançado deverá ser efetuado nas bases acordadas com a Secretaria da Fazenda do Município, obedecidos aos prazos estipulados na respectiva Notificação de Contribuição de Melhoria, nos termos da Lei supra mencionada.

6. DOS PRAZOS RECURSAIS

Ficam cientificados os contribuintes beneficiados pela obra, que o prazo de recurso contra os itens supra relatados é de 30 (trinta) dias, a contar da publicação do presente Edital, refere-se a custos de mercado atual, na forma de preço à vista.

RIO DO SUL 24 de fevereiro de 2010.

JOSÉ LUIZ DO NASCIMENTO

Fiscal de Tributos

EUGÊNIO VICENZI
Secretário da Fazenda

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

Edital de Contribuição de Melhoria Nº. 0004/2010

EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº. 0004/2010

O Prefeito Municipal de RIO DO SUL, Sr. MILTON HOBUS e o Secretário Municipal de Fazenda Sr. EUGÊNIO VICENZI, no exercício de suas atribuições e de acordo com os artigos 386 e seguintes do Código Tributário Municipal, fazem saber a todos os interessados que a Prefeitura Municipal efetuou obras de DRENAGEM PLUVIAL E PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, na(o) RUA ADEMAR JOSE KNISS, Bairro BARRAGEM, e que começa a vigorar, com a publicação deste Edital, o prazo legal para lançamento da respectiva CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA, para os proprietários e moradores lindeiros aderentes e não aderentes da referida rua decorrente a pavimentação subsidiada, prevista na Lei Municipal nº 3.452/99. A obra obedecerá o projeto técnico e memorial descritivo que integram este Edital.

1. DA DELIMITAÇÃO DA OBRA

A obra de DRENAGEM PLUVIAL E PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA da(o) RUA ADEMAR JOSE KNISS tem extensão de 144,16 metros e área a ser pavimentada de 1.110,18 m², atingindo o presente edital apenas os proprietários da referida Rua.

2. DO PROJETO E DO MEMORIAL DESCRITIVO

O projeto de engenharia, bem com o o memorial descritivo da obra, são partes integrantes deste edital e traduzem as seguintes informações básicas:

2.1 A pavimentação será precedida de implantação de rede de drenagem em ambos os lados da rua, com tubos de concreto de 40 cm de diâmetro, assentados sobre solo natural e rejuntados com argamassa. A vala foi fechada com o mesmo material compactado. A coleta de águas superficiais será feita através de caixas coletoras, dispostas no leito da rua de acordo com o especificado no projeto técnico. .

2.2 A sub-base será de rachão com 15,00 cm de espessura, e a base em camada única de 15,00 cm de brita graduada. Imprimação será com asfalto diluído CM 30, predece-se a pintura de ligação e logo após aplica-se o CAUQ sendo a espessura média de 5 cm da área de 1.110,18 m². A colocação dos meio-fios em concreto numa extensão de 144,16m.



3. DO ORÇAMENTO

Conforme orçamento elaborado pela Secretaria de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente da Prefeitura e de acordo com o custo da obra e inferior à avaliação dos imóveis, antes da DRENAGEM PLUVIAL E PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA e depois dela concretizada, o valor total previsto para os 1.110,18 m² referidos neste edital é de R\$ 87.177,82 (oitenta e sete mil cento e setenta e sete reais e oitenta e dois centavos), sendo o preço unitário orçado de R\$ 39,26 (trinta e nove reais e vinte e seis centavos) por m² de pavimento. Orçamento e avaliação dos imóveis encontram-se a disposição dos contribuintes interessados, junto à Secretaria de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Rio do Sul.

4. DA RELAÇÃO DO PROPRIETÁRIO BENEFICIADO PELA OBRA**4.1. Relação dos proprietários beneficiados com as obras e não aderentes a pavimentação**

Proprietário	Cadastro	Testada	Area Pav.	Valor R\$
ADENIR HAMM	11433.2	14,68	58,72	2.305,35
AMARO LOPES	11431.6	22,12	88,48	3.473,72
CARLOS ROHLING	11480.4	25,07	100,28	3.936,99
EDULINO SCHRODER	11483.9	25,00	100,00	3.926,00
GERTRUD PEYERL E OUTRA	11467.7	4,00	16,00	628,16
HILARIO VENTURI	11434.0	22,21	88,84	3.487,86
JOAO PEREIRA	11432.4	15,11	60,44	2.372,87
JULIANA FRANZ HILLESHEIM	11217.8	25,00	100,00	3.926,00
MANOEL ANTONIO MARTINS	11216.0	25,00	100,00	3.926,00
MARIA DAS GRACAS BATISTA	11481.2	20,00	80,00	3.140,80
NORITA SCHUTZ	37773.2	12,12	48,48	1.903,32
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL	11482.0	62,15	248,60	9.760,04
ÁREA COMUM (PREFEITURA MUNICIPAL)				44.390,70
TOTAL GERAL =====>		272,46	1.089,84	87.177,82

4.2. Das áreas comuns:

A Prefeitura Municipal arcará com os custos da pavimentação das áreas que não estão contíguas à testadas de lotes privados (Cruzamentos e Outros).

5. DA FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento do valor lançado deverá ser efetuado nas bases acordadas com a Secretaria da Fazenda do Município, obedecidos aos prazos estipulados na respectiva Notificação de Contribuição de Melhoria, nos termos da Lei supra mencionada.

6. DOS PRAZOS RECURSAIS

Ficam cientificados os contribuintes beneficiados pela obra, que o prazo de recurso contra os itens supra relatados é de 30 (trinta) dias, a contar da publicação do presente Edital, refere-se a custos de mercado atual, na forma de preço à vista.

RIO DO SUL 24 de fevereiro de 2010.

JOSÉ LUIZ DO NASCIMENTO
Fiscal de Tributos

EUGÊNIO VICENZI MILTON HOBUS
Secretário da Fazenda Prefeito Municipal

Editais de Contribuição de Melhoria Nº. 0006/2010
EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº. 0006/2010

O Prefeito Municipal de RIO DO SUL, Sr. MILTON HOBUS e o Secretário Municipal de Fazenda Sr. EUGÊNIO VICENZI, no exercício de suas atribuições e de acordo com os artigos 386 e seguintes do Código Tributário Municipal, fazem saber a todos os interessados que a Prefeitura Municipal efetuou obras de DRENAGEM PLUVIAL E PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, na(o) RUA LAURECI ROSA DOS SANTOS, Bairro BARRAGEM, e que começa a vigorar, com a publicação deste Edital, o prazo legal para lançamento da respectiva CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA, para os proprietários e moradores lindeiros aderentes e não aderentes da referida rua decorrente a pavimentação subsidiada, prevista na Lei Municipal nº 3.452/99. A obra obedecerá o projeto técnico e memorial descritivo que integram este Edital.

1. DA DELIMITAÇÃO DA OBRA

A obra de DRENAGEM PLUVIAL E PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA da(o) RUA LAURECI ROSA DOS SANTOS tem extensão de 133,34 metros e área a ser pavimentada de 1.034,85 m², atingindo o presente edital apenas os proprietários da referida Rua.

2. DO PROJETO E DO MEMORIAL DESCRITIVO

O projeto de engenharia, bem como o memorial descritivo da obra, são partes integrantes deste edital e traduzem as seguintes informações básicas:

2.1 A pavimentação será precedida de implantação de rede de drenagem em ambos os lados da rua, com tubos de concreto de 40 cm de diâmetro, assentados sobre solo natural e rejuntados com argamassa. A vala foi fechada com o mesmo material compactado. A coleta de águas superficiais será feita através de caixas coletoras, dispostas no leito da rua de acordo com o especificado no projeto técnico.

2.2 A sub-base será de rachão com 15,00 cm de espessura, e a base em camada única de 15,00 cm de brita graduada. Imprimação será com asfalto diluído CM 30, predece-se a pintura de ligação e logo após aplica-se o CAUQ sendo a espessura média de 5 cm da área de 1.034,85 m². A colocação dos meio-fios em concreto numa extensão de 133,34m.

3. DO ORÇAMENTO

Conforme orçamento elaborado pela Secretaria de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente da Prefeitura e de acordo com o custo da obra e inferior à avaliação dos imóveis, antes da DRENAGEM PLUVIAL E PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA e depois dela concretizada, o valor total previsto para os 1.034,85 m² referidos neste edital é de R\$ 79.733,49 (setenta e nove mil setecentos e trinta e três reais e quarenta e nove centavos), sendo o preço unitário orçado de R\$ 38,52 (trinta e oito reais e cinquenta e dois centavos) por m² de pavimento. Orçamento e avaliação dos imóveis encontram-se a disposição dos contribuintes interessados, junto à Secretaria de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Rio do Sul.

4. DA RELAÇÃO DO PROPRIETÁRIO BENEFICIADO PELA OBRA**4.1. Relação dos proprietários beneficiados com as obras e não aderentes a pavimentação**

Proprietário	Cadastro	Testada	Area Pav.	Valor R\$
ADEMIR RAINARDT	11484.7	15,06	60,24	2.320,44
ALZIRA PRIM	11485.5	14,04	56,16	2.163,28
AMARO LOPES	11431.6	23,34	93,36	3.596,23
EDULINO SCHRODER	11483.9	23,34	93,36	3.596,23
ELENIR PRIM	11487.1	14,79	59,16	2.278,84



ESTEVAO JOAO DA SILVA - ESPOLIO	11429.4	14,20	56,80	2.187,94
GENTIL DOS SANTOS	11488.0	22,95	91,80	3.536,14
GUIMARAES GASTAO	11493.6	21,34	85,36	3.288,07
GUIMARAES GASTAO	11489.8	21,34	85,36	3.288,07
IVANILDO CARDOZO DOS SANTOS	11430.8	15,47	61,88	2.383,62
JOSIANE E JAQUES DIAS	11491.0	4,00	16,00	616,32
MAURI BERNARDO	11427.8	15,00	60,00	2.311,20
REGINA LEICHT	11426.0	23,31	93,24	3.591,60
VALCIONIR ALVES	11486.3	15,85	63,40	2.442,17
VILMAR ERN	11428.6	14,67	58,68	2.260,35
ÁREA COMUM (PREFEITURA MUNICIPAL)				39.872,99
TOTAL GERAL =====>		258,70	1.034,80	79.733,49

4.2. Das áreas comuns:

A Prefeitura Municipal arcará com os custos da pavimentação das áreas que não estão contíguas à testadas de lotes privados (Cruzamentos e Outros).

5. DA FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento do valor lançado deverá ser efetuado nas bases acordadas com a Secretaria da Fazenda do Município, obedecidos aos prazos estipulados na respectiva Notificação de Contribuição de Melhoria, nos termos da Lei supra mencionada.

6. DOS PRAZOS RECURSAIS

Ficam cientificados os contribuintes beneficiados pela obra, que o prazo de recurso contra os itens supra relatados é de 30 (trinta) dias, a contar da publicação do presente Edital, refere-se a custos de mercado atual, na forma de preço à vista.

RIO DO SUL 24 de fevereiro de 2010.

JOSÉ LUIZ DO NASCIMENTO

Fiscal de Tributos

EUGÊNIO VICENZI
Secretário da Fazenda

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

Edital de Contribuição de Melhoria Nº. 0007/2010

EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº. 0007/2010

O Prefeito Municipal de RIO DO SUL, Sr. MILTON HOBUS e o Secretário Municipal de Fazenda Sr. EUGÊNIO VICENZI, no exercício de suas atribuições e de acordo com os artigos 386 e seguintes do Código Tributário Municipal, fazem saber a todos os interessados que a Prefeitura Municipal efetuou obras de DRENAGEM PLUVIAL E PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, na(o) RUA SOFIA KOPP, Bairro BARRAGEM, e que começa a vigorar, com a publicação deste Edital, o prazo legal para lançamento da respectiva CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA, para os proprietários e moradores lindeiros aderentes e não aderentes da referida rua decorrente a pavimentação subsidiada, prevista na Lei Municipal nº 3.452/99. A obra obedecerá o projeto técnico e memorial descritivo que integram este Edital.

1. DA DELIMITAÇÃO DA OBRA

A obra de DRENAGEM PLUVIAL E PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA da(o) RUA SOFIA KOPP tem extensão de 276,65 metros e área a ser pavimentada de 2.233,96 m², atingindo o presente edital apenas os proprietários da referida Rua.

2. DO PROJETO E DO MEMORIAL DESCRITIVO

O projeto de engenharia, bem como o memorial descritivo da obra, são partes integrantes deste edital e traduzem as seguintes informações básicas:

2.1 A pavimentação será precedida de implantação de rede de drenagem em ambos os lados da rua, com tubos de concreto de 40 cm de diâmetro, assentados sobre solo natural e rejuntados com argamassa. A vala foi fechada com o mesmo material compactado. A coleta de águas superficiais será feita através de caixas coletoras, dispostas no leito da rua de acordo com o especificado no projeto técnico.

2.2 A sub-base será de rachão com 15,00 cm de espessura, e a base em camada única de 15,00 cm de brita graduada. Imprimação será com asfalto diluído CM 30, predece-se a pintura de ligação e logo após aplica-se o CAUQ sendo a espessura média de 5 cm da área de 2.233,96 m². A colocação dos meio-fios em concreto numa extensão de 276,65m.

3. DO ORÇAMENTO

Conforme orçamento elaborado pela Secretaria de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente da Prefeitura e de acordo com o custo da obra e inferior à avaliação dos imóveis, antes da DRENAGEM PLUVIAL E PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA e depois dela concretizada, o valor total previsto para os 2.233,96 m² referidos neste edital é de R\$ 174.256,61 (cento e setenta e quatro mil duzentos e cinquenta e seis reais e sessenta e um centavos), sendo o preço unitário orçado de R\$ 39,18 (trinta e nove reais e dezoito centavos) por m² de pavimento. Orçamento e avaliação dos imóveis encontram-se a disposição dos contribuintes interessados, junto à Secretaria de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Rio do Sul.

4. DA RELAÇÃO DO PROPRIETÁRIO BENEFICIADO PELA OBRA

4.1. Relação dos proprietários beneficiados com as obras e não aderentes a pavimentação

Proprietário	Cadastro	Testada	Área Pav.	Valor R\$
ADELAIDE MARTENDAL	11419.7	14,83	59,32	2.324,16
ADELIO SELL	11479.0	15,00	60,00	2.350,80
ADENIR DE OLIVEIRA	11496.0	21,34	85,36	3.344,40
ALTAIR DE SOUZA	11212.7	17,00	68,00	2.664,24
ANDRE LUCIANO DE SOUZA	30750.5	15,00	60,00	2.350,80
CARLOS ROHLING	11480.4	30,94	123,76	4.848,92
DEIVIS ALBERTO NEVES	11475.8	18,00	72,00	2.820,96
DENIR LUIZ MAY	30751.3	13,49	53,96	2.114,15
ELIO METZGER	11422.7	14,45	57,80	2.264,60
EVALDO BRUGGMANN	11423.5	23,09	92,36	3.618,66
GETULINA DA LUZ	11221.6	14,70	58,80	2.303,78
HARRY TONON E GRACIOSA TONON	11497.9	4,00	16,00	626,88
HILARIO VENTURI	11434.0	23,03	92,12	3.609,26
HILARIO VENTURI	11418.9	15,00	60,00	2.350,80
INGO PAULO GORAL	11474.0	28,34	113,36	4.441,44
JULIANA FRANZ HILLESHEIM	11217.8	23,34	93,36	3.657,84
JULIO CESAR PORTO WOZNIAC	30749.1	15,00	60,00	2.350,80
LEILA DE SOUZA	30748.3	21,34	85,36	3.344,40
MANOEL ANTONIO MARTINS	11216.0	23,34	93,36	3.657,84
MARGARETE MARIA EISSMANN CAPISTRANO	11476.6	15,00	60,00	2.350,80
MARIO LUIZ DELINO	11219.4	15,00	60,00	2.350,80

MARLENE HASSI	11218.6	15,00	60,00	2.350,80
OSMAR DA SILVA	11222.4	22,55	90,20	3.534,04
OTACILIA VAZ DE LUCENA	11477.4	15,00	60,00	2.350,80
RUDI DELABENETA	11478.2	15,00	60,00	2.350,80
SIMON BAUER	11215.1	15,00	60,00	2.350,80
TANIA METZGER	11421.9	15,33	61,32	2.402,52
TERESINHA PETRI FRANCENER	11498.7	21,34	85,36	3.344,40
VALMIR LAGUNA	11220.8	15,09	60,36	2.364,90
VILMAR JOAO LONGEN	11214.3	18,45	73,80	2.891,48
ÁREA COMUM (PREFEITURA MUNICIPAL)				90.569,70
TOTAL GERAL =====>		533,99	2.135,96	174.256,61

4.2. Das áreas comuns:

A Prefeitura Municipal arcará com os custos da pavimentação das áreas que não estão contíguas à testadas de lotes privados (Cruzamentos e Outros).

5. DA FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento do valor lançado deverá ser efetuado nas bases acordadas com a Secretaria da Fazenda do Município, obedecidos aos prazos estipulados na respectiva Notificação de Contribuição de Melhoria, nos termos da Lei supra mencionada.

6. DOS PRAZOS RECURSAIS

Ficam cientificados os contribuintes beneficiados pela obra, que o prazo de recurso contra os itens supra relatados é de 30 (trinta) dias, a contar da publicação do presente Edital, refere-se a custos de mercado atual, na forma de preço à vista.

RIO DO SUL 24 de fevereiro de 2010.

JOSÉ LUIZ DO NASCIMENTO

Fiscal de Tributos

EUGÊNIO VICENZI

Secretário da Fazenda

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

Edital de Contribuição de Melhoria Nº. 0005/2010

EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº. 0005/2010

O Prefeito Municipal de RIO DO SUL, Sr. MILTON HOBUS e o Secretário Municipal de Fazenda Sr. EUGÊNIO VICENZI, no exercício de suas atribuições e de acordo com os artigos 386 e seguintes do Código Tributário Municipal, fazem saber a todos os interessados que a Prefeitura Municipal efetuou obras de DRENAGEM PLUVIAL E PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, na(o) RUA TANGARA, Bairro BARRAGEM, e que começa a vigorar, com a publicação deste Edital, o prazo legal para lançamento da respectiva CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA, para os proprietários e moradores lindeiros aderentes e não aderentes da referida rua decorrente a pavimentação subsidiada, prevista na Lei Municipal nº 3.452/99. A obra obedecerá o projeto técnico e memorial descritivo que integram este Edital.

1. DA DELIMITAÇÃO DA OBRA

A obra de DRENAGEM PLUVIAL E PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA da(o) RUA TANGARA tem extensão de 201,21 metros e área a ser pavimentada de 1.143,58 m², atingindo o presente edital apenas os proprietários da referida Rua.

2. DO PROJETO E DO MEMORIAL DESCRITIVO

O projeto de engenharia, bem com o o memorial descritivo da obra, são partes integrantes deste edital e traduzem as seguintes informações básicas:

2.1 A pavimentação será precedida de implantação de rede de drenagem em ambos os lados da rua, com tubos de concreto de 40 cm de diâmetro, assentados sobre solo natural e rejuntados com argamassa. A vala foi fechada com o mesmo material compactado. A coleta de águas superficiais será feita através de caixas coletoras, dispostas no leito da rua de acordo com o especificado no projeto técnico.

2.2 A sub-base será de rachão com 15,00 cm de espessura, e a base em camada única de 15,00 cm de brita graduada. Imprimação será com asfalto diluído CM 30, predece-se a pintura de ligação e logo após aplica-se o CAUQ sendo a espessura média de 5 cm da área de 1.143,58 m². A colocação dos meio-fios em concreto numa extensão de 201,21m.

3. DO ORÇAMENTO

Conforme orçamento elaborado pela Secretaria de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente da Prefeitura e de acordo com o custo da obra e inferior à avaliação dos imóveis, antes da DRENAGEM PLUVIAL E PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA e depois dela concretizada, o valor total previsto para os 1.143,58 m² referidos neste edital é de R\$ 92.018,70 (noventa e dois mil e dezoito reais e setenta centavos), sendo o preço unitário orçado de R\$ 40,23 (quarenta reais e vinte e três centavos) por m² de pavimento. Orçamento e avaliação dos imóveis encontram-se a disposição dos contribuintes interessados, junto à Secretaria de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Rio do Sul.

4. DA RELAÇÃO DO PROPRIETÁRIO BENEFICIADO PELA OBRA

4.1. Relação dos proprietários beneficiados com as obras e não aderentes a pavimentação

Proprietário	Cadastro	Testada	Área Pav.	Valor R\$
ADENIR TEIXEIRA	11365.4	23,12	69,36	2.790,35
CLOVIS ELIAS	11366.2	30,98	92,94	3.738,98
ERNA JOHN	11398.0	53,93	161,79	6.508,81
HARRY TONON	11393.0	73,46	220,38	8.865,89
JOAQUINA DIAS	11367.0	12,56	37,68	1.515,87
MELCHIORETTO ENGENHARIA E CONSTR LTDA	11397.2	26,18	78,54	3.159,66
OSMAR CANDIDO	11359.0	11,38	34,14	1.373,45
POSTO BARRAGEM COM DE COMB E LUBRIF LTDA	33905.9	41,98	125,94	5.066,57
RAFAEL GORAL	11371.9	9,15	27,45	1.104,31
SIEGBERT WALTER GROSS	41688.9	20,74	62,22	2.503,11
SIEGBERT WALTER GROSS	11385.9	88,47	265,41	10.677,44
SIMONE E SILVANA MARTINS	11369.7	8,33	24,99	1.005,35
ÁREA COMUM (PREFEITURA MUNICIPAL)				43.708,91
TOTAL GERAL =====>		400,28	1.200,84	92.018,70

4.2. Das áreas comuns:

A Prefeitura Municipal arcará com os custos da pavimentação das áreas que não estão contíguas à testadas de lotes privados (Cruzamentos e Outros).

5. DA FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento do valor lançado deverá ser efetuado nas bases acordadas com a Secretaria da Fazenda do Município, obedecidos aos prazos estipulados na respectiva Notificação de Contribuição de Melhoria, nos termos da Lei supra mencionada.



6. DOS PRAZOS RECURSAIS

Ficam cientificados os contribuintes beneficiados pela obra, que o prazo de recurso contra os itens supra relatados é de 30 (trinta) dias, a contar da publicação do presente Edital, refere-se a custos de mercado atual, na forma de preço à vista.

RIO DO SUL 24 de fevereiro de 2010.

JOSÉ LUIZ DO NASCIMENTO

Fiscal de Tributos

EUGÊNIO VICENZI

Secretário da Fazenda

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

Edital de Contribuição de Melhoria Nº. 0002/2010

EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº. 0002/2010

O Prefeito Municipal de RIO DO SUL, Sr. MILTON HOBUS e o Secretário Municipal de Fazenda Sr. EUGÊNIO VICENZI, no exercício de suas atribuições e de acordo com os artigos 386 e seguintes do Código Tributário Municipal, fazem saber a todos os interessados que a Prefeitura Municipal efetuou obras de DRENAGEM PLUVIAL E PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, na(o) RUA JOSE SEVERIANO NEVES, Bairro BARRAGEM, e que começa a vigorar, com a publicação deste Edital, o prazo legal para lançamento da respectiva CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA, para os proprietários e moradores lindeiros aderentes e não aderentes da referida rua decorrente a pavimentação subsidiada, prevista na Lei Municipal nº 3.452/99. A obra obedecerá o projeto técnico e memorial descritivo que integram este Edital.

1. DA DELIMITAÇÃO DA OBRA

A obra de DRENAGEM PLUVIAL E PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA da(o) RUA JOSE SEVERIANO NEVES tem extensão de 50,70 metros e área a ser pavimentada de 404,72 m², atingindo o presente edital apenas os proprietários da referida Rua.

2. DO PROJETO E DO MEMORIAL DESCRITIVO

O projeto de engenharia, bem como o memorial descritivo da obra, são partes integrantes deste edital e traduzem as seguintes informações básicas:

2.1 A pavimentação será precedida de implantação de rede de drenagem em ambos os lados da rua, com tubos de concreto de 40 cm de diâmetro, assentados sobre solo natural e rejuntados com argamassa. A vala foi fechada com o mesmo material compactado. A coleta de águas superficiais será feita através de caixas coletoras, dispostas no leito da rua de acordo com o especificado no projeto técnico.

2.2 A sub-base será de rachão com 15,00 cm de espessura, e a base em camada única de 15,00 cm de brita graduada. Imprimação será com asfalto diluído CM 30, predece-se a pintura de ligação e logo após aplica-se o CAUQ sendo a espessura média de 5 cm da área de 404,72 m². A colocação dos meio-fios em concreto numa extensão de 50,70m.

3. DO ORÇAMENTO

Conforme orçamento elaborado pela Secretaria de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente da Prefeitura e de acordo com o custo da obra e inferior à avaliação dos imóveis, antes da DRENAGEM PLUVIAL E PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA e depois dela concretizada, o valor total previsto para os 404,72 m² referidos neste edital é de R\$ 28.512,62 (vinte e oito mil quinhentos e doze reais e sessenta e dois centavos), sendo o preço unitário orçado de R\$ 35,23 (trinta e cinco reais e vinte e três centavos) por m² de pavimento. Orçamento e avaliação dos imóveis encontram-se a disposição dos contribuintes interessados, junto à Secretaria de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Rio do Sul.

4. DA RELAÇÃO DO PROPRIETÁRIO BENEFICIADO PELA OBRA

4.1. Relação dos proprietários beneficiados com as obras e não aderentes a pavimentação

Proprietário	Cadastro	Testada	Área Pav.	Valor R\$
CANDINHO MARTINS	11472.3	12,00	48,00	1.691,04
GERTRUD PEYERL E OUTRA	11467.7	4,00	16,00	563,68
INGO PAULO GORAL	11474.0	14,00	56,00	1.972,88
INGO PAULO GORAL	11473.1	20,00	80,00	2.818,40
JOSE BRAZ HILLESHEIM	11209.7	34,00	136,00	4.791,28
LEILA DE SOUZA	30748.3	25,00	100,00	3.523,00
LUCIA GALKOSCKI	11210.0	3,50	14,00	493,22
MARIA DAS GRACAS BATISTA	11471.5	14,00	56,00	1.972,88
NORITA SCHUTZ	37773.2	2,00	8,00	281,84
ÁREA COMUM (PREFEITURA MUNICIPAL)				10.404,40
TOTAL GERAL =====>		128,50	514,00	28.512,62

4.2. Das áreas comuns:

A Prefeitura Municipal arcará com os custos da pavimentação das áreas que não estão contíguas à testadas de lotes privados (Cruzamentos e Outros).

5. DA FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento do valor lançado deverá ser efetuado nas bases acordadas com a Secretaria da Fazenda do Município, obedecidos aos prazos estipulados na respectiva Notificação de Contribuição de Melhoria, nos termos da Lei supra mencionada.

6. DOS PRAZOS RECURSAIS

Ficam cientificados os contribuintes beneficiados pela obra, que o prazo de recurso contra os itens supra relatados é de 30 (trinta) dias, a contar da publicação do presente Edital, refere-se a custos de mercado atual, na forma de preço à vista.

RIO DO SUL 24 de fevereiro de 2010.

JOSÉ LUIZ DO NASCIMENTO

Fiscal de Tributos

EUGÊNIO VICENZI

Secretário da Fazenda

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

Salto Veloso

PREFEITURA MUNICIPAL

Portaria Nº DP0042/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SALTO VELOSO

PORTARIA Nº. DP0042/2010

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRINHO ANSILIERO, Prefeito Municipal de Salto Veloso, SC., no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º. Conceder férias remuneradas, ao Sr. JOSÉ ROBERTO TREVISOL BITTENCOURT, servidor efetivo ocupante do cargo de médico, de 08 de março a 06 de abril de 2010.



Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, vigindo seus efeitos a contar de 08 de março de 2010.

Salto Veloso (SC), 1º de Março de 2010
PEDRINHO ANSILIERO
Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria em 1º de Março de 2010, nesta Secretaria de Administração e Finanças.
EDIVARA ANTONIO DONADEL
Secretário de Administração e Finanças

Portaria Nº DP0043/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SALTO VELOSO
PORTARIA Nº. DP0043/2010
DESIGNA SERVIDORA QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRINHO ANSILIERO, Prefeito Municipal de Salto Veloso, SC., no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º. Designar a Sra. LUCIANA HOEL TGEBAUM, para responder interinamente pelas funções de responsável pelo Setor de Recursos Humanos, a contar de 10 de março de 2010, com as atribuições e prerrogativas conferidas pela legislação municipal.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso (SC), 1º de Março de 2010
PEDRINHO ANSILIERO
Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria em 1º de Março de 2010, nesta Secretaria de Administração e Finanças.
EDIVARA ANTONIO DONADEL
Secretário de Administração e Finanças

Portaria Nº DP0044/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SALTO VELOSO
PORTARIA Nº. DP0043/2010
DESIGNA SERVIDORA QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRINHO ANSILIERO, Prefeito Municipal de Salto Veloso, SC., no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º. Designar a Sra. LUCIANA HOEL TGEBAUM, para responder interinamente pelas funções de responsável pelo Setor de Recursos Humanos, a contar de 10 de março de 2010, com as atribuições e prerrogativas conferidas pela legislação municipal.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso (SC), 1º de Março de 2010
PEDRINHO ANSILIERO
Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria em 1º de Março de 2010, nesta Secretaria de Administração e Finanças.
EDIVARA ANTONIO DONADEL
Secretário de Administração e Finanças

Portaria Nº DP0045/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SALTO VELOSO
PORTARIA Nº. DP0045/2010
DESIGNA SERVIDORA QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRINHO ANSILIERO, Prefeito Municipal de Salto Veloso, SC., no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º. Designar a Sra. SIBELE SANTIAN GAIO, para responder interinamente pelo cargo de Secretária Municipal de Administração e Finanças, a contar de 05 de março de 2010, com as atribuições e prerrogativas conferidas pela legislação municipal.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso (SC), 1º de Março de 2010
PEDRINHO ANSILIERO
Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria em 1º de Março de 2010, nesta Secretaria de Administração e Finanças.
EDIVARA ANTONIO DONADEL
Secretário de Administração e Finanças

Portaria Nº. DP0046/2010

PORTARIA Nº. DP0046/2010

PEDRINHO ANSILIERO, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica do Município.

RESOLVE,

Artigo 1º. Fica exonerado, a pedido, a partir desta data, o Sr. VINICIUS PAULO GOMES, do cargo de Coordenador de Esportes, cargo em comissão, nível CC-4.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, 05 de Março de 2010.
PEDRINHO ANSILIERO
Prefeito Municipal

Portaria Nº. DP0047/2010

PORTARIA Nº. DP0047/2010

PEDRINHO ANSILIERO, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

RESOLVE,

Artigo 1º. Conceder 15 dias de Férias, no período compreendido de 08 de Março de 2010 a 22 de Março de 2010, a Servidora ANDREIA GIACOMIN do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 03/03/2009 a 02/03/2010.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 08 de Março de 2010.

PEDRINHO ANSILIERO

Prefeito Municipal

Portaria N°. DP0048/2010

PORTARIA N°. DP0048/2010

Pedrinho Ansiliero, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, no uso de suas atribuições, em conformidade com o disposto na Lei 1025/2001 de 04/07/2001, Anexo I, Quadro de Pessoal do Município.

RESOLVE,

Art. 1º. Fica nomeada para o cargo de Coordenadora de Esportes, cargo em comissão, nível CC-4 a partir de 08/03/2010, o Srta. ANDRESSA PASIN.

Art. 2º. As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias consignadas no Orçamento Vigente.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 08 de Março de 2.010.

PEDRINHO ANSILIERO

Prefeito Municipal

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei N° 1.856

LEI N° 1.856, DE 10 DE MARÇO DE 2010.

Autoriza o Executivo Municipal a conceder auxílio financeiro a Associação de Municípios do Noroeste de Santa Catarina, mediante assinatura de convênio e dá outras providências.

O PREFEITO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder auxílio financeiro, mediante assinatura de convênio, à seguinte entidade para o ano de 2010:

I - Associação de Municípios do Noroeste de Santa Catarina, CNPJ nº 01.034.439/0001-06, no valor máximo de R\$ 123.600,00 (cento e vinte e três mil e seiscentos reais).

Art. 2º Para cobertura das despesas desta Lei serão utilizados recursos previstos no Orçamento Municipal do exercício de 2010.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 10 de março de 2010.

TOMÉ FRANCISCO ETGES

Prefeito Municipal

Lei N° 1.857

LEI N° 1.857, DE 10 DE MARÇO DE 2010.

Autoriza o Executivo Municipal a firmar convênios e a conceder

auxílio financeiro a Entidades e dá outras providências.

O PREFEITO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênios e a conceder auxílio financeiro às seguintes Entidades para o ano de 2010:

I - Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina – CIDASC, CNPJ nº 83.807.586/0001-28, no valor de R\$ 11.004,00 (onze mil e quatro reais);

II - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI, CNPJ nº 33.774.688/0024-41, no valor de R\$ 51.000,00 (cinquenta e um mil reais);

Art. 2º Para cobertura das despesas desta Lei, serão utilizados recursos previstos no Orçamento Municipal em execução.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 10 de março de 2010.

TOMÉ FRANCISCO ETGES

Prefeito Municipal

Lei N° 1.858

LEI N° 1.858, DE 10 DE MARÇO DE 2010.

Autoriza o Poder Executivo a realizar a Abertura de Crédito Especial no Orçamento do corrente exercício, e dá outras providências.

O PREFEITO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e autorização contida na Lei Municipal nº 1.842/2010, de 27/11/2009 e Lei Federal nº 4.320/64, art. 43, §1º, inciso II, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito especial criando no Projeto Atividade 1.013 – Edificação da Gerência de Presidente Juscelino, a modalidade de aplicação 4.4.90 – Aplicação Direta, na fonte de recursos 0.6.0023, suplementando-a no valor de R\$ 50.238,15 (cinquenta mil, duzentos e trinta e oito reais e quinze centavos), na seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 10.00 – SEC. MUN. DO DESENVOLVIMENTO RURAL – SDR
Unidade: 10.01 – SEC. MUN. DO DESENVOLVIMENTO RURAL – SDR
Programa: 4508 – INFRAESTRUTURA RURAL
Ação: 1.013 – Edificação da Gerência de Presidente Juscelino

Conta Despesa	Recurso	Ano 2010
4.4.90.00.000.00.00.00	0.6.0023	50.238,15

Art. 2º Para atendimento da suplementação que trata o art. 1º serão utilizados recursos provenientes do produto do superávit financeiro apurado no balanço do exercício anterior, de acordo com o estabelecido no art. 43, §1º, inciso I, da Lei Federal nº 4.320/64 e Leis Municipais nº 1.845/202010, de 27/11/2009.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 10 de março de 2010.

TOMÉ FRANCISCO ETGES

Prefeito Municipal

Lei N° 1.859

LEI N° 1.859, DE 10 DE MARÇO DE 2010.

Dispõe sobre a desafetação de bens imóveis do Município e apro-



vação do Projeto de Loteamento Popular Vida Nova, e dá outras providências.

O PREFEITO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica desafetada para fins de interesse público, a área destinada ao Loteamento Popular Vida Nova, que compreende os seguintes bens imóveis de propriedade do Município:

I - parte dos lotes rurais números 63-A e 63-B, conforme matrícula 10.775, com área superficial de 80.000 m² (oitenta mil metros quadrados), sem benfeitorias, situados na Secção São Lourenço, Lajeado Grande, na Fazenda Saudades, neste Município, dentro das seguintes confrontações: ao NORTE com partes dos mesmos lotes rurais nºs 63-A e 63-B, com 260,212 metros; ao SUL com parte do lote rural nº 63-C, de Jairo Grando, com 216,975 metros; ao LESTE com partes dos lotes rurais nºs 63-A e 63-D, de Gelson Antonio Bauer, com 204,432 metros, e com partes dos lotes rurais nºs 53-A e 63-B (BR/SV468), com 134,143 metros;

II - partes dos lotes rurais números 63-A, 63-B, 63-D, conforme matrícula 14.350, com área superficial de 25.107,66 m² (vinte e cinco mil, cento e sete vírgula sessenta e seis metros quadrados), dentro das seguintes medidas e confrontações: ao NORTE com partes dos lotes rurais nºs 63-A e 36-B de Primo Estefano Baldin, na extensão de 116,963 metros, com um Arco de desenvolvimento de 10,331 metros e com parte dos mesmos lotes rurais nº 63 e 63-D, na extensão de 16.664 metros; ao sul com uma estrada vicinal, na extensão de 118,557 metros que separa de parte dos mesmos lotes rurais nºs 63-A e 63-B e em triângulo, com a Rodovia SC-480 e com Faixa de domínio da Rodovia SC-480; ao LESTE com partes dos lotes rurais 63-A e 63-D, na extensão de 184,112 metros e com a Rodovia SC-480 na extensão de 61,600 metros; e ao OESTE com partes dos mesmos lotes rurais 63-A e 63-B, na extensão de 191,198 metros e com uma estrada vicinal e faixa de domínio da Rodovia SC-480, na extensão de 45,027 metros.

Art. 2º Os imóveis ora desafetados ficam automaticamente transpassados para a categoria de bem dominial, integrando ao patrimônio disponível do Município.

Art. 3º Fica aprovado o Projeto do Loteamento Popular Vida Nova, de propriedade do Município de São Lourenço do Oeste, com área total de 52.722,700 m² (cinquenta e dois mil, setecentos e vinte e dois com setecentos metros quadrados), consistente em partes dos lotes rurais nº 63-A, 63-B, conforme matrícula 10.775 e partes dos lotes 63-A, 63-B, 63-D, conforme matrícula 14.350, ambas do Registro de Imóveis da Comarca de São Lourenço do Oeste - SC, situados em área próxima a Rodovia SC 480, Bairro São Francisco, neste Município, possuindo as seguintes características:

I - dados do projeto urbanístico:

- a) uso predominante: residencial;
- b) número total de lotes: 101 (cento e um);
- c) dimensão mínima dos lotes: 128,00 m² (cento e vinte e oito metros quadrados);

II - dados da Quadra 15 "Q":

- a) área de lotes: 3.041,235 m²;
- b) área verde: 5.798,960 m²;
- c) área de equipamento público comunitário: 17.225,337 m².

III - dados da Quadra 14 "Q"

- a) Área total de lotes: 11.774,945 m².

Art. 4º Fazem parte desta Lei: licenças ambientais, plantas, memoriais descritivos, certidões, termo de compromisso de execução dos equipamentos e projetos para colocação de redes de água, energia elétrica e pavimentação das ruas com pedras irregulares.

Art. 5º O loteamento ora aprovado deverá ser registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de São Lourenço do Oeste em consonância com o disposto na legislação em vigor.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 10 de março de 2010.

TOMÉ FRANCISCO ETGES

Prefeito Municipal

Decreto Nº 4.011

DECRETO Nº 4.011, DE 10 DE MARÇO DE 2010.

Abre Crédito Adicional Suplementar – Anulação de Dotações, no Orçamento programa de 2010.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e autorização contida na Lei Municipal nº 1.842/2009, de 27/11/2009 e Lei Federal nº 4.320/64, art. 43, §1º, inciso III,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito suplementar - anulação de dotação, no montante de recursos de R\$ 9.000,00 (nove mil reais), nas modalidades de aplicação abaixo descritas e suplementado-as:

I Órgão: 10 – SEC. MUN. DO DESENVOLVIMENTO RURAL - SDR			
Unidade: 01 – SEC. MUN. DO DESENVOLVIMENTO RURAL - SDR			
Funcional Programática: 10.01.20.602.4507.2.023			
Acrescentar: Modalidade de aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.00.0.1.000 - 16	R\$	9.000,00	
Subtrair: Modalidade de aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.00.0.1.000 - 15	R\$	9.000,00	

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 10 de março de 2010.

TOMÉ FRANCISCO ETGES

Prefeito Municipal

Decreto Nº 4.012

DECRETO Nº 4.012, DE 11 DE MARÇO DE 2010.

Abre Crédito Adicional Suplementar – Superávit Financeiro, no Orçamento programa de 2010.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e autorização contida na Lei Municipal nº 1.842/2009, de 27/11/2009 e Lei Federal nº 4.320/64, art. 43, §1º, inciso I,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar - superávit financeiro do exercício anterior, no orçamento vigente, criando-se as modalidades de aplicação e nos projetos/atividades a seguir descritos, adiciona-se pelo crédito suplementar o valor de R\$ 39.280,00 (trinta e nove mil, duzentos e oitenta reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

09.00	SEC. MUN. DO DESENVOLVIMENTO URBANO – SDU		
09.01	SEC. MUN. DO DESENVOLVIMENTO URBANO – SDU		
09.01.15.451.1.033.4.4.90.00.00.00.00.0.6.0030	156	Aplicação Direta	39.280,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação que trata o artigo an-



terior decorrerão a utilização do superávit financeiro do exercício anterior, em conformidade com o que estabelece a Lei Municipal nº 1.842/2009, de 27/11/2009 e Lei Federal nº 4.320/64, art. 43, §1º, inciso I.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 11 de março de 2010.

TOMÉ FRANCISCO ETGES

Prefeito Municipal

Decreto Nº 4.013

DECRETO Nº 4.013, DE 11 DE MARÇO DE 2010.

Abre Crédito Adicional Suplementar – Superávit Financeiro, no Orçamento programa de 2010.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e autorização contida na Lei Municipal nº 1.842/2009, de 27/11/2009 e Lei Federal nº 4.320/64, art. 43, §1º, inciso II,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar – excesso de arrecadação, no orçamento vigente, criando-se as modalidades de aplicação e nos projetos/atividades a seguir descritos, adiciona-se pelo crédito suplementar o valor de R\$ 136.330,53 (cento e trinta e seis mil, trezentos e trinta reais e cinquenta e três centavos), nas seguintes dotações orçamentárias:

09.00	SEC. MUN. DO DESENVOLVIMENTO URBANO – SDU			
09.01	SEC. MUN. DO DESENVOLVIMENTO URBANO – SDU			
09.01.15.451.4511.1.033.4.4.90.00.00.00.00.00.0.6.0030	157	Aplicação Direta	136,330,53	

Art. 2º Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior decorrerão a utilização do excesso ou provável excesso de arrecadação, em conformidade com o que estabelece a Lei Municipal nº 1.842/2009, de 27/11/2009 e Lei Federal nº 4.320/64, art. 43, §1º, inciso II.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 11 de março de 2010.

TOMÉ FRANCISCO ETGES

Prefeito Municipal

Edital de Processo Seletivo Nº 001.1/2010

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 001.1/2010

HOMOLOGA O RESULTADO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO, EDITAL Nº 001/2010, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2010.

O GERENTE EXECUTIVO DO INSTITUTO CULTURAL DE SÃO LOURENÇO, do município de São Lourenço do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere o artigo 19, XV, da Lei Complementar nº 81, de 16 de março de 2007, alterada pela Lei Complementar nº 89, de 24 de outubro de 2007, HOMOLOGA o resultado final do Processo Seletivo nº 001/2010, de 18 de fevereiro de 2010, para contratação temporária de pessoal, em regime especial, para atender necessidade de excepcional interesse público do Instituto Cultural de São Lourenço, conforme classificação constante do quadro abaixo:

FUNÇÃO: INSTRUTOR DE ARTESANATO			
Nº Inscrição	Candidato	Total Pontos	Classificação
11	FATIMA LOPES MONTEIRO	121	1ª

01	MARLI SIMONETTI WALLERIUS	87	2ª
05	TARCIANI ADILÉIA BAGIO	83	3ª
14	IVONE CONSI FIORESI	10	4ª

FUNÇÃO: INSTRUTOR DE MÚSICA – 01 INSTRUMENTO - VIOLÃO			
Nº Inscrição	Candidato	Total Pontos	Classificação
12	EVERTON LUIZ LOVERA	85	1º
13	CLAUDIR BATISTA RODRIGUES	10	2º

FUNÇÃO: INSTRUTOR DE MÚSICA – 01 INSTRUMENTO – BATERIA			
Nº Inscrição	Candidato	Total Pontos	Classificação
	Não houve classificados		

FUNÇÃO: INSTRUTOR DE MÚSICA – 02 INSTRUMENTOS – VIOLINO E VIOLONCELO			
Nº Inscrição	Candidato	Total Pontos	Classificação
19	RAFAEL SILVESTRE DE VARGAS	78	1º

FUNÇÃO: INSTRUTOR DE MÚSICA – 02 INSTRUMENTOS – GUITARRA E CONTRABAIXO			
Nº Inscrição	Candidato	Total Pontos	Classificação
08	LUAS WILSON DE NADAL LUZ	30	1º
09	RODRIGO MARCELO DE BRITES	25	2º
16	CLAUDIR BATISTA RODRIGUES	10	3º

FUNÇÃO: INSTRUTOR DE ARTES CÊNICAS I - TEATRO			
Nº Inscrição	Candidato	Total Pontos	Classificação
06	UNAR ANDREOLA	150	1º

FUNÇÃO: INSTRUTOR DE ARTES CÊNICAS II – DANÇA DE SALÃO			
Nº Inscrição	Candidato	Total Pontos	Classificação
020	LUANA MARIA PANDOLFI LIMA	270	1ª

FUNÇÃO: INSTRUTOR DE ARTES CÊNICAS II – DANÇAS ÉTNICAS			
Nº Inscrição	Candidato	Total Pontos	Classificação
07	MÁRCIA LUIZA IORIS	133	1ª

FUNÇÃO: INSTRUTOR DE ARTES CÊNICAS II			
Nº Inscrição	Candidato	Total Pontos	Classificação
10	LUANA MARIA PANDOLFI LIMA	419	1ª
04	SERLEI DE FÁTIMA CAMELO CÚNICO	261	2ª
03	NAIHA DE LIMA BITTENCOUT DE MELO	39	3ª

FUNÇÃO: MAESTRO CANTO E CORAL			
Nº Inscrição	Candidato	Total Pontos	Classificação
02	RAFAEL SILVESTRE DE VARGAS	576	1º

São Lourenço do Oeste, SC, 10 de março de 2010.
ALEX CLEIDIR TARDETTI
Gerente Executivo do Instituto Cultural de São Lourenço

Extrato do Convênio Nº 002

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 002, DE 10 DE MARÇO DE 2010.
Origem: artigo 55, inciso XXIX, da Lei Orgânica Municipal, e Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.
Conveniente: Município de São Lourenço do Oeste.
Conveniada: ENELE Indústria de Estofados Ltda.
Objeto: O atendimento, pelo município, a crianças de 02 (dois) a 06 (seis) anos matriculadas nos Centros de Educação Infantil – CEIMs e nas Escolas Básicas Municipais, filhos(as) de funcionárias da ENELE, em turnos de 04 (quatro) e 08 (oito) horas diárias, proporcionando-lhes: educação, alimentação, recreação, cuidados psicológicos e médico-odontológicos.
Valor: A ENELE repassará ao município, mensalmente, em moeda corrente, a importância de R\$ 40,00 (quarenta reais), para cada criança que frequenta 04 (quatro) horas diárias e R\$ 80,00 (oitenta reais), por criança da Educação Infantil que frequenta 08 (oito) horas diárias nos CEIMs ou em Escolas Básicas, durante o ano letivo de 2010, ou seja, pelo período de 17 de fevereiro de 2010 a 09 de dezembro de 2010.
Data da assinatura: 10 de março de 2010.
Vigência: A vigência do presente convênio será 17 de fevereiro a 09 de dezembro de 2010.
Signatários: Tomé Francisco Etges - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste – e Nivaldo Luiz Lazon Junior - pela Conveniada.

Extrato do Convênio Nº 003

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 003, DE 10 DE MARÇO DE 2010.
Origem: artigo 55, inciso XXIX, da Lei Orgânica Municipal, e Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.
Conveniente: Município de São Lourenço do Oeste.
Conveniada: NUTRISUL S/A Produtos Alimentícios.
Objeto: O atendimento, pelo município, a crianças de 02 (dois) a 06 (seis) anos matriculadas nos Centros de Educação Infantil – CEIMs e nas Escolas Básicas Municipais, filhos(as) de funcionárias da NUTRISUL, em turnos de 04 (quatro) e 08 (oito) horas diárias, proporcionando-lhes: educação, alimentação, recreação, cuidados psicológicos e médico-odontológicos.
Valor: A NUTRISUL repassará ao município, mensalmente, em moeda corrente, a importância de R\$ 40,00 (quarenta reais), para cada criança que frequenta 04 (quatro) horas diárias e R\$ 80,00 (oitenta reais), por criança da Educação Infantil que frequenta 08 (oito) horas diárias nos CEIMs ou em Escolas Básicas, sendo que do montante total, 50% (cinquenta por cento) será retirado em produtos alimentícios, durante o ano letivo de 2010, ou seja, pelo período de 17 de fevereiro de 2010 a 09 de dezembro de 2010.
Data da assinatura: 10 de março de 2010.
Vigência: A vigência do presente convênio será 17 de fevereiro a 09 de dezembro de 2010.
Signatários: Tomé Francisco Etges - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste – e Cezer Amauri Altenhofen - pela Conveniada.

Extrato do Convênio Nº 004

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 004, DE 10 DE MARÇO DE 2010.
Origem: artigo 55, inciso XXIX, da Lei Orgânica Municipal, e Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.
Conveniente: Município de São Lourenço do Oeste.
Conveniada: PARATI S/A.
Objeto: o atendimento, pelo município, a crianças de 02 (dois) a 06 (seis) anos matriculadas nos Centros de Educação Infantil – CEIMs e nas Escolas Básicas Municipais, filhos(as) de funcionárias da PARATI, em turnos de 04 (quatro) e 08 (oito) horas diárias, proporcionando-lhes: educação, alimentação, recreação, cuidados

psicológicos e médico-odontológicos.
Valor: a PARATI repassará ao município, mensalmente, em moeda corrente, a importância de R\$ 40,00 (quarenta reais), para cada criança que frequenta 04 (quatro) horas diárias e R\$ 80,00 (oitenta reais), por criança da Educação Infantil que frequenta 08 (oito) horas diárias nos CEIMs ou em Escolas Básicas, sendo que do montante total, 50% (cinquenta por cento) será repassado em produtos alimentícios, durante o ano letivo de 2010, ou seja, pelo período de 17 de fevereiro a 09 de dezembro de 2010.
Data da assinatura: 10 de março de 2010.
Vigência: A vigência do presente convênio será 17 de fevereiro a 09 de dezembro de 2010.
Signatários: Tomé Francisco Etges - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste – e Ângelo Fantin - pela Conveniada.

Extrato do Convênio Nº 005

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 005, DE 11 DE MARÇO DE 2010.
Origem: artigo 55, inciso XXIX, da Lei Orgânica Municipal, e Lei Municipal nº 1.856, de 10 de março de 2010.
Conveniente: Município de São Lourenço do Oeste.
Conveniada: Associação de Municípios do Noroeste de Santa Catarina – AMNOROESTE.
Objeto: Cooperação técnico financeiro, para atender as atividades da Conveniada.
Valor: O Conveniente repassará à Conveniada, o valor anual de 123.600,00 (cento e vinte e três mil e seiscentos reais), dividido em 10 parcelas, sendo uma parcela de R\$ 30.900,00 (trinta mil e novecentos reais), que deverá ser paga no dia 12 de março de 2010, correspondente aos serviços prestados desde o dia 01 de janeiro de 2010, até a presente data, e 09 parcelas mensais iguais e sucessivas no valor de R\$ 10.300,00 (dez mil e trezentos reais), a serem quitadas até o último dia útil do mês, sendo que a última parcela deverá ser paga até o dia 31 de dezembro de 2010.
Data da assinatura: 11 de março de 2010.
Vigência: A vigência do presente convênio será da data da assinatura até 31 de dezembro de 2010.
Signatários: Tomé Francisco Etges - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste – e Waldir Antonio Walker - pela Conveniada.

Schroeder

PREFEITURA MUNICIPAL

Portaria Nº. 3.385/2010

PORTARIA Nº. 3.385/2010, DE 08 DE MARÇO DE 2010.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

Considerando a realização do Concurso Público nº. 001/2009 - GAB/PMS;

Considerando o Decreto nº. 2.078/2010, de 24/02/2010, que homologa a lista dos classificados no referido Concurso Público;

RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR, a Sra. Solange Silveira de Oliveira, para exercer o cargo de Professora A (Ensino Fundamental), percebendo o nível salarial nº. 001 - Magistério (Nível 153), com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em virtude de sua aprovação no Concurso Público nº. 001/2009 - GAB/PMS, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos



do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Registre-se. Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 08 de março de 2010.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

HARILDO KONELL

Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Registrada e publicada na mesma data.

ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA

Chefe de Gabinete

Portaria Nº. 3.380/2010

PORTARIA Nº. 3.380/2010, DE 08 DE MARÇO DE 2010.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

Considerando a realização do Concurso Público nº. 001/2009 - GAB/PMS;

Considerando o Decreto nº. 2.078/2010, de 24/02/2010, que homologa a lista dos classificados no referido Concurso Público;

RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR, a Sra. Salete Antonia Czechowski de Oliveira, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais I, percebendo o nível salarial nº. 007, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em virtude de sua aprovação no Concurso Público nº. 001/2009 - GAB/PMS, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Registre-se. Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 08 de março de 2010.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

HARILDO KONELL

Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Registrada e publicada na mesma data.

ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA

Chefe de Gabinete

Aviso de Pregão Presencial Nº 25/2010 – PMS

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL No 25/2010 – PMS

O Município de Schroeder torna público, para conhecimento dos interessados que, conforme dispõe a Lei Municipal nº1669/2008, Lei nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, vigente e pertinente à matéria, fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL do tipo menor preço POR ITEM nº. 25/2010 – PMS.

OBJETO: aquisição de uma estação total eletrônica e um software módulo topografia para suprir as necessidades da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental da Prefeitura Municipal de Schroeder/SC.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento: 29 de março de 2010 às 08h45min.

Abertura do Processo: 29 de março de 2010 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Schroeder
A íntegra do Edital, bem como maiores informações poderão ser obtidas no Site da Prefeitura Municipal (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.

Fone/fax (0xx47)3374-1191 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 12 de março de 2010.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

I Errata e Cancelamento de Item Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia Nº. 01/2010-PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

I ERRATA E CANCELAMENTO DE ITEM

CONCORRÊNCIA PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº. 01/2010-PMS

PROCESSO LICITATORIO Nº. 30/2010-PMS

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições torna público, para conhecimento dos interessados Errata de itens referente Edital de Concorrência de Obras e Serviços de Engenharia nº. 01/2010-PMS, para contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários) de Pavimentação Asfáltica e sinalização viária na Rua Erich Froehner, Bairro Schroeder I, abrangendo no Trecho 01 - estaca OPP até estaca 132 – extensão = 2.640,00m, perfazendo uma área total de 26.400m² e Trecho 02 - estaca OPP até estaca 88 + 6,81m – extensão= 1.766,81m, perfazendo uma área total de 17.668,100m², no Município de Schroeder/SC, de acordo com Convênio nº. 18.713/2009-5, com a Secretária de Estado de Desenvolvimento Regional de Jaraguá do Sul, projetos, memoriais descritivos, planilhas de quantitativos e demais anexos que fazem parte integrante deste instrumento convocatório, ficando assim determinado:

LEIA-SE:

8.1.20- [...]

c) Comprovação de Índices Financeiros extraídos do Balanço Patrimonial, conforme item 5.2.4 alínea "b". Índice de Liquidez Geral (ILG), igual ou superior a 1.2 (um ponto dois), obtido a partir de dados do balanço anual através da seguinte fórmula:

$$ILG = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$$

Índice de Liquidez Corrente (ILC), igual ou superior a 1.2 (um ponto dois), obtido a partir de dados do balanço anual, através da seguinte fórmula:

$$ILC = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$

Grau de Endividamento (GE), Inferior ou igual a 0,5 (zero vírgula cinco), aplicando-se a seguinte fórmula:

$$GE = \frac{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}{\text{ATIVO TOTAL}}$$

Item 2.3 da Planilha Orçamentária e do Cronograma Físico – Financeiro, leia –se:

2.3 – Reaterro com seixo "in natura", incluindo extração, carga, transporte, espalhamento e compactação.



CANCELAMENTO DE ITENS:

8.1.20- [...]

d) Para fins de agilização da fase de habilitação do certame licitatório as empresas devem apresentar a DHP em ORIGINAL – Declaração de Habilidade Profissional do Contabilista junto aos índices.

e.1) A apresentação dos índices solicitados, deverão ser feitas em folha assinada e carimbada pelo Contabilista da empresa, pelo qual faça constar os dados do Balanço que deu origem aos índices apresentados, deverá ainda conter o respectivo selo da DHP (ORIGINAL), conforme alínea “d” deste subitem.

Os demais itens ficam inalterados.

Schroeder, 11 de março de 2010.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

Termo Aditivo N°. A10/2010 - PMS

TERMO ADITIVO N°. A10/2010 - PMS

I TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N°. 99/2009- PMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com espaço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder (SC), neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Felipe Voigt; e,

CONTRATADA: PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS, inscrita no CNPJ sob o nº. 061.198.164/0001-60, estabelecida na Avenida Rio Branco, nº. 1489, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01205-905, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada pelos Senhores Estevan Delbianco, inscrito no CPF sob o nº. 262.831.328-63, portador da Carteira de Identidade no 14.188.584 SSP/SP e Eduardo Fraguas Kozma, inscrito no CPF sob o nº. 861.353.508-97, portador da Carteira de Identidade no 5.448.298-7-SSP/SP.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 99/2009 - PMS, celebrado em 08 de abril de 2009, decorrente do Processo de licitação nº. 52/2009 – PMS, Modalidade Pregão Presencial nº. 35/2009 – PMS, para a contratação de prestadora de seguro para veículos Celta Life 1.0 VHC, 7 8 CV, 2 portas, ano/modelo 2009, marca Chevrolet, na cor branca, da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental da Prefeitura Municipal de Schroeder (SC), regido pela Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1.993, e mediante cláusulas e condições a enunciadas e conforme proposta vencedora apresentada.

Considerando a necessidade de se estabelecer novo prazo para continuação do seguro, objeto do contrato celebrado com a CONTRATADA. E disposto no disposto no Artigo 57, II, da Lei Federal nº. 8.666/93, conforme parecer da Procuradoria Municipal.

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder; em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª – O Contrato Administrativo n.º 99/2009 passa a vigor até a data de 13/03/2011;

Cláusula 2ª - O valor do Contrato Administrativo nº. 99/2009-PMS, para o novo período de vigência, de 14/03/2010 a 13/03/2011, totaliza-se em R\$ 1.567,73 (Um mil quinhentos e sessenta e sete reais e setenta e três centavos), sendo este valor pago a vista, referente ao abaixo descrito:

Cláusula 3ª - As demais condições outrora pactuadas permanecem inalteradas.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder (SC), 10 de Março de 2010.

CONTRATADA:

PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS

Estevan Delbianco

CPF nº. 262.831.328-63

PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS

Eduardo Fraguas Kozma

CPF nº. 861.353.508/97

CONTRATANTE:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Felipe Voigt

Prefeito Municipal

T E S T E M U N H A S:

1ª _____ 2ª _____
 Nome: Orlando Tecilla Nome: Everton Francisco Cesconetto
 CPF nº. 311.753.079-34 CPF nº. 038.873.459-08

Termo Aditivo N°. A11/2010 - PMS

TERMO ADITIVO N°. A11/2010 - PMS

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N°. 61/2008- PMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com espaço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder (SC), neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Felipe Voigt; e,

CONTRATADA: PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS, inscrita no CNPJ sob o nº. 061.198.164/0001-60, estabelecida na Avenida Rio Branco, nº. 1489, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01205-905, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada pelos Senhores Estevan Delbianco, inscrito no CPF sob o nº. 262.831.328-63, portador da Carteira de Identidade no 14.188.584 SSP/SP e Eduardo Fraguas Kozma, inscrito no CPF sob o nº. 861.353.508-97, portador da Carteira de Identidade no 5.448.298-7-SSP/SP.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 61/2008 - PMS, celebrado em 12 de março de 2008, decorrente do processo de licitação na modalidade Carta Convite no 13/2008 - PMS, Processo de Licitação nº. 23/2008 – PMS, regido pela Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1.993, e mediante cláusulas e condições a enunciadas e conforme proposta vencedora apresentada.

Considerando a necessidade de se estabelecer novo prazo para continuação do seguro, objeto do contrato celebrado com a CONTRATADA. E disposto no disposto no Artigo 57, II, da Lei Federal nº. 8.666/93, conforme parecer da Procuradoria Municipal.

Item	Veículo	Placa	Chassi	Ano/Mod	Classe Bônus	Franquia (R\$)	Sem Sinistro
2.1.1	Celta Life 1.0 VHC, 7 8 CV, 2 portas, ano/modelo 2009, marca Chevrolet, na cor branca,	MGE3503	9BGRZ08109G263910	2009/2009	0	847,00	0
2.1.2	Celta Life 1.0 VHC, 7 8 CV, 2 portas, ano/modelo 2009, marca Chevrolet, na cor branca,	MGN0593	9BGRZ08109G270256	2009/2009	0	847,00	0



Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder; em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª – O Contrato Administrativo n.º 61/2008 passa a vigor até a data de 13/03/2011;

Cláusula 2ª - O valor do Contrato Administrativo nº. 61/2008-PMS, para o novo período de vigência, de 14/03/2010 a 13/03/2011, totaliza-se em R\$ 8.355,20 (Oito mil trezentos e cinquenta e cinco reais e vinte centavos), sendo este valor pago a vista, referente ao abaixo descrito:

LOTE I:

Item	Veiculo	Placa	Chassi	Ano/Mod	Classe Bônus	Franquia(R\$)	Sem Sinistro
2.1.1	GM - MERIVA CD 1.8 8V FLEXPOWER 4PORTAS	MMB 1115	9BGXF75004C238319	2004/2004	10	2.254,00	
2.1.2	GOL 1000 1.0 GAS. 2P	LZR 0608	9BWZZZ30ZRT052469	1994/1994	10	1.801,00	
2.1.3	MERCEDES BENZ L-1618 3-EIXOS DIESEL 4X2	LZT 9945	9BM386014LB880014	1990/1990	5	Sem franquia	
2.1.4	MERCEDES BENZ L-2318 6X2 3 EIXOSDIESEL	MAS 9027	9BM3863695B065347	1995/1995	10	Sem franquia	
2.1.5	GOL 1.0 MI (NOVA SERIE) GAS. 4P	MBS 9636	9BWCA05X51P132900	2001/2001	8	1.801,00	
2.1.6	SAVEIRO 1.8 MI (GERAÇÃO III) GAS. 2P	MBS 9656	9BWEC05XX2P501481	2001/2002	10	2.084,00	
2.1.7	CELTA HATCH LIFE 1.0 8VAL. GASOLINA 02 PORTAS MPFI	MEV 9392	9BGRZ08X05G177458	2005/2005	4	1.693,00	
2.1.8	CELTA HATCH LIFE 1.0 8VAL. GASOLINA 02 PORTAS MPFI	MEV 9322	9BGRZ08X05G178210	2005/2005	4	1.693,00	
2.1.9	CELTA HATCH LIFE 1.0 8VAL. GASOLINA 02 PORTAS MPFI	MFL 4782	9BGRZ08X05G204431	2005/2005	5	1.693,00	
2.1.10	CELTA HATCH LIFE 1.0 8 VAL. ALCOOL/ GASOLINA 02 PORTAS FLEXPOWER	MAS 3225	9BGRZ08907G133019	2006/2007	3	1.693,00	
2.1.11	KOMBI STANDART 1.4 FLEX GASOLINA/ ALCOOL 09 LUGARES	MAH 7314	9BWGF07XX6P013361	2006/2006	2	1.902,00	
2.1.12	KOMBI STANDARD 1.6 MI GAS. 4P	MBU 2315	9BWGB07X03P000691	2002/2003	3	1.902,00	
2.1.13	KOMBI 1.6, GASOLINA, 04 PORTAS	MAU 8747	9BWZZZ237WP017289	1998/1999	3	1.902,00	

LOTE II:

Item	Veiculo	Placa	Chassi	Ano/Mod	Classe Bônus	Franquia(R\$)	Sem Sinistro
2.1.14	MARCOPOL / VOLARE A5 DIESEL 4X2	MBX 0626	93PB0BA152C007909	2002/2002	9	5.136,00	

Cláusula 3ª - As demais condições outrora pactuadas permanecem inalteradas.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder (SC), 10 de Março de 2010.

CONTRATADA:

PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS

Estevan Delbianco

CPF nº. 262.831.328-63

PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS

Eduardo Fraguas Kozma

CPF nº. 861.353.508/97

CONTRATANTE:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Felipe Voigt

Prefeito Municipal

TESTEMUNHAS:

1ª _____ 2ª _____
Nome: Orlando Tecilla Nome: Everton Francisco Cesconetto
CPF nº. 311.753.079-34 CPF nº. 038.873.459-08



Extrato do Contrato Nº. 51/2010-PMS

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 51/2010-PMS

Processo de licitação nº. 42/2010 – PMS

Modalidade Pregão Presencial nº. 18/2010 – PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com espaço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, Município de Schroeder - SC.

Contratado: TECNOPONTO ELETRODOMÉSTICOS E ELETRÔNICOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 00.897.750/0001-08, estabelecida na Rua General Osório, nº. 1108, Bairro Velha, na Cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina, CEP: 89041-0002.

Objeto: Constitui o objeto do presente contrato aquisição e instalação de aparelhos de ar condicionado do tipo split, com controle remoto, para suprir as necessidades do Gabinete do Prefeito da Prefeitura Municipal de Schroeder/SC, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

Item	Descrições	Qtde.	Unid.	Valor R\$ Unitário	Valor R\$ Total
01	Um aparelho de ar condicionado, de 24mil Btu's, com controle remoto, para a área que abrange a recepção do Gabinete do Executivo e área de trabalho da Secretária Executiva. Este aparelho deverá ser do modelo split e deverá ser instalado com bomba de drenagem para água, e com todo o material que se faça necessário na parte elétrica, hidráulica e mão de obra.	01	Unidade	4.150,00	4.150,00
02	Um aparelho de ar condicionado de 18mil Btu's, modelo split, para o Gabinete do Executivo com controle remoto, instalado.	01	Unidade	2.840,00	2.840,00
TOTAL R\$					6.990,00

Valor: R\$ 6.990,00 (seis mil novecentos e noventa reais).

Data da Assinatura: 11/03/2010

Vigência: 31/12/2010

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

Convocação Concurso Público nº. 001/2009-GAB/PMS

Convocação Concurso Público nº. 001/2009-GAB/PMS

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. CLARINHA APARECIDA TEIXEIRA, inscrita no CPF sob nº. 891.942.259-15, aprovada em 11º lugar no Concurso Público nº. 001/2009-GAB/PMS, para o cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS I, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer a Prefeitura Municipal de Schroeder, no Setor de Recursos Humanos (47 3374-1191), até o dia 07 de abril de 2010, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga, conforme prevê o item 13.2.1.

Schroeder (SC), 09 de março de 2010.
FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

INGRIT ELI ROWEDER EICHENBERGER
Secretária de Saúde e Assistência Social

Convocação Concurso Público nº. 001/2009-GAB/PMS

Convocação Concurso Público nº. 001/2009-GAB/PMS

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. DANIELE LUCIANO, inscrita no CPF sob nº. 009.419.599-45, aprovada em 2º lugar no Concurso Público nº. 001/2009-GAB/PMS, para o cargo de PROFESSORA C - EDUCAÇÃO INFANTIL - 40 H/S, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer a Prefeitura Municipal de Schroeder, no Setor de Recursos Humanos (47 3374-1191), até o dia 07 de abril de 2010, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga, conforme prevê o item 13.2.1.

Schroeder (SC), 09 de março de 2010.
FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

HARILDO KONELL
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Convocação Concurso Público nº. 001/2009-GAB/PMS

Convocação Concurso Público nº. 001/2009-GAB/PMS

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. EDNA MARIA DA ROCHA, inscrita no CPF sob nº. 891.940.809-25, aprovada em 6º lugar no Concurso Público nº. 001/2009-GAB/PMS, para o cargo de PROFESSORA C - EDUCAÇÃO INFANTIL - 40 H/S, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer a Prefeitura Municipal de Schroeder, no Setor de Recursos Humanos (47 3374-1191), até o dia 07 de abril de 2010, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga, conforme prevê o item 13.2.1.

Schroeder (SC), 09 de março de 2010.
FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

HARILDO KONELL
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Convocação Concurso Público nº. 001/2009-GAB/PMS

Convocação Concurso Público nº. 001/2009-GAB/PMS

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. ELMA MACIEL ALMEIDA, inscrita no CPF sob nº. 786.381.199-68, aprovada em 4º lugar no Concurso Público nº. 001/2009-GAB/PMS, para o cargo de PROFESSORA A - EDUCAÇÃO INFANTIL - 40 H/S, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer a Prefeitura Municipal de Schroeder, no Setor de Recursos Humanos (47 3374-1191), até o dia 07 de abril de 2010, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro,

Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga, conforme prevê o item 13.2.1.

Schroeder (SC), 09 de março de 2010.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

HARILDO KONELL

Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Convocação Concurso Público nº. 001/2009-GAB/PMS

Convocação Concurso Público nº. 001/2009-GAB/PMS

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. IVANETE BARBOSA, inscrita no CPF sob nº. 030.506.359-67, aprovada em 3º lugar no Concurso Público nº. 001/2009-GAB/PMS, para o cargo de PROFESSORA C - EDUCAÇÃO INFANTIL - 40 H/S, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer a Prefeitura Municipal de Schroeder, no Setor de Recursos Humanos (47 3374-1191), até o dia 07 de abril de 2010, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga, conforme prevê o item 13.2.1.

Schroeder (SC), 09 de março de 2010.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

HARILDO KONELL

Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Convocação Concurso Público nº. 001/2009-GAB/PMS

Convocação Concurso Público nº. 001/2009-GAB/PMS

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. JACI PATROCINIO DA SILVA, inscrita no CPF sob nº. 779.546.459-91, aprovada em 7º lugar no Concurso Público nº. 001/2009-GAB/PMS, para o cargo de PROFESSORA C - EDUCAÇÃO INFANTIL - 40 H/S, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer a Prefeitura Municipal de Schroeder, no Setor de Recursos Humanos (47 3374-1191), até o dia 07 de abril de 2010, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga, conforme prevê o item 13.2.1.

Schroeder (SC), 09 de março de 2010.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

Harildo Konell

Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Convocação Concurso Público nº. 001/2009-GAB/PMS

Convocação Concurso Público nº. 001/2009-GAB/PMS

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. JULIANA

HOLTZ THOMAZ, inscrita no CPF sob nº. 055.964.819-71, aprovada em 3º lugar no Concurso Público nº. 001/2009-GAB/PMS, para o cargo de PROFESSORA A - EDUCAÇÃO INFANTIL - 40 H/S, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer a Prefeitura Municipal de Schroeder, no Setor de Recursos Humanos (47 3374-1191), até o dia 07 de abril de 2010, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga, conforme prevê o item 13.2.1.

Schroeder (SC), 09 de março de 2010.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

Harildo Konell

Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Convocação Concurso Público nº. 001/2009-GAB/PMS

Convocação Concurso Público nº. 001/2009-GAB/PMS

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. JULIANA LETICIA SOHN STEINBACH, inscrita no CPF sob nº. 008.083.279-25, aprovada em 9º lugar no Concurso Público nº. 001/2009-GAB/PMS, para o cargo de PROFESSORA C - EDUCAÇÃO INFANTIL - 40 H/S, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer a Prefeitura Municipal de Schroeder, no Setor de Recursos Humanos (47 3374-1191), até o dia 07 de abril de 2010, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga, conforme prevê o item 13.2.1.

Schroeder (SC), 09 de março de 2010.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

Harildo Konell

Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Convocação Concurso Público nº. 001/2009-GAB/PMS

Convocação Concurso Público nº. 001/2009-GAB/PMS

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. LOURDES DELFINO DA SILVA DE ANDRADE, inscrita no CPF sob nº. 868.974.209-30, aprovada em 8º lugar no Concurso Público nº. 001/2009-GAB/PMS, para o cargo de PROFESSORA C - EDUCAÇÃO INFANTIL - 40 H/S, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer a Prefeitura Municipal de Schroeder, no Setor de Recursos Humanos (47 3374-1191), até o dia 07 de abril de 2010, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga, conforme prevê o item 13.2.1.

Schroeder (SC), 09 de março de 2010.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

HARILDO KONELL
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Convocação Concurso Público nº. 001/2009-GAB/PMS

Convocação Concurso Público nº. 001/2009-GAB/PMS

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. MARCOS ANTONIO FARI JUNIOR, inscrito no CPF sob nº. 530.685.529-98, aprovado em 2º lugar no Concurso Público nº. 001/2009-GAB/PMS, para o cargo de PROFESSOR C - ENSINO FUNDAMENTAL - EDUCAÇÃO FÍSICA - 40 H/S, para assumir o respectivo cargo.

O convocado deve comparecer a Prefeitura Municipal de Schroeder, no Setor de Recursos Humanos (47 3374-1191), até o dia 07 de abril de 2010, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga, conforme prevê o item 13.2.1.

Schroeder (SC), 09 de março de 2010.
FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

HARILDO KONELL
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Convocação Concurso Público nº. 001/2009-GAB/PMS

Convocação Concurso Público nº. 001/2009-GAB/PMS

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. MARIA FABRICIO DE ALMEIDA, inscrita no CPF sob nº. 853.212.229-91, aprovada em 12º lugar no Concurso Público nº. 001/2009-GAB/PMS, para o cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS I, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer a Prefeitura Municipal de Schroeder, no Setor de Recursos Humanos (47 3374-1191), até o dia 07 de abril de 2010, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga, conforme prevê o item 13.2.1.

Schroeder (SC), 09 de março de 2010.
FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

INGRIT ELI ROWEDER EICHENBERGER
Secretária de Saúde e Assistência Social

Convocação Concurso Público nº. 001/2009-GAB/PMS

Convocação Concurso Público nº. 001/2009-GAB/PMS

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. SANDRA APARECIDA MONTEIRO LUTHER, inscrita no CPF sob nº. 026.509.659-67, aprovada em 5º lugar no Concurso Público nº. 001/2009-GAB/PMS, para o cargo de PROFESSORA C - EDUCAÇÃO INFANTIL - 40 H/S, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer a Prefeitura Municipal de Schroeder, no Setor de Recursos Humanos (47 3374-1191), até o dia 07

de abril de 2010, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga, conforme prevê o item 13.2.1.

Schroeder (SC), 09 de março de 2010.
FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

HARILDO KONELL
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Convocação Concurso Público nº. 001/2009-GAB/PMS

Convocação Concurso Público nº. 001/2009-GAB/PMS

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. SCHEILA CRISTINA DA SILVA, inscrita no CPF sob nº. 038.202.759-08, aprovada em 2º lugar no Concurso Público nº. 001/2009-GAB/PMS, para o cargo de PROFESSORA A - ENSINO FUNDAMENTAL - 40 H/S, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer a Prefeitura Municipal de Schroeder, no Setor de Recursos Humanos (47 3374-1191), até o dia 07 de abril de 2010, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga, conforme prevê o item 13.2.1.

Schroeder (SC), 09 de março de 2010.
FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

HARILDO KONELL
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Convocação Concurso Público nº. 001/2009-GAB/PMS

Convocação Concurso Público nº. 001/2009-GAB/PMS

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. TEREZA STEFAN HARMEL, inscrita no CPF sob nº. 003.566.539-43, aprovada em 4º lugar no Concurso Público nº. 001/2009-GAB/PMS, para o cargo de PROFESSORA C - EDUCAÇÃO INFANTIL - 40 H/S, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer a Prefeitura Municipal de Schroeder, no Setor de Recursos Humanos (47 3374-1191), até o dia 07 de abril de 2010, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga, conforme prevê o item 13.2.1.

Schroeder (SC), 09 de março de 2010.
FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

HARILDO KONELL
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Convocação Concurso Público nº. 001/2009-GAB/PMS

Convocação Concurso Público nº. 001/2009-GAB/PMS



FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. GISELI ECCEL RONCHI, inscrita no CPF sob nº. 039.181.959-37, aprovada em 1º lugar no Concurso Público nº. 001/2009-GAB/PMS, para o cargo de FARMACÊUTICA, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer a Prefeitura Municipal de Schroeder, no Setor de Recursos Humanos (47 3374-1191), até o dia 09 de abril de 2010, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga, conforme prevê o item 13.2.1.

Schroeder (SC), 11 de março de 2010.
FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

INGRIT ELI ROWEDER EICHENBERGER
Secretária de Saúde e Assistência Social

Convocação Concurso Público nº. 001/2009-GAB/PMS

Convocação Concurso Público nº. 001/2009-GAB/PMS

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR o Sr. JEFFERSON JORGE DE SOUZA, inscrito no CPF sob nº. 596.748.069-20, aprovado em 1º lugar no Concurso Público nº. 001/2009-GAB/PMS, para o cargo de RECEPCIONISTA, para assumir o respectivo cargo.

O convocado deve comparecer a Prefeitura Municipal de Schroeder, no Setor de Recursos Humanos (47 3374-1191), até o dia 09 de abril de 2010, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga, conforme prevê o item 13.2.1.

Schroeder (SC), 11 de março de 2010.
FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

INGRIT ELI ROWEDER EICHENBERGER
Secretária de Saúde e Assistência Social

Convocação Concurso Público nº. 001/2009-GAB/PMS

Convocação Concurso Público nº. 001/2009-GAB/PMS

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. GLAUCIA REGINA SEVEGNANI, inscrita no CPF sob nº. 079.991.059-70, aprovada em 2º lugar no Concurso Público nº. 001/2009-GAB/PMS, para o cargo de RECEPCIONISTA, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer a Prefeitura Municipal de Schroeder, no Setor de Recursos Humanos (47 3374-1191), até o dia 09 de abril de 2010, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga, conforme prevê o item 13.2.1.

Schroeder (SC), 11 de março de 2010.
FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

INGRIT ELI ROWEDER EICHENBERGER
Secretária de Saúde e Assistência Social
Anexo: glaucia_regina_sevegnani.doc
Usuário: Jessica Taiane Walz (11/03/2010 - 11:53:00 - 189.72.112.176)
E-mail: rh@schroeder.sc.gov.br

Convocação Concurso Público nº. 001/2009-GAB/PMS

Convocação Concurso Público nº. 001/2009-GAB/PMS

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. SUZANA PEREIRA LOPES, inscrita no CPF sob nº. 049.489.139-44, aprovada em 3º lugar no Concurso Público nº. 001/2009-GAB/PMS, para o cargo de RECEPCIONISTA, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer a Prefeitura Municipal de Schroeder, no Setor de Recursos Humanos (47 3374-1191), até o dia 09 de abril de 2010, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga, conforme prevê o item 13.2.1.

Schroeder (SC), 11 de março de 2010.
FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

INGRIT ELI ROWEDER EICHENBERGER
Secretária de Saúde e Assistência Social

Convocação Concurso Público nº. 001/2009-GAB/PMS

Convocação Concurso Público nº. 001/2009-GAB/PMS

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. BARBARA LAIS JUNKES, inscrita no CPF sob nº. 063.799.869-36, aprovada em 4º lugar no Concurso Público nº. 001/2009-GAB/PMS, para o cargo de RECEPCIONISTA, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer a Prefeitura Municipal de Schroeder, no Setor de Recursos Humanos (47 3374-1191), até o dia 09 de abril de 2010, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga, conforme prevê o item 13.2.1.

Schroeder (SC), 11 de março de 2010.
FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

INGRIT ELI ROWEDER EICHENBERGER
Secretária de Saúde e Assistência Social

Convocação Concurso Público nº. 001/2009-GAB/PMS

Convocação Concurso Público nº. 001/2009-GAB/PMS

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR o Sr. ADILSON GORNIACK, inscrito no CPF sob nº. 508.202.579-15, aprovado em 2º lugar no Concurso Público nº. 001/2009-GAB/PMS, para o cargo de ENGENHEIRO CIVIL, para assumir o respectivo cargo.

O convocado deve comparecer a Prefeitura Municipal de Schroeder, no Setor de Recursos Humanos (47 3374-1191), até o dia 09

de abril de 2010, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga, conforme prevê o item 13.2.1.

Schroeder (SC), 11 de março de 2010.
FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

LEONOR JACOBI
Secretário de Obras e Serviços Urbanos

Convocação Concurso Público nº. 001/2009-GAB/PMS

Convocação Concurso Público nº. 001/2009-GAB/PMS

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR o Sr. WALDIR GABRIEL REINEHER, inscrito no CPF sob nº. 052.849.919-07, aprovado em 3º lugar no Concurso Público nº. 001/2009-GAB/PMS, para o cargo de ENGENHEIRO CIVIL, para assumir o respectivo cargo.

O convocado deve comparecer a Prefeitura Municipal de Schroeder, no Setor de Recursos Humanos (47 3374-1191), até o dia 09 de abril de 2010, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga, conforme prevê o item 13.2.1.

Schroeder (SC), 11 de março de 2010.
FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

LEONOR JACOBI
Secretário de Obras e Serviços Urbanos

Convocação Concurso Público nº. 001/2009-GAB/PMS

Convocação Concurso Público nº. 001/2009-GAB/PMS

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR o Sr. ODAIR STEINERT, inscrito no CPF sob nº. 004.579.469-38, aprovado em 1º lugar no Concurso Público nº. 001/2009-GAB/PMS, para o cargo de MOTORISTA, para assumir o respectivo cargo.

O convocado deve comparecer a Prefeitura Municipal de Schroeder, no Setor de Recursos Humanos (47 3374-1191), até o dia 09 de abril de 2010, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga, conforme prevê o item 13.2.1.

Schroeder (SC), 11 de março de 2010.
FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

INGRIT ELI ROWEDER EICHENBERGER
Secretária da Saúde e Assistência Social

Videira

PREFEITURA MUNICIPAL

PR 10/2010 - FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VIDEIRA
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2010-FMAS

O Prefeito Municipal de Videira, através do Fundo Municipal de Assistência Social, torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 10/2010-FMAS. 1. OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL ELÉTRICO, PARA MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE AÇÃO SOCIAL, SENTINELA, NÚCLEOS DO PETI E CRAS. 2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO. 3. CREDENCIAMENTO: a partir das 16:00 horas do dia 30 de Março de 2010, na Avenida Manoel Roque, nº 188, Videira/SC. 4. ABERTURA: às 16:15 horas do mesmo dia. 5. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital completo está disponível no site www.videira.sc.gov.br ou no Departamento de Licitações, no horário das 08:00 às 11:45 e das 13:30 às 17:45. 6. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9034/3566-9012.

Videira/SC, 10 de Março de 2010.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Pregão Presencial Nº 51/2010 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VIDEIRA
PREGÃO PRESENCIAL Nº 51/2010 – PMV

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 51/2010. 1. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONserto da Caminhonete Toyota Frota 23, PLACAS LZH-5203, DE USO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA, INCLUINDO PEÇAS E MÃO DE OBRA. 2. TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE. 3. CREDENCIAMENTO: a partir das 16:00 horas do dia 29 de Março de 2010, na Avenida Manoel Roque, nº 188, Videira/SC. 4. ABERTURA: às 16:15 horas do mesmo dia. 5. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital completo está disponível no site www.videira.sc.gov.br ou no Departamento de Licitações, no horário das 08:00 às 11:45 e das 13:30 às 17:45. 6. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9034/3566-9012.

Videira/SC, 10 de Março de 2010.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

PR 53/2010 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VIDEIRA
PREGÃO PRESENCIAL Nº 53/2010 – PMV

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 53/2010. 1. OBJETO: AQUISIÇÃO DE VENENO PARA COMBATE AO BORRACHUDO, QUE SERÁ UTILIZADO PELA SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE. 2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO. 3. CREDENCIAMENTO: a partir das 16:00 horas do dia 31 de Março de 2010, na Avenida Manoel Roque, nº 188, Videira/SC. 4. ABERTURA: às 16:15 horas do mesmo dia. 5. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital completo está disponível no site www.videira.sc.gov.br ou no Departamento de Licitações, no horário das 08:00 às 11:45 e das 13:30 às 17:45. 6. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9034/3566-9012.

Videira/SC, 10 de Março de 2010.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Pregão Presencial Nº 11/2010 - FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VIDEIRA
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2010-FMAS

O Prefeito Municipal de Videira, através do Fundo Municipal de Assistência Social, torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 11/2010-FMAS. 1. OBJETO: AQUISIÇÃO DE CERÂMICA, ARGAMASSA E REJUNTE PARA SEREM COLOCADOS DA ÁREA DE FESTA, GARAGEM E CALÇADAS DA CASA LAR. 2. TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE. 3. CREDENCIAMENTO: a partir das 14:00 horas do dia 31 de Março de 2010, na Avenida Manoel Roque, nº 188, Videira/SC. 4. ABERTURA: às 14:15 horas do mesmo dia. 5. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital completo está disponível no site www.videira.sc.gov.br ou no Departamento de Licitações, no horário das 08:00 às 11:45 e das 13:30 às 17:45. 6. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9034/3566-9012.

Videira/SC, 10 de Março de 2010.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

PR 52/2010 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VIDEIRA
PREGÃO PRESENCIAL Nº 52/2010 – PMV

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 52/2010. 1. OBJETO: AQUISIÇÃO DE PORTAS EM MDF PARA SEREM SUBSTITUÍDAS NOS ARMÁRIOS DO GABINETE DO PREFEITO. 2. TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE. 3. CREDENCIAMENTO: a partir das 09:00 horas do dia 30 de Março de 2010, na Avenida Manoel Roque, nº 188, Videira/SC. 4. ABERTURA: às 09:15 horas do mesmo dia. 5. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital completo está disponível no site www.videira.sc.gov.br ou no Departamento de Licitações, no horário das 08:00 às 11:45 e das 13:30 às 17:45. 6. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9034/3566-9012.

Videira/SC, 10 de Março de 2010.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Consórcios Públicos

CINCO

Protocolo de Intenções

PROTOCOLO DE INTENÇÕES
CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO – CINCO

PROTOCOLO DE INTENÇÕES QUE ENTRE SI FIRMAM OS MUNICÍPIOS DE ARROIO TRINTA, CAÇADOR, CALMON, CURITIBANOS, FRAIBURGO, FREI ROGÉRIO, IBIAM, IOMERÊ, LEBON RÉGIS, MACIEIRA, MATOS COSTA, PINHEIRO PRETO, PONTE ALTA DO NORTE, RIO DAS ANTAS, SALTO VELOSO, SANTA CECÍLIA, SÃO CRISTÓVÃO DO SUL, TIMBÓ GRANDE E VIDEIRA, VISANDO A CONSTITUIÇÃO DO CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO – CINCO.

PREÂMBULO

Com a Emenda Constitucional 19/98 que deu nova redação ao artigo 241 da Constituição Federal de 1988, se estabeleceu que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios disciplinariam por meio de lei os consórcios públicos e os convênios de cooperação entre os entes federados, autorizando a gestão associada de serviços públicos, bem como a transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços transferidos.

A regulamentação deste instituto se deu pela Lei Federal 11.107/2005, que dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos e pelo Decreto Federal 6.017/2007.

Pela leitura dos dispositivos legais temos que a finalidade de criação de um consórcio público é a gestão associada de serviços públicos. Isso significa dizer que dois ou mais entes federados poderão criar um consórcio público para prestar um serviço público de interesse comum.

Serviço público é todo aquele prestado pela Administração ou por seus delegados, sob normas e controles estatais, para satisfazer necessidades essenciais ou secundárias da coletividade ou simples conveniências do Estado.

A criação de um consórcio público por dois ou mais entes da administração pública pressupõe a gestão associada de um ou mais serviços públicos. O consórcio nasce, quando dois ou mais entes, detentores de recursos escassos, se unem com o objetivo de atender a algum interesse que lhes seja comum. Quando fazem isso diz-se que estão fazendo a gestão associada daquele interesse comum.

Os consórcios podem discutir formas de promover o desenvolvimento regional, gerir o tratamento de lixo, saneamento básico da região, saúde, educação, esportes, cultura, turismo, abastecimento e alimentação ou ainda execução de projetos urbanos, entre tantos outros.

O consórcio também permite que pequenos municípios ajam em parceria e, com o ganho de escala, melhorem a capacidade técnica, gerencial e financeira. Também é possível fazer alianças em regiões de interesse comum, como bacias hidrográficas ou pólos regionais de desenvolvimento, melhorando a prestação de serviços públicos.

O consórcio público uma vez instituído dá maior segurança jurídica aos entes consorciados porque fortalece o efeito de vinculação dos acordos de cooperação intergovernamental e aumenta a contratualização entre os entes consorciados, tanto no ato da formação, extinção do consórcio, ou retirada voluntária de um Ente consorciado, como na formalização das contribuições financeiras e das responsabilidades assumidas.

Por outro, o consórcio público favorecerá uma maior institucionalização da cooperação entre entes federados por meio do cumprimento dos preceitos da administração pública e da gestão fiscal, de forma a facilitar a prestação de contas frente aos Tribunais de Contas e o Ministério Público e permitir a transferência de recursos fiscais e de financiamento intergovernamentais.

Finalmente, a regulamentação do consórcio público é suficientemente flexível para permitir o consorciamento em diversas escalas territoriais de atuação, e para diversas políticas públicas e objetivos compartilhados entre os entes consorciados.

É importante ressaltar que a instituição de um consórcio público exigiu todo um processo anterior de debate, articulação e negociação política, cujo resultado deve ser apreciado pelas respectivas casas legislativas. Trata-se em primeiro lugar de identificar o interesse comum dos entes que irão se consorciar e definir a forma em que este objetivo compartilhado poderá ser implementado e financiado.

A difusão deste novo instrumento de cooperação e gestão intergovernamental poderá fortalecer institucionalmente os entes Federados com reduzida capacidade administrativa, gerencial e financeira. Destaca-se em particular o benefício que este instrumento pode trazer aos pequenos municípios que não possuem escala suficiente para a prestação de serviços públicos e que poderão

aprimorar sua capacidade técnica administrativa pela prática da gestão intergovernamental.

A implementação dos consórcios públicos fomentará a desconcentração de investimentos que se localizaram tradicionalmente nos grandes centros urbanos em favor de municípios mais pobres, que possuem menor capacidade técnica para a elaboração de projetos.

Está previsto além do mais, a possibilidade de compra compartilhada pelo consórcio público, que alterou a Lei de Licitação para dar incentivos para a licitação compartilhada e consorciada.

Assim, a Lei dos Consórcios Públicos abre a oportunidade para os Agentes Políticos do País construírem um novo modelo de gestão pública, por meio da concentração de políticas federativas no espaço territorial, cuja responsabilidade deverá ser compartilhada pelas esferas de poder consorciadas.

Trata-se, portanto, de um instrumento de reforma do Estado que irá fortalecer a Federação Brasileira em sua engenharia institucional, constituindo um mecanismo de cooperação intergovernamental que tem a potencialidade de repactuar a federação em diversas escalas de atuação territorial e no âmbito de uma grande diversidade de políticas públicas setoriais.

A primeira fase de constituição do consórcio público é a subscrição pelos entes interessados ao consorciamento do Protocolo de Intenções, cujas cláusulas obrigatórias encontra-se descritas no artigo 4º da Lei 11.107/05. O Protocolo de Intenções constitui um ato de vontade política dos chefes de governo dos entes federados consorciados, que após ratificação mediante lei pelos respectivos órgãos legislativos converte-se no Contrato de Consórcio Público. O Contrato de Consórcio Público cria personalidade jurídica, que no caso será de direito público.

A organização administrativa do consórcio público é regulamentada pelo seu Estatuto que é definido de comum acordo pelos entes consorciados no âmbito da Assembléia Geral, o que permite uma certa flexibilidade na sua organização.

No entanto, o consórcio público deverá ser formado pelos entes consorciados no âmbito da Assembléia Geral, ter como representante legal o governante de um dos entes consorciados e prever uma transparência adequada aos sócios desta Associação Pública. Além do mais, a administração do consórcio público poderá contar com conselhos setoriais que permitem a participação do setor privado e da sociedade civil na gestão consorciada.

A Lei 11.107/05 ainda visando o princípio da eficiência que, de acordo com o artigo 37 da Constituição Federal, norteia os atos da administração pública, concedeu alguns privilégios aos consórcios públicos independentemente de sua natureza jurídica ser de direito público ou de direito privado. São eles:

a) poder de, nos termos do contrato de consórcio de direito público, promover desapropriações e instituir servidões nos termos de declaração de utilidade ou necessidade pública, ou interesse social, realizada pelo Poder Público;

b) possibilidade de ser contratado pela administração direta ou indireta dos entes da Federação consorciados, dispensada para tal, a licitação;

c) limites mais elevados para fins de escolha da modalidade de licitação;

d) poder de dispensar a licitação na celebração de contrato de programa com Ente da Federação ou com entidade de sua administração indireta, para a prestação de serviços públicos de forma associada nos termos do autorizado em contrato de consórcio público ou em convênio de cooperação;

e) elevação dos valores para a dispensa de licitação em razão do valor, prevista no artigo 24, incisos I e II da Lei 8666/93.

Pode-se apontar algumas vantagens do CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO:

- Planejamento regional - regiões potencialmente dinâmicas economicamente, tanto a ocupação do solo, os usos comuns, a prestação dos serviços, quanto a implementação de mecanismos de desenvolvimento sócio-econômicos pressupõe o planejamento e atuação integrada capaz de superar os limites geográficos atin-

tes a cada município, otimizando as potencialidades de cada um individualmente;

- Investimentos integrados - alguns investimentos imprescindíveis ao desenvolvimento local e à prestação de certos serviços que carecem de capital intensivo. Por vezes, a viabilidade destes investimentos depende da ação conjunta dos municípios. Investimentos como construção de infraestrutura viária de interligação, fomento ao desenvolvimento local, a exploração de determinadas atividades econômicas, são alguns exemplos;

- Economia em escala - o consorciamento para o desenvolvimento de serviços, aquisição de equipamentos ou materiais de manutenção podem produzir economia em escala na medida em que é possível realizar melhores condições contratuais, diminuir custo seja de transporte, armazenamento, pessoal, etc;

- Captação de recursos financeiros para investimento - a garantia de um projeto economicamente viável e a maturidade que demonstra a superação das barreiras políticas e a formação de consensos entre os municípios e demais entes federados, quando for o caso, além das perspectivas de incremento da qualidade de vida das populações beneficiárias, são requisitos importantes para a viabilização de captação de recursos financeiros para investimentos seja no âmbito nacional ou através da cooperação internacional com organismos multilaterais.

- Otimização do aproveitamento de equipamentos - equipamentos, instalações, máquinas, não raro, apresentam grau elevado de ociosidade implicando em depreciação e elevado custo de manutenção/uso, diminuindo o custo/benefício dos investimentos realizados. O uso consorciado, além de assegurar o aproveitamento ótimo de tais equipamentos, ainda possibilita a diminuição de custos e ampliação das possibilidades operacionais pela permuta dos mesmos complementando-se mutuamente;

- Maior facilidade em desconstituir os pontos de estrangulamento da gestão de cada Ente federado envolvido em face da interação entre as culturas organizacionais diferentes, que passam a se expor e interagir mutuamente, bem como, ser permeadas por estímulos e símbolos de otimização, competência e modernização. A própria disposição em se consorciar já denota espaço aberto às transformações institucionais;

- Transferência de tecnologias administrativas mútuas e a constituição de estruturas que tendem a assegurar a continuidade administrativa;

- Ampliação do espaço de atuação das diversas redes sociais que constituem o poder local e que permeiam as gestões públicas, refletindo no grau de interação entre outras atividades, para além do espaço público da gestão, tendo-se como subproduto ou consequência a interação de atividades econômicas próprias da iniciativa privada, no âmbito no novo "espaço regional" criado a partir da associação da gestão pública.

Por tudo o que foi considerado, importante determinarmos alguns conceitos:

I - área de atuação: área correspondente à soma dos territórios dos Municípios que tenham ratificado por lei o protocolo de intenções;

II - contrato de programa: instrumento pelo qual devem ser constituídas e reguladas as obrigações que um Ente da Federação, inclusive sua administração indireta, tenha para com outro Ente da Federação, ou para com consórcio público, no âmbito da prestação de serviços públicos por meio de cooperação federativa;

III - contrato de rateio: contrato por meio do qual os entes consorciados comprometem-se a fornecer recursos financeiros para a realização das despesas do consórcio público;

IV - convênio de cooperação entre entes federados: pacto firmado exclusivamente por entes da federação, com o objetivo de autorizar a gestão associada dos serviços de interesse público, desde que ratificado ou previamente disciplinado por lei editada por cada um deles;

V - gestão associada de serviços públicos: exercício das atividades de planejamento, regulação ou fiscalização de serviços públicos por meio de consórcio público ou de convênio de cooperação

entre entes federados, acompanhadas ou não da prestação de serviços públicos ou da transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços transferidos;

VI - planejamento: as atividades atinentes à identificação, qualificação, quantificação, organização e orientação de todas as ações, públicas e privadas, por meio das quais um serviço público deve ser prestado ou colocado à disposição de forma adequada;

VII - prestação de serviço público em regime de gestão associada: execução, por meio de cooperação federativa, de toda e qualquer atividade ou obra com o objetivo de permitir aos usuários o acesso a um serviço público com características e padrões de qualidade determinados pela regulação ou pelo contrato de programa, inclusive quando operada por transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços transferidos;

VIII - protocolo de intenções: contrato preliminar que, ratificado pelos entes da federação interessados, converte-se em contrato de consórcio público;

IX - ratificação: aprovação pelo Ente da Federação, mediante lei, do protocolo de intenções ou do ato de retirada do consórcio público;

X - regulação: todo e qualquer ato, normativo ou não, que discipline ou organize um determinado serviço público, incluindo suas características, padrões de qualidade, impacto sócio-econômico, direitos e obrigações dos usuários e dos responsáveis por sua oferta ou prestação e fixação e revisão do valor de tarifas e outros preços públicos;

XI - reserva: ato pelo qual Ente da Federação não ratifica, ou condiciona a ratificação, de determinado dispositivo de protocolo de intenções;

XII - retirada: saída de Ente da Federação de consórcio público, por ato formal de sua vontade;

XIII - serviços administrativos: serviços que o Poder Público executa para atender a suas necessidades internas ou preparar outros serviços que serão prestados ao público;

XIV - termo de parceria: instrumento passível de ser firmado entre consórcio público e entidades qualificadas como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, destinado à formação de vínculo de cooperação entre as partes para o fomento e a execução de atividades de interesse público, previstas em Lei.

Assim, os Municípios de ARROIO TRINTA, CAÇADOR, CALMON, CURITIBANOS, FRAIBURGO, FREI ROGÉRIO, IBIAM, IOMERÊ, LEBON RÉGIS, MACIEIRA, MATOS COSTA, PINHEIRO PRETO, PONTE ALTA DO NORTE, RIO DAS ANTAS, SALTO VELOSO, SANTA CECÍLIA, SÃO CRISTÓVÃO DO SUL, TIMBÓ GRANDE E VIDEIRA, de comum acordo, firmam o presente PROTOCOLO DE INTENÇÕES, visando constituir o CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO – CINCO, na forma da Lei nº 11.107/05, de seu regulamento (Decreto nº 6.017/07) e das demais disciplinas legais aplicáveis à matéria, baseado na CARTA DA REGIÃO DO CONTESTADO, traduzida em um PACTO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, oriunda da discussão realizado no I Fórum de Desenvolvimento Regional do Meio Oeste Catarinense, tendo como justas e acordadas as seguintes condições:

TÍTULO I

DA DENOMINAÇÃO, NATUREZA JURÍDICA, FINALIDADE, PRAZO DE DURAÇÃO E SEDE

CAPÍTULO I

DA DENOMINAÇÃO E NATUREZA JURÍDICA

Art. 1º - O consórcio público será denominado CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO – CINCO, e constitui-se sob a forma de associação pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, integrando, nos termos da lei, a administração indireta dos entes consorciados.

Parágrafo único: O Consórcio adquire personalidade jurídica de direito público mediante a vigência das leis de ratificação dos entes consorciados, na forma deste Protocolo de Intenções, da Lei nº 11.107/05 e do Decreto Federal n. 6017/07.

CAPÍTULO II

DOS OBJETIVOS E DAS FINALIDADES

Art. 2º - O CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO – CINCO tem por objetivos a união dos municípios da região do contestado para a formulação de projetos estruturantes, que sustentem o desenvolvimento regional, buscando formas de articulação intermunicipal com objetivo de integração, visando o fortalecimento dos municípios, planejamento regional integrado, captação de recursos financeiros para investimentos, transferência de tecnologia, ampliação de redes sociais, otimização, racionalização e transparência na aplicação dos recursos públicos, regionalização de políticas públicas e a criação de parcerias institucionais sustentáveis.

Art. 3º - São finalidades do CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO – CINCO:

I – Proporcionar assessoramento na elaboração e execução de planos, programas e projetos relacionados com os setores administrativos, sociais, institucionais e de infraestrutura, notadamente: seleção e gestão de pessoal, educação, esportes, cultura, saúde, trabalho e ação social, habitação, saneamento, agricultura, meio ambiente, indústria, comércio, turismo, abastecimento, transporte, comunicação e segurança;

II - Articular os municípios consorciados na defesa dos seus interesses para o desenvolvimento regional face às esferas Estadual e Federal;

III - Promoção de estudos, projetos e serviços técnicos de engenharia, arquitetura, topografia e correlatos;

IV - Aquisição, administração ou gestão associada de bens e serviços, bem como o compartilhamento de equipamentos, instalações, máquinas e pessoal, para desenvolvimento de ações ou programas Federais e Estaduais nos municípios consorciados;

V - Desenvolver um planejamento regional, aproveitando-se as potencialidades dinâmicas e econômicas, para a prestação dos serviços, implementação de mecanismos de desenvolvimento socioeconômicos planejados e atuação integrada capaz de superar os limites geográficos de cada município;

VI - Integração de investimentos para desenvolvimento local e regional que carecem de capital;

VII - Realização de serviços públicos conjuntos, a fim de propiciar desenvolvimento regional;

VIII - Realização de obras e manutenção para mobilidade urbana e rural;

IX - Integração esportiva e cultural nos municípios consorciados;

X - A realização de licitação compartilhada da qual, nos termos do edital, possa decorrer contratos administrativos celebrados por órgãos ou entidades dos municípios consorciados;

XI - Proporcionar infraestrutura e desenvolvimento da região, compreendendo todos os municípios envolvidos, buscando a realização de serviços regionalizados nas mais diversas áreas de atuação;

XII - Planejar, adotar e executar planos, programas, projetos e obras destinados a promover e acelerar o desenvolvimento regional dos municípios envolvidos;

XIII - Criar mecanismos de controle, acompanhamento e avaliação de serviços prestados a população;

XIV - Auxiliar e orientar na formação de cursos e treinamentos aos servidores para garantir desenvolvimento e especialização dos diversos públicos municipais;

XV - Integração em níveis executivos das diversas ações com o meio ambiente e desenvolvimento de ações conjuntas de vigilância sanitária, epidemiológica e infraestrutura;

XVI - Buscar financiamento do consórcio tanto por repasses do Governo Federal e Estadual, bem como através de rateio entre os

municípios envolvidos, visando o desenvolvimento regional integrado;

XVII - Possibilitar aos envolvidos um canal aberto com instituições, indústrias e outras esferas de governo, tanto Federal como Estadual, aumentando seu poder de negociação por recursos;

XVIII - A execução de ações de assistência social e de segurança alimentar e nutricional, atendidos os princípios, diretrizes e normas que regulam o Sistema Único de Assistência Social – SUAS e a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional;

XIX - Proporcionar uma definição de políticas regionalizadas de incentivos fiscais;

XX - Apoiar o planejamento e a gestão urbana e territorial intermunicipal, inclusive regularização fundiária e mobilidade urbana, e política habitacional;

XXI - Firmar convênios, contratos e acordos de qualquer natureza, receber auxílios, contribuições e subvenções sociais e econômicas de outras entidades e órgãos do governo (artigo 2º, § 1º, I da Lei 11.107/05), seja no âmbito Federal ou Estadual;

XXII - Ser contratado pela administração direta e indireta dos entes da federação consorciados, dispensada a licitação, para a prestação de serviços, gozando inclusive do aumento dos valores previstos na Lei de Licitações, para os casos de dispensa.

CAPÍTULO III

DO PRAZO DE DURAÇÃO E DA SEDE

Art. 4º - O CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO – CINCO, vigorará por prazo indeterminado.

Parágrafo único: A alteração ou a extinção do consórcio público dependerá de instrumento aprovado pela Assembléia Geral, previamente autorizado, e sendo ratificado, através de lei por todos os entes consorciados.

Art. 5º - O Consórcio terá sede na Avenida Rio das Antas, n. 185, Centro, na cidade de Fraiburgo, SC.

TÍTULO II

DA SUBSCRIÇÃO E ÁREA DE ATUAÇÃO

CAPÍTULO I

DA SUBSCRIÇÃO

Art. 6º - São subscritores do presente Protocolo de Intenções:

I - MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 82.826.462/0001-27, com sede na Rua XV de Novembro, nº 0026, na cidade de Arroio Trinta, SC., representado por seu Prefeito Municipal, Claudio Spricigo, brasileiro, agente político, residente e domiciliado na cidade de Arroio Trinta, SC.;

II - MUNICÍPIO DE CAÇADOR, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 83.074.302/0001-31, com sede na Avenida Santa Catarina, nº 195, na cidade de Caçador, SC., representado por seu Prefeito Municipal, Saulo Sperotto, brasileiro, agente político, residente e domiciliado na cidade de Caçador, SC.;

III - MUNICÍPIO DE CALMON, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 95.949.806/0001-37, com sede na Rua Vereador Teodosio Paulek, nº 312, na cidade de Calmon, SC., representado por seu Prefeito Municipal, Alcides Francisco Boff, brasileiro, agente político, residente e domiciliado na cidade de Calmon, SC.;

IV - MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 83.754.044/0001-34, com sede na Rua Coronel Vidal Ramos, nº 860, na cidade de Curitiba, SC., representado por seu Prefeito Municipal, Wanderley Teodoro Agostini, brasileiro, agente político, residente e domiciliado na cidade de Curitiba, SC.;

V - MUNICÍPIO DE FRAIBURGO, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 82.947.979/0001-74, com sede na Avenida Rio das Antas, nº 185, na cidade de Fraiburgo, SC., representado por seu Prefeito Municipal, Nelmar Pinz, brasileiro, agente político, residente e domiciliado na cidade de Fraiburgo, SC.;

VI - MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 01.616.039/0001-09, com sede na Rua Adolfo Soletti, nº 750, na cidade de Frei Rogério, SC., representado por sua Prefeita Municipal, Ivonete Zager Felisbino, brasileira, agente político, residente e domiciliado na cidade de Frei Rogério, SC.;

VII - MUNICÍPIO DE IBIAM, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 01.612.745/0001-74, com sede na Trav. Leoniza Carvalho Agostini, nº 0020, na cidade de Ibiã, SC., representado por seu Prefeito Municipal, Nelson Mário Grassi, brasileiro, agente político, residente e domiciliado na cidade de Ibiã, SC.;

VIII - MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 01.612.744/0001-20, com sede na Rua João Rech, nº 500, na cidade de Iomerê, SC., representado por seu Prefeito Municipal, Antoninho Baldissera, brasileiro, agente político, residente e domiciliado na cidade de Iomerê, SC.;

IX - MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 83.074.310/0001-88, com sede na Rua Artur Barth, nº 300, na cidade de Lebon Régis, SC., representado por seu Prefeito Municipal, Ludovino Labas, brasileiro, agente político, residente e domiciliado na cidade de Lebon Régis, SC.;

X - MUNICÍPIO DE MACIEIRA, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 95.992.020/0001-00, com sede na Rua José Augusto Royer, nº 0133, na cidade de Macieira, SC., representado por seu Prefeito Municipal, Emerson Zanella, brasileiro, agente político, residente e domiciliado na cidade de Macieira, SC.;

XI - MUNICÍPIO DE MATOS COSTA, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 83.102.566/0001-51, com sede na Rua Manoel Lourenço de Araújo, nº 137, na cidade de Matos Costa, SC., representado por seu Prefeito Municipal, Darcy Batista Bendlin, brasileiro, agente político, residente e domiciliado na cidade de Matos Costa, SC.;

XII - MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 82.827.148/0001-69, com sede na Avenida Marechal Arthur Costa e Silva, nº 111, na cidade de Pinheiro Preto, SC., representado por seu Prefeito Municipal, Euzébio Calisto Viçeli, brasileiro, agente político, residente e domiciliado na cidade de Pinheiro Preto, SC.;

XIII - MUNICÍPIO DE PONTE ALTA DO NORTE, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 95.991.287/0001-75, com sede na Rua João da Silva Calomeno, nº 243, na cidade de Ponte Alta do Norte, SC., representado por seu Prefeito Municipal, Rubens Bernardo Schmidt, brasileiro, agente político, residente e domiciliado na cidade de Ponte Alta do Norte, SC.;

XIV - MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 83.074.294/0001-23, com sede na Rua do Comércio, nº 780, na cidade de Rio das Antas, SC., representado por seu Prefeito Municipal, Alcir José Bodanese, brasileiro, agente político, residente e domiciliado na cidade de Rio das Antas, SC.;

XV - MUNICÍPIO DE SALTO VELOSO, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 82.827.353/0001-24, com sede na Travessa das Flores, nº 0058, na cidade de Salto Veloso, SC., representado por seu Prefeito Municipal, Pedrinho Ansilero, brasileiro, agente político, residente e domiciliado na cidade de Salto Veloso, SC.;

XVI - MUNICÍPIO DE SANTA CECÍLIA, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 85.997.237/0001-41, com sede na Rua João Goethen Sobrinho, nº 555, na cidade de Santa Cecília, SC., representado por seu Prefeito Municipal, João Rodoger de Medeiros, brasileiro, agente político, residente e domiciliado na cidade de Santa Cecília, SC.;

XVII - MUNICÍPIO DE SÃO CRISTÓVÃO DO SUL, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 95.991.261/0001-27, com sede na Rua Juventino França de Moraes, nº 0019, na cidade de São Cristóvão do Sul, SC., representado por seu Prefeito Municipal, Jaime Cesca, brasileiro, agente político, residente e domiciliado na cidade de São Cristóvão do Sul, SC.;

XVIII - MUNICÍPIO DE TIMBÓ GRANDE, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 78.497.492/0001-60, com sede na Rua Santa Cecília, nº 385, na cidade de Timbó Grande, SC., representado por seu Prefeito Municipal, Valdir Cardoso dos Santos, brasileiro,

agente político, residente e domiciliado na cidade de Timbó Grande, SC.;

XIX - MUNICÍPIO DE VIDEIRA, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 83.039.842/0001-84, com sede na Avenida Manoel Roque, nº 188, na cidade de Videira, SC., representado por seu Prefeito Municipal, Wilmar Carelli, brasileiro, agente político, residente e domiciliado na cidade de Videira, SC.;

Art. 7º - O Protocolo de Intenções, após sua ratificação por pelo menos 05(cinco) dos municípios que o subscrevem, converter-se-á no contrato de consórcio público.

§ 1º - Somente será considerado consorciado o Ente da Federação subscritor do protocolo de intenções que o ratificar por lei.

§ 2º - Será automaticamente admitido no consórcio o Ente da Federação que efetuar a ratificação em até 02 (dois) anos da sua assinatura.

§ 3º - A ratificação realizada após 02 (dois) anos da subscrição do protocolo de intenções dependerá de homologação da Assembléia Geral do Consórcio Público.

Art. 8º - Consideram-se subscritores todos os Municípios criados por desmembramento ou fusão de quaisquer dos Municípios mencionados nos incisos do artigo 6º deste Protocolo de Intenções, desde que o seu representante legal tenha firmado o presente protocolo de intenções.

Art. 9º - Os municípios constantes da relação anexa a este Protocolo de Intenções, poderão a qualquer momento ingressar no consórcio, o que se fará com o pedido formal ao Diretor Executivo, o qual, uma vez aprovada na Assembléia Geral e atendidos os requisitos legais e do estatuto do consórcio, decidirá pela aceitação do novo consorciado.

Parágrafo único: Aprovado o consorciado, este providenciará a Lei Municipal de Ratificação do Protocolo de Intenções, a inclusão da dotação orçamentária para destinação de recursos financeiros ao consórcio, a subscrição do contrato de programa e a celebração do contrato de rateio.

Art. 10 - Na hipótese da lei de ratificação prever reservas para afastar ou condicionar a vigência artigos, parágrafos, incisos ou alíneas do Protocolo de Intenções, o consorciamento do município dependerá de que as reservas sejam aceitas pelos demais entes da federação subscritores, em Assembléia Geral.

CAPÍTULO II DA ÁREA DE ATUAÇÃO DO CONSÓRCIO

Art. 11 - A área de atuação do CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO – CINCO será a área correspondente à soma dos territórios dos municípios consorciados.

Art. 12 - Em caso de interesse dos municípios consorciados, condicionado a aprovação da Assembléia Geral, o consórcio poderá exercer atividades fora de sua área de atuação.

TÍTULO III DOS DIREITOS, DEVERES E CRITÉRIOS DE REPRESENTAÇÃO

CAPÍTULO I DOS DIREITOS E DEVERES DOS CONSORCIADOS

Art. 13 - Constituem direitos dos consorciados:

- I – participar das Assembléias Gerais e discutir os assuntos submetidos à apreciação dos consorciados;
- II – votar e ser votado para os cargos de Presidente, de Vice-Presidente ou do Conselho Fiscal;
- III – propor medidas que visem atender aos objetivos e interesses dos municípios e ao aprimoramento do consórcio;
- IV – compor a Presidência e Vice-Presidência ou Conselho Fiscal

do consórcio nas condições estabelecidas neste Protocolo de Intenções e no Estatuto.

Art. 14 - Quando adimplente com suas obrigações, qualquer ente consorciado é parte legítima para exigir o pleno cumprimento das cláusulas previstas neste Protocolo de Intenções ou no Estatuto do Consórcio Público.

Art. 15 - Constituem deveres dos consorciados:

I – cumprir e fazer cumprir o presente Protocolo de Intenções, em especial, quanto ao pagamento das contribuições previstas no Contrato de Rateio;

II – acatar as determinações da Assembléia Geral, cumprindo com as deliberações e obrigações do Consórcio, em especial ao que determina o Contrato de Programa e o Contrato de Rateio;

III – cooperar para o desenvolvimento das atividades do Consórcio, bem como, contribuir com a ordem e a harmonia entre os consorciados e colaboradores;

IV – participar ativamente das reuniões e Assembléias Gerais do consórcio.

CAPÍTULO II DOS CRITÉRIOS PARA REPRESENTAÇÃO

Art. 16 - O CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO – CINCO, poderá representar seus integrantes perante a União, os Estados e outros Municípios, bem como seus respectivos órgãos da administração direta e indireta, para tratar assuntos relacionados com suas finalidades previstas no artigo 3º deste Protocolo de Intenções, com poderes amplos e irrestritos, nas seguintes ocasiões:

I – firmar protocolo de intenções;

II – firmar convênios, contratos, acordos de qualquer natureza, receber auxílios, contribuições e subvenções sociais ou econômicas;

III – prestar contas relacionadas com os contratos, termos, ajustes e convênios firmados;

IV – outras situações de interesse comum dos consorciados, desde que devidamente autorizados pela Assembléia Geral do Consórcio.

TÍTULO IV DA ORGANIZAÇÃO DO CONSÓRCIO

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 17 - O Consórcio tem a seguinte organização:

I - Assembléia Geral;

II - Presidência;

III - Diretoria Executiva;

VI - Conselho Fiscal.

Parágrafo único: O estatuto do Consórcio poderá criar outros órgãos permanentes e a Diretoria Executiva poderá instituir órgãos, singulares ou colegiados, de natureza transitória.

Art. 18 - O Consórcio será organizado por estatuto, que disporá sobre a organização e funcionamento de cada um de seus órgãos constitutivos, observando todas as cláusulas deste Protocolo de Intenções.

CAPÍTULO II DA ASSEMBLÉIA GERAL

Art. 19 - A Assembléia Geral do CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO – CINCO, é a instância máxima do Consórcio, sendo constituída pelos prefeitos dos municípios consorciados, podendo ser ordinária ou extraordinária.

§ 1º - No caso de impedimento ou ausência do Chefe do Poder Executivo, este poderá delegar competência a agente público do

Poder Executivo Municipal para representá-lo na Assembléia Geral, praticando todos os atos.

§ 2º - Ninguém poderá representar mais de um ente consorciado na mesma Assembléia Geral.

Art. 20 - A Assembléia Geral reunir-se-á, ordinariamente, 02(duas) vezes por ano, em datas a serem definidas, devendo ser feita convocação com antecedência mínima de 10(dez) dias, pelos meios legais.

§ 1º - A Assembléia Geral ocorre extraordinariamente, sempre que convocada, para tratar de matéria importante, inclusive, para deliberar sobre alteração estatutária e alterações de ordem administrativa e de pessoal, por iniciativa do Presidente do Consórcio ou a pedido de 50%(cinquenta por cento) dos consorciados.

§ 2º - A Assembléia Geral poderá se dar virtualmente, sendo obrigatório o uso de métodos que garantam a autenticidade da participação dos membros convocados e de seus respectivos votos.

Art. 21 - O quorum exigido para realização de Assembléia Geral, em primeira convocação, é de no mínimo 2/3(dois terços) dos consorciados.

Parágrafo único. Não se realizando em primeira convocação, considera automaticamente convocada para meia hora depois no mesmo local, quando se realizará com qualquer número de participantes.

Art. 22 - Cada consorciado terá direito a 01(um) voto na Assembléia Geral.

§ 1º - Somente terá direito a voto o Prefeito ou seu representante autorizado.

§ 2º - O voto será público e nominal, admitindo-se o voto secreto nos casos motivados, quando decidido por 2/3(dois terços) dos participantes da Assembléia Geral.

Art. 23 - Compete à Assembléia Geral:

I - deliberar sobre assuntos relacionados com os objetivos do CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO;

II - homologar o ingresso no consórcio de Ente Federativo que não tenha sido subscritor inicial do Protocolo de Intenções;

III - estabelecer orientação superior do Consórcio, promovendo e recomendando estudos e soluções para os problemas administrativos, econômicos, sociais e ambientais dos entes consorciados;

IV - aplicar a pena de exclusão do consórcio;

V - elaborar e aprovar o estatuto do consórcio e suas alterações;

VI - eleger ou destituir o Presidente e o Vice-Presidente do consórcio, cujos mandatos serão de 02 (dois) anos, permitida a reeleição para um único período subsequente;

VII - ratificar ou recusar a nomeação ou destituir os demais membros da Diretoria Executiva;

VIII - aprovar:

a) orçamento plurianual de investimentos;

b) programa anual de trabalho proposto pela Presidência;

c) o orçamento anual do consórcio, bem como respectivos créditos adicionais, inclusive a previsão de aportes a serem cobertos por recursos advindos de contrato de rateio, até o último dia de agosto de cada ano;

d) a realização de operações de crédito;

e) a fixação, a revisão e o reajuste de valores devidos ao consórcio pelos consorciados;

f) a alienação e a oneração de bens do consórcio ou daqueles que, nos termos de contrato de programa, lhe tenham sido outorgados os direitos de exploração;

IX - homologar as decisões do Conselho Fiscal;

X - aceitar a cessão de servidores por ente federado consorciado ou conveniado ao consórcio;

XI - aprovar planos e regulamentos dos serviços públicos;

XII - aprovar a celebração de convênios e contratos de programa;

XIII - apreciar e sugerir medidas sobre:

a) a melhoria dos serviços prestados pelo consórcio;

b) o aperfeiçoamento das relações do consórcio com órgãos públicos, entidades e empresas privadas.

XIV - Aprovar pedido de retirada de consorciado do consórcio;

XV - Dissolver o consórcio, na forma prevista neste Protocolo de Intenções.

§ 1º - Somente será aceita a cessão de servidores sem ônus para o consórcio mediante decisão da Assembléia Geral, presentes pelo menos 2/3 (dois terços) dos membros consorciados.

§ 2º - As competências arroladas nesta cláusula não prejudicam que outras sejam reconhecidas pelo estatuto.

§ 3º - O Presidente e/ou o Vice-Presidente serão substituídos automaticamente no caso de o eleito não mais ocupar a Chefia do Poder Executivo do ente consorciado que representa na Assembléia Geral, hipótese em que será sucedido pelo novo Chefe do Poder Executivo do município consorciado.

Art. 24 - A Presidência (Presidente e o Vice-Presidente) será eleita em Assembléia Geral especialmente convocada, podendo ser apresentadas candidaturas até o início da sessão.

§ 1º - Somente será aceita a candidatura à Presidência de Chefe de Poder Executivo de Ente consorciado.

§ 2º - A Presidência será eleita por voto público e nominal.

§ 3º - Será considerada eleita a Presidência (candidatos a Presidente e Vice-Presidente) que obtiverem ao menos 2/3 (dois terços) dos votos dos presentes, não podendo ocorrer à eleição sem a presença de pelo menos 2/3 (dois terços) dos consorciados.

§ 4º - Caso nenhum dos candidatos tenha alcançado 2/3 dos votos dos presentes, realizar-se-á segundo turno de eleição, cujos candidatos serão os dois candidatos mais votados para cada função.

§ 5º - No segundo turno será considerado eleito o candidato que obtiver metade mais um dos votos, excetuados os votos brancos.

§ 6º - Não obtido o número de votos mínimo mesmo em segundo turno, será convocada nova Assembléia Geral, a se realizar em até 30 (trinta) dias, caso necessário prorrogando-se pro tempore o mandato do Presidente ou do Vice-Presidente em exercício.

Art. 25 - Proclamado eleito o candidato a Presidente, a ele será dada à palavra para que nomeie a Diretoria Executiva ou a conforme.

§ 1º - Uma vez nomeado, o Presidente da Assembléia indagará, caso presente, se os indicados aceitam a nomeação.

§ 2º - Caso ausente, o Presidente eleito deverá comprovar o aceite por qualquer meio idôneo.

§ 3º - Caso haja recusa do nomeado, será concedida a palavra para que o Presidente eleito apresente nova nomeação.

Art. 26 - Em Assembléia Geral especificamente convocada, poderá ser destituído o Presidente ou Vice-Presidente ou membros do Conselho Fiscal do Consórcio, bastando ser apresentada moção de censura com apoio de pelo menos 2/3(dois terços) dos consorciados.

§ 1º - Em todas as convocações de Assembléia Geral deverá constar como item de pauta "apreciação de eventuais moções de censura".

§ 2º - Apresentada moção de censura, as discussões serão interrompidas e será ela imediatamente apreciada, sobrestando-se os demais itens da pauta.

§ 3º - A votação da moção de censura será efetuada após facultada a palavra, por 15(quinze) minutos, ao seu primeiro subscritor e, caso presente, ao Presidente ou ao Membro que se pretenda destituir.

§ 4º - Será considerada aprovada a moção de censura se obter voto favorável de 2/3 (dois terços) dos representantes presentes à Assembléia Geral, em votação pública e nominal.

§ 5º - Caso aprovada moção de censura do Presidente do consórcio, ele estará automaticamente destituído, procedendo-se, na mesma Assembléia, à eleição do Presidente para completar o período remanescente de mandato.

§ 6º - Na hipótese de não se viabilizar a eleição de novo Presidente, o Vice-Presidente assumirá esta função até a próxima Assembléia Geral, a se realizar em até 30 (trinta) dias.

§ 7º - Rejeitada moção de censura, nenhuma outra poderá ser apreciada na mesma Assembléia e nos 180 (cento e oitenta) dias seguintes, em relação ao mesmo fato.

Art. 27 - Será convocada Assembléia Geral específica para a elaboração e/ou alteração do estatuto do consórcio, por meio de publicação dando ciência a todos os subscritores.

§ 1º - Confirmado o quorum de instalação, a Assembléia Geral, por votação de 2/3 dos presentes, aprovará resolução que estabeleça:

I – o texto do projeto de estatuto que norteará os trabalhos;

II – o prazo para apresentação de emendas e de destaques para votação em separado;

III – o número de votos necessários para aprovação de emendas ao projeto de estatutos.

§ 2º - Sempre que recomendar o adiantado da hora, os trabalhos serão suspensos para recomencem em dia, horário e local, anunciados antes do término da sessão.

§ 3º - Da nova sessão poderão comparecer os entes que tenham faltado à sessão anterior, bem como os que, no interregno entre uma e outra sessão, tenham também ratificado o Protocolo de Intenções.

§ 4º - O estatuto preverá as formalidades e quorum para a alteração de seus dispositivos.

§ 5º - O estatuto do consórcio e suas alterações entrarão em vigor após publicação na imprensa oficial, na forma legal.

Art. 28 - Nas atas da Assembléia Geral serão registradas:

I – por meio de lista de presença, todos os entes federados representados na Assembléia Geral;

II – de forma resumida, todas as intervenções orais e, como anexo, todos os documentos que tenham sido entregues ou apresentados na reunião da Assembléia Geral;

III – a íntegra de cada uma das propostas votadas na Assembléia Geral e a indicação expressa e nominal de como cada representante nela votou, bem como a proclamação de resultados.

§ 1º - No caso de votação secreta, a expressa motivação do segredo e o resultado final da votação.

§ 2º - Somente se reconhecerá sigilo de documentos e declarações efetuadas na Assembléia Geral mediante decisão na qual se indiquem expressamente os motivos do sigilo.

§ 3º - A decisão será tomada por 2/3 (dois terços) dos votos dos presentes e a ata deverá indicar expressa e nominalmente os representantes que votaram a favor e contra o sigilo.

§ 4º - A ata será rubricada em todas as suas folhas, inclusive de anexos, por aquele que a lavrou e por quem presidiu o término dos trabalhos da Assembléia Geral.

Art. 29 - Sob pena de ineficácia das decisões nela tomadas, a íntegra da ata da Assembléia Geral será, em até 10(dez) dias após a aprovação, publicada no sítio que o Consórcio manter na rede mundial de computadores – internet ou órgão oficial.

Parágrafo único: Mediante o pagamento das despesas de reprodução, cópia autenticada da ata será fornecida para qualquer do povo.

CAPÍTULO III DA PRESIDÊNCIA

Art. 30 – O CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO – CINCO é administrado pela Presidência, que será composta de 01(um) Presidente e 01(um) Vice-Presidente, eleitos em Assembléia Geral, entre os membros do consórcio, com mandato de 02(dois) anos, permitida a reeleição para um único período subsequente, de acordo com as previsões do capítulo anterior e deste capítulo.

Art. 31 - A eleição dos membros da Presidência será realizada na primeira quinzena do mês de janeiro do ano correspondente e sua posse se dará imediatamente após o resultado da eleição, exceto a primeira eleição.

Art. 32 - Somente poderá ser votado para os cargos da Presidência do consórcio o Prefeito do Município que esteja consorciado por um período mínimo de 06(seis) meses anteriores a eleição e que não tenha débito para com o consórcio, com exceção da primeira Presidência do consórcio.

§ 1º - O Presidente do consórcio no caso de vacância, falta ou impedimento será substituído pelo Vice-Presidente.

§ 2º - O afastamento do cargo de Prefeito é impedimento para exercer os cargos da Presidência, enquanto perdurar a situação.

§ 3º - Os membros da Presidência não têm direito à remuneração de qualquer espécie pelo exercício de suas funções.

Art. 33 - São atribuições do Presidente, sem prejuízo do que prever o Estatuto:

I - representar judicial e extrajudicialmente o consórcio;

II - ordenar as despesas do consórcio e responsabilizar-se pela sua prestação de contas;

III - convocar as reuniões da Diretoria Executiva;

IV - zelar pelos interesses do Consórcio, exercendo todas as competências que não tenham sido outorgadas por este Protocolo ou pelo estatuto a outro órgão do Consórcio;

V - solicitar, fundamentadamente, que sejam postos à disposição do consórcio os servidores dos municípios consorciados e de outros órgãos da administração pública;

VI - administrar o patrimônio do consórcio;

VII - autorizar pagamento e movimentar recursos financeiros do consórcio através de depósitos bancários e/ou de cheques bancários nominais;

VIII - convocar a Assembléia Geral nos termos deste Protocolo de Intenções e do Estatuto do consórcio;

IX - prestar contas à Assembléia Geral e ao Tribunal e Contas do Estado de Santa Catarina, no fim de cada ano, através de balanço e relatório de sua gestão administrativa e financeira, com parecer do Conselho Fiscal;

X - promover todos os atos administrativos e operacionais necessários para o desenvolvimento das atividades do consórcio.

§ 1º - Com exceção da competência prevista no inciso I, todas as demais poderão ser delegadas ao Vice-Presidente ou ao Diretor Executivo.

§ 2º - Por razões de urgência ou para permitir a celeridade na condução administrativa do consórcio, o Diretor Executivo poderá ser autorizado a praticar atos ad referendum do Presidente.

Art. 34 - Na ausência eventual ou impedimento temporário do Presidente, assumirá o Vice-Presidente.

Art. 35 - O substituto ou sucessor do Prefeito o substituirá na Presidência do consórcio.

CAPÍTULO IV DA DIRETORIA EXECUTIVA

Art. 36 - A Diretoria Executiva é composta por um Diretor Executivo, um Diretor Administrativo e um Diretor Financeiro, que exercerão funções administrativas e financeiras do consórcio.

§ 1º - A Diretoria Executiva é dirigida pelo Diretor Executivo, a quem cabe cumprir as determinações deste Protocolo de Intenções, do Contrato do Consórcio e do Estatuto.

§ 2º - Os membros da Diretoria Executiva ocuparão empregos em comissão, de livre admissão e demissão do Presidente, e perceberão a remuneração estabelecida para o cargo, acaso não perceba qualquer outro tipo de vencimentos ou subsídios de qualquer outro ente federado ou órgão do poder público.

§ 3º - O termo de nomeação da Diretoria Executiva e o procedi-

mento para a respectiva posse serão fixados no estatuto.

Art. 37 - Além do previsto no estatuto, compete a Diretor Executivo:

I – julgar recursos relativos à:

a) homologação de inscrição e de resultados de concursos públicos;

b) impugnação de edital de licitação, bem como os relativos à inabilitação, desclassificação e homologação e adjudicação de seu objeto;

c) aplicação de penalidades a empregados públicos do consórcio;
II – autorizar que o consórcio ingresse em juízo, reservado ao Presidente a incumbência de, ad referendum, tomar as medidas que reputar urgentes;

III – autorizar a contratação, dispensa ou exoneração de empregados temporários, observadas as disposições legais;

IV – promover todos os atos administrativos e operacionais necessários para o desenvolvimento das atividades do Consórcio.

Art. 38 - Para exercício das funções de Diretor Executivo, Diretor Administrativo e Diretor Financeiro, será exigida formação profissional de nível superior.

CAPÍTULO V

DO CONSELHO FISCAL

Art. 39 - O Conselho Fiscal é composto por 03(três) conselheiros titulares e 03(três) suplentes, sendo Prefeitos eleitos pela Assembléia Geral ou seus representantes, com mandato de 02(dois) anos.

§ 1º - Os membros do Conselho Fiscal somente poderão ser afastados de seus cargos mediante moção de censura aprovada por 2/3 (dois terços) de votos da Assembléia Geral, exigida a presença absoluta de entes consorciados.

§ 2º - Somente poderá se candidatar ao Conselho Fiscal representante de ente consorciado.

§ 3º - A eleição do Conselho Fiscal realizar-se-á por meio de voto aberto sendo que cada eleitor somente poderá votar em um candidato.

§ 4º - Consideram-se eleitos como titulares os 03(três) candidatos com maior número de votos e como suplentes os 03(três) subseqüentes, e em caso de empate, será considerado eleito o candidato de maior idade.

Art. 40 - Além do previsto no estatuto do consórcio, compete ao Conselho Fiscal exercer o controle da legalidade, legitimidade e economicidade da atividade patrimonial e financeira do consórcio, com o auxílio, no que couber, do Tribunal de Contas.

§ 1º - O disposto no caput deste artigo não prejudica o controle externo a cargo do Poder Legislativo de cada ente consorciado, no que se refere aos recursos que cada um deles efetivamente entregou ou compromissou ao consórcio.

§ 2º - O estatuto deliberará sobre o funcionamento do Conselho Fiscal.

§ 3º - As decisões do Conselho Fiscal serão submetidas à homologação da Assembléia Geral.

TÍTULO V

DOS AGENTES PÚBLICOS

Art. 41 - Somente poderão prestar serviços remunerados ao consórcio os contratados para ocupar os empregos públicos, previsto no Anexo do presente Protocolo de Intenções e os servidores cedidos pelos entes consorciados, bem como, em caso de necessidade motivada, pessoas físicas ou jurídicas contratadas por meio de licitação, na forma da lei.

Art. 42 - A participação do Conselho Fiscal ou de outros órgãos diretivos que sejam criados pelo estatuto, bem como a participação

dos representantes dos entes consorciados na Assembléia Geral e em outras atividades do consórcio não será remunerada, sendo considerado trabalho público relevante.

§ 1º - O Presidente e o Vice-Presidente não serão remunerados.

§ 2º - Os membros da Diretoria Executiva perceberão remuneração estabelecida para os cargos, prevista no Anexo, parte integrante do presente Protocolo de Intenções, acaso não perceba qualquer outro tipo de remuneração de qualquer outro Ente federado ou órgão do Poder Público.

Art. 43 - Os empregados públicos próprios do Consórcio são regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e estarão submetidos ao Regime Geral de Previdência Social (INSS).

§ 1º - Somente serão recebidos em cessão os empregados públicos ou servidores sem ônus para o consórcio, ficando vinculados ao regime jurídico e previdenciário estabelecido no órgão de origem.

§ 2º - O regulamento aprovado pela Assembléia Geral deliberará sobre a estrutura administrativa do consórcio e plano de empregos e salários, obedecido ao disposto neste Protocolo de Intenções, tratando especialmente da descrição das funções, progressões, lotação, jornada de trabalho, regime disciplinar e denominação de seus empregos públicos.

§ 3º - A dispensa de empregados públicos dependerá de autorização do Diretor Executivo, observadas as formalidades legais.

§ 4º - Os entes da federação consorciados, ou os com eles conveniados, poderão ceder-lhe servidores, na forma e condições da legislação de cada ente.

§ 5º - Os servidores cedidos permanecerão no seu regime jurídico e previdenciário originário.

Art. 44 - O quadro de pessoal do consórcio é composto pelos empregados públicos e ocupantes de cargos em comissão constantes no Anexo próprio deste Protocolo de Intenções.

§ 1º - Os empregos do consórcio serão providos mediante concurso público de provas ou de provas e títulos, exceto os cargos de provimento em comissão, que serão de livre nomeação e exoneração do Presidente do Consórcio, nos termos do artigo 37 da Constituição Federal.

§ 2º - No prazo de 01(um) ano, da aprovação do plano de empregos e salários dos empregados públicos, o CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO – CINCO realizará concurso público para preenchimento das vagas de seu quadro de pessoal.

§ 3º - A remuneração, a carga horária e as atribuições dos empregos públicos são as definidas no Anexo próprio deste Protocolo de Intenções.

§ 4º - Observado o orçamento anual do Consórcio, o vencimento dos empregados públicos que compõem o quadro de pessoal do Consórcio serão revistos anualmente, sempre no mês de fevereiro, nos termos da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ou na sua ausência, pela variação do Índice Geral de Preços de Mercado – IGPM, apurado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV.

§ 5º - Não poderá haver recebimento de remuneração inferior ao salário mínimo vigente no país.

§ 6º - A Assembléia Geral poderá autorizar o pagamento de gratificação de função aos empregados públicos.

Art. 45 - Os editais de concurso público deverão ser subscritos pelo Presidente e/ou pelo Diretor Executivo.

§ 1º - A cópia do edital será entregue a todos os entes consorciados, para fins de conhecimento e divulgação.

§ 2º - O edital, em sua íntegra, será publicado em sítio que o consórcio mantiver na rede mundial de computadores – internet – bem como, na forma de extrato, será publicado na imprensa oficial.

Art. 46 - Admitir-se-á contratação por tempo determinado para

atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX, da Constituição da República Federativa do Brasil, através de processo seletivo simplificado e nas seguintes situações:

I - até que se realize concurso público previsto no § 2º, do artigo 44, deste Protocolo de Intenções;

II - até que se realize concurso público para provimento dos empregos que não foram preenchidos ou que se vierem a vagar;

III - na vigência do gozo de férias regulamentares e das licenças legais concedidas aos empregados públicos;

IV - para atender demandas do serviço, com programas e convênios.

V - assistência a situações de calamidade pública ou de situações declaradas emergenciais;

VI - realização de levantamentos cadastrais e sócio-econômicos, declarados urgentes e inadiáveis;

VII - execução de serviço determinado ou de obra certa, cuja execução obedeça ao regime de administração direta;

VIII - houver suficiência de dotação orçamentária.

§ 1º - Os contratados temporariamente exercerão as funções do emprego público do titular afastado ou do emprego público vago, percebendo a remuneração para ele prevista.

§ 2º - As contratações temporárias terão prazo de até 02(dois) anos, podendo ser prorrogado por igual período.

Art. 47 - Além do salário e das demais vantagens previstas neste Protocolo de Intenções, serão pagas aos empregados os seguintes adicionais, na forma estabelecida em lei:

I - décimo terceiro salário;

II - férias e adicional de férias;

III - adicional por serviço extraordinário;

IV - adicional pelo trabalho insalubre ou perigoso;

V - adicional noturno.

Parágrafo único: O Estatuto preverá as formas de concessão de outras vantagens a ser concedidas aos empregados públicos, sejam indenizações ou auxílios pecuniários.

TÍTULO VI

DA GESTÃO DO CONSÓRCIO PÚBLICO

CAPÍTULO I

DA GESTÃO ASSOCIADA

Art. 48 - Fica autorizado pelos municípios que integram o CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO – CINCO, nos termos do inciso XI, do artigo 4º da Lei Federal n. 11.107/2005, a fazer gestão associada dos serviços públicos que constituem as finalidades previstas no artigo 3º deste Protocolo de Intenções.

Art. 49 - Ao consórcio é permitido firmar Contrato de Programa para prestar serviços públicos por meios próprios ou sob sua gestão administrativa ou contratual, sendo-lhe vedado sub-rogar ou transferir direitos ou obrigações.

§ 1º - O consórcio também poderá celebrar contrato de programa com as Autarquias, Fundações e demais órgãos da administração indireta dos entes consorciados.

§ 2º - O disposto no parágrafo anterior não prejudica que, nos contratos de programa celebrados pelo consórcio, se estabeleça a transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal ou de bens necessários à continuidade dos serviços transferidos.

§ 3º - São cláusulas necessárias do contrato de programa celebrado pelo consórcio público, observando-se necessariamente a legislação em vigor, as que estabeleçam:

I - o objeto, a área e o prazo da gestão associada de serviços públicos, inclusive a operada com transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços;

II - o modo, forma e condições de prestação dos serviços;

III - procedimentos que garantam transparência da gestão econô-

mica e financeira de cada serviço em relação a cada um de seus titulares;

IV - os direitos, garantias e obrigações do titular e do consórcio, inclusive os relacionados às previsíveis necessidades de futura alteração e expansão dos serviços e conseqüente modernização, aperfeiçoamento e ampliação dos equipamentos e instalações;

V - a forma de fiscalização das instalações, dos equipamentos, dos métodos e das práticas de execução dos serviços, bem como a indicação dos órgãos competentes para exercê-las;

VI - as penalidades e sua forma de aplicação;

VII - os casos de extinção;

VIII - os bens reversíveis;

IX - os critérios para o cálculo e a forma de pagamento das indenizações devidas ao consórcio relativas aos investimentos que não foram amortizados por receitas emergentes da prestação dos serviços;

X - a obrigatoriedade, forma e periodicidade da prestação de contas do consórcio ao titular dos serviços;

XI - a periodicidade em que o consórcio deverá publicar demonstrações financeiras sobre a execução do contrato;

XII - o foro e o modo amigável de solução das controvérsias contratuais;

XIII - demais cláusulas previstas na Lei 11.107/2005 e seu regulamento.

§ 4º - No caso de a prestação de serviços ser operada por transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços transferidos, também são necessárias as cláusulas que estabeleçam:

I - os encargos transferidos e a responsabilidade subsidiária da entidade que os transferiu;

II - as penalidades no caso de inadimplência em relação aos encargos transferidos;

III - o momento de transferência dos serviços e os deveres relativos à sua continuidade;

IV - a indicação de quem arcará com o ônus e os passivos do pessoal transferido;

V - a identificação dos bens que terão apenas a sua gestão e administração transferidas e o preço dos que sejam efetivamente alienados ao contratado;

VI - o procedimento para o levantamento, cadastro e avaliação dos bens reversíveis que vierem a ser amortizados mediante receitas emergentes da prestação dos serviços.

§ 5º - Os bens vinculados aos serviços públicos serão de propriedade do município contratante, sendo onerados por direitos de exploração que serão exercidos pelo consórcio pelo período em que vigor o contrato de programa.

§ 6º - Nas operações de crédito contratadas pelo consórcio para investimentos nos serviços públicos deverá se indicar o quanto corresponde aos serviços de cada titular, para fins de contabilização e controle.

§ 7º - Receitas futuras da prestação de serviços poderão ser entregues como pagamento ou como garantia de operações de crédito ou financeiras para a execução dos investimentos previstos no contrato.

§ 8º - A extinção do contrato de programa dependerá do prévio pagamento das indenizações eventualmente devidas, especialmente das referentes à economicidade e viabilidade da prestação dos serviços pelo consórcio, por razões de economia.

§ 9º - O contrato de programa continuará vigente nos casos de:

I - o titular se retirar do consórcio ou da gestão associada;

II - extinção do consórcio.

§ 10 - Os contratos de programa serão celebrados mediante dispensa de licitação, incumbindo ao município contratante obedecer fielmente às condições e procedimentos previstos em lei.

§ 11 - No caso de desempenho de serviços públicos pelo consórcio, a regulação e fiscalização não poderá ser exercida por ele mesmo.

Art. 50 - O consórcio elaborará e firmará com os entes consorcia-

dos contrato de rateio, como forma de garantir a transparência da gestão econômica e financeira, bem como assegurar a execução dos serviços.

Parágrafo único: São cláusulas obrigatórias do contrato de rateio:

I - a qualificação do consórcio e do ente consorciado;

II - o objeto e a finalidade do rateio;

III - a previsão de forma discriminada e detalhada das despesas de custeio de cada serviço, vedada a inclusão de despesas genéricas;

IV - a forma, as condições e a data de desembolso de cada parcela do custeio pelo Ente consorciado;

V - as penalidades pelo descumprimento do contrato de rateio pelas partes;

VI - a vigência do contrato de rateio, que deverá coincidir com o exercício financeiro do consorciado, com exceção dos contratos que tenham por objeto exclusivamente projetos consistentes em programas e ações contemplados no plano plurianual ou a gestão associada de serviços públicos custeados por tarifas ou outros preços públicos;

VII - a indicação das dotações orçamentárias do ente consorciado que garante o cumprimento do contrato de rateio;

VIII - o direito e obrigações das partes;

IX - a garantia do direito do exercício de fiscalização da execução do contrato de rateio pelas partes, pelos entes consorciados pelos órgãos de controle interno e externo e pela sociedade civil;

X - o direito do consórcio e dos entes consorciados, isolados ou conjuntamente, como partes legítimas, de exigir o cumprimento das obrigações previstas no contrato de rateio;

XI - demais condições previstas na Lei Federal 11.107/2005 e seu regulamento.

Art. 51 - Para o cumprimento de suas finalidades, deverá o consórcio realizar obrigatoriamente licitações para as obras, serviços, compras e alienações, na forma prevista na Lei Federal 8.666/93 e demais normas legais atinentes à espécie, ressalvados os casos de dispensa e inexigibilidade permitidos por essas normas.

§ 1º - Todas as licitações terão publicidade nos casos e formas previstos na legislação federal respectiva.

§ 2º - Sob pena de nulidade do contrato e de responsabilidade de quem deu causa à contratação, as licitações observarão estritamente os procedimentos estabelecidos na legislação federal respectiva, sendo instauradas pelo Diretor Executivo e/ou pelo Presidente.

§ 3º - Todos os contratos serão publicados conforme dispuser a legislação federal respectiva.

§ 4º - Qualquer cidadão, independentemente de demonstração de interesse, tem o direito de ter acesso aos documentos sobre a execução e pagamento de contratos celebrados pelo consórcio.

§ 5º - O Conselho Fiscal poderá, em qualquer fase do procedimento, solicitar esclarecimentos sobre a execução do contrato.

Art. 52 - O consórcio poderá aprovar e cobrar tarifas dos serviços pertinentes as suas finalidades, observados os seguintes critérios:

I - elaboração de planilha detalhada mediante cálculo dos componentes de custo de cada serviço, inclusive de cobrança do mesmo, usando as metodologias e técnicas de apuração de custos praticados no mercado;

II - submeter a análise e aprovação da Assembléia Geral.

Parágrafo único: As tarifas previstas neste artigo podem ser atualizadas anualmente, mediante revisão do custeio e dos cálculos e aplicação do índice de atualização anual do INPC ou outro índice que vier a substituí-lo, após prévia aprovação da Assembléia Geral.

Art. 53 - O consórcio fica autorizado a emitir documentos de cobrança e exercer atividades de arrecadação de tarifas e outros preços públicos pela prestação de serviços ou pelo uso ou outorga de bens públicos por ele administrados.

Art. 54 - O consórcio fica autorizado a ser contratado pela administração direta e indireta dos entes da Federação consorciados, dispensada a licitação.

Art. 55 - O patrimônio do consórcio será constituído:

I - pelos bens e direitos que vier a adquirir a qualquer título;

II - pelos bens e direitos que lhe forem transferidas por entidades públicas ou privadas.

Parágrafo único: Os bens do consórcio são indisponíveis, imprescritíveis, impenhoráveis e somente serão alienados por apreciação da Assembléia Geral, exigida aprovação pelo voto de 2/3 (dois terços) dos representantes dos municípios consorciados presentes na Assembléia Geral convocada para este fim.

CAPITULO II

DA EXECUÇÃO DAS RECEITAS E DAS DESPESAS

Art. 56 - A execução das receitas e das despesas do consórcio obedecerá às normas de direito financeiro aplicáveis às entidades públicas.

Art. 57 - Constituem recursos financeiros do consórcio:

I - as contribuições mensais dos municípios consorciados aprovadas pela Assembléia Geral, expressas em contrato de rateio, de acordo com a Lei Federal nº 11.107/2005 e seu regulamento, e publicados em resolução pelo Presidente do consórcio;

II - a remuneração de outros serviços prestados pelo consórcio aos consorciados ou para terceiros;

III - os auxílios, contribuições e subvenções concedidas por entidades públicas ou privadas;

IV - os saldos do exercício;

V - as doações e legados;

VI - o produto de alienação de seus bens livres;

VII - o produto de operações de crédito;

VIII - as rendas eventuais, inclusive as resultantes de depósito e de aplicação financeira;

IX - os créditos e ações;

X - o produto da arrecadação do imposto de renda, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles;

XI - os recursos voluntários recebidos em razão de convênios, contrato de repasse, ajustes, termos de cooperação ou outros instrumentos congêneres.

§ 1º - Os entes consorciados somente entregarão recursos ao Consórcio:

I - para o cumprimento dos objetivos estabelecidos neste instrumento, devidamente especificados;

II - quando tenham contratado o consórcio para a prestação de serviços na forma deste Protocolo de Intenções;

III - na forma do respectivo contrato de rateio.

§ 2º - Os entes consorciados respondem subsidiariamente pelas obrigações do consórcio.

§ 3º - Os agentes públicos incumbidos da gestão do consórcio não responderão pessoalmente pelas obrigações contraídas pelo consórcio público, mas responderão pelos atos praticados em desconformidade com a lei ou com as disposições do estatuto.

§ 4º - O consórcio estará sujeito à fiscalização contábil, operacional e patrimonial pelo Tribunal de Contas competente para apreciar as contas do Chefe do Poder Executivo representante legal do consórcio, inclusive quanto à legalidade, legitimidade e economicidade das despesas, atos, contratos e renúncia de receitas, sem prejuízo do controle externo a ser exercido em razão de cada um dos contratos que os entes da Federação consorciados vierem a celebrar com o consórcio.

§ 5º - Todas as demonstrações financeiras serão publicadas no sítio que o Consórcio mantiver na rede mundial de computadores - internet ou equivalente.

§ 6º - Com o objetivo de receber transferência de recursos ou realizar atividades e serviços de interesse público, o consórcio fica autorizado a celebrar convênios com entidades governamentais

ou privadas, nacionais ou estrangeiras.

§ 7º - Fica o consórcio autorizado a comparecer como interveniente em convênios celebrados por entes consorciados e terceiros, a fim de receber ou aplicar recursos, executar obras ou programas e/ou prestar serviços.

TÍTULO VII

DA RETIRADA DO CONSÓRCIO, ALTERAÇÃO E EXTINÇÃO DO CONTRATO

CAPÍTULO I

DA RETIRADA DO CONSÓRCIO

Art. 58 - A retirada de membro do consórcio dependerá de ato formal de seu representante na Assembléia Geral.

§ 1º - A retirada do ente não prejudicará as obrigações já constituídas entre o consorciado que se retira e o consórcio.

§ 2º - Os bens destinados ao consórcio pelo consorciado que se retira não serão revertidos ou retrocedidos, excetuadas as hipóteses de:

I - decisão de 2/3 (dois terços) dos entes federativos consorciados do consórcio, manifestada em Assembléia Geral;

II - expressa previsão no instrumento de transferência ou de alienação;

II - reserva da lei de ratificação que tenha sido regularmente aprovada pelos demais subscritores do Protocolo de Intenções do consórcio público ou pela Assembléia Geral do consórcio.

Art. 59 - São hipóteses de exclusão de Ente consorciado, observada, necessariamente, a legislação respectiva:

I - a não inclusão, pelo Ente consorciado, em sua lei orçamentária ou em créditos adicionais, de dotações suficientes para suportar as despesas assumidas por meio de contrato de rateio;

II - a subscrição de Protocolo de Intenções para constituição de outro consórcio com finalidades iguais ou, a juízo da maioria da Assembléia Geral, assemelhadas ou incompatíveis;

III - a existência de motivos graves, reconhecidos, em deliberação fundamentada, pela maioria absoluta dos presentes à Assembléia Geral especialmente convocada para esse fim.

§ 1º - A exclusão prevista neste artigo somente ocorrerá após prévia suspensão, período em que o ente consorciado poderá se reabilitar.

§ 2º - O estatuto poderá prever outras hipóteses de exclusão e estabelecerá o procedimento administrativo para a aplicação da pena de exclusão, respeitado o direito ao contraditório e ampla defesa.

§ 3º - A aplicação da pena de exclusão dar-se-á por meio de decisão da Assembléia Geral, exigido o 2/3 dos votos.

§ 4º - Nos casos omissos, e subsidiariamente, será aplicado o procedimento previsto na legislação própria.

§ 5º - Da decisão que decretar a exclusão caberá recurso de reconsideração dirigido à Assembléia Geral, o qual não terá efeito suspensivo, e será interposto no prazo de 10 (dez) dias contados da ciência da decisão.

CAPÍTULO II

DA ALTERAÇÃO E DA EXTINÇÃO DO CONSÓRCIO PÚBLICO

Art. 60 - A extinção de contrato de consórcio público dependerá de instrumento aprovado pela Assembléia Geral, autorizado ou ratificado mediante lei por todos os entes consorciados.

§ 1º - Os bens, direitos, encargos e obrigações decorrentes da gestão associada de serviços públicos serão atribuídos aos titulares dos respectivos serviços, sendo que os demais bens, mediante deliberação da Assembléia Geral, serão alienados, se possível, e seus produtos rateados em cotas partes iguais aos consorciados.

§ 2º - Até que haja decisão que indique os responsáveis para cada obrigação, os entes consorciados responderão solidariamente pelas obrigações remanescentes, garantido o direito de regresso em

face dos entes beneficiados ou dos que deram causa à obrigação.
§ 3º - Com a extinção, o pessoal cedido ao consórcio público retornará aos seus órgãos de origem.

Art. 61 - A alteração do contrato de consórcio público observará o procedimento estabelecido neste Protocolo de Intenções e na legislação aplicável.

TÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art. 62 - O Consórcio será regido pelo disposto na Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, por seu regulamento, por este Protocolo de Intenções e pelas leis de ratificações, as quais se aplicam somente aos entes Federativos que as editaram.

Art. 63 - A interpretação do disposto neste Protocolo de Intenções deverá ser compatível com o exposto em seu Preâmbulo e, bem como, com os seguintes princípios:

I – respeito à autonomia dos entes Federativos consorciados, pelo que o ingresso ou retirada do consórcio depende apenas da vontade de cada Ente Federativo, sendo vedado que se lhe ofereça incentivos para o ingresso;

II – solidariedade, em razão da qual os entes consorciados se comprometem a não praticar qualquer ato, comissivo ou omissivo, que venha a prejudicar a boa implementação de qualquer dos objetivos do consórcio;

III – eletividade de todos os órgãos dirigentes do consórcio;

IV – transparência, pelo que não se poderá negar que o Poder Executivo ou Legislativo de Ente Federativo consorciado tenha o acesso a qualquer reunião ou documento do consórcio;

V – eficiência, o que exigirá que todas as decisões do consórcio tenham explícita e prévia fundamentação técnica que demonstrem sua viabilidade e economicidade.

Art. 64 - O protocolo de intenções deverá ser publicado na imprensa oficial de cada órgão subscritor.

Parágrafo único: A publicação do protocolo de intenções poderá dar-se de forma resumida, desde que a publicação indique o local e o sítio da rede mundial de computadores – internet, em que se poderá obter seu texto integral.

Art. 65 - Deverá ser publicado anualmente relatório geral das atividades do consórcio.

Art. 66 - Fica instituído como órgão oficial de publicação do CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO – CINCO o Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, veiculado através do endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br.

Art. 67 - Os casos omissos serão resolvidos pela Assembléia Geral, observando-se os princípios da legislação aplicável aos consórcios públicos e a administração pública em geral.

Art. 68 - Para dirimir eventuais controvérsias deste Protocolo de Intenções e do Contrato de Consórcio Público que originar, fica eleito o foro da Comarca de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, com renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem certos e ajustados, assinam o presente Protocolo de Intenções, que se regerá pela Lei Federal 11.107/ 2005, pelo Decreto Federal 6.017/2007, em 03(três) vias de igual teor e forma, para um só efeito.

Fraiburgo, 23 de outubro de 2009.

Municípios subscritores do Protocolo de Intenções do CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO – CINCO:

Claudio Spricigo
ARROIO TRINTA

Saulo Sperotto
CAÇADOR

Alcides Francisco Boff
CALMON

Wanderley Teodoro Agostini
CURITIBANOS

Nelmar Pinz
FRAIBURGO

Ivonete Zager Felisbino
FREI ROGÉRIO

Nelson Mário Grassi
IBIAM

Antoninho Baldissera
IOMERÊ

Ludovino Labas
LEBON RÉGIS

Emerson Zanella
MACIEIRA

Darcy Batista Bendlin
MATOS COSTA

Euzebio Calisto Vieceli
PINHEIRO PRETO

Rubens Bernardo Schmidt
PONTE ALTA DO NORTE

Alcir José Bodanese
RIO DAS ANTAS

Pedrinho Ansiliero
SALTO VELOSO

João Rodoger de Medeiros
SANTA CECÍLIA

Jaime Cesca
SÃO CRISTÓVÃO DO SUL

Valdir Cardoso dos Santos
TIMBÓ GRANDE

Wilmar Carelli
VIDEIRA

Possíveis municípios a integrarem o CONSÓRCIO INTEGRADO DO
CONTESTADO – CINCO.

- ABDON BATISTA
- ÁGUA DOCE
- ALTO BELA VISTA
- ARABUTÃ
- ARVOREDO
- BELA VISTA DO TOLDO
- BRUNOPOLIS
- CAMPOS NOVOS
- CANOINHAS
- CAPINZAL
- CATANDUVAS
- CELSO RAMOS
- CONCÓRDIA
- ERVAL VELHO
- HERVAL D' OESTE
- IBICARÉ
- IPIRA
- IPUMIRIM
- IRANI
- IRINEÓPOLIS
- ITÁ
- JABORÁ
- JOAÇABA
- LACERDÓPOLIS
- LINDÓIA DO SUL
- LUZERNA
- MAJOR VIEIRA
- MONTE CARLO
- OURO
- PAIAL
- PERITIBA
- PIRATUBA
- PONTE ALTA
- PORTO UNIÃO
- PRESIDENTE CASTELO BRANCO
- SEARA
- TANGARÁ
- TRÊS BARRAS
- TREZE TÍLIAS
- VARGEM
- VARGEM BONITA

· XAVANTINA
· ZORTÉA

ANEXO ÚNICO AGENTES PÚBLICOS

Cargo	N. Vagas	Carga Horária Semanal	Referência Salarial mensal	Provimento
Diretor Executivo	01	40	134	Em Comissão (livre nomeação e exoneração)
Diretor Administrativo	01	40	121	Em Comissão (livre nomeação e exoneração)
Diretor Financeiro	01	40	121	Em Comissão (livre nomeação e exoneração)
Assessor Jurídico	01	40	118	Emprego Público (concurso público)
Contador	01	40	98	Emprego Público (concurso público)
Engenheiro Civil	02	40	98	Emprego Público (concurso público)
Arquiteto	02	40	98	Emprego Público (concurso público)
Analista Executivo	03	40	66	Emprego Público (concurso público)
Desenhista Técnico	02	40	66	Emprego Público (concurso público)
Assistente Administrativo	02	40	41	Emprego Público (concurso público)
Operador de Máquina	15	40	51	Emprego Público (concurso público)
Motorista	10	40	27	Emprego Público (concurso público)
Agente Operacional	15	40	22	Emprego Público (concurso público)
Agente de Serviços Gerais	02	40	15	Emprego Público (concurso público)

TABELA DE UNIDADES, ESTABELECIDAS EM REFERÊNCIAS SALARIAIS

Refe- rência	Valor (R\$)	Refe- rência	Valor (R\$)	Refe- rência	Valor (R\$)	Refe- rência	Valor (R\$)
1	500,00	41	1.104,01	81	2.437,71	121	5.382,56
2	510,00	42	1.126,09	82	2.486,46	122	5.490,21
3	520,20	43	1.148,62	83	2.536,19	123	5.600,01
4	530,60	44	1.171,59	84	2.586,92	124	5.712,01
5	541,21	45	1.195,02	85	2.638,66	125	5.826,25
6	552,04	46	1.218,92	86	2.691,43	126	5.942,78
7	563,08	47	1.243,30	87	2.745,26	127	6.061,64
8	574,34	48	1.268,17	88	2.800,16	128	6.182,87
9	585,82	49	1.293,53	89	2.856,17	129	6.306,53
10	597,54	50	1.319,40	90	2.913,29	130	6.432,66
11	609,49	51	1.345,79	91	2.971,56	131	6.561,31
12	621,68	52	1.372,70	92	3.030,99	132	6.692,54
13	634,12	53	1.400,16	93	3.091,61	133	6.826,39
14	646,80	54	1.428,16	94	3.153,44	134	6.962,91
15	659,73	55	1.456,72	95	3.216,51	135	7.102,17
16	672,93	56	1.485,86	96	3.280,84	136	7.244,22



17	686,39	57	1.515,58	97	3.346,45	137	7.389,10
18	700,12	58	1.545,89	98	3.413,38	138	7.536,88
19	714,12	59	1.576,81	99	3.481,65	139	7.687,62
20	728,40	60	1.608,34	100	3.551,28	140	7.841,37
21	742,97	61	1.640,51	101	3.622,31	141	7.998,20
22	757,83	62	1.673,32	102	3.694,76	142	8.158,16
23	772,98	63	1.706,78	103	3.768,65	143	8.321,33
24	788,44	64	1.740,92	104	3.844,02	144	8.487,75
25	804,21	65	1.775,74	105	3.920,91	145	8.657,51
26	820,30	66	1.811,25	106	3.999,32	146	8.830,66
27	836,70	67	1.847,48	107	4.079,31	147	9.007,27
28	853,44	68	1.884,43	108	4.160,90	148	9.187,42
29	870,51	69	1.922,12	109	4.244,11	149	9.371,17
30	887,92	70	1.960,56	110	4.329,00	150	9.558,59
31	905,68	71	1.999,77	111	4.415,58	151	9.749,76
32	923,79	72	2.039,77	112	4.503,89	152	9.944,76
33	942,27	73	2.080,56	113	4.593,97	153	10.143,65
34	961,11	74	2.122,17	114	4.685,85	154	10.346,53
35	980,33	75	2.164,62	115	4.779,56	155	10.553,46
36	999,94	76	2.207,91	116	4.875,15	156	10.764,52
37	1.019,94	77	2.252,07	117	4.972,66	157	10.979,82
38	1.040,34	78	2.297,11	118	5.072,11	158	11.199,41
39	1.061,14	79	2.343,05	119	5.173,55	159	11.423,40
40	1.082,37	80	2.389,91	120	5.277,02	160	11.651,87

ATRIBUIÇÕES DOS AGENTES PÚBLICOS

I - Diretor Executivo:

- realizar administração geral do consórcio;
- julgar recursos relativos à:
 - a) homologação de inscrição e de resultados de concursos públicos;
 - b) impugnação de edital de licitação, bem como os relativos à inabilitação, desclassificação e homologação e adjudicação de seu objeto;
 - c) aplicação de penalidades a empregados públicos do consórcio;
- autorizar que o consórcio ingresse em juízo, reservado ao Presidente a incumbência de, ad referendum, tomar as medidas que reputar urgentes;
- autorizar a contratação, dispensa ou exoneração de empregados temporários;
- promover todos os atos administrativos e operacionais necessários para o desenvolvimento das atividades do Consórcio;
- demais atividades próprias da função, além das previstas neste Protocolo de Intenções e no Estatuto;
- obrigatória formação de nível superior.

II - Diretor Administrativo:

- organizar e executar a gestão administrativa do Consórcio Integrado do Contestado - CINCO, em especial a relativa a recursos humanos e aos processos burocráticos do consórcio;
- acompanhar e assessorar nos processos de licitação pública e os contratos administrativos;
- organizar e executar gestão técnica do consórcio, em especial a relativa a elaboração, desenvolvimento, implantação e manutenção de projetos e programas;
- acompanhar e assessorar tecnicamente o desenvolvimento dos projetos e programas implantados;
- gerenciar o patrimônio do consórcio;
- supervisionar os aspectos técnicos do Consórcio Integrado do Contestado - CINCO;
- auxiliar o Diretor Executivo em suas atribuições;

- demais atividades próprias da função, além das previstas neste Protocolo de Intenções e no Estatuto.
- obrigatória formação de nível superior.

II - Diretor Financeiro:

- em observância a ordem legal vigente, planejar, organizar, dirigir e controlar os serviços da tesouraria, com o necessário acompanhamento do fluxo financeiro, para que o município possa administrar de acordo com as suas necessidades, as contas a pagar e a receber;
- superintender, coordenar e executar as atividades referentes à arrecadação, lançamento e de registro dos atos e fatos de natureza contábil, financeira e patrimonial, execução orçamentária e atividades correlatas.
- supervisionar os aspectos contábeis e financeiros do Consórcio Integrado do Contestado - CINCO;
- auxiliar os Diretores Executivo e Administrativo nas suas atribuições;
- demais atividades próprias da função, além das previstas neste Protocolo de Intenções e no Estatuto;
- obrigatória formação de nível superior.

III - Assessor Jurídico:

- prestar assessoria jurídica ao consórcio, para plena eficácia jurídica dos atos administrativos, através de emissão de pareceres e resposta a consultas formais e informais, sugerindo, quando necessário, a alteração dos conteúdos;
- representar o consórcio, judicial ou extrajudicialmente, ativa ou passivamente, seja como autor, réu, litisconsorte, oponente, ou terceiro interessado, perante o Poder Judiciário e demais órgãos públicos, para assegurar a observância do direito em favor do consórcio;
- através de acompanhamentos em audiências judiciais e/ou extrajudiciais, sustentações orais, petições iniciais, contestações, recursos, contra-razões, embargos e demais alternativas previstas em lei;
- observando prazos, normas e procedimentos legais;
- analisar e elaborar minutas de contratos, convênios e outros ajustes de interesse do Consórcio Integrado do Contestado - CINCO, para assegurar a formalidade dos atos administrativos;
- assessor a Presidência, a Diretoria Executiva e o Conselho Fiscal;
- demais atividades próprias da função, além das previstas neste Protocolo de Intenções e no Estatuto;
- obrigatória formação de nível superior em Direito com registro no Conselho ou órgão fiscalizador do exercício da profissão.

IV - Analista Executivo:

- realizar o planejamento, organização e controle do Consórcio Integrado do Contestado - CINCO;
- liderar e inovar a administração do consórcio, em busca da constante melhoria da eficiência e eficácia das políticas públicas, em favor do interesse dos entes consorciados;
- atuar nas diversas áreas administrativas com foco na melhoria contínua de fluxos e métodos de trabalho para o incremento da produtividade da atividade pública do consórcio;
- pesquisar, desenvolver e/ou participar de projetos nas diversas áreas funcionais do consórcio, para a prática moderna da gestão pública;
- assessorar as instâncias superiores do consórcio;
- participar nos processos de licitação, realizar o controle de documentos de pessoal do consórcio, demais atividades administrativas;
- estruturar técnicas de desenvolvimento gerencial, formulando e/ou acompanhando o planejamento estratégico, tático e operacional;
- demais atividades próprias da função, além das previstas neste Protocolo de Intenções e no Estatuto;
- obrigatória Formação de Nível Superior em Secretariado Executivo; Administração de Empresas; Administração com ênfase em

Recursos Humanos; Ciências Contábeis; Ciências Econômicas; Ciências Sociais; Administração com ênfase em Finanças; Serviço Social; Psicologia; Direito ou Ciências da Computação.

V - Contador:

- supervisionar, coordenar e orientar e realizar a escrituração dos atos ou fatos contábeis;
- examinar e elaborar processos de prestação de contas;
- auxiliar na elaboração da proposta orçamentária do consórcio;
- examinar e realizar empenhos de despesas, verificando sua classificação e a existência de saldo nas dotações orçamentárias;
- informar, através de relatórios sobre a situação financeira e patrimonial do Consórcio Integrado do Contestado – CINCO;
- elaborar os balanços e balancetes patrimoniais;
- demais atividades próprias da função, além das previstas neste Protocolo de Intenções e no Estatuto;
- obrigatória Formação de Nível Superior em Ciências Contábeis, com registro no Conselho ou órgão fiscalizador do exercício da profissão.

VI - Assistente Administrativo:

- executar serviços administrativos gerais, prestando suporte e apoio às diversas áreas do consórcio, contribuindo com o correto fluxo de atividade, informações e materiais, buscando a legalidade em todos os processos nos quais está envolvido;
- assistir e assessorar o consórcio no que se refere ao expediente administrativo;
- organizar e manter os arquivos e documentos do consórcio;
- interpretar e sintetizar textos e documentos;
- realizar serviços típicos de recepção, registros de compromissos e informações gerais;
- desenvolver outras atividades inerentes a função;
- demais atividades próprias da função, além das previstas neste Protocolo de Intenções e no Estatuto;
- obrigatória formação de Ensino Médio.

VII - Engenheiro Civil:

- elaborar, analisar e aprovar projetos de engenharia;
- fiscalizar e gerenciar obras a fim de garantir o desenvolvimento ordenado das obras desenvolvidas pelo consórcio, de acordo com as leis e normas técnicas vigentes;
- realizar estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental, incluindo investigação de campo;
- dimensionamento de mão de obra, equipamentos, serviços e materiais necessários;
- elaborar planos, programas e/ou projetos, de modo a buscar a aprovação junto aos superiores e órgãos competentes;
- prestar assistência técnica em processos licitatórios;
- demais atividades próprias da função, além das previstas neste Protocolo de Intenções e no Estatuto;
- obrigatória formação de nível superior em Engenharia Civil, com registro no Conselho ou órgão fiscalizador do exercício da profissão.

VIII - Arquiteto:

- realizar trabalhos arquitetônicos, envolvendo elaboração de projetos, orçamentos, acompanhamento e fiscalização de obras, estudos de viabilidade, entre outros, a fim de viabilizar a execução de projetos de construção civil para o entes consorciados, sejam eles de autoria própria ou de terceiros;
- elaborar planos, programas e/ou projetos, de modo a buscar a aprovação junto aos superiores e órgãos competentes;
- prestar assistência técnica em processos licitatórios;
- demais atividades próprias da função, além das previstas neste Protocolo de Intenções e no Estatuto;
- obrigatória formação de nível superior em Arquitetura e Urbanismo, com registro no Conselho ou órgão fiscalizador do exercício da profissão.

IX - Desenhista Técnica:

- elaborar desenhos técnicos utilizando softwares específicos e/ou ferramentas/equipamentos convencionais de desenho;
- executar plantas, desenhos e detalhamentos de instalações hidrossanitárias e elétricas e desenhos cartográficos, possibilitando execução de projetos ou ajustes necessários;
- manter atualizados os croquis, rascunhos, plantas, especificações técnicas entre outros, alimentando novos dados e/ou informações em planilhas e arquivos, conforme normas e procedimentos preestabelecidos;
- efetuar cálculos trigonométricos, geométricos, aritméticos, entre outros, utilizando tabelas e demais recursos disponíveis, a fim de determinar as dimensões, proporções e outras características de projetos;
- arquivar desenhos, mapas, gráficos, projetos e demais documentos, através de normas e procedimentos preestabelecidos, com o intuito de manter informações pertinentes e organizar sua área de trabalho;
- demais atividades próprias da função, além das previstas neste Protocolo de Intenções e no Estatuto;
- obrigatória formação de nível médio com curso de desenho técnico ou AutoCAD.

X - Operador de Máquina

- operar máquinas como trator de esteira, trator de pneu, motoniveladoras, escavadeiras hidráulicas, carregadeiras, rolos compactadores, vibroacabadora, fresadora, entre outras;
- efetuar escavações, pavimentações, remoções de terras, pedras, cascalho e outros materiais, compactação de solos, terraplenagens, entre outras;
- Operar o equipamento, com o intuito de viabilizar o trabalho, conduzindo, dirigindo, manobrando e controlando o painel de comandos e instrumentos da máquina;
- demais atividades próprias da função, além das previstas neste Protocolo de Intenções e no Estatuto;
- obrigatória formação de ensino fundamental (mínima 4ª Série).

XI - Motorista

- dirigir veículos, atuando no transporte de cargas, seguindo as regras de trânsito vigentes;
- transportar cargas como cascalho, terra, entulho, bem como auxiliar nas cargas e descargas;
- auxiliar nos serviços dos operadores de máquina e agentes operacionais;
- demais atividades próprias da função, além das previstas neste Protocolo de Intenções e no Estatuto;
- obrigatória formação de ensino fundamental, (mínima 4ª Série) e Carteira Nacional de Habilitação, na categoria exigida no edital de concurso público.

XII - Agente Operacional

- realizar trabalhos de manutenção, limpeza e conservação de ambientes externos, máquinas, veículos e equipamentos, contribuindo com a realização das tarefas de outros profissionais.
- pavimentar e calçar solos de estradas, ruas e obras similares, para dar-lhes melhor aspecto e facilitar o tráfego de veículos, alinhando, escavando, demarcando e preparando o solo, Assentando e nivelando o material.
- auxiliar na construção e montagem das armações de madeira dos edifícios, pontes galpões, viveiros e obras públicas diversas, utilizando processos e ferramentas adequadas.
- auxiliar na execução de obras, preparando canteiros de obras, limpando a área e compactando solos, a fim de possibilitar o início dos trabalhos, determinando o alinhamento da obra, marcando-o com estacas e linhas, para orientar o assentamento do material, preparando o solo, recobrimo-o com areia ou terra, para nivelá-lo para permitir o assentamento das peças.
- promover a execução, manutenção, recuperação e limpeza de valas, bocas de lobo, grelhas, tampas, caixas de água, vasos sani-

tários, pias, vestiários, alambrados, entre outros.

- demais atividade próprias da função, além das previstas neste Protocolo de Intenções e no Estatuto;
- obrigatória formação em ensino fundamental, (mínima 4ª Série).

XIII - Agente de Serviços Gerais

- manter as condições de higiene, executando serviços de limpeza e conservação das dependências do Consórcio, visando o bem-estar e saúde das pessoas.
- manter todo o processo de higienização do ambiente e instalações, através do pedido, recepção, conferência, controle e distribuição do material de consumo e limpeza.
- coletar o lixo dos depósitos, recolhendo-os em latões, selecionando os materiais e dejetos coletados, separando-os em
- Preparar e servir cafés, chaves, água, etc.
- demais atividade próprias da função, além das previstas neste Protocolo de Intenções e no Estatuto;
- obrigatória formação em ensino fundamental, (mínima 4ª Série).

CONTRILHOS

Protocolo de Intenções

PROTOCOLO DE INTENÇÕES

CONSÓRCIO DE TURISMO NOS TRILHOS DO CONTESTADO - CONTRILHOS

PROTOCOLO DE INTENÇÕES QUE ENTRE SI FIRMAM OS MUNICÍPIOS DE CAÇADOR, CAPINZAL, HERVAL D' OESTE, PINHEIRO PRETO E PIRATUBA, VISANDO A CONSTITUIÇÃO DO CONSÓRCIO DE TURISMO NOS TRILHOS DO CONTESTADO.

Os Municípios de CAÇADOR, CAPINZAL, HERVAL D' OESTE, PINHEIRO PRETO E PIRATUBA, de comum acordo, firmam o presente PROTOCOLO DE INTENÇÕES, visando constituir o CONSÓRCIO DE TURISMO NOS TRILHOS DO CONTESTADO - CONTRILHOS, na forma da Lei Federal nº 11.107/05 e do Decreto Federal nº 6.017/07, e das demais disciplinas legais aplicáveis à matéria, tendo como justas e acordadas as seguintes cláusulas e condições:

TÍTULO I

DA DENOMINAÇÃO E NATUREZA JURÍDICA

Art. 1º. O consórcio público será denominado CONSÓRCIO DE TURISMO NOS TRILHOS DO CONTESTADO – CONTRILHOS e constitui-se sob a forma de associação pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica, integrando, nos termos da lei, a administração indireta dos entes consorciados.

Parágrafo único. O Consórcio adquirirá personalidade jurídica de direito público mediante a vigência das leis de ratificação dos entes consorciados, na forma deste Protocolo de Intenções, da Lei Federal nº 11.107/05 e seu regulamento (Decreto Federal n. 6.017/07).

TÍTULO II

DOS OBJETIVOS E FINALIDADES

CAPÍTULO I

DOS OBJETIVOS

Art. 2º. O CONSÓRCIO DE TURISMO NOS TRILHOS DO CONTESTADO tem por objetivo a cooperação técnica e financeira para a gestão e a proteção do patrimônio urbanístico, paisagístico e turístico comuns, bem como a recuperação de trechos da Estrada de Ferro SP-RS, conhecida historicamente como "Ferrovia do Contestado", que fica entre as cidades de Três Barras e Piratuba, Estado de Santa Catarina, visando sua utilização para fins turísticos, restaurando e/ou revitalizando os bens não operacionais da extinta RFFSA, que possuam valor histórico, artístico e cultural,

como estações ferroviárias, armazéns, vagões e locomotivas, dinamizando atividades que contenham e transmitam a riqueza cultural e histórica que a ferrovia representou para a região do Contestado, com vistas a implementação do Projeto Turismo nos Trilhos do Contestado/ Trens Turísticos Regionais.

CAPÍTULO II

DAS FINALIDADES

Art. 3º. São finalidades do CONSÓRCIO DE TURISMO NOS TRILHOS DO CONTESTADO:

I – realizar esforços conjuntos, através de ações destinadas ao desenvolvimento integrado turístico, histórico e cultural na Região Turística do Contestado, através da Ferrovia;

II – articular-se com entidades públicas e privadas nacionais ou estrangeiras, com vistas ao planejamento e à obtenção de recursos para investimentos em projetos, obras ou serviços turísticos;

III – a realização de licitação compartilhada da qual, nos termos do edital, possa decorrer contratos administrativos celebrados por órgãos ou entidades dos municípios consorciados;

IV – adquirir ou administrar bens que possam estar direta ou indiretamente relacionados ao funcionamento dos trilhos da Ferrovia do Contestado;

V – promover a atividade turística na região do Contestado, efetivando o destino ferroviário turístico do Estado;

VI – desenvolver e promover a sustentabilidade turística da região;

VII – buscar soluções para o desenvolvimento social e econômico do turismo ferroviário regional;

VIII – preservar a memória ferroviária, promovendo o desenvolvimento sócio econômico, histórico, cultural, turístico, paisagístico e ecológico no trecho da ferrovia;

IX – despertar os municípios envolvidos para a atividade turística, através da história, cultura e produtos de cada município, auxiliando na descoberta de suas potencialidades;

X – buscar financiamento do consórcio tanto por repasses do Governo Federal e Estadual, bem como através de rateio entre os municípios envolvidos;

XI – firmar convênios, contratos e acordos de qualquer natureza, receber auxílios, contribuições e subvenções sociais e econômicas de outras entidades e órgãos do governo (artigo 2º, § 1º, I da Lei 11.107/05), em todos os níveis, bem como de particulares;

XII – ser contratado pela administração direta e indireta dos entes da federação consorciados, dispensada a licitação, para a prestação de serviços, gozando inclusive do aumento dos valores previstos na Lei de Licitações, para os casos de dispensa.

XIII – promover desapropriações e instituir servidões nos termos da declaração de utilidade ou necessidade pública, ou interesse social, realizada pelo Poder Público;

XIV – contratar operações de crédito, sempre sujeita aos limites e condições próprias estabelecidas pelo Senado Federal, de acordo com o disposto no art. 52, inciso VII; e

XV – promover reivindicações, estudos e propostas junto aos órgãos federais e estaduais de interesse comum dos associados.

TÍTULO III

DO PRAZO DE DURAÇÃO E DA SEDE

Art. 4º. O CONSÓRCIO DE TURISMO NOS TRILHOS DO CONTESTADO, terá sua vigência por prazo indeterminado.

Parágrafo único. Qualquer alteração ou a extinção do consórcio público somente será realizada após aprovação da Assembléia Geral, devidamente ratificado, através de lei dos entes consorciados.

Art. 5º. O Consórcio terá sede na Rua Felipe Schmidt, n. 719, Centro, na cidade de Joaçaba, SC, podendo vir a ser alterada mediante decisão da Assembléia Geral.

TÍTULO IV



DA SUBSCRIÇÃO

Art. 6º. São subscritores deste Protocolo de Intenções:

I - MUNICÍPIO DE CAÇADOR, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 83.074.302/0001-31, com sede na Avenida Santa Catarina, nº 195, na cidade de Caçador, SC., representado por seu Prefeito, Saulo Sperotto;

II - MUNICÍPIO DE CAPINZAL, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 82.939.406/0001-07, com sede na Rua Carmelo Zocolli, nº 155, na cidade de Capinzal, SC., representado por seu Prefeito, Leonir Boaretto;

III - MUNICÍPIO DE HERVAL D' OESTE, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 82.939.430/0001-38, com sede na Rua Nereu Ramos, nº 389, na cidade de Herval d' Oeste, SC., representado por seu Prefeito, Nelson Guindani;

IV - MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 82.827.148/0001-69, com sede na Avenida Marechal Arthur Costa e Silva, nº 111, na cidade de Pinheiro Preto, SC., representado por seu Prefeito Municipal, Euzébio Calisto Vieceli;

V - MUNICÍPIO DE PIRATUBA, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 82.815.481/0001-58, com sede na Rua Governador Jorge Lacerda, nº 133, na cidade de Piratuba, SC., representado por seu Prefeito, Adélio Spanholi;

Art. 7º. O Protocolo de Intenções, após sua ratificação por pelo menos 03(três) dos municípios que o subscrevem, converter-se-á em contrato de consórcio público.

§ 1º - Somente será considerado consorciado o Ente da Federação subscritor do protocolo de intenções que o ratificar por lei.

§ 2º - Será automaticamente admitido no consórcio o Ente da Federação que efetuar a ratificação em até 02 (dois) anos da sua assinatura.

§ 3º - A ratificação realizada após 02 (dois) anos da subscrição do protocolo de intenções dependerá de homologação da Assembléia Geral do Consórcio Público.

Art. 8º. Consideram-se subscritores todos os municípios criados por desmembramento ou fusão de quaisquer dos municípios mencionados nos incisos do artigo 6º deste Protocolo de Intenções, desde que o seu representante legal tenha firmado o presente protocolo de intenções.

Art. 9º. É facultado o ingresso no consórcio dos municípios previstos no Anexo I, deste Protocolo de Intenções a qualquer momento, o que se fará com o pedido formal a Diretoria Executiva, o qual, uma vez aprovada na Assembléia Geral e atendidos os requisitos legais e do estatuto do consórcio, decidirá pela aceitação do novo consorciado.

Parágrafo único. Aprovado o consorciado, este providenciará a Lei Municipal de Ratificação do Protocolo de Intenções, a inclusão da dotação orçamentária para destinação de recursos financeiros ao consórcio, a subscrição do contrato de programa e de rateio.

Art. 10. Na hipótese da lei de ratificação prever reservas para afastar ou condicionar a vigência artigos, parágrafos, incisos ou alíneas do Protocolo de Intenções, o consorciamento do município dependerá de que as reservas sejam aprovadas em Assembléia Geral pelos demais subscritores.

TÍTULO V**DA ÁREA DE ATUAÇÃO**

Art. 11. A área de atuação do CONSÓRCIO DE TURISMO NOS TRILHOS DO CONTESTADO corresponderá à soma da área dos territórios dos entes consorciados.

Art. 12. O consórcio poderá exercer atividades fora de sua área de atuação, respeitadas as disposições legais.

TÍTULO VI**DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DO CONSÓRCIO****CAPÍTULO I****DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA**

Art. 13. O Consórcio tem a seguinte estrutura administrativa:

I - Assembléia Geral;

II - Presidência;

III - Diretoria Executiva;

VI - Conselho Fiscal.

Parágrafo único. O estatuto do Consórcio poderá criar outros órgãos permanentes e a Presidência poderá instituir órgãos, singulares ou colegiados, de natureza deliberativa ou consultiva, permanente ou transitória.

Art. 14. O Consórcio terá sua organização por estatuto, que disciplinará a organização e funcionamento dos seus órgãos, observadas as determinações legais e deste Protocolo de Intenções.

CAPÍTULO II**DA ASSEMBLÉIA GERAL**

Art. 15. A Assembléia Geral do CONSÓRCIO DE TURISMO NOS TRILHOS DO CONTESTADO é a instância máxima do Consórcio, constituída pelos prefeitos dos entes consorciados, sendo ordinária ou extraordinária.

§ 1º - No caso de impedimento ou ausência do Chefe do Poder Executivo, este poderá delegar competência a agente público do Poder Executivo Municipal para representá-lo na Assembléia Geral, praticando todos os atos.

§ 2º - Uma mesma pessoa não poderá representar dois ou mais entes consorciados na mesma Assembléia Geral.

Art. 16. A Assembléia Geral reunir-se-á, ordinariamente, 02(duas) vezes por ano, em datas a serem definidas, devendo a convocação ter antecedência mínima de 15(quinze) dias, através dos devidos meios legais.

§ 1º. A Assembléia Geral ocorrerá extraordinariamente, sempre que convocada, para tratar de matéria especificada, inclusive, para decidir sobre alteração estatutária, de ordem administrativa ou de pessoal, por iniciativa do Presidente do Consórcio ou a pedido de 50%(cinquenta por cento) dos consorciados.

§ 2º. A Assembléia Geral poderá se dar virtualmente, sendo obrigatório o uso de métodos que garantam a autenticidade da participação dos membros convocados e de seus respectivos votos.

Art. 17. O quorum exigido para realização de Assembléia Geral, em primeira convocação, é de no mínimo 2/3(dois terços) dos consorciados.

Parágrafo único. Não se realizando em primeira convocação, considerar-se-á automaticamente convocada para uma hora depois no mesmo local, quando se realizará com qualquer número de participantes.

Art. 18. Cada consorciado terá direito a 01(um) voto na Assembléia Geral.

§ 1º. Somente terá direito a voto o Prefeito ou seu representante devidamente autorizado.

§ 2º. Todos os votos serão públicos e nominais.

Art. 19. É de competência da Assembléia Geral:

I - Deliberar sobre assuntos relacionados com os objetivos e finalidades do CONSÓRCIO DE TURISMO NOS TRILHOS DO CONTESTADO;

II - Homologar o ingresso no consórcio de Ente Federativo que não tenha sido subscritor do Protocolo de Intenções, mas constem do seu Anexo I;

III – aplicar a pena de exclusão do consórcio, observadas as disposições deste Protocolo de Intenções;
IV – discutir, elaborar e aprovar o estatuto do consórcio, bem como suas alterações;
V – eleger ou destituir a Presidência do consórcio, cujos mandatos serão de 02 (dois) anos, permitida uma reeleição para o mesmo período;
VI – aprovar:
a) orçamento plurianual de investimentos;
b) plano de trabalho proposto pela Presidência;
c) o orçamento anual do consórcio, bem como respectivos créditos adicionais, inclusive a previsão de aportes a serem cobertos por recursos advindos de contrato de rateio, até o último dia de agosto de cada ano;
d) a realização de operações de crédito;
e) a fixação, a revisão e o reajuste de valores devidos ao consórcio pelos consorciados;
f) a alienação e a oneração de bens do consórcio ou daqueles que, nos termos de contrato de programa, que lhe tenham sido outorgados os direitos de exploração;
VII – homologar as decisões do Conselho Fiscal;
VIII – aprovar regulamentos dos serviços públicos;
IX – discutir e aprovar a celebração de convênios e contratos de programa;
X – aprovar pedido de retirada de consorciado do consórcio;
XI – determinar a dissolução do consórcio, na forma prevista neste Protocolo de Intenções.
XII – dar posse aos membros do Conselho Fiscal;
XIII – deliberar sobre a dispensa de licitação de serviços ao consórcio, quando houver medidas urgentes e relevantes a serem tomadas;
XIV – deliberar no decorrer do primeiro semestre de cada ano, sobre o balanço geral e prestações de contas do exercício, sobre o balanço geral e prestações de contas do exercício anterior, submetendo-o com o parecer do Conselho Fiscal à Assembléia Geral; e
XV – cumprir e fazer cumprir o Estatuto Social, bem como as deliberações da Assembléia Geral e do Conselho Fiscal.

§ 1º. Será aceita a cessão de servidores com ou sem ônus para o consórcio mediante decisão da Assembléia Geral, presentes pelo menos 2/3 (dois terços) dos membros consorciados.

§ 2º. As competências arroladas nesta cláusula não prejudicam que outras sejam reconhecidas pelo estatuto.

§ 3º. O Presidente e/ou o Vice-Presidente serão substituídos automaticamente no caso de o eleito não mais ocupar a Chefia do Poder Executivo do ente consorciado que representa na Assembléia Geral, hipótese em que será sucedido pelo novo Chefe do Poder Executivo do município consorciado.

Art. 20. A Presidência (Presidente e o Vice-Presidente) será eleita em Assembléia Geral especialmente convocada, podendo ser apresentadas candidaturas até o início da sessão.

§ 1º. Somente poderá candidatar-se a cargos de Presidente e Vice-Presidente o Chefe de Poder Executivo de ente consorciado.

§ 2º. A Presidência será eleita por voto público e nominal.

§ 3º. Será considerada eleita a Presidência (candidatos a Presidente e Vice-Presidente) que obtiverem ao menos 2/3 (dois terços) dos votos dos presentes, não podendo ocorrer à eleição sem a presença de pelo menos 2/3 (dois terços) dos consorciados.

§ 4º. Caso nenhum dos candidatos tenha alcançado a maioria dos votos, realizar-se-á segundo turno de eleição, cujos candidatos serão os dois candidatos mais votados para cada função.

§ 5º. No segundo turno será considerado eleito o candidato que obtiver a maioria dos votos, excetuados os votos brancos.

§ 6º. Não obtido o número de votos mínimo mesmo em segundo turno, será convocada nova Assembléia Geral, a se realizar em até 30 (trinta) dias, caso necessário prorrogando-se pro tempore o mandato do Presidente ou do Vice-Presidente em exercício.

Art. 21. Proclamado eleito o candidato a Presidente, caberá a este nomear os membros da Diretoria Executiva.

Art. 22. Em Assembléia Geral especificamente convocada, poderá ser destituído o Presidente ou Vice-Presidente ou membros do Conselho Fiscal do Consórcio, após a apresentação moção de censura com apoio de pelo menos 2/3 (dois terços) dos consorciados.
§ 1º. Em todas as convocações de Assembléia Geral deverá constar como item de pauta "apreciação de eventuais moções de censura".

§ 2º. Apresentada moção de censura, as discussões serão interrompidas e será ela imediatamente apreciada, sobrestando-se os demais itens da pauta.

§ 3º. Antes da votação da moção de censura será garantida o contraditório e a ampla defesa ao membro que se pretenda destituir.

§ 4º. Será considerada aprovada a moção de censura se obter voto favorável de 2/3 (dois terços) dos representantes presentes à Assembléia Geral, em votação pública e nominal.

§ 5º. Caso aprovada moção de censura do Presidente do consórcio, ele estará automaticamente destituído, procedendo-se, na mesma Assembléia, à eleição do Presidente para completar o período remanescente de mandato.

§ 6º. Na hipótese de não se viabilizar a eleição de novo Presidente, o Vice-Presidente assumirá esta função até a próxima Assembléia Geral, a se realizar em até 30 (trinta) dias.

§ 7º. Rejeitada moção de censura, nenhuma outra poderá ser apreciada na mesma Assembléia e nos 90 (noventa) dias seguintes, com relação ao mesmo fato.

Art. 23. Será convocada Assembléia Geral específica para a elaboração e/ou alteração do estatuto do consórcio.

§ 1º. Confirmado o quorum de instalação, a Assembléia Geral, por votação de 2/3 dos presentes, aprovará resolução que estabeleça:

I – o projeto de estatuto;
II – o prazo para apresentação de emendas ou considerações, para votação em separado.

§ 2º. O estatuto preverá as formalidades e quorum para a alteração de seus dispositivos.

§ 3º. O estatuto do consórcio e suas alterações entrarão em vigor após publicação na imprensa oficial, na forma legal estabelecida.

Art. 24. Nas atas da Assembléia Geral serão registradas:

I – por meio de lista de presença, todos os entes federados representados na Assembléia Geral;

II – de forma resumida, todas as intervenções orais e todos os documentos que tenham sido entregues ou apresentados na reunião da Assembléia Geral;

III – a íntegra de cada uma das propostas votadas na Assembléia Geral e a indicação expressa e nominal de como cada representante nela votou, bem como a proclamação de resultados.

Parágrafo único. A ata será rubricada em todas as suas folhas, inclusive de anexos, por aquele que a lavrou e por quem presidiu o término dos trabalhos da Assembléia Geral.

Art. 25. Sob pena de ineficácia das decisões nela tomadas, a íntegra da ata da Assembléia Geral será, em até 15 (quinze) dias após a aprovação, publicada no órgão oficial de publicação do consórcio.

CAPÍTULO III DA PRESIDÊNCIA

Art. 26. O CONSÓRCIO DE TURISMO NOS TRILHOS DO CONTESTADO é administrado pela Presidência, que será composta de 01(um) Presidente e 01(um) Vice-Presidente, eleitos em Assembléia Geral, entre os membros do consórcio, com mandato de 02(dois) anos, permitida uma reeleição para o mesmo período subsequente, de acordo com as previsões deste Protocolo de Intenções.

Art. 27. A eleição dos membros da Presidência será realizada na primeira quinzena do mês de janeiro do ano correspondente e sua posse se dará imediatamente após o resultado da eleição, exceto a primeira eleição.

Art. 28. Somente poderá ser votado para os cargos da Presidência do consórcio o Prefeito do Município que esteja consorciado por um período mínimo de 01(um) ano anterior a eleição e que não tenha débito para com o consórcio, com exceção da primeira Presidência do consórcio.

§ 1º. O Presidente do consórcio no caso de vacância, falta ou impedimento será substituído pelo Vice-Presidente.

§ 2º. O afastamento do cargo de Prefeito é impedimento para exercer os cargos da Presidência, enquanto perdurar a situação.

§ 3º. Os membros da Presidência não têm direito à remuneração de qualquer espécie pelo exercício de suas funções.

Art. 29. São atribuições do Presidente, sem prejuízo do que prever o Estatuto:

I - representar judicial e extrajudicialmente o consórcio;

II - ordenar as despesas do consórcio e responsabilizar-se pela sua prestação de contas;

III - zelar pelos interesses do Consórcio, exercendo todas as competências que não tenham sido outorgadas por este Protocolo ou pelo estatuto a outro órgão do Consórcio;

IV - solicitar a cessão de servidores dos municípios consorciados e de outros órgãos da administração pública ao consórcio;

V - administrar o patrimônio do consórcio;

VI - autorizar pagamento e movimentar recursos financeiros do consórcio através de depósitos bancários e/ou de cheques bancários nominais;

VII - convocar a Assembléia Geral nos termos deste Protocolo de Intenções e do Estatuto do consórcio;

VIII - prestar contas à Assembléia Geral e ao Tribunal e Contas do Estado de Santa Catarina, no fim de cada ano, através de balanço e relatório de sua gestão administrativa e financeira, com parecer do Conselho Fiscal;

IX - promover todos os atos administrativos e operacionais necessários para o desenvolvimento das atividades do consórcio;

X - elaborar o Relatório Geral das Atividades;

§ 1º. As competências previstas neste artigo poderão ser delegadas ao Vice-Presidente ou ao Diretor Executivo.

§ 2º. Por razões de urgência ou para permitir a celeridade na condução administrativa do consórcio, o Diretor Executivo poderá ser autorizado a praticar atos ad referendum do Presidente.

Art. 30. Na ausência eventual ou impedimento temporário do Presidente, assumirá o Vice-Presidente.

Art. 31. O substituto ou sucessor do Prefeito Municipal o substituirá na Presidência do consórcio.

CAPÍTULO IV DA DIRETORIA EXECUTIVA

Art. 32. A Diretoria Executiva é composta por um Diretor Executivo e um Diretor Administrativo/Financeiro, que exercerão funções administrativas e financeiras do consórcio.

§ 1º. A Diretoria Executiva é dirigida pelo Diretor Executivo, a quem cabe cumprir as determinações deste Protocolo de Intenções, do Contrato do Consórcio e do Estatuto.

§ 2º. Os membros da Diretoria Executiva ocuparão cargos em comissão, de livre admissão e demissão do Presidente do Consórcio, e perceberão a remuneração estabelecida para o cargo.

Art. 33. Além do previsto no estatuto, compete ao Diretor Executivo:

I - julgar recursos relacionados a homologação de inscrição e de resultados de concursos públicos, impugnação de edital de licitação, além dos relativos à inabilitação, desclassificação, homologação e adjudicação do objeto licitado;

II - aplicação de penalidades a empregados públicos do consórcio;
II - autorizar que o consórcio ingresse em juízo, reservado ao Presidente a incumbência de, ad referendum, tomar as medidas que reputar urgentes;

III - autorizar a contratação, dispensa ou exoneração de empregados temporários, observadas as disposições legais;

IV - promover todos os atos administrativos e operacionais necessários para o desenvolvimento das atividades do Consórcio;

V - contratar serviços especializados de consultoria e suporte técnico nas diversas áreas de interesse do Consórcio; e

VI - contratar serviços jurídicos especializados, a fim de se dar cobertura jurídica correta às atividades do Consórcio;

Art. 34. Para exercício dos cargos de Diretor Executivo e Diretor Administrativo/Financeiro, será exigida formação profissional de nível superior.

CAPÍTULO V DO CONSELHO FISCAL

Art. 35. O Conselho Fiscal é composto por 03(três) conselheiros, sendo Prefeitos eleitos pela Assembléia Geral ou seus representantes, com mandato de 02(dois) anos.

§ 1º. Os membros do Conselho Fiscal somente poderão ser afastados de seus cargos mediante moção de censura aprovada por 2/3 (dois terços) de votos da Assembléia Geral, exigida a presença absoluta de entes consorciados.

§ 2º. Somente poderá se candidatar ao Conselho Fiscal representante de ente consorciado.

§ 3º. A eleição do Conselho Fiscal realizar-se-á por meio de voto aberto sendo que cada eleitor somente poderá votar em um candidato.

§ 4º. Consideram-se eleitos os 03(três) candidatos com maior número de votos, e em caso de empate, será considerado eleito o candidato de maior idade.

Art. 36. Além do previsto no estatuto do consórcio, compete ao Conselho Fiscal exercer o controle da legalidade, legitimidade e economicidade da atividade patrimonial e financeira do consórcio, com o auxílio, no que couber, do Tribunal de Contas do Estado.

§ 1º. O disposto no caput deste artigo não prejudica o controle externo a cargo do Poder Legislativo de cada ente consorciado, no que se refere aos recursos que cada um deles efetivamente entregou ou compromissou ao consórcio.

§ 2º. As decisões do Conselho Fiscal serão submetidas à homologação da Assembléia Geral.

TÍTULO VII DOS DIREITOS, DEVERES E DA REPRESENTAÇÃO

CAPÍTULO I DOS DIREITOS E DEVERES DOS CONSORCIADOS

Art. 37. Constituem direitos dos consorciados:

I - participar das Assembléias Gerais e discutir os assuntos relacionados;

II - votar e ser votado para os cargos de Presidente, de Vice-Presidente ou do Conselho Fiscal;

III - propor medidas que visem atender aos objetivos e interesses dos municípios e ao aprimoramento do consórcio;

Art. 38. Quando adimplente com suas obrigações, qualquer ente consorciado é parte legítima para exigir o pleno cumprimento das cláusulas previstas neste Protocolo de Intenções ou no Estatuto do Consórcio Público.

Art. 39. Constituem deveres dos consorciados:

I – cumprir e fazer cumprir o presente Protocolo de Intenções, em especial, quanto ao pagamento das contribuições previstas no Contrato de Rateio;

II – acatar as determinações da Assembléia Geral, cumprindo com as deliberações e obrigações do Consórcio, em especial ao que determina o Contrato de Programa e o Contrato de Rateio;

III – participar ativamente das reuniões e Assembléias Gerais do consórcio.

CAPÍTULO II DA REPRESENTAÇÃO

Art. 40. O CONSÓRCIO DE TURISMO NOS TRILHOS DO CONTESTADO, poderá representar seus integrantes perante a União, os Estados e outros Municípios, bem como seus respectivos órgãos da administração direta e indireta, para tratar assuntos relacionados com seus objetivos e finalidades previstas deste Protocolo de Intenções, com poderes amplos e irrestritos, nas seguintes ocasiões:

I – firmar convênios, contratos, acordos de qualquer natureza, receber auxílios, contribuições e subvenções sociais ou econômicas;

II – prestar contas relacionadas com os contratos, termos, ajustes e convênios firmados;

III – outras situações de interesse comum dos consorciados, desde que devidamente autorizados pela Assembléia Geral do Consórcio.

TÍTULO VIII DOS AGENTES PÚBLICOS

Art. 41. Os agentes públicos que prestarão serviços remunerados ao consórcio serão contratados para ocuparem cargos e ou empregos públicos, previsto no Anexo II, do presente Protocolo de Intenções, além dos servidores cedidos pelos entes consorciados, bem como, em caso de necessidade, pessoas físicas ou jurídicas contratadas por meio de licitação, na forma da lei.

Art. 42. A participação do Conselho Fiscal ou de outros órgãos diretivos ou consultivos que sejam criados pelo estatuto, bem como a participação dos representantes dos entes consorciados na Assembléia Geral e em outras atividades do consórcio não será remunerada, sendo considerado trabalho público relevante.

§ 1º. Não haverá remuneração para o Presidente e o Vice-Presidente.

§ 2º. Os membros da Diretoria Executiva perceberão remuneração estabelecida para os cargos, prevista no Anexo II, partes integrantes do presente Protocolo de Intenções.

Art. 43. Os empregados públicos próprios do Consórcio são regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e estarão submetidos ao Regime Geral de Previdência Social (INSS).

§ 1º. Serão recebidos em cessão os empregados públicos ou servidores com ou sem ônus para o consórcio.

§ 2º. O Estatuto aprovado em Assembléia Geral disporá sobre a estrutura administrativa do consórcio e plano de empregos e salários, obedecido ao disposto neste Protocolo de Intenções, estabelecendo as descrições das funções, progressões, lotação, jornada de trabalho e regime disciplinar de seus empregos públicos.

§ 3º. A dispensa de empregados públicos dependerá de autorização do Diretor Executivo, observadas as formalidades legais.

§ 4º. Os entes da federação consorciados, ou os com eles conveniados, poderão ceder-lhe servidores, na forma e condições da legislação de cada ente.

§ 5º. Os servidores cedidos permanecerão no seu regime jurídico e previdenciário originário ou poderão optar pelo regime jurídico do consórcio, somente sendo-lhes concedidos adicionais ou gratificações nos termos e valores estabelecidos pela Assembléia

Geral.

§ 6º. O pagamento de adicionais ou gratificações na forma prevista no parágrafo anterior, não configura vínculo novo do servidor cedido, inclusive para a apuração de responsabilidade trabalhista ou previdenciária.

Art. 44. O quadro de pessoal do consórcio é composto pelos empregados públicos e ocupantes de cargos em comissão constantes no Anexo II, deste Protocolo de Intenções.

§ 1º. Os empregos do consórcio serão providos mediante concurso público de provas ou de provas e títulos, exceto os cargos de provimento em comissão, que serão de livre nomeação e exoneração do Presidente do Consórcio, nos termos do artigo 37 da Constituição Federal.

§ 2º. A remuneração e a carga horária e as atribuições dos cargos e empregos públicos são as definidas nos Anexos II e III, deste Protocolo de Intenções.

§ 3º. Observado o orçamento anual do Consórcio, o vencimento dos empregados públicos que compõem o quadro de pessoal do Consórcio serão revistos anualmente, sempre no mês de fevereiro, nos termos da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ou na sua ausência, pela variação do Índice Geral de Preços de Mercado – IGPM, apurado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV.

§ 4º. Não poderá haver recebimento de remuneração inferior ao salário mínimo vigente no país.

§ 5º. A Assembléia Geral poderá autorizar o pagamento de gratificação de função aos empregados públicos e aos servidores cedidos sem ônus ao consórcio pelos entes da Federação que o compõe, estabelecendo seu valor monetário para fins de adequação a remuneração de mercado.

Art. 45. Os editais de concurso público deverão ser subscritos pelo Presidente e/ou pelo Diretor Executivo.

§ 1º. A cópia do edital será entregue a todos os entes consorciados, para fins de divulgação.

§ 2º. O edital, em sua íntegra, será publicado na imprensa oficial.

Art. 46. Admitir-se-á contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX, do art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil, através de processo seletivo simplificado e nas seguintes situações:

I – até que se realize concurso público;

II – até que se realize concurso público para provimento dos empregos que não foram preenchidos ou que se vierem a vagar;

III – na vigência do gozo de férias regulamentares e das licenças legais concedidas aos empregados públicos;

IV – para atender demandas do serviço, com programas e convênios.

V – assistência a situações de calamidade pública ou de situações declaradas emergenciais;

VI – realização de levantamentos cadastrais e sócio-econômicos, declarados urgentes e inadiáveis;

VII – execução de serviço determinado ou de obra certa, cuja execução obedeça ao regime de administração direta;

VIII – houver suficiência de dotação orçamentária.

§ 1º - Os contratados temporariamente exercerão as funções do emprego público do titular afastado ou do emprego público vago, percebendo a remuneração para ele prevista.

§ 2º - As contratações temporárias terão prazo de até 02(dois) anos, podendo ser prorrogado por igual período.

Art. 47. Além do salário e das demais vantagens previstas neste Protocolo de Intenções, serão pagas aos empregados os seguintes adicionais, na forma estabelecida em lei:

I – décimo terceiro salário;

II – férias e adicional de férias;

III – adicional por serviço extraordinário;
IV – adicional pelo trabalho insalubre ou perigoso;
V – adicional noturno.

Parágrafo único. O Estatuto preverá as formas de concessão de outras vantagens a ser concedidas aos empregados públicos, sejam indenizações ou auxílios pecuniários.

TÍTULO IX DA GESTÃO DO CONSÓRCIO PÚBLICO

CAPÍTULO I DA GESTÃO ASSOCIADA

Art. 48. Fica autorizado pelos municípios que integram o CONSÓRCIO DE TURISMO NOS TRILHOS DO CONTESTADO, nos termos do inciso XI, do artigo 4º da Lei Federal n. 11.107/2005, a fazer gestão associada dos serviços públicos que constituem as finalidades previstas no artigo 3º deste Protocolo de Intenções.

Art. 49. Ao consórcio é permitido firmar Contrato de Programa para prestar serviços públicos por meios próprios ou sob sua gestão administrativa ou contratual, sendo-lhe vedado sub-rogar ou transferir direitos ou obrigações.

§ 1º. O consórcio também poderá celebrar contrato de programa com as Autarquias, Fundações e demais órgãos da administração indireta dos entes consorciados.

§ 2º. O disposto no parágrafo anterior não prejudica que, nos contratos de programa celebrados pelo consórcio, se estabeleça a transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal ou de bens necessários à continuidade dos serviços transferidos.

§ 3º. São cláusulas necessárias do contrato de programa celebrado pelo consórcio público, observando-se necessariamente a legislação em vigor, as que estabeleçam:

I – o objeto, a área e o prazo da gestão associada de serviços públicos, inclusive a operada com transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços;

II – o modo, forma e condições de prestação dos serviços;

III – procedimentos que garantam transparência da gestão econômica e financeira de cada serviço em relação a cada um de seus titulares;

IV – os direitos, garantias e obrigações do titular e do consórcio, inclusive os relacionados às previsíveis necessidades de futura alteração e expansão dos serviços e conseqüente modernização, aperfeiçoamento e ampliação dos equipamentos e instalações;

V – a forma de fiscalização das instalações, dos equipamentos, dos métodos e das práticas de execução dos serviços, bem como a indicação dos órgãos competentes para exercê-las;

VI – as penalidades e sua forma de aplicação;

VII – os casos de extinção;

VIII – os bens reversíveis;

IX – os critérios para o cálculo e a forma de pagamento das indenizações devidas ao consórcio relativas aos investimentos que não foram amortizados por receitas emergentes da prestação dos serviços;

X – a obrigatoriedade, forma e periodicidade da prestação de contas do consórcio ao titular dos serviços;

XI – a periodicidade em que o consórcio deverá publicar demonstrações financeiras sobre a execução do contrato;

XII – o foro e o modo amigável de solução das controvérsias contratuais;

XIII – demais cláusulas previstas na Lei 11.107/2005 e seu regulamento.

§ 4º. No caso de a prestação de serviços ser operada por transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços transferidos, também são necessárias as cláusulas que estabeleçam:

I – os encargos transferidos e a responsabilidade subsidiária da entidade que os transferiu;

II – as penalidades no caso de inadimplência em relação aos encargos transferidos;

III – o momento de transferência dos serviços e os deveres relativos à sua continuidade;

IV – a indicação de quem arcará com o ônus e os passivos do pessoal transferido;

V – a identificação dos bens que terão apenas a sua gestão e administração transferidas e o preço dos que sejam efetivamente alienados ao contratado;

VI – o procedimento para o levantamento, cadastro e avaliação dos bens reversíveis que vierem a ser amortizados mediante receitas emergentes da prestação dos serviços.

§ 5º. Os bens vinculados aos serviços públicos serão de propriedade do município contratante, sendo onerados por direitos de exploração que serão exercidos pelo consórcio pelo período em que vigor o contrato de programa.

§ 6º. Nas operações de crédito contratadas pelo consórcio para investimentos nos serviços públicos deverá se indicar o quanto corresponde aos serviços de cada titular, para fins de contabilização e controle.

§ 7º. Receitas futuras da prestação de serviços poderão ser entregues como pagamento ou como garantia de operações de crédito ou financeiras para a execução dos investimentos previstos no contrato.

§ 8º. A extinção do contrato de programa dependerá do prévio pagamento das indenizações eventualmente devidas, especialmente das referentes à economicidade e viabilidade da prestação dos serviços pelo consórcio, por razões de economia.

§ 9º. O contrato de programa continuará vigente nos casos de:

I – o titular se retirar do consórcio ou da gestão associada;

II – extinção do consórcio.

§ 10. Os contratos de programa serão celebrados mediante dispensa de licitação, incumbindo ao município contratante obedecer fielmente às condições e procedimentos previstos em lei.

§ 11. No caso de desempenho de serviços públicos pelo consórcio, a regulação e fiscalização não poderá ser exercida por ele mesmo.

Art. 50. O consórcio elaborará e firmará com os entes consorciados contrato de rateio, como forma de garantir a transparência da gestão econômica e financeira, bem como assegurar a execução dos serviços.

Parágrafo único. São cláusulas obrigatórias do contrato de rateio:

I – a qualificação do consórcio e do ente consorciado;

II – o objeto e a finalidade do rateio;

III – a previsão de forma discriminada e detalhada das despesas de custeio de cada serviço, vedada a inclusão de despesas genéricas;

IV – a forma, as condições e a data de desembolso de cada parcela do custeio pelo Ente consorciado;

V – as penalidades pelo descumprimento do contrato de rateio pelas partes;

VI – a vigência do contrato de rateio, que deverá coincidir com o exercício financeiro do consorciado, com exceção dos contratos que tenham por objeto exclusivamente projetos consistentes em programas e ações contemplados no plano plurianual ou a gestão associada de serviços públicos custeados por tarifas ou outros preços públicos;

VII – a indicação das dotações orçamentárias do ente consorciado que garanta o cumprimento do contrato de rateio;

VIII – o direito e obrigações das partes;

IX – a garantia do direito do exercício de fiscalização da execução do contrato de rateio pelas partes, pelos entes consorciados pelos órgãos de controle interno e externo e pela sociedade civil;

X – o direito do consórcio e dos entes consorciados, isolados ou conjuntamente, como partes legítimas, de exigir o cumprimento das obrigações previstas no contrato de rateio;

XI – demais condições previstas na Lei Federal 11.107/2005 e seu regulamento.

Art. 51. Para o cumprimento de suas finalidades, deverá o consórcio realizar obrigatoriamente licitações para as obras, serviços, compras e alienações, na forma prevista na Lei Federal 8.666/93 e demais normas legais atinentes à espécie, ressalvados os casos de dispensa e inexigibilidade.

§ 1º. Todas as licitações terão publicidade nos casos e formas previstos na legislação federal respectiva.

§ 2º. Todos os contratos serão publicados conforme dispuser a legislação federal respectiva.

§ 3º. Qualquer cidadão, independentemente de demonstração de interesse, tem o direito de ter acesso aos documentos sobre a execução e pagamento de contratos celebrados pelo consórcio.

§ 4º. O Conselho Fiscal poderá, em qualquer fase do procedimento, solicitar esclarecimentos sobre a execução do contrato.

Art. 52. O consórcio poderá aprovar e cobrar tarifas dos serviços pertinentes as suas finalidades, observados os seguintes critérios: I – elaboração de planilha detalhada mediante cálculo dos componentes de custo de cada serviço, inclusive de cobrança do mesmo, usando as metodologias e técnicas de apuração de custos praticados no mercado;

II – aprovação da Assembléia Geral.

Parágrafo único. As tarifas previstas neste artigo podem ser atualizadas anualmente, mediante revisão do custeio e dos cálculos e aplicação do índice de atualização anual do INPC ou outro índice que vier a substituí-lo, após prévia aprovação da Assembléia Geral.

Art. 53. O consórcio fica autorizado a emitir documentos de cobrança e exercer atividades de arrecadação de tarifas e outros preços públicos pela prestação de serviços ou pelo uso ou outorga de bens públicos por ele administrados.

Art. 54. O consórcio poderá ser contratado pela administração direta e indireta dos entes da Federação consorciados, dispensada a licitação.

Art. 55. O patrimônio do consórcio será constituído:

I – pelos bens e direitos que vier a adquirir a qualquer título;

II – pelos bens e direitos que lhe forem transferidas por entidades públicas ou privadas.

Parágrafo único. Os bens do consórcio são indisponíveis, imprescritíveis, impenhoráveis e somente serão alienados por apreciação da Assembléia Geral, exigida aprovação pelo voto de 2/3 (dois terços) dos representantes dos entes consorciados presentes na Assembléia Geral convocada para este fim.

CAPÍTULO II

RECEITAS E DESPESAS

Art. 56. A execução das receitas e das despesas do consórcio obedecerá às normas de direito financeiro aplicáveis às entidades públicas.

Art. 57. Constituem recursos financeiros do consórcio:

I – as contribuições mensais dos municípios consorciados aprovadas pela Assembléia Geral, expressas em contrato de rateio, de acordo com a Lei Federal nº 11.107/2005 e seu regulamento, e publicados em resolução pelo Presidente do consórcio;

II – a remuneração de outros serviços prestados pelo consórcio aos consorciados ou para terceiros;

III – os auxílios, contribuições e subvenções concedidas por entidades públicas ou privadas;

IV – os saldos do exercício;

V – as doações e legados;

VI – o produto de alienação de seus bens livres;

VII – o produto de operações de crédito;

VIII – as rendas eventuais, inclusive as resultantes de depósito e de aplicação financeira;

IX – os créditos e ações;

X – o produto da arrecadação do imposto de renda, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles;

XI – os recursos voluntários recebidos em razão de convênios, contrato de repasse, ajustes, termos de cooperação ou outros instrumentos congêneres.

§ 1º. Os entes consorciados somente entregarão recursos ao Consórcio:

I – para o cumprimento dos objetivos estabelecidos neste instrumento, devidamente especificados;

II – quando tenham contratado o consórcio para a prestação de serviços na forma deste Protocolo de Intenções;

III – na forma do respectivo contrato de rateio.

§ 2º. Os entes consorciados respondem subsidiariamente pelas obrigações do consórcio.

§ 3º. Os agentes públicos incumbidos da gestão do consórcio não responderão pessoalmente pelas obrigações contraídas pelo consórcio público, mas responderão pelos atos praticados em desconformidade com a lei ou com as disposições do estatuto.

§ 4º. O consórcio estará sujeito à fiscalização contábil, operacional e patrimonial pelo Tribunal de Contas do Estado competente para apreciar as contas do Chefe do Poder Executivo representante legal do consórcio, inclusive quanto à legalidade, legitimidade e economicidade das despesas, atos, contratos e renúncia de receitas, sem prejuízo do controle externo a ser exercido em razão de cada um dos contratos que os entes da Federação consorciados vierem a celebrar com o consórcio.

§ 5º. Todas as demonstrações financeiras serão publicadas na imprensa oficial.

§ 6º. A fim de receber transferência de recursos ou realizar atividades e serviços de interesse público, o consórcio fica autorizado a celebrar convênios com entidades governamentais ou privadas, nacionais ou estrangeiras.

§ 7º. Fica o consórcio autorizado a comparecer como interveniente em convênios celebrados por entes consorciados e terceiros, a fim de receber ou aplicar recursos, executar obras ou programas e/ou prestar serviços.

TÍTULO X

DA RETIRADA DO CONSÓRCIO

Art. 58. A retirada de membro do consórcio dependerá de ato formal de seu representante na Assembléia Geral.

§ 1º. A retirada do ente não prejudicará as obrigações já constituídas entre o consorciado que se retira e o consórcio.

§ 2º. Os bens destinados ao consórcio pelo consorciado que se retira não serão revertidos ou retrocedidos, excetuadas as hipóteses de:

I – decisão da maioria absoluta dos entes federativos consorciados do consórcio, manifestada em Assembléia Geral;

II – expressa previsão no instrumento de transferência ou de alienação;

II – reserva da lei de ratificação que tenha sido regularmente aprovada pelos demais subscritores do Protocolo de Intenções do consórcio público ou pela Assembléia Geral do consórcio.

Art. 59. São hipóteses de exclusão de Ente consorciado, observada, necessariamente, a legislação respectiva:

I – a não inclusão em sua lei orçamentária ou em créditos adicionais, de dotações suficientes para suportar as despesas assumidas por meio de contrato de rateio;

II – a subscrição de Protocolo de Intenções para constituição de outro consórcio com finalidades iguais ou incompatíveis;

III – a existência de motivos graves, reconhecidos pela maioria absoluta dos presentes à Assembléia Geral, especialmente convocada para esse fim.

§ 1º. Antes da exclusão prevista neste artigo, o ente consorciado poderá ser previamente suspenso por prazo determinado, para reabilitação.

§ 2º. Em ambos os casos serão respeitados o direito ao contraditório e ampla defesa.

§ 3º. A aplicação da pena de exclusão dar-se-á por meio de decisão da Assembléia Geral, exigido maioria absoluta dos votos.

§ 4º. Da decisão que decretar a exclusão caberá recurso de reconsideração dirigido à Assembléia Geral, o qual não terá efeito suspensivo, e será interposto no prazo de 15 (quinze) dias contados da notificação da decisão.

TÍTULO XI DA ALTERAÇÃO E DA EXTINÇÃO DO CONSÓRCIO

Art. 60. A extinção de contrato de consórcio público dependerá de instrumento aprovado pela Assembléia Geral, autorizado ou ratificado mediante lei dos entes consorciados.

§ 1º. Os bens, direitos, encargos e obrigações decorrentes da gestão associada de serviços públicos serão atribuídos aos titulares dos respectivos serviços, sendo que os demais bens, mediante deliberação da Assembléia Geral, serão alienados, se possível, e seus produtos rateados em cotas partes iguais aos consorciados.

§ 2º. Até que haja decisão que indique os responsáveis para cada obrigação, os entes consorciados responderão solidariamente pelas obrigações remanescentes, garantido o direito de regresso em face dos entes beneficiados ou dos que deram causa à obrigação.

§ 3º. Com a extinção, o pessoal cedido ao consórcio público retornará aos seus órgãos de origem.

Art. 61. A alteração do contrato de consórcio público observará o procedimento estabelecido neste Protocolo de Intenções e na legislação aplicável.

TÍTULO XII DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art. 62. O Consórcio será regido pelo disposto na Lei Federal nº 11.107/2005 e pelo Decreto nº 6.017/2007, por este Protocolo de Intenções, Contrato de Consórcio e Estatuto, e pelas leis de ratificações.

Art. 63. A interpretação do disposto neste Protocolo de Intenções deverá ser compatível com os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, respeitando a autonomia dos entes consorciados.

Art. 64. O protocolo de intenções deverá ser publicado na imprensa oficial de cada órgão subscritor.

Parágrafo único. A publicação do protocolo de intenções poderá dar-se de forma resumida, desde que a publicação indique o local em que se poderá obter o texto integral.

Art. 65. Deverá ser publicado anualmente relatório geral das atividades do consórcio.

Art. 66. O órgão oficial de publicação do CONSÓRCIO DE TURISMO NOS TRILHOS DO CONTESTADO será o Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, veiculado eletronicamente no endereço: www.diariomunicipal.sc.gov.br.

Art. 67. Os casos omissos serão resolvidos pela Assembléia Geral, observando-se os princípios da legislação aplicável aos consórcios públicos e a administração pública em geral.

Art. 68. Para dirimir eventuais controvérsias deste Protocolo de Intenções e do Contrato de Consórcio Público que originar, fica eleito o foro da Comarca Joaçaba, Estado de Santa Catarina, com renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem acordados, certos e ajustados, assinam o presente Protocolo de Intenções, em 02(duas) vias de igual teor e forma,

para um só efeito.

Joaçaba, 18 de fevereiro de 2010.

Subscritores do Protocolo de Intenções do CONSÓRCIO DE TURISMO NOS TRILHOS DO CONTESTADO:

Saulo Sperotto
CAÇADOR

Leonir Boaretto
CAPINZAL

Nelson Guindani
HERBAL D' OESTE

Euzébio Calisto Viecei
PINHEIRO PRETO

Adélio Spanholi
PIRATUBA

ANEXO I

Possíveis municípios à integrarem o CONSÓRCIO DE TURISMO NOS TRILHOS DO CONTESTADO.

1. ABDON BATISTA
2. ÁGUA DOCE
3. ALTO BELA VISTA
4. ARABUTÃ
5. ARVOREDO
6. ARROIO TRINTA
7. BELA VISTA DO TOLDO
8. BRUNOPOLIS
9. CALMON
10. CAMPOS NOVOS
11. CANOINHAS
12. CATANDUVAS
13. CELSO RAMOS
14. CONCÓRDIA
15. CURITIBANOS
16. ERVAL VELHO
17. FRAIBURGO
18. FREI ROGÉRIO
19. IBIAM
20. IBICARÉ
21. IOMERÊ
22. IPIRA
23. IPUMIRIM
24. IRANI
25. IRINEÓPOLIS
26. ITÁ
27. JABORÁ
28. JOAÇABA
29. LACERDÓPOLIS
30. LEBON RÉGIS
31. LINDÓIA DO SUL
32. LUZERNA
33. MACIEIRA
34. MAJOR VIEIRA
35. MATOS COSTA
36. MONTE CARLO
37. OURO
38. PAIAL
39. PERITIBA
40. PONTE ALTA
41. PONTE ALTA DO NORTE
42. PORTO UNIÃO
43. PRESIDENTE CASTELO BRANCO
44. RIO DAS ANTAS
45. SALTO VELOSO
46. SANTA CECÍLIA
47. SÃO CRISTÓVÃO
48. SEARA
49. TANGARÁ
50. TIMBÓ GRANDE
51. TRÊS BARRAS

- 52. TREZE TÍLIAS
- 53. VARGEM
- 54. VARGEM BONITA
- 55. VIDEIRA
- 56. XAVANTINA
- 57. ZORTÉA

ANEXO II AGENTES PÚBLICOS

Nomenclatura Cargo	Vagas	Jornada de Trabalho Semanal	Salário Base mensal	Formas de Provimento
Diretor Executivo	01	40	R\$ 6.970,00	Em Comissão (livre nomeação e exoneração)
Diretor Administrativo/ Financeiro	01	40	R\$ 5.380,00	Em Comissão (livre nomeação e exoneração)
Contador	01	40	R\$ 3.400,00	Emprego Público (concurso público)
Analista Executivo	03	40	R\$ 1.800,00	Emprego Público (concurso público)
Assistente Administrativo	02	40	R\$ 1.100,00	Emprego Público (concurso público)
Agente de Serviços Gerais	02	40	R\$ 650,00	Emprego Público (concurso público)

ANEXO III ATRIBUIÇÕES DOS AGENTES PÚBLICOS

a) Diretor Executivo:

- realizar administração geral do consórcio;
- julgar recursos relativos à:

a) homologação de inscrição e de resultados de concursos públicos;

b) impugnação de edital de licitação, bem como os relativos à inabilitação, desclassificação e homologação e adjudicação de seu objeto;

c) aplicação de penalidades a empregados públicos do consórcio;

- autorizar que o consórcio ingresse em juízo, reservado ao Presidente a incumbência de, ad referendum, tomar as medidas que reputar urgentes;

- autorizar a contratação, dispensa ou exoneração de empregados temporários;

- promover todos os atos administrativos e operacionais necessários para o desenvolvimento das atividades do Consórcio;

- outras atribuições relacionadas a função, além das demais previstas neste Protocolo de Intenções e no Estatuto;

- obrigatoria Formação de Nível Superior.

b) Diretor Administrativo/Financeiro:

- organizar e executar a gestão administrativa do Consórcio, em especial a relativa a recursos humanos e aos processos burocráticos do consórcio;

- acompanhar e assessorar nos processos de licitação pública e os contratos administrativos;

- organizar e executar gestão técnica do consórcio, em especial a relativa a elaboração, desenvolvimento, implantação e manutenção de projetos e programas;

- acompanhar e assessorar tecnicamente o desenvolvimento dos projetos e programas implantados;

- gerenciar o patrimônio do consórcio;

- supervisionar os aspectos técnicos do Consórcio;

- auxiliar o Diretor Executivo em suas atribuições;

- em observância a ordem legal vigente, planejar, organizar, dirigir e controlar os serviços da tesouraria, com o necessário acompanhamento do fluxo financeiro, para que o município possa admi-

nistrar de acordo com as suas necessidades, as contas a pagar e a receber;

- superintender, coordenar e executar as atividades referentes à arrecadação, lançamento e de registro dos atos e fatos de natureza contábil, financeira e patrimonial, execução orçamentária e atividades correlatas.

- supervisionar os aspectos contábeis e financeiros do Consórcio;

- outras atribuições relacionadas a função, além das demais previstas neste Protocolo de Intenções e no Estatuto;

- obrigatoria Formação de Nível Superior.

c) Contador:

- supervisionar, coordenar e orientar e realizar a escrituração dos atos ou fatos contábeis;

- examinar e elaborar processos de prestação de contas;

- auxiliar na elaboração da proposta orçamentária do consórcio;

- examinar e realizar empenhos de despesas, verificando sua classificação e a existência de saldo nas dotações orçamentárias;

- informar, através de relatórios sobre a situação financeira e patrimonial do Consórcio;

- elaborar os balanços e balancetes patrimoniais;

- outras atribuições relacionadas a função, além das demais previstas neste Protocolo de Intenções e no Estatuto;

- obrigatoria Formação de Nível Superior em Ciências Contábeis, com registro no Conselho ou órgão fiscalizador do exercício da profissão.

d) Analista Executivo:

- realizar o planejamento, organização e controle do Consórcio;

- liderar e inovar a administração do consórcio, em busca da constante melhoria da eficiência e eficácia das políticas públicas, em favor do interesse dos entes consorciados;

- atuar nas diversas áreas administrativas com foco na melhoria contínua de fluxos e métodos de trabalho para o incremento da produtividade da atividade pública do consórcio;

- pesquisar, desenvolver e/ou participar de projetos nas diversas áreas funcionais do consórcio, para a prática moderna da gestão pública;

- assessorar as instâncias superiores do consórcio;

- participar nos processos de licitação, realizar o controle de documentos de pessoal do consórcio, demais atividades administrativas;

- estruturar técnicas de desenvolvimento gerencial, formulando e/ou acompanhando o planejamento estratégico, tático e operacional;

- outras atribuições relacionadas a função, além das demais previstas neste Protocolo de Intenções e no Estatuto;

- obrigatoria Formação de Nível Superior em Secretariado Executivo; Administração de Empresas; Administração com ênfase em Recursos Humanos; Ciências Contábeis; Ciências Econômicas; Ciências Sociais; Administração com ênfase em Finanças; Serviço Social; Psicologia; Direito ou Ciências da Computação.

e) Assistente Administrativo:

- executar serviços administrativos gerais, prestando suporte e apoio às diversas áreas do consórcio, contribuindo com o correto fluxo de atividade, informações e materiais, buscando a legalidade em todos os processos nos quais está envolvido;

- assistir e assessorar o consórcio no que se refere ao expediente administrativo;

- organizar e manter os arquivos e documentos do consórcio;

- interpretar e sintetizar textos e documentos;

- realizar serviços típicos de recepção, registros de compromissos e informações gerais;

- desenvolver outras atividades inerentes a função;

- outras atribuições relacionadas a função, além das demais previstas neste Protocolo de Intenções e no Estatuto;

- obrigatoria formação em ensino médio.

f) Agente de Serviços Gerais:

- manter as condições de higiene, executando serviços de limpeza e conservação das dependências do Consórcio, visando o bem-estar e saúde das pessoas.
- manter todo o processo de higienização do ambiente e instalações, através do pedido, recepção, conferência, controle e distribuição do material de consumo e limpeza.
- coletar o lixo dos depósitos, recolhendo-os em latões, selecionando os materiais e detritos coletados, separando-os em orgânicos e inorgânicos e depositando-o em lixeiras ou incineradores.
- Preparar e servir cafés, chaves, água, etc.
- outras atribuições relacionadas a função, além das demais previstas neste Protocolo de Intenções e no Estatuto;
- obrigatoria formação em ensino fundamental.

CIS/AMUREL**Extrato de Contrato**

EXTRATO DE CONTRATO

CT nº. 001/2010

Contratante: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DA AMUREL

Contratada: Patrícia Vieira Martins

Objeto: Contrato temporário para prestação de serviços de Técnico em Contabilidade, pela ausência de titular ocupante deste cargo.

Amparo Legal: Lei nº. 6.019/74

Data da Assinatura: 04/01/2010.

Assinantes: Manoel Antonio Bertoncini Silva pelo contratante e Patrícia Vieira Martins Contratada.

Extrato de Contrato

EXTRATO DE CONTRATO

CT nº. 002/2010

Contratante: Consórcio Intermunicipal de Saúde dos Municípios da Região da AMUREL

Contratada: Inovadora Sistema de Gestão Ltda.

Objeto: Contrato para prestação de serviços a Contratante e aos Municípios Consorciados de fornecimento de software para funcionamento das atividades do Consórcio.

Amparo Legal: Lei nº. 8.666/93

Data da Assinatura: 04/01/2010.

Assinantes: Manoel Antonio Bertoncini Silva pelo contratante e Celso Antonio Bevilacqua pela Contratada.

Contrato de Rateio

EXTRATO DE CONTRATO

CT de Rateio

Município: Sangão

Consórcio: Consórcio Intermunicipal de Saúde dos Municípios da Região da AMUREL

Objeto: Rateio das despesas, inclusive pré-operacionais, necessárias à manutenção do Consórcio, bem como aquelas referentes aos serviços que serão contratados e disponibilizados aos Municípios.

Amparo Legal: Lei nº. 11.107/05

Data da Assinatura: 04/01/2010.

Assinantes: Antonio Mauro Eduardo pelo Município e Manoel Antonio Bertoncini Silva pelo Consórcio.

Contrato de Programa

EXTRATO DE CONTRATO

CT de Programa

Município: Sangão

Consórcio: Consórcio Intermunicipal de Saúde dos Municípios da Região da AMUREL

Objeto: Disciplinar as relações estabelecidas entre as partes, consistente na transferência de atribuições e prestação de serviços de saúde, geridos de forma associada pelos Municípios Consorciados.

Amparo Legal: Lei nº. 11.107/05

Data da Assinatura: 04/01/2010.

Assinantes: Antonio Mauro Eduardo pelo Município e Manoel Antonio Bertoncini Silva pelo Consórcio.

Contrato de Rateio

EXTRATO DE CONTRATO

CT de Rateio

Município: Santa Rosa de Lima

Consórcio: Consórcio Intermunicipal de Saúde dos Municípios da Região da AMUREL

Objeto: Rateio das despesas, inclusive pré-operacionais, necessárias à manutenção do Consórcio, bem como aquelas referentes aos serviços que serão contratados e disponibilizados aos Municípios.

Amparo Legal: Lei nº. 11.107/05

Data da Assinatura: 04/01/2010.

Assinantes: Celso Heidemann pelo Município e Manoel Antonio Bertoncini Silva pelo Consórcio.

Contrato de Programa

EXTRATO DE CONTRATO

CT de Programa

Município: Treze de Maio

Consórcio: Consórcio Intermunicipal de Saúde dos Municípios da Região da AMUREL

Objeto: Disciplinar as relações estabelecidas entre as partes, consistente na transferência de atribuições e prestação de serviços de saúde, geridos de forma associada pelos Municípios Consorciados.

Amparo Legal: Lei nº. 11.107/05

Data da Assinatura: 04/01/2010.

Assinantes: Arilton Francisconi Cândido pelo Município e Manoel Antonio Bertoncini Silva pelo Consórcio.

Contrato de Rateio

EXTRATO DE CONTRATO

CT de Rateio

Município: Treze de Maio

Consórcio: Consórcio Intermunicipal de Saúde dos Municípios da Região da AMUREL

Objeto: Rateio das despesas, inclusive pré-operacionais, necessárias à manutenção do Consórcio, bem como aquelas referentes aos serviços que serão contratados e disponibilizados aos Municípios.

Amparo Legal: Lei nº. 11.107/05

Data da Assinatura: 04/01/2010.

Assinantes: Arilton Francisconi Cândido pelo Município e Manoel Antonio Bertoncini Silva pelo Consórcio.

Extrato de Contrato

EXTRATO DE CONTRATO

CT de Programa

Município: Imbituba

Consórcio: Consórcio Intermunicipal de Saúde dos Municípios da Região da AMUREL

Objeto: Disciplinar as relações estabelecidas entre as partes, consistente na transferência de atribuições e prestação de serviços de saúde, geridos de forma associada pelos Municípios Consorciados.

Amparo Legal: Lei nº. 11.107/05

Data da Assinatura: 22/02/2010.

Assinantes: José Roberto Martins pelo Município e Manoel Antonio Bertoncini Silva pelo Consórcio.

Extrato de Contrato

EXTRATO DE CONTRATO

CT de Rateio

Município: Imbituba

Consórcio: Consórcio Intermunicipal de Saúde dos Municípios da Região da AMUREL

Objeto: Rateio das despesas, inclusive pré-operacionais, necessárias à manutenção do Consórcio, bem como aquelas referentes aos serviços que serão contratados e disponibilizados aos Municípios.

Amparo Legal: Lei nº. 11.107/05

Data da Assinatura: 04/01/2010.

Assinantes: José Roberto Martins pelo Município e Manoel Antonio Bertoncini Silva pelo Consórcio.

Extrato de Contrato

EXTRATO DE CONTRATO

CT de Rateio

Município: Rio Fortuna

Consórcio: Consórcio Intermunicipal de Saúde dos Municípios da Região da AMUREL

Objeto: Rateio das despesas, inclusive pré-operacionais, necessárias à manutenção do Consórcio, bem como aquelas referentes aos serviços que serão contratados e disponibilizados aos Municípios.

Amparo Legal: Lei nº. 11.107/05

Data da Assinatura: 22/01/2010.

Assinantes: Celso Bloemer pelo Município e Manoel Antonio Bertoncini Silva pelo Consórcio.

Extrato de Contrato

EXTRATO DE CONTRATO

CT de Rateio

Município: Grão Pará

Consórcio: Consórcio Intermunicipal de Saúde dos Municípios da Região da AMUREL

Objeto: Rateio das despesas, inclusive pré-operacionais, necessárias à manutenção do Consórcio, bem como aquelas referentes aos serviços que serão contratados e disponibilizados aos Municípios.

Amparo Legal: Lei nº. 11.107/05

Data da Assinatura: 02/02/2010.

Assinantes: Valdir Dacorégio pelo Município e Manoel Antonio Bertoncini Silva pelo Consórcio.

Edital de Credenciamento 001/2010

EDITAL DE CREDENCIAMENTO 001/2010

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DA AMUREL – CIS/AMUREL comunica a todos quantos interessar possa que, estão abertas às inscrições para CREDENCIAMENTO DE PESSOA JURÍDICA RESTADORES DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS NA ÁREA DE SAÚDE, exclusivo em diagnóstico

por ENDOSCOPIA e CONSULTAS ESPECIALIZADAS, para fins de atendimento aos pacientes do Sistema Único de Saúde. A integral do Edital poderá ser adquirido na sede do CIS/AMUREL, na Rua Rio Branco, nº. 67, sala "B", bairro Vila Moema, Tubarão/SC, ou, pelo endereço eletrônico: www.amurel.org.br, no link CIS/AMURAL. 04 de março de 2010. Leonete Back Loffi – Presidenta CIS/AMUREL.